PROJETO VIRANDO O JOGO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS PRODUTOS

SUBPROJETO: A CARACTERIZAÇÃO DA PROBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA NO CEARÁ: EVIDÊNCIAS E PROPOSIÇÕES

Período: 02/01/2023 a 10/12/2023

Coordenador(a): Emerson Luís Lemos Marinho

Bolsistas:
Carlos Manso
Felipe Bastos
Jair Andrade
Francisco Alves

PRODUTO/META: Construção dos Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda por Atividade Econômica do Estado do Ceará

DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO

Janeiro a dezembro de 2023

Neste período foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica na literatura da área. Através de seminários com os participantes do projeto, discutiu-se quais as abordagens que seriam adotadas para caracterizar a pobreza e a distribuição de renda no estado do Ceará por setores de atividades.

Março a Abril de 2023

Os procedimentos realizados para obtenção da base de dados do Projeto foram divididos em duas partes. A primeira, desenvolvida de março a abril de 2023, refere-se à manipulação dos microdados pertencentes à **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**1, anualmente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2016 a 2022 – a versão trimestral da PNADC iniciou-se em 2012, mas a versão anual, de interesse do Projeto por conter informações sobre o rendimento domiciliar *per capita* (*proxy* para determinação dos indicadores de pobreza e desigualdade), teve início apenas no ano de 2016; o ano de 2022 é o mais recente disponível.

1 Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html . Acesso em 02 de maio de 2023.

Maio de 2023

A segunda parte dos procedimentos para obtenção da base integral de dados do Projeto iniciou a partir do mês de maio do corrente ano e será relativa à manipulação dos microdados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)2**, também do IBGE, para os anos de 2012 a 2015 – a base de dados do Projeto inclui o período de 2012 a 2022, portanto.

2 Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html . Acesso em 31 de maio de 2023.

Ressalte-se que, nessa segunda parte haverá a necessidade de compatibilização das variáveis de ambas as pesquisas (PNADC e PNAD), para que o período completo (2012 a 2022) possa ser analisado de forma consistente e robusta.
Assim, tem-se, em resumo, a composição da base de dados do Projeto:

- De 2016 a 2022: PNADC, do IBGE.
- De 2012 a 2015: PNAD, do IBGE

Os procedimentos realizados para obtenção da base de dados a partir da PNADC, **para cada um dos anos** do período de 2016 a 2022, foram os seguintes:

O passo inicial foi a importação do DICIONÁRIO DE VARIÁVEIS, isto é, dos nomes e valores de cada variável do Questionário aplicado em cada edição da PNADC. As variáveis UF, UPA, V1008 e V1014 identificam, em conjunto, cada domicílio pesquisado; a variável V2003, por sua vez,

identifica cada morador desse domicílio. Cada linha do arquivo de microdados da PNADC refere-se a uma pessoa.

- O segundo passo foi a extração dos microdados, utilizando-se, para isso, as definições relativas ao NOME e TAMANHO de cada variável em cada linha do arquivo de dados.

- O terceiro passo foi a importação dos DEFLATORES, disponibilizados pelo IBGE, por sua vez, em arquivo próprio. Com esses deflatores foi possível avaliar todas as variáveis de rendimento monetário em um mesmo trimestre e ano – no caso do Projeto, optou-se pelo 4º trimestre de 2022, por ser o final da série histórica. Nesse caso, foram deflacionadas as variáveis relativas à RENDA DO TRABALHO e à RENDA DE OUTRAS FONTES, as quais, somadas, correspondem ao RENDIMENTO DOMICILIAR.

- No quarto passo foi obtido o RENDIMENTO DOMICILIAR *per capita*. Para tanto, foi calculada a soma da RENDA DO TRABALHO e da RENDA DE OUTRAS FONTES de cada pessoa do domicílio, dividindo-se esse total pelo NÚMERO DE INDIVÍDUOS do domicílio.

- No quinto passo foram exportadas as VARIÁVEIS de interesse do Projeto para arquivo tipo "csv", o que permitirá a manipulação desses dados por qualquer software econométrico utilizado pela equipe do Projeto. Para a atual fase do Projeto, foram exportadas as seguintes variáveis: v1014, v2003, v2001, vd4019, vd4048, renda_trabalho, renda_trabalho_def, renda_outras_fontes, renda_outras_fontes_def, renda_*per_capita*, renda_per_capita_def, v1022, v1023, v1032, v2005, v2007, v2009, v2010, v3001, v3002, v4010, v4012, v4013, vd3005, vd4001, vd4002, vd4003, vd4004a, vd4005, vd4012, vd4013, v4013 e vd4010. Esse conjunto de variáveis permitirá a construção das tabulações necessárias ao Projeto, como divisão dos indicadores de pobreza e desigualdade por gênero, cor, escolaridade, idade, área censitária, setor de ocupação, entre outros.

- No sexto e último passo foram obtidas, a partir da variável v4013, que identifica o setor de atividades do trabalhador, a CLASSE, DIVISÃO e SEÇÃO presentes na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0. Isso será relevante quando das tabulações envolvendo o setor de ocupação, um dos objetivos do Projeto.

Junho de 2023

No mês de junho do corrente ano foram confeccionados os relatórios 3, 4 e 5, em anexo, relativos ao **PRODUTO/META: Construção dos Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda por Atividade Econômica do Estado do Ceará.**

EVIDÊNCIAS DA EXECUÇÃO

Pesquisa Bibliográfica

Consta nas referências dos Relatórios 1 e 2 apresentados a seguir.

Base de Dados

Na Tabela 1 estão mostrados os quantitativos relativos à base de dados obtida nessa primeira parte, de 2016 a 2022. Importante destacar que foram obtidos dados de todas as unidades federativas do País, embora o foco do Projeto esteja, claro, no Estado do Ceará. Por essa razão, tem-se os quantitativos para o Brasil e para o Estado do Ceará.

Tabela 1: Base de Dados do Projeto, 2016 a 2022 - Quantitativos Brasil e Ceará **Anos**	**Número de Variáveis**	**Número de Linhas**	**Peso Amostra Ampliada (População)**

	Brasil	Ceará	Brasil	Ceará	
2016	549	447.334	23.773	204.532.351	8.959.457
2017	567	445.385	23.282	206172340	9.015.354
2018	572	438.591	22.659	207.853.293	9.072.980
2019	572	433.535	22.125	209.496.463	9.129.378
2020	441	355.436	17.198	211.096.453	9.184.372
2021	441	335.100	15.597	212.650.323	9.237.820
2022	441	380928	18534	214.153.640	9.289.533

Julho de 2023

Neste período foram confeccionados três relatórios sobre a caracterização da pobreza por setor de atividade econômica do estado do Ceará para os anos de 2014, 2015 e 2016. Os respectivos Relatório 7, Relatório 8 e Relatório 9 se encontram dispostos a seguir. Eles se referem ao **PRODUTO/META: Construção dos Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda por Atividade Econômica do Estado do Ceará.**

RELATÓRIO 1: A CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA NO CEARÁ

1.1. Introdução

A erradicação da pobreza e a redução da desigualdade de renda não só são uma meta global, como também um dos maiores desafios para os países em desenvolvimento. Por sua vez, a caracterização da pobreza por setores de atividade econômica é essencial para que os governos possam construir políticas públicas para preveni-la e promover a realocação de recursos de forma eficiente. Destaca-se que um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Organização da Nações Unidas) é a erradicação da Pobreza, em que é estabelecida a garantia de que até 2030 todas as pessoas, especialmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, além de acesso a serviços básicos, propriedades, novas tecnologias, entre outros.

O combate à pobreza tem sido a meta de gestores públicos nas últimas décadas, principalmente na região Nordeste do Brasil, onde os índices de pobreza são maiores que as demais regiões brasileiras. A pobreza é um fenômeno social amplo o que torna necessário uma definição precisa para entender o fenômeno que se pretende erradicar.

A região Nordeste do Brasil é uma das mais pobres do país e enfrenta grandes desafios em relação à pobreza e à desigualdade social. Embora as estatísticas variem de acordo com o índice utilizado, as taxas de pobreza na região Nordeste costumam ser maiores do que em outras partes do país. Além disso, a região tem uma grande concentração de pessoas vivendo em extrema pobreza, o que significa que elas não possuem sequer acesso a recursos básicos como água potável e saneamento básico.

As razões para a persistência da pobreza no Nordeste são complexas e incluem fatores como a falta de acesso à educação de qualidade, a escassez de oportunidades de emprego, a desigualdade de renda e o acesso limitado aos serviços públicos essenciais. Além disso, a região está sujeita a fenômenos ambientais como secas e enchentes, que podem prejudicar a economia e a qualidade de vida das pessoas.

Apesar dos desafios enfrentados na região, há esforços em andamento para combater a pobreza no Nordeste, incluindo programas governamentais e iniciativas da sociedade civil. As políticas públicas focadas em educação, capacitação profissional e acesso a serviços básicos podem ajudar a melhorar as condições de vida das pessoas que vivem na região.

Em termos de caracterização, pode-se dizer que a base conceitual da visão de pobreza absoluta é relacionada com as necessidades elementares, começando pelas necessidades físicas. A vantagem desse conceito se encontra no fato de que é possível aplicar-lhe um caráter objetivo, possível de ser representado em bases científicas. Tal objetividade pode ser obtida na identificação das necessidades ou na definição do que seja suficiente para que essas necessidades sejam satisfeitas. Os estudos que analisam a pobreza do ponto de visa nutricional são exemplos dessa objetividade no que se refere as necessidades alimentares. O conceito de pobreza absoluta possibilita formulações operacionais tanto para a caracterização e mensuração da pobreza, quanto para a elaboração de políticas que permitam combatê-la.

Dentro desse conceito de pobreza os países e organismos internacionais se debruçam na criação de índices que possam mensurá-la. Nessa perspectiva é difícil que haja uma padronização, pois os países podem definir limites de renda ou de necessidades calóricas que alavanquem resultados políticos, por isso a importância de indicadores mais abrangentes ou de organizações internacionais como o Banco Mundial (TRONCO e RAMOS, 2017; DE SOUZA,2022).

A linha de pobreza é um indicador econômico que define um nível mínimo de renda necessário para que uma pessoa ou uma família possa suprir suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. Esse indicador varia de país para país e ao longo do tempo, e é utilizado para medir a extensão da pobreza em uma determinada região. Geralmente, a linha de pobreza é calculada com base no valor de um conjunto de bens e serviços considerados essenciais, tendo como referência o custo de vida da população em determinada região.

A linha de pobreza mais utilizada em estudos foi desenvolvida pelo Banco Mundial que busca atualizar os valores entre os países de forma que se mantenha a paridade do poder de compra (PPC). Segundo a última atualização, para o caso brasileiro, é considerado pobre o indivíduo que vive com renda per capita inferior a US$ 6,85 por dia (R$638 por mês), ao passo que quem vive com menos de US$ 2,15 por dia (R$ 200 por mês) é considerado indigente. Dessa forma, essa métrica busca mensurar a pobreza, no sentido da privação de recursos, de forma a comparar a pobreza entre países. Apesar de essa medida absoluta de medir a pobreza possibilitar a identificação de pessoas em privação ela não consegue captar as idiossincrasias de cada país ou região.

Para o caso Brasileiro, o Governo não adota uma medida oficial para os níveis de pobreza, mas define essa regra para a decisão de participação em programas sociais. Atualmente o índice de privação para a participação no Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a renda per capta de ¼ do salário mínimo por mês. Em relação ao Programa Bolsa Família, o valor para caracterizar a extrema pobreza era de R$ 89,00 por mês e para pobreza de R$ 178,00. Esses valores

mudaram em 2021 para R$ 100,00 e R$ 200,00 (BRASIL,2021), respectivamente. Dado essa variação dos indicadores absolutos de pobreza é sempre importante complementar a análise com informações mais amplas sobre esse problema para ampliar as dimensões dessas privações.

Nesse estudo, busca-se analisar o quadro de pobreza no Ceará em cada um dos anos que compõem o período 2012-2022 levando-se em consideração um recorte geográfico, de gênero e setorial a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Para tanto, são utilizadas as medidas de pobreza propostas por Foster, Greer e Thorbecke (1984), além do já conhecido Índice de Gini.

Além desta introdução, este relatório possui mais 4 seções. A seguir, na Seção 2 são apresentadas a revisão de literatura relacionada à pobreza em nível nacional e regional e na sequência serão apresentados os aspectos metodológicos. Em seguida, reportam-se os resultados encontrados na Seção 4. Por fim, são feitas as considerações finais.

1.2. Revisão de Literatura

Barros e Mendonça (1997) analisaram as relações entre crescimento econômico e reduções no nível de desigualdade sobre a pobreza no Brasil. Entre as principais conclusões, esses autores apontam que uma melhora na distribuição de renda seria mais efetiva para a redução da pobreza do que apenas o crescimento econômico, se o crescimento mantivesse o atual padrão de desigualdade.

Ferreira, Lanjouw e Neri (2003) constroem um perfil para a população pobre brasileira a partir de três pesquisas domiciliares realizadas no ano de 1996. Os autores observam que a pobreza varia significativamente entre as regiões e tamanhos de cidades, sendo mais pobres as áreas rurais, cidades pequenas e médias e as periferias metropolitanas das regiões Norte e Nordeste.

Ferreira Filho e Horridge (2006) analisam os efeitos potenciais da formação da ALCA sobre os níveis de pobreza e distribuição de renda no Brasil. Com um Modelo Aplicado de Equilíbrio Geral e de Micro-simulação estático, calibrado com os dados da PNAD de 2001, os autores encontram que mesmo mudanças tarifárias grandes não trariam um forte impacto sobre a pobreza no Brasil, embora os resultados estejam concentrados nos domicílios mais pobres.

Em estudo sobre disparidade de renda regional, Manso, Barreto e França (2010) verificam se a aproximação em termos de renda per capita observada para o Nordeste e Sudeste brasileiro implica também em convergência de bem-estar social, mensurado pela medida de Sen. Seus resultados mostram que houve também convergência de bem-estar no período entre 1995 e 2007, mas, por outro lado, observa-se divergência quando se considera o extrato de renda dos mais pobres.

Investigações adicionais mostram que este distanciamento regional pode ser explicado por ganhos de produtividade de famílias pobres do Sudeste.

Em estudo para as regiões rurais brasileiras no período 1995-2005, Marinho e Araújo (2010) usam o estimador GMM-sistema para estudar o impacto do valor das aposentadorias da seguridade social na pobreza. Seus resultados mostram que os benefícios da aposentadoria não impactam a pobreza rural no Brasil. Além disso, fatores como os anos médios de estudo e o nível do produto agropecuário per capita contribuem para a diminuição da pobreza rural com maior impacto do primeiro. Finalmente, os autores observam que o número de pessoas desocupadas influencia de forma positiva o aumento da pobreza, com a concentração de renda afetando a pobreza apenas quando se considera os mais pobres dentre os pobres.

Vasconcelos e Griebeler (2023) testam a hipótese de que a situação financeira familiar é um determinante importante do matrimônio infantil. Com dados da PNAD contínua de 2019 e usando o método Propensity Score Matching, os autores encontram que o Programa Bolsa Família (PBF) reduz a probabilidade de casamento infantil para meninas na condição de pobreza.

Brandão (2021) analisa a pobreza no Nordeste brasileiro com dados da PNAD Contínua no período entre 2016-2019. Seus resultados mostram que a pobreza no Nordeste é mais elevada que no país e que, em muitos casos, apresenta mais que o dobro das médias nacionais, tanto em termos do unidimensionais como multidimensional. Em nível estadual, tem-se que o Ceará e o Maranhão mostraram-se como os estados em que a condição de pobreza permanece mais estável, com praticamente os mesmos índices ao longo de 2016-2019. Além disso, o autor observa ligeira redução da pobreza na região no período sob análise numa perspectiva que leva apenas a renda em consideração. Por outro lado, observa-se ampliação da pobreza no Nordeste e no Brasil, quando se utiliza uma perspectiva multidimensional, decorrente das piores condições do mercado de trabalho, da ampliação da informalidade e da elevação do desemprego observados após a crise econômica de 2015.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de pobreza no Ceará, em 2019, era de 44,5%, o que significa que quase metade da população vive com menos de R$ 436 por mês. Além disso, também há um número significativo de pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, que vivem com menos de R$ 151 por mês. A pandemia de COVID-19 e a crise econômica que se seguiu também impactaram negativamente a situação da pobreza no estado. A falta de acesso a oportunidades de emprego, educação e serviços de saúde são alguns dos fatores que contribuem para a persistência da pobreza no Ceará (SILVA, 2021).

1.3. Aspectos Metodológicos: Índices de Pobreza e Desigualdade de Renda

A pobreza é um fenômeno que tem gerado preocupação de governos e entidades voltadas para a erradicação da pobreza e desigualdade de renda. No entanto, o conceito de pobreza pode ser auferido por diversos pontos de vista, desde a privação de renda e bens até a falta de oportunidades (SEN,2018). Por sua vez, do prisma das ações de combate a pobreza, é importante que se tenha um método, ainda que não abranja todas as dimensões da pobreza, que possibilite quantificar e identificar indivíduos em situação de vulnerabilidade. O mecanismo mais comum utilizado para auferir a pobreza e a indigência é por meio de uma linha de pobreza monetária.

Os indicadores de pobreza absoluta – definidos também por setor de atividade econômica – serão os pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984): a proporção de pobres (P_0), o hiato médio da pobreza (P_1) - que mede a sua intensidade e o hiato médio quadrático da pobreza (P_2) - que mede sua severidade. Para a construção desses indicadores adotam-se uma linha de pobreza extrema (adaptada da linha de pobreza para economias de renda baixa) de R$ 200/mês e uma linha de pobreza para economias de renda "média-alta" de aproximadamente R$ 638/mês[1].

Para o cálculo destes índices é necessário dividir o total de rendimentos da família pelo seu número de indivíduos, o que determina o conceito de renda familiar per capita. Portanto, os indivíduos serão considerados pobres se sua renda familiar per capita está abaixo da linha de pobreza adotada. Assim, os índices de pobreza P_0, P_1 e P_2 são definidos, respectivamente, como:

$$P_0 = \frac{q}{n} \qquad P_1 = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{q}\left(\frac{z-y_i}{z}\right) \qquad P_2 = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{q}\left(\frac{z-y_i}{z}\right)^2 \tag{1}$$

onde, n é total de indivíduos, q é o número de pessoas com renda familiar per capita y_i abaixo da linha de pobreza z. Por último, constrói-se com os dados das PNADs o grau de desigualdade de renda familiar per capita, medido por meio do índice de concentração de Gini, nas diferentes atividades econômicas.

Para determinação do índice de desigualdade de Renda (G), suponha que y_i seja a renda i-ésima pessoa em uma população formada por n indivíduos e que as rendas estão ordenadas de maneira que $y_1 \leq y_2 \leq \cdots \leq y_n$. Sendo a renda média dada por $\mu = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} y_i$ e agregando as pessoas dos mais pobre até a i-ésima posição na série, a proporção acumulada da população será $p_i = \frac{i}{n}$ e a

[1] Valores ajustados pelo IPCA a valores de 2022.

respectiva proporção acumulada da renda será $\Phi_i = \frac{1}{n\mu}\sum_{j=1}^{i} y_j$. Assim, o índice de Gini (G) será definido como:

$$G = \frac{2}{n}\sum_{i=1}^{n-1}(p_i - \Phi_i) \quad (2)$$

Esse indicador de desigualdade varia entre 0 e 1 e está associado à área entre a curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade ($\Phi = p$). A curva mostra como Φ_i varia em função de p_i.

1.4. Resultados

1.4.1. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2022

A partir de agora, serão apresentadas algumas estatísticas de pobreza e desigualdade extraídas da PNAD Contínua do ano de 2022. Na Tabela 1, abaixo, tem-se o nível médio de renda *per capita* e a renda média do trabalho por gênero. Pode-se observar que a renda média do trabalho foi da ordem de R$ 2.205,80 e foi superior a renda *per capita* em mais de mil reais.

Tabela 1: Nível de Renda Médio no Ceará por gênero, 2022

Renda	Total (R$)	Homem (R$)	Mulher (R$)
Renda *per capita*	1.037,10	1.021,89	1.051,35
	(42,55)	*(38,99)*	*(51,86)*
Renda do trabalho	2.205,80	2.218,87	2.193,52
	(95,59)	*(95,59)*	*(115,40)*
Renda outras fontes	1.126,70	1.027,07	1.220,30
	(81,85)	*(45,46)*	*(121,02)*

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: erros-padrão entre parênteses.

Conforme resultados apresentados acima, a renda *per capita* do cearense foi de R$ 1.037,10 em 2022, abaixo do salário mínimo da época, com um desvio-padrão) de R$42,55. Nestes termos, considerando uma margem de confiança de 95%, essa média pode estar entre um valor mínimo de R$ 953,70 e um máximo de R$ 1.120,50.

Quando se decompõem a renda de acordo com sua fonte, observa-se que a média de renda oriunda do trabalho foi de R$ 2.205,80 mais que o dobro da renda *per capita*. Além do mais, considerando o seu erro-padrão de R$ 95,59, essa média pode estar entre R$ 2.018,44 e R$ 2.393,16 com uma probabilidade de 95%. Já a renda advinda de outras fontes foi R$ 1.126,7 com erro-padrão de R$ 81,55. Considerando uma margem de confiança de 95%, pode-se concluir que esta renda se encontra em um intervalo de R$ 966,86 a R$ 1.286,54.

Quando se analisa essas variáveis a partir de uma perspectiva de gênero, conclui-se que as mulheres possuem maiores rendimentos advindos de outras fontes e de renda *per capita*. Em relação a renda do trabalho a renda masculina é levemente superior. O erro-padrão indica que a renda das

mulheres é menos distribuída que a renda masculina, uma vez que essa renda feminina é mais dispersa. Cabe destacar também que o fato de as mulheres possuírem maiores renda *per capita* e de outras fontes do que os homens pode estar associado aos programas de transferências de renda, uma vez que as mulheres, em maioria, são as beneficiárias desses recursos. Estes resultados desmistificam a proposição de que existe discriminação de renda a favor dos homens contra as mulheres, pelos menos no ano de 2022.

A Tabela 2, apresenta os resultados médios da renda *per capita* de acordo com os quartis de renda. Como pode-se observar, famílias no terceiro quartil de renda possuem mais que o dobro da renda do trabalho em relação às famílias de renda média, sendo a renda média do trabalho do primeiro quartil de aproximadamente R$148,73, menos da metade da renda *per capita* das famílias pertencentes ao mesmo quartil.

Tabela 2: Distribuição de Renda no Ceará, 2022

Quartil	**Renda *per capita (R$)***	**Renda do Trabalho (R$)**	**Outras fontes (R$)**
0,25	373,00	148,73	0,00
0,50	632,92	1.205,54	592,76
0,75	1.168,74	2.598,07	1.245,60

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 3, realiza-se um recorte amostral que permite observar o comportamento da renda cearense no âmbito regional e por sexo. A renda per capita na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) está bem acima da renda para o Ceará como um todo. Esse maior volume de renda se deu nos três níveis e todos eles foram maiores que o Salário Mínimo de 2022. O destaque foi para o nível de renda do Trabalho que foi quase R$ 2 mil acima da renda per capita e da renda de outras fontes. Esse resultado é esperado visto que a maior parte do comércio e indústria se encontram na RMF. O erro-padrão, entre parênteses, indica que a renda oriunda de outras fontes possui uma dispersão elevada se comparada as outras duas rendas. Quando visto sob a ótica do gênero, a renda per capita e do trabalho são próximas, o que destoa é a renda oriunda de outras fontes, onde as mulheres possem uma maior média. A análise de dispersão pelo erro padrão indica que a renda feminina possui maior dispersão nos 3 níveis de renda.

No âmbito da RMF, tem-se que os maiores níveis de renda se encontram próximo a capital, mas ainda não se observa grandes disparidades. Portanto, é necessário analisar os níveis de renda entre o meio urbano e rural para dimensionar a renda e a pobreza nessas áreas. Ainda na Tabela 3, é possível aferir a disparidade entre a renda urbana e a rural. A renda per capita em regiões urbanas cearenses teve média de R$ 1.161 ante 573 de áreas rurais e quando se leva em consideração a renda do trabalho essa diferença de renda se expande. A renda de outras fontes é a renda que possui menor

diferença de média, evidenciando que o setor rural precisa de políticas públicas para a geração de renda do trabalho.

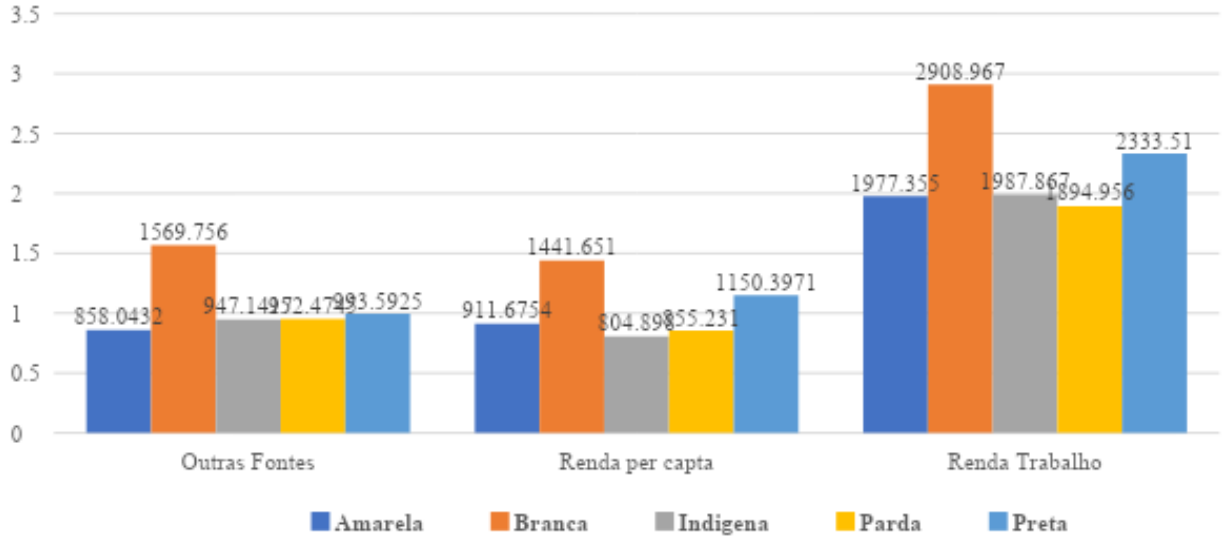
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área, 2022

Renda	RMF			Urbano (R$)	Rural (R$)
	Total (R$)	Homem (R$)	Mulher (R$)		
Renda per capta	1.435,70	1.419	1.451	1.161	573
	(94,23)	*(88,01)*	*(111,92)*	*(53,74)*	*(13,41)*
Renda do Trabalho	3.249,60	3.292	3.211	2.571	834
	(201,05)	*(184,30)*	*(240,43)*	*(119,48)*	*(43,93)*
Outras fontes	1.304,60	1.120	1.470	1.147	1.050
	(183,83)	*(100,63)*	*(266,97)*	*(103,33)*	*(28,27)*

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: erro-padrão entre parênteses.

Quando se observa a renda por raça no Ceará, no Gráfico 1, tem-se que o branco ainda tem a maior renda em todos os níveis de renda. A média de renda por trabalho do branco é R$ 600 maior que a renda do negro e R$ 900 maior que a do indígena. Quando se considera a renda de outras fontes somente a renda de brancos possui uma média maior que do salário mínimo.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2022



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 4, se leva em consideração os setores econômicos e pode-se observar que os setores com maior renda no Ceará no ano de 2022 foram, nessa ordem, administração pública, informática e educação. Por outro lado, a agricultura possui o menor nível de renda, seguido pelo setor de serviços doméstico. Entre os níveis de renda, a renda do trabalho foi destacadamente superior aos outros dois níveis de renda, com destaque para Informática, Administração Pública e Educação. A renda oriunda de outras fontes foram baixas para Agricultura, Industria geral e Administração. Na

administração esse valor é esperado, visto que a renda alta da fonte do trabalho não motiva a busca de novas rendas. Por sua vez na agricultura esse baixo volume de renda de outras fontes expõe a dificuldade de conseguir renda nesse setor.

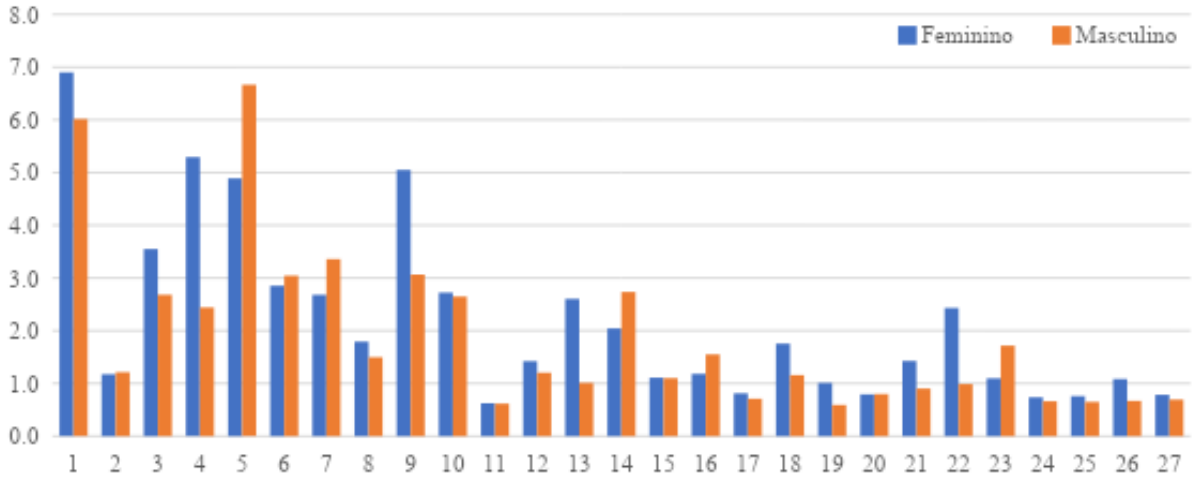
Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2022

Setor	**Renda *per capita* (R$)**	**Renda do trabalho (R$)**	**Outras fontes (R$)**
Agricultura	617,48	1.209,38	797,62
Indústria geral	1.104,04	2.956,12	695,86
Construção	1.079,95	2.564,59	1.050,15
Transporte	1.185,62	3.159,49	697,77
Alojamento	1.318,22	3.137,15	1.177,67
Informática	2.071,43	5.110,65	1.062,38
Adm. Pública	2.676,24	6.351,10	750,65
Educação	2.236,56	5.386,38	1.269,59
Outros serviços	1.382,22	3.049,65	699,63
Serviço doméstico	802,59	1.765,09	1.044,72

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 1, igualmente, projeta a renda por setor, mas traz essa análise fazendo distinção por sexo. Quando se trata de renda *per capita* e de renda do trabalho o setor de Administração se destaca, na renda do trabalho a renda feminina supera a masculina destacadamente. Quando se leva em consideração a renda de outras fontes o destaque é o setor de construção. Na educação, a maior renda nos três níveis de renda foi de homens, ao passo que na construção houve um predomínio de renda feminino. Isso pode ocorrer porque na construção a maioria dos postos de emprego intensivo em trabalho, que remuneram pouco, ao passo que as mulheres ocupam postos administrativos.

Gráfico 2: Renda por Setor e Gênero, 2022



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. A proporção de pobres no último ano foi de aproximadamente 50%, como se observa a partir da Tabela 8. Além disso, o hiato médio e o hiato médio quadrático da pobreza mostram que a intensidade e a severidade da pobreza foram da ordem de aproximadamente 22% e 13%, respectivamente. Todos esses percentuais diminuem quando se considera apenas a RMF, indicando que a pobreza é um problema ainda mais grave nas demais regiões do estado.

Quando se utiliza a linha de extrema pobreza como referência, a proporção de pobres cai para aproximadamente 11%, com medidas de intensidade e severidade de aproximadamente 4,5% e 2,8%, respectivamente. Novamente, os percentuais de todos os indicadores são menores quando se observa apenas a RMF do Estado.

Tabela 8: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, 2022

Índice	*Pobreza*		*Indigência*	
	Ceará	**RMF**	**Ceará**	**RMF**
P_0	50,28%	38,15%	10,94%	6,29%
P_1	21,75%	14,65%	4,41%	3,38%
P_2	13,13%	8,66%	2,76%	2,63%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9, abaixo, se estuda as áreas urbanas e rurais do estado separadamente. Observa-se que a proporção de pobres na zona urbana é da ordem de 45,44%, sendo aproximadamente 23 p.p. maior na região rural. As medidas de intensidade e severidade também se mostram maiores na zona rural. Observa-se também um quadro de pobreza mais grave nas zonas rurais quando a linha de indigência é adotada. Logo, pode-se dizer que, sob todas as perspectivas em consideração e independente da linha de pobreza escolhida, a pobreza é um problema mais grave em regiões rurais do estado, com a proporção de pobres concentrada nas zonas rurais sendo mais que o dobro da observada nas zonas urbanas quando a linha de extrema pobreza é usada como referência.

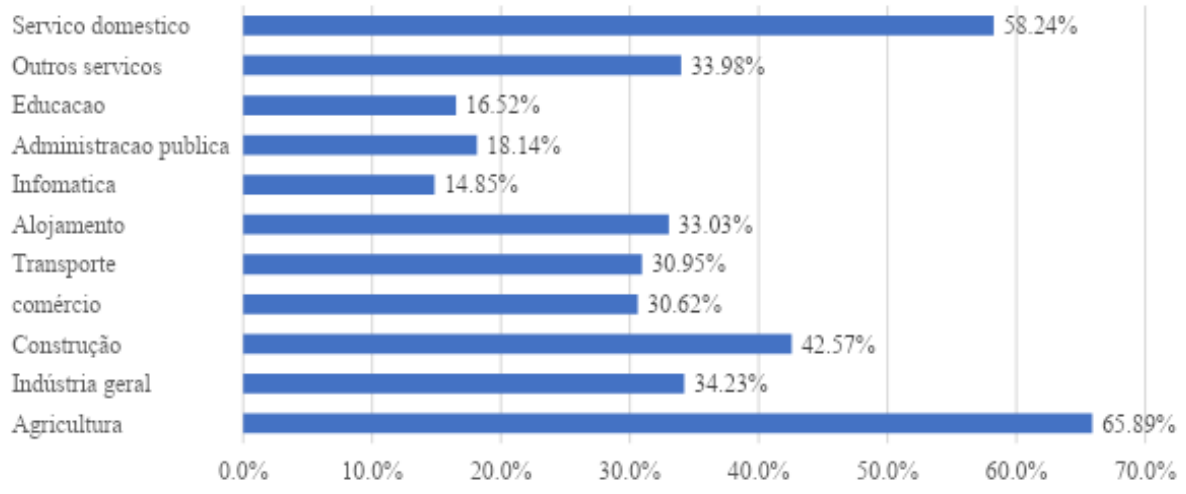
Tabela 9: Índices de Pobreza no Ceará por Áreas Urbana e Rural, 2022

Índice	*Pobreza*		*Indigência*	
	Urbano	**Rural**	**Urbano**	**Rural**
P_0	45,44%	68,50%	8,19%	21,30%
P_1	18,46%	34,15%	3,62%	7,37%
P_2	10,84%	21,74%	2,44%	3,98%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade. Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviço doméstico com aproximadamente 58% e 66%, respectivamente, seguidos de longe pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 42,57%. Por outro lado, os setores de informática, educação e administração pública concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres no último ano.

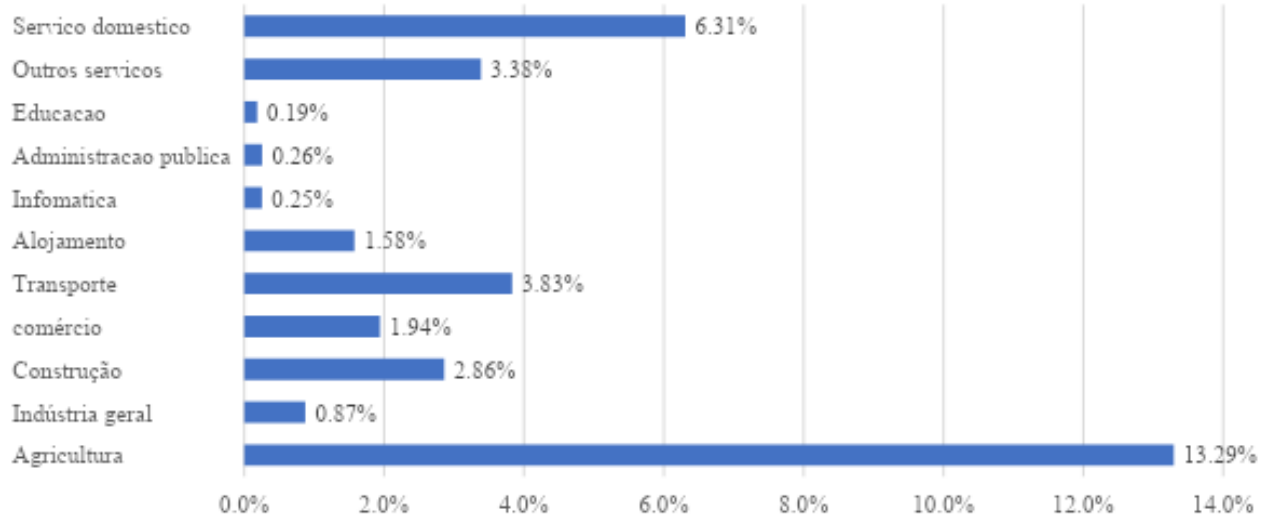
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2022



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 2 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres – apenas com transportes e outros serviços ultrapassando o setor de construção –, mas em patamares inferiores. Do mesmo modo, os setores com menor proporção de pobres permanecem os mesmos, apenas com educação tornando-se o setor com menor percentual. Esse resultado evidencia que, pelo menos no último ano, os quadros de pobreza e pobreza extrema reportaram distribuição semelhante entre os setores econômicos cearenses.

Gráfico 2: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2022



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 10 revela que, no último ano, o Estado do Ceará reportou Gini de 0,518, valor inferior ao observado para a RMF do estado, região com maior concentração de renda. A zona rural é a região com menor desigualdade de renda do estado no último ano.

Tabela 10: Índice de Gini no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2022

Região	**Gini**
Ceará	0,518
RMF	0,543
Urbano	0,520
Rural	0,418

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o recorte de gênero, na Tabela 11, observa-se que a desigualdade de renda foi de 0,523 entre as mulheres, patamar superior ao encontrado entre homens. Entretanto, é importante destacar que a diferença observada é pequena e não difere significativamente do índice de desigualdade do estado como um todo.

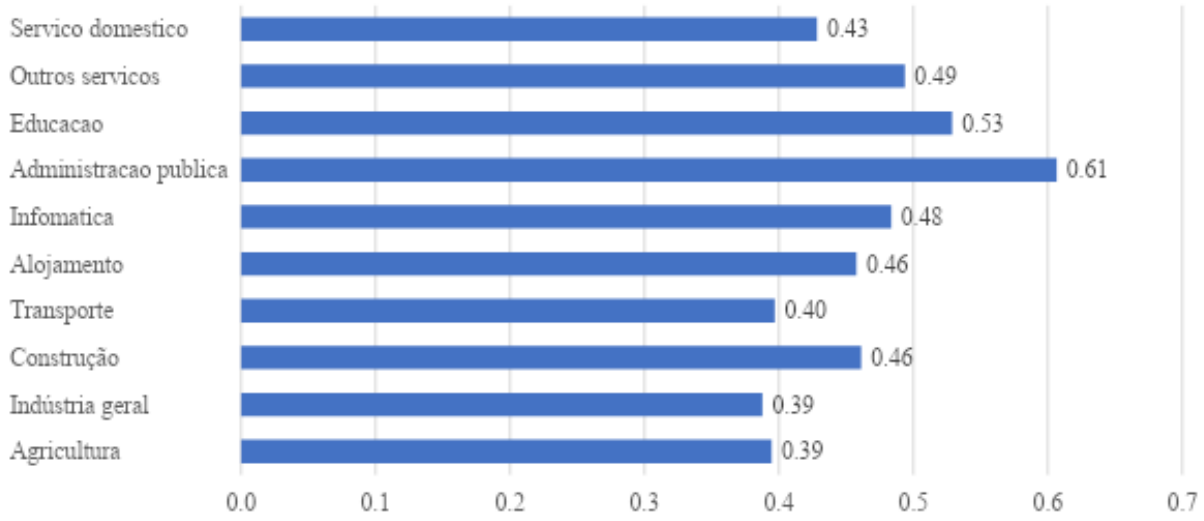
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará por sexo, 2022

Sexo	Gini
Homem	0,513
Mulher	0,523

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto a desigualdade setorial, a partir do gráfico 3 observa-se que a administração pública é o setor com pior distribuição de renda, com Gini de aproximadamente 0,61, seguido pelos setores de educação e outros serviços. Por outro lado, agricultura, indústria geral e transporte foram os setores com menor concentração de renda no último ano, com índice de desigualdade da ordem de aproximadamente 0,40 em todos os casos, valor mais de 20 p.p. inferior ao observado na administração pública.

Gráfico 3: Índice de Gini no Estado do Ceará por Setores de Atividade, 2022



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 12 e 13, a seguir, tem-se os indicadores P_0, P_1 e P_2 por região e gênero. Pode-se observar que a proporção de pobres do sexo feminino é levemente maior nas regiões urbanas e metropolitana e no estado do Ceará como um todo. Entretanto, essa tendência inverte quando se considera a zona rural, com a proporção de pobres sendo mais de 20 p.p. superior entre homens. No que se refere aos indicadores que medem intensidade e severidade, não se observa diferenças

significantes no quadro geral, com exceção da zona rural, em que a intensidade e a severidade é aproximadamente 15 p.p. e 10 p.p. maior entre homens, respectivamente.

Tabela 12: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2022

Índice	Ceará		RMF		Rural		Urbano	
	fem	masc	Fem	masc	fem	masc	fem	masc
P_0	50,38%	50,18%	38,69%	37,54%	45,55%	67,33%	45,55%	45,31%
P_1	21,71%	21,80%	14,66%	14,64%	18,42%	33,44%	18,42%	18,50%
P_2	13,10%	13,17%	8,63%	8,70%	10,83%	21,29%	10,83%	10,86%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os extremamente pobres, na Tabela 13, tem-se comportamento semelhante ao observado anteriormente para a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza. Novamente, destacam-se as diferenças observadas entre homens e mulheres na zona rural, com a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza sendo aproximadamente 12,4 p.p., 3,7 p.p. e 1,7 p.p. maior para homens, respectivamente. Diante desse quadro, pode-se dizer que, no último ano, a pobreza e a extrema pobreza foram um problema socioeconômico mais grave entre homens localizados na região rural da economia cearense.

Tabela 13: Proporção de indigentes, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2022

Índice	Ceará		RMF		Rural		Urbano	
	fem	masc	fem	masc	fem	masc	fem	masc
P_0	11,02%	10,86%	6,30%	6,29%	8,32%	20,77%	8,32%	8,05%
P_1	4,35%	4,47%	3,36%	3,40%	3,58%	7,30%	3,58%	3,67%
P_2	2,68%	2,86%	2,60%	2,66%	2,36%	4,03%	2,36%	2,52%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 14 e 15, abaixo, tem-se os índices de pobreza sob estudo construídos por raça para as linhas de pobreza e de extrema pobreza. Quando a linha de pobreza de 638 reais é adotada, percebe-se que a proporção de pobres é maior para as populações parda, amarela e preta, respectivamente. Quanto a sua intensidade, pode-se dizer que a pobreza é mais intensa para os pardos e pretos, com P_1 de aproximadamente 24% e 21,7%, respectivamente. Para o índice que mede a severidade da pobreza, tem-se que a pobreza é mais severa para a população parda e preta do estado.

Tabela 14: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por raça, 2022

Índice	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
P_0	52,13%	40,64%	48,88%	54,69%	47,44%
P_1	17,87%	16,65%	19,43%	23,99%	21,74%
P_2	8,31%	9,62%	11,36%	14,60%	14,03%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a linha de extrema pobreza é tomada como referência, observa-se que a proporção de extremamente pobres é maior entre pretos, pardos e indígenas, com percentuais que variam entre 11,70% e 13,51%. De modo semelhante, a intensidade e a severidade da extrema pobreza também são maiores entre esses grupos, com a população preta liderando as estatísticas em ambos os casos, isto é, a intensidade e a severidade da pobreza é da ordem de 5,98% e 4,10%, respectivamente, para esse grupo.

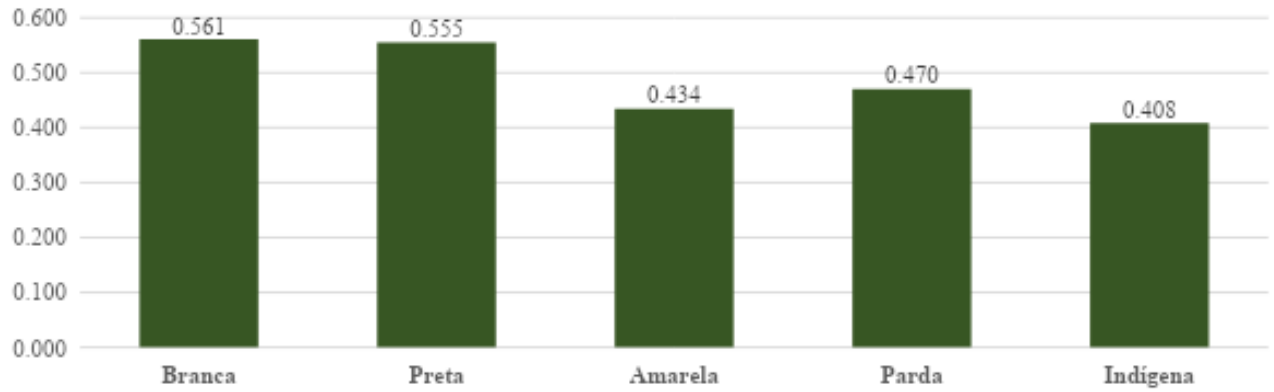
Tabela 15: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência no Ceará por raça, 2022

Índice	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
P_0	3,33%	6,93%	11,74%	12,46%	13,51%
P_1	1,19%	2,77%	3,51%	4,99%	5,98%
P_2	0,57%	1,80%	2,22%	3,06%	4,10%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, foi elaborada uma Tabela com dados do índice de Gini para o Estado do Ceará por raça. O gráfico 4, abaixo, detalha os resultados. A maior desigualdade de renda ocorreu entre brancos, com Gini de 0,561, ao passo que a menor desigualdade de renda observada foi entre indígenas, com 0,408. Para pessoas pretas a desigualdade esteve quase no mesmo patamar de brancos, com um índice de 0,555.

Gráfico 4: Índice de Gini no Ceará por raça, 2022



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, nas Tabelas 16 e 17, têm-se os dados da pobreza e indigência para crianças entre 0 a 6 anos e por região. Os dados indicam um cenário preocupante com 71% de crianças na pobreza no Ceará. Na RMF, por outro lado, esse indicador é bem inferior, de aproximadamente 59,5%. Ainda mais preocupantes são os indicadores para a zona Rural, onde 88% das crianças de 0 a 6 anos estão abaixo da linha da pobreza. Na Zona Urbana, esse percentual foi de 66,4%.

Esses resultados indicam que longe da Capital existe um número alarmante de crianças pobres, ainda que, mesmo na capital e localidades próximas (RMF) esse número ainda seja preocupante. A zona Rural também possui maior severidade da pobreza, com P_1 de 48,5%.

Tabela 16: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza de crianças de 0 a 6 anos por região, 2022

Índice	Ceará	RMF	Rural	Urbana
P_0	71,04%	59,57%	88,51%	66,48%
P_1	33,64%	24,35%	48,46%	29,78%
P_2	20,72%	14,51%	31,22%	17,98%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se leva em consideração a linha de Indigência, observa-se que as localidades rurais são as mais afetadas pela falta de renda, com 30,9% de crianças entre 0 e 6 anos vivendo na miséria com uma intensidade de 9,8%. No Ceará como um todo esse índice alcançou 17,30%.

Tabela 17: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência de crianças de 0 a 6 anos por região, 2022

Índice	Ceará	RMF	Rural	Urbana
P_0	17,30%	9,81%	30,92%	13,75%
P_1	6,73%	5,62%	9,87%	5,92%
P_2	3,93%	4,44%	4,62%	3,75%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 18, são apresentados os índices de pobreza e indigência discriminados por setor econômico e sexo. Quando se considera a linha de pobreza, pode-se dizer que a proporção de pobres é maior entre homens que trabalham na agricultura, com proporção de pobres de aproximadamente 61%, seguido por homens nos serviços domésticos e construção civil, com 56,7% e 43,9%, respectivamente. Essa tendência se mantém também para os índices que medem a intensidade e

severidade da pobreza. Resultados semelhantes são observados para as mulheres, apenas com outros serviços ocupando o lugar da construção civil.

Tabela 18: Índices de Pobreza e Indigência por setor e gênero, 2022

Setor	**Índice**	*Pobreza*		*Indigência*	
		masc	**Fem**	**masc**	**fem**
Administração Pública	P_0	18,57%	17,44%	0,41%	-
	P_1	5,35%	3,68%	-	-
	P_2	2,08%	1,09%	-	-
Agricultura	P_0	66,06%	64,31%	13,85%	8,13%
	P_1	29,91%	26,34%	3,30%	1,83%
	P_2	17,25%	14,05%	1,28%	0,61%
Alojamento	P_0	34,05%	32,11%	2,41%	0,82%
	P_1	11,28%	9,94%	0,21%	0,10%
	P_2	5,25%	4,30%	0,03%	0,02%
Comércio	P_0	32,39%	27,92%	1,58%	2,49%
	P_1	10,31%	8,58%	0,41%	0,67%
	P_2	4,77%	4,18%	0,17%	0,27%
Construção Civil	P_0	43,85%	14,47%	2,99%	-
	P_1	15,25%	0,70%	0,61%	-
	P_2	7,32%	0,04%	0,18%	-
Educação	P_0	16,30%	16,60%	-	0,26%
	P_1	3,39%	4,25%	-	0,03%
	P_2	1,08%	1,63%	-	-
Industrial Geral	P_0	38,30%	29,46%	0,42%	1,41%
	P_1	10,34%	8,96%	0,05%	0,25%
	P_2	4,27%	4,54%	0,01%	0,07%
Informática	P_0	15,95%	12,99%	0,40%	-
	P_1	4,10%	2,74%	0,10%	-
	P_2	1,61%	0,87%	0,03%	-
Outros Serviços	P_0	32,87%	35,32%	2,55%	4,39%
	P_1	11,79%	13,24%	0,77%	1,56%
	P_2	5,89%	6,68%	0,47%	0,64%

Serviços Domésticos	P_0	56,67%	58,40%	4,66%	6,48%
	P_1	19,67%	22,11%	0,51%	1,76%
	P_2	8,98%	11,67%	0,06%	0,75%
Transporte	P_0	31,76%	14,45%	4,02%	-
	P_1	11,50%	1,91%	1,03%	-
	P_2	5,96%	0,30%	0,44%	-

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: "-" refere-se a 0,00%.

Quando a linha de indigência é usada como referência, a agricultura continua sendo o setor que concentra a maior proporção de pobres entre homens e mulheres, novamente seguido por serviços domésticos e construção civil. A partir dos resultados encontrados, não se pode afirmar que a proporção de pobres é majoritariamente maior entre homens, uma vez que em setores como serviços domésticos, outros serviços e educação, a proporção de mulheres em situação vulnerável é maior independente da linha de pobreza escolhida. Por outro lado, pode-se dizer que a pobreza é um problema mais grave no setor agrícola independente do gênero e da linha de pobreza escolhida.

1.4.2. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2021

A partir de agora, serão apresentadas algumas estatísticas de pobreza e desigualdade extraídas da PNAD Contínua no ano de 2021. Na Tabela 1, abaixo, têm-se os níveis médios de renda per capita, oriunda do trabalho e de outras fontes segmentadas por gênero.

Conforme resultados apresentados acima, a renda per capita do cearense foi abaixo de mil reais, R$ 986, e inferior a R$ 1.100, salário mínimo da época. Quando se observa essa renda por gênero a renda per capita feminina foi maior do que a de homens, R$ 991 ante uma renda R$ 980 dos homens. A renda do Trabalho do cearense foi de R$ 2.372, mais do que o dobro da renda per capita e da renda oriunda de outras fontes. Também nessa categoria de renda o rendimento das mulheres foi superior ao rendimento masculino.

Tabela 1: Nível de Renda Médio no Ceará por gênero (R$), 2021

Renda	Total	Mulher	Homem
Renda per capita	986,03	991,23	980,32
Renda do trabalho	2.372,20	2.397,36	2.344,68
Outras fontes	941,53	991,35	886,91

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: erros-padrão entre parênteses.

Ao passo que as mulheres tiveram uma renda advinda do trabalho de R$ 2.397 os homens auferiram uma renda de R$ 2.344. A renda advinda de outras fontes, no Ceará, foi próxima, porém inferior, a renda per capita. Nesse tipo de renda a diferença de renda entre mulheres e homens foi mais visível, a renda masculina foi apenas 89% da renda das mulheres.

Na Tabela 2, tem-se os resultados médios da renda per capita de acordo com os quartis de renda. Como pode-se observar, famílias no terceiro quartil de renda possuem mais que o dobro da renda do trabalho em relação às famílias de renda média, sendo a renda média do trabalho do primeiro quartil de aproximadamente 148 reais, menos da metade da renda per capita das famílias pertencentes ao mesmo quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2022

Quartil	Renda per capita	Renda do Trabalho	Outras fontes
0,25	373,00	148,73	0,00
0,50	632,92	1.205,54	592,76
0,75	1.168,74	2.598,07	1.245,60

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 3, realiza-se um recorte amostral que permite observar o comportamento da renda cearense no âmbito regional e por sexo. A renda per capita na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) está bem acima da renda para o Ceará como um todo em ambos os anos. Esse maior volume de renda se deu nos três níveis e o rendimento de per capita e renda do trabalho foram maiores que o Salário Mínimo de 2022, que era de R$ de 1.212. O destaque foi para o nível de renda do Trabalho que foi mais de R$ 2 mil acima da renda per capita e da renda de outras fontes. Esse resultado é esperado visto que a maior parte do comércio e indústria se encontram na RMF. Quando visto sob a ótica do gênero, a renda per capita e do trabalho são próximas, o que destoa é a renda oriunda de outras fontes, onde as mulheres possem uma maior média.

Ainda no âmbito da RMF, têm-se que os maiores níveis de renda se encontram próximo a capital, mas ainda não se observa grandes disparidades. Portanto, é necessário analisar os níveis de renda entre o meio urbano e rural para dimensionar a renda e a pobreza nessas áreas. Ainda na Tabela 3, é possível aferir a disparidade entre a renda urbana e a rural. A renda per capita em regiões urbanas cearenses teve média aproximadamente de R$ 1.135 ante R$ 466 nas áreas rurais. Quando se leva em consideração a renda do trabalho essa diferença de renda se expande, R$ 2.867 do a renda do meio urbano e R$ 656 do meio rural. A renda de outras fontes é a renda que possui menor diferença de média, evidenciando que o setor rural precisa de políticas públicas para a geração de renda do trabalho.

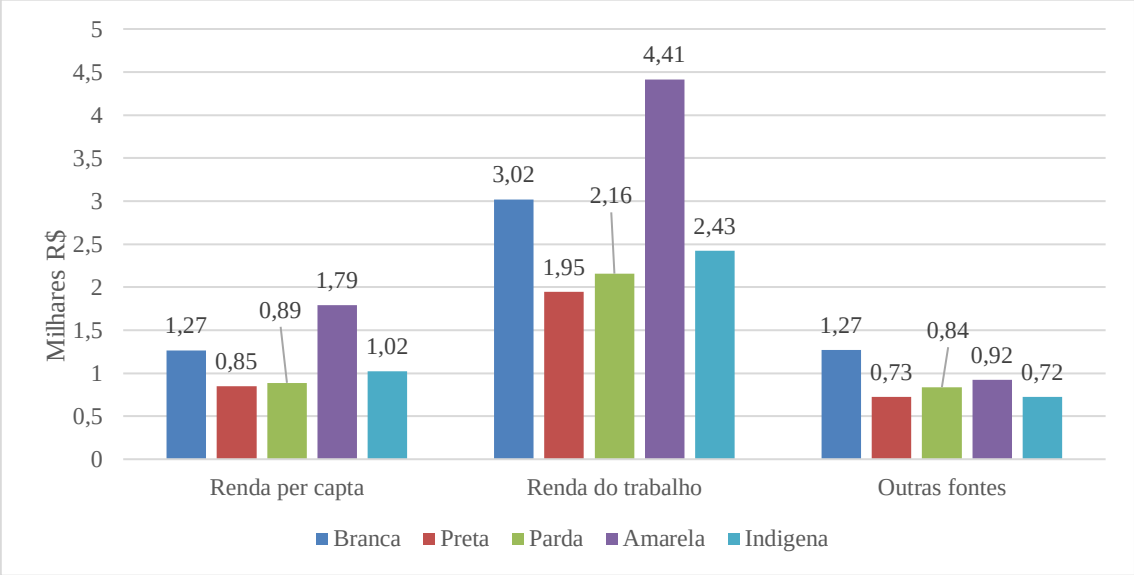
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área(R$), 2021

Renda	RMF			Rural	Urbano
	Total	Masculino	Feminino		
Renda per capta	1355,6	1342,19	1367,40	466,81	1135,95
Renda do trabalho	3566,6	3497,02	3628,39	656,22	2867,74
Outras fontes	1090,7	966,25	1201,08	854,70	966,61

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se observa a renda por raça no Ceará, no gráfico 1, tem-se que uma anomalia em relação aos demais anos em que os brancos possuíam maior renda. Para esse ano a etnia amarela auferiu maior nível de renda nos rendimentos do trabalho e na renda per capita. Nos rendimentos advindos de outras fontes a etnia com maior rendimento foram os brancos.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2021-2022



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os pretos cearenses em 2021 tiveram os menores níveis de renda para as três categorias de renda. Os pardos também apresentaram baixos níveis de renda, junto com pretos foram os únicos que não ultrapassaram R$ 1.000 de renda per capita.

Na Tabela 4, se leva em consideração os setores econômicos e pode-se observar que os setores com maior renda no Ceará nos dois últimos anos foram administração pública, educação e Informática. Por outro lado, a agricultura possui o menor nível de renda, seguido pelo setor de serviços domésticos, para se ter uma ideia da disparidade de renda entre os setores a Agricultura teve apenas 19% da renda per capita da administração pública e os serviços domésticos 30%. Entre os níveis de renda, a renda do trabalho foi destacadamente superior aos outros dois níveis de renda, com destaque para Informática, Administração Pública e Educação. A renda oriunda de outras fontes

foram baixas para Construção, Transporte, Industria geral e Alojamento. O setor de Agricultura e de Serviços domésticos apresentaram melhor renda para outras fontes, possivelmente em decorrência dos programas de transferências de renda.

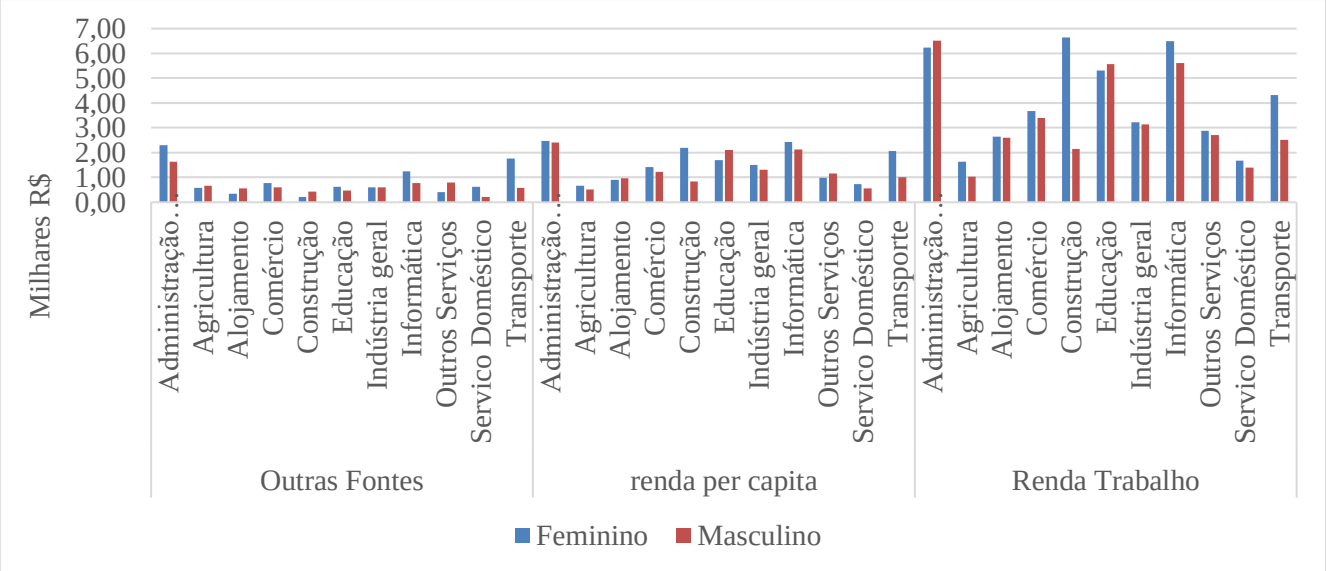
Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2021

	Renda per capita	Renda do trabalho	Outras fontes
Agricultura	537,62	922,12	824,88
Indústria geral	1097,05	2960,11	634,26
Construção	1044,42	2829,79	468,78
Comércio	1211,05	3121,39	658,44
Transporte	1232,61	3286,1	568,39
Alojamento	1072,98	2834,35	688,11
Administração pública	2751,33	7343,03	1425,07
Educação	2332,02	6289,25	1245,1
Outros serviços	1311,27	3216,68	801,02
Serviço doméstico	878,49	2046,9	823,23

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2, igualmente, projeta a renda por setor, mas traz essa análise segmentada por gênero. Quando se trata de renda per capita e de renda do trabalho o setor de Administração se destaca, na renda do trabalho a renda feminina supera a masculina destacadamente. Quando se leva em consideração a renda de outras fontes o destaque é o setor de construção, com um percentual muito maior de renda feminina. Por sua vez, na educação, a maior renda nos três níveis de renda foi de homens. Isso pode ocorrer porque na construção a maioria dos postos de emprego intensivo em trabalho, que remuneram pouco, ao passo que as mulheres ocupam postos administrativos.

Gráfico 2: Renda (R$) por Setor e Gênero, 2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. A proporção de pobres no último ano foi de aproximadamente 54%, como se observa a partir da Tabela 8. Além disso, o hiato médio e o hiato médio quadrático da pobreza mostram que a intensidade e a severidade da pobreza foram da ordem de aproximadamente 26% e 17%, respectivamente. Todos esses percentuais diminuem quando se considera apenas a RMF, indicando que a pobreza é um problema ainda mais grave nas demais regiões do estado.

Quando se utiliza a linha de extrema pobreza como referência, a proporção de pobres cai para aproximadamente 15%, com medidas de intensidade e severidade de aproximadamente 7,6% e 4,92%, respectivamente. Novamente, os percentuais de todos os indicadores são menores quando se observa apenas a RMF do Estado.

Tabela 8: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, 2021-2022

Indice	Pobreza		Indigência	
	Ceará	RM	Ceará	RM
P0	54,27%	42,28%	15,68%	6,59%
P1	26,62%	17,50%	7,68%	3,24%
P2	17,42%	9,99%	4,92%	2,17%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9, abaixo, se estuda as áreas urbanas e rurais do estado separadamente. Observa-se que a proporção de pobres na zona urbana é da ordem de 45,44%, sendo aproximadamente 23 p.p. maior na região rural. As medidas de intensidade e severidade também se mostram maiores na zona rural. Observa-se também um quadro de pobreza mais grave nas zonas rurais quando a linha de indigência é adotada. Esse quadro é observado em ambos os anos sob análise, sempre com a zona Rural apresentando maiores percentuais de proporção, intensidade e severidade. Logo, pode-se dizer que, sob todas as perspectivas em consideração e independente da linha de pobreza escolhida, a pobreza é um problema mais grave em regiões rurais do estado, com a proporção de pobres concentrada nas zonas rurais sendo mais que o dobro da observada nas zonas urbanas quando a linha de extrema pobreza é usada como referência.

Tabela 9: Índices de Pobreza no Ceará, Área Urbana e Rural, 2021-2022

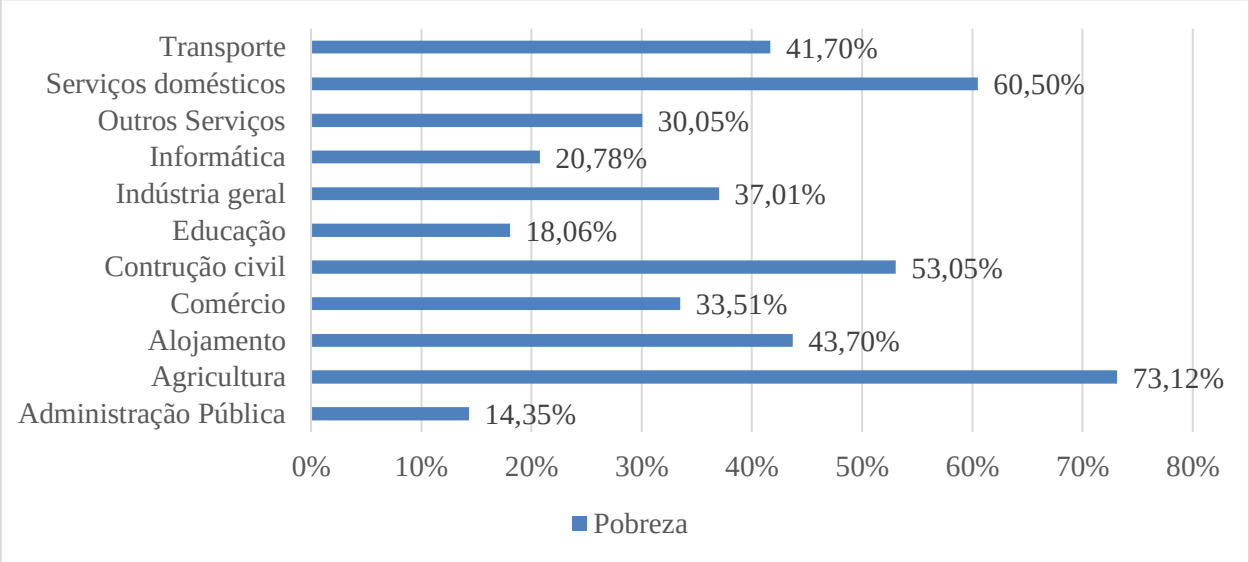
Indicador	*2021*				*2022*			
	Rural		**Urbano**		**Rural**		**Urbano**	
	Pobreza	**Indigência**	**Pobreza**	**Indigência**	**Pobreza**	**Indigência**	**Pobreza**	**Indigência**
P_0	74,96%	34,31%	48,30%	10,30%	68,50%	21,30%	45,44%	8,19%

P_1	44,39%	17,22%	21,48%	4,93%	34,15%	7,37%	18,46%	3,62%
P_2	32,24%	10,68%	13,14%	3,26%	21,74%	3,98%	10,84%	2,44%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade. Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviço doméstico com aproximadamente 73% e 60%, respectivamente, seguidos de longe pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 53%. Por outro lado, os setores de informática, educação e administração pública concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres no último ano.

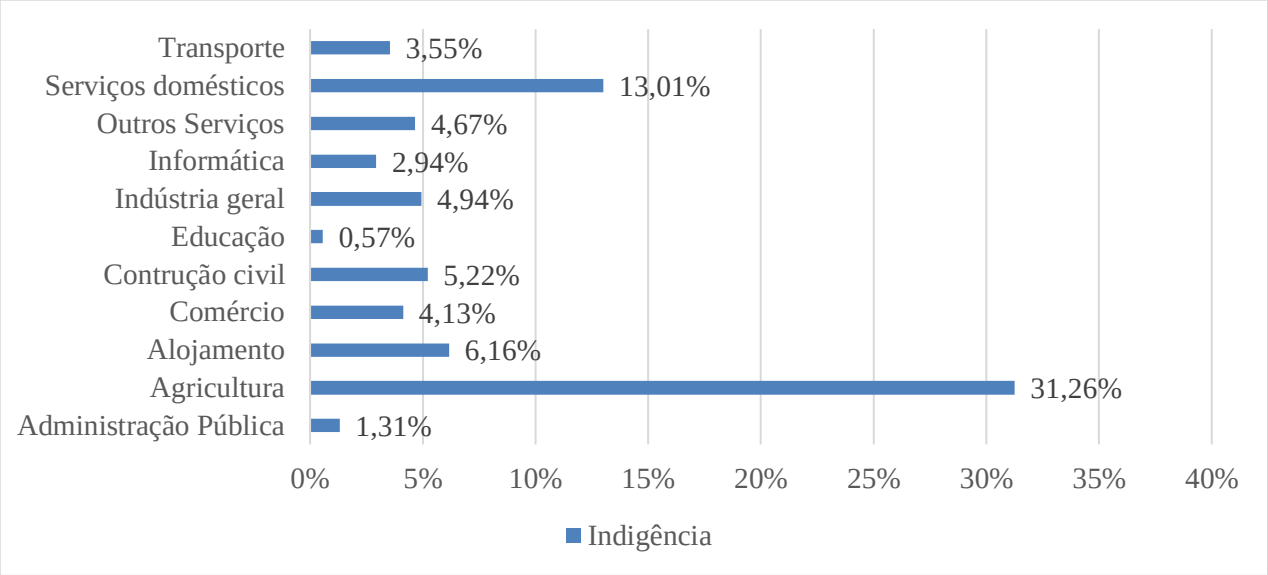
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 4 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres. Do mesmo modo, os setores com menor proporção de indigentes permanecem os mesmos, apenas com educação tornando-se o setor com menor percentual. Esse resultado evidencia que, pelo menos no último ano, os quadros de pobreza e pobreza extrema reportaram distribuição semelhante entre os setores econômicos cearenses.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 10 revela que, no último ano, o Estado do Ceará reportou Gini de 0,544, valor inferior ao observado para a RMF do estado, região com maior concentração de renda. A zona rural é a região com menor desigualdade de renda do estado no último ano. Esses valores apontam uma elevada desigualdade na distribuição de renda do cearense.

Tabela 10: Índice de Gini no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2021

Região	**Gini**
Ceará	0,548
RMF	0,544
Urbano	0,537
Rural	0,481

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o recorte de gênero, na Tabela 11, observa-se que a desigualdade de renda foi de 0,557 entre as mulheres, patamar superior ao encontrado entre homens. A desigualdade de renda entre mulheres foi superior a encontrada no Estado, o que sinaliza que a renda feminina e altamente concentrada.

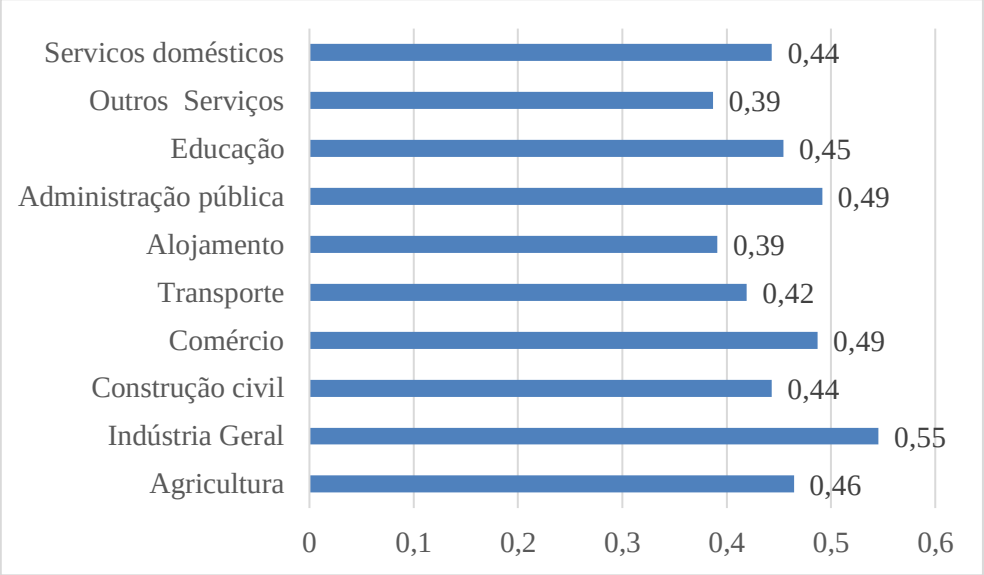
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará por sexo, 2021

Sexo	**Gini**
Homem	0,539
Mulher	0,557

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto a desigualdade setorial, a partir do gráfico 5 observa-se que a indústria geral é o setor com pior distribuição de renda, com Gini de aproximadamente 0,55, seguido pelos setores de comércio e administração pública, ambos com 0,49. Por outro lado, alojamento, outros serviços e transportes foram os setores com menor concentração de renda no último ano, com índice de desigualdade de 0,39,0,39 e 0,42, respectivamente.

Gráfico 5: Índice de Gini no Estado do Ceará por Setores de Atividade, 2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 12 e 13, a seguir, tem-se os indicadores P_0, P_1 e P_2 por região e gênero da pobreza e da indigência. Pode-se observar que a proporção de pobres do sexo feminino é levemente maior nas regiões urbanas e metropolitana e no estado do Ceará como um todo. Entretanto, essa tendência inverte quando se considera a zona rural, com a proporção de pobres sendo mais de 20 p.p. superior entre homens. No que se refere aos indicadores que medem intensidade e severidade, não se observa diferenças significantes no quadro geral, com exceção da zona rural, em que a intensidade e a severidade é aproximadamente 20 p.p. e 15 p.p. maior entre homens, respectivamente.

Tabela 12: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2021 (%)

Indicador	**Ceará**		**RM**		**Rural**		**Urbano**	
	fem	**masc**	**fem**	**masc**	**fem**	**masc**	**fem**	**masc**
P0	55,19%	53,26%	43,52%	40,87%	49,57%	73,97%	49,57%	46,85%
P1	27,09%	26,10%	17,83%	17,12%	22,00%	42,92%	22,00%	20,90%
P2	17,74%	17,06%	10,14%	9,83%	13,43%	30,82%	13,43%	12,81%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os extremamente pobres, na Tabela 13, tem-se comportamento semelhante ao observado anteriormente para a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza. Novamente, destacam-se as diferenças observadas entre homens e mulheres na zona rural, com a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza. Diante desse quadro, pode-se dizer que, no último ano, a pobreza e a extrema pobreza foram um problema socioeconômico mais grave entre homens localizados na região rural da economia cearense.

Tabela 13: Proporção de indigentes, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2021-2022 (%)

Indicador	Ceará		RM		Rural		Urbano	
	fem	masc	fem	masc	fem	masc	fem	masc
P0	16,05%	15,27%	6,69%	6,47%	10,58%	32,38%	10,58%	9,98%
P1	7,90%	7,45%	3,21%	3,26%	5,02%	15,93%	5,02%	4,83%
P2	5,02%	4,80%	2,10%	2,25%	3,25%	9,80%	3,25%	3,26%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 14 e 15, abaixo, tem-se os índices de pobreza sob estudo construídos por raça para as linhas de pobreza e de extrema pobreza. Quanto a pobreza os indígenas e pardos são as raças mais afetadas pela pobreza, junto com os pretos são as 3 etnias com percentual de pobreza acima de 50%. Por sua vez a raça amarela no Ceará apresentou um percentual de pobreza bem abaixo das demais etnias. A severidade e a intensidade da pobreza são similares ao percentual de pobreza no tocante as raças. Pretos pardos e indígenas possuem os maiores índices.

Tabela 14: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por raça, 2021

Indicador	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
P0	30,70%	46,06%	56,07%	57,60%	52,84%
P1	14,02%	22,16%	26,71%	28,51%	24,97%
P2	9,40%	14,42%	17,37%	18,69%	16,29%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a linha de extrema pobreza é tomada como referência, observa-se que a proporção de extremamente pobres é maior entre pretos, pardos e indígenas. De modo semelhante, a intensidade e a severidade da extrema pobreza também são maiores entre esses grupos, com a população parda liderando as estatísticas com 8,2.

Tabela 15: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência no Ceará por raça, 2021

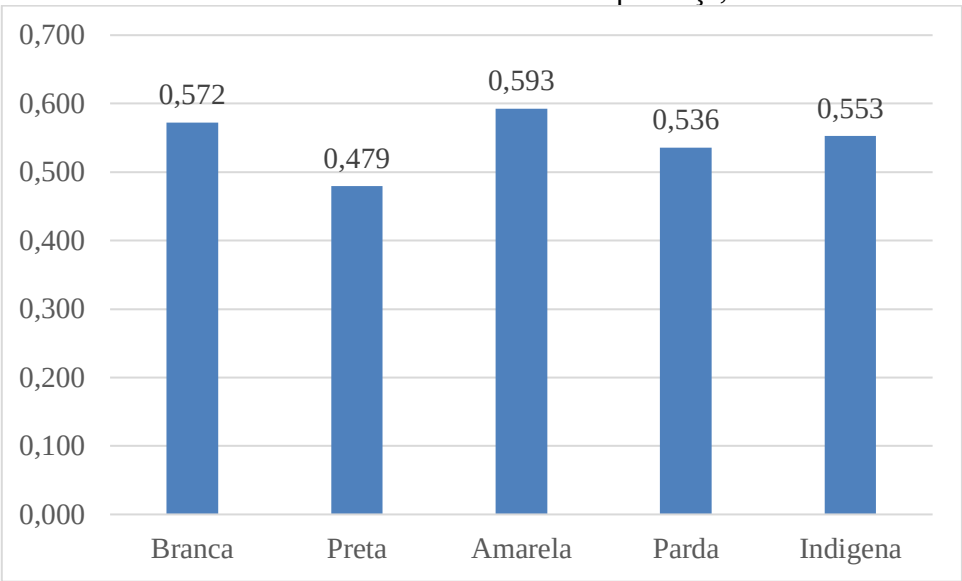
Indicador	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta

P0	8,46%	13,01%	12,24%	16,85%	14,49%
P1	5,08%	6,27%	7,27%	8,20%	8,01%
P2	4,22%	3,99%	5,06%	5,21%	5,58%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, foi elaborada uma Tabela com dados do índice de Gini para o Estado do Ceará por raça. O gráfico 6, abaixo, detalha os resultados. A maior desigualdade de renda ocorreu entre amarelos, com Gini de 0,593, ao passo que a menor desigualdade de renda observada foi entre os negros, com 0,479. Somente pretos tiveram um indicador de desigualdade abaixo de 50%.

Gráfico 6: Índice de Gini no Ceará por raça, 2021



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, nas Tabelas 16 e 17, têm-se os dados da pobreza e indigência para crianças entre 0 a 6 anos e por região. Os dados indicam um cenário preocupante com 73% de crianças na pobreza no Ceará. Na RMF, por outro lado, esse indicador é bem inferior, de aproximadamente 45,74%. Ainda mais preocupantes são os indicadores para a zona Rural, onde 92% das crianças de 0 a 6 anos estão abaixo da linha da pobreza, o que implica que 9 e cada 10 crianças cearenses, em áreas rurais, na 1° infância estavam na pobreza. Esses resultados indicam que longe da Capital existe um número alarmante de crianças pobres, ainda que, mesmo na capital e localidades próximas (RMF) esse número ainda seja preocupante. A zona Rural também possui maior severidade da pobreza, com P_1 de 60%.

Tabela 16: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza de crianças de 0 a 6 anos por região, 2021

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Rural**	**Urbana**

P0	73,18%	45,74%	92,78%	67,15%
P1	39,59%	19,82%	60,10%	33,28%
P2	26,24%	11,42%	44,86%	20,50%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se leva em consideração a linha de Indigência, observa-se que as localidades rurais são as mais afetadas pela falta de renda, com 48,8% de crianças entre 0 e 6 anos vivendo na miséria com uma intensidade de 9,8%. No Ceará como um todo esse índice alcançou 17,30%. Também para a indigência a situação é alarmante na zona rural, quase metade das crianças entre 0 e 6 anos viviam na miséria em 2021.

Tabela 17: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência de crianças de 0 a 6 anos por região, 2021.

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Rural**	**Urbana**
P0	23,75%	8,89%	48,84%	16,03%
P1	10,99%	3,52%	25,00%	6,68%
P2	6,80%	2,02%	15,94%	3,99%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 18, são apresentados os índices de pobreza e indigência discriminados por setor econômico e sexo. Quando se considera a linha de pobreza, pode-se dizer que a proporção de pobres é maior entre homens que trabalham na agricultura, com proporção de pobres de aproximadamente 74%, seguido por homens nos serviços domésticos e construção civil, com 64% e 56%, respectivamente. O setor de transporte apresentou pobreza e indigência feminina quase nula, isso talvez por ser um setor predominantemente masculino.

Tabela 18: Índices de Pobreza e Indigência por setor e gênero, 2021

Setor	Indice	Pobreza		Indigência	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Administração pública	P0	12,14%	18,43%	1,50%	0,00%
	P1	3,85%	4,28%	0,09%	0,00%
	P2	1,86%	1,49%	0,01%	0,00%
Agricultura	P0	74,43%	63,48%	24,33%	17,73%
	P1	40,09%	36,37%	8,11%	5,71%
	P2	26,18%	23,76%	3,83%	2,63%
Alojamento	P0	43,62%	43,79%	4,49%	6,32%
	P1	13,28%	16,37%	1,27%	1,42%
	P2	6,49%	8,83%	0,43%	0,47%
Comércio	P0	36,32%	29,36%	2,25%	5,19%
	P1	12,52%	11,32%	0,53%	1,86%
	P2	5,91%	6,52%	0,16%	0,85%

Construção civil	P0	56,29%	0,00%	5,16%	0,00%
	P1	20,53%	0,00%	1,11%	0,00%
	P2	10,32%	0,00%	0,44%	0,00%
Educação	P0	16,59%	18,61%	0,00%	0,00%
	P1	4,48%	4,49%	0,00%	0,00%
	P2	1,95%	1,65%	0,00%	0,00%
Industria geral	P0	38,07%	35,43%	2,43%	5,55%
	P1	14,28%	13,63%	0,70%	1,86%
	P2	6,99%	7,80%	0,25%	0,93%
Informática	P0	23,27%	14,07%	2,28%	2,41%
	P1	7,75%	4,46%	0,49%	0,15%
	P2	3,71%	2,05%	0,16%	0,01%
Outros Serviços	P0	26,04%	33,99%	1,32%	6,46%
	P1	8,42%	15,66%	0,57%	1,05%
	P2	4,05%	8,97%	0,36%	0,26%
Serviços domésticos	P0	64,33%	60,19%	6,59%	11,37%
	P1	26,44%	25,90%	1,77%	3,43%
	P2	13,75%	14,66%	0,67%	1,51%
Transporte	P0	42,72%	0,00%	3,64%	0,00%
	P1	14,89%	0,00%	1,03%	0,00%
	P2	7,24%	0,00%	0,39%	0,00%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a linha de indigência é usada como referência, a agricultura continua sendo o setor que concentra a maior proporção de pobres entre homens e mulheres, novamente seguido por serviços domésticos e construção civil. A partir dos resultados encontrados, não se pode afirmar que a proporção de pobres é majoritariamente maior entre homens, uma vez que em setores como serviços domésticos, outros serviços e educação, a proporção de mulheres em situação vulnerável é maior independente da linha de pobreza escolhida. Por outro lado, pode-se dizer que a pobreza é um problema mais grave no setor agrícola independente do gênero e da linha de pobreza escolhida.

1.4.3. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2020

Nas linhas que seguem apresentamos uma serie de estatísticas descritivas do nível de renda, da pobreza, indigência e desigualdade para o Estado do Ceará no ano de 2020. Tais informações foram abordadas envolvendo características de sexo e raça e também sobre a dicotomia urbano e rural. Também foi apresentado características da pobreza pelo setor de atividade da economia.

A tabela 1 contém informações do nível de renda para o Estado caracterizada por gênero para três níveis de renda. A renda média para o Ceará como um todo foi de R$ 1.172,6, pouco mais de um salário mínimo para o período (R$ 1.045). Quando analisado a renda per capita há uma simetria entre a renda entre homens e mulheres. A renda do trabalho masculino foi R$ 92 superior a renda feminina, porém a renda oriunda de outras fontes feminina foi R$ 98 superior a essa renda masculina. A renda do trabalho se mostrou com maior valor, em todos os cenários. Para o Ceará a renda de outras fontes foi 50,5% da renda do trabalho, entre os homens esse percentual foi 47,7% e das mulheres 53,2, o que mostra que as renda alternativas são maiores, proporcionalmente para mulheres.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2020

Renda	**Total**	**Masculino**	**Feminino**
Renda per capita	1.172,60	1.172,26	1.172,90
Renda do trabalho	2.608,40	2.656,08	2.563,31
Outras fontes	1.318,30	1.267,76	1.366,06

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 aborda os quartis de renda para o estado do Ceará pelas características de renda. Em relação a renda per capita 25% dos cearenses vivem com renda de até R$ 383,95. Esse valor difere significativamente do 3° quartil que possuem renda 3 vezes maior. Para esse caso o intrigante foi a renda do trabalho e de outras fontes para o primeiro quartil, muito inferior a mediana e ao terceiro quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2020

Quartil	**Renda per capita**	**Renda do trabalho**	**Outras fontes**
0,25	383,95	46,74	0
0,5	676,40	1.252,93	723,10
0,75	1.239,58	2.722,34	1.449,74

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a tabela 3 o recorte é em relação a região e ao sexo dos indivíduos. Conforme os dados, existe concentração da renda na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), assim como há concentração em áreas urbanas em detrimento da área rural. A renda oriunda do trabalho foi a maior renda auferida, para a RMF ela foi 2,3 vezes a renda per capita e 2,6 vezes a renda de outras fontes.

No entanto as maiores disparidades estão entre o Urbano e o Rural, onde a renda per capita da zona rural é apenas 44% da renda urbana. Tal desigualdade se atenua quando se leva em conta a renda de outras fontes, em que as rendas se aproximam entre essas regiões. As fontes de outra rendam englobam as transferências de renda, por isso a importância desses programas para amenizar a desigualdade.

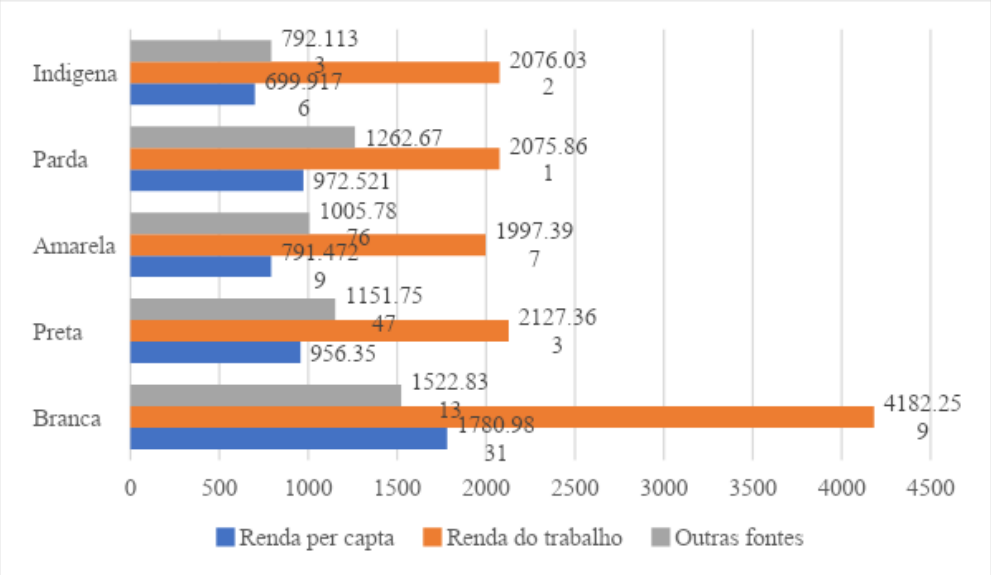
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2020

Renda	RM			Urbano	Rural
	Total	Masc	fem		
Renda per capta	1.653,60	1.662,49	1.645,47	1.352,37	599,47
Renda do trabalho	3.947,50	4.058,62	3.844,56	3.163,23	839,66
Outras fontes	1.505,60	1.403,89	1.599,86	1.329,25	1.283,33

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao observar a renda por raça para o Ceará, Gráfico 1, duas situações se destacam, a predominância da renda do trabalho e de indivíduos brancos. A renda do trabalho branco é 2 vezes maior que qualquer outro grupo étnico. A renda per capta e de outras fontes de brancos também é maior que todas raças. Indígenas possuem a menor renda per capita com R$ 699, apenas os brancos tiveram renda per capita acima de mil reais.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2020 (R$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

As informações na Tabela 4 mostram o nível de renda por setor de atividade, com destaque para o setor de administração pública e informática com maiores rendas per capita. Por sua vez os serviços domésticos e a agricultura apresentaram os menores níveis de renda per capta. A renda per capta da agricultura e dos serviços domésticos em relação a renda da administração pública foi de foi 19% e 31%, respectivamente.

Quando observamos a renda do trabalho a relação é parecida, no entanto as disparidades aumentam, pois, a renda de setores como administração pública, Informática e educação é bastante elevada em relação aos demais setores. Somente quando se leva em conta outras fontes de renda é

que se atenuam as diferenças de renda. A industrial geral não se destaca em relação as atividades de serviços.

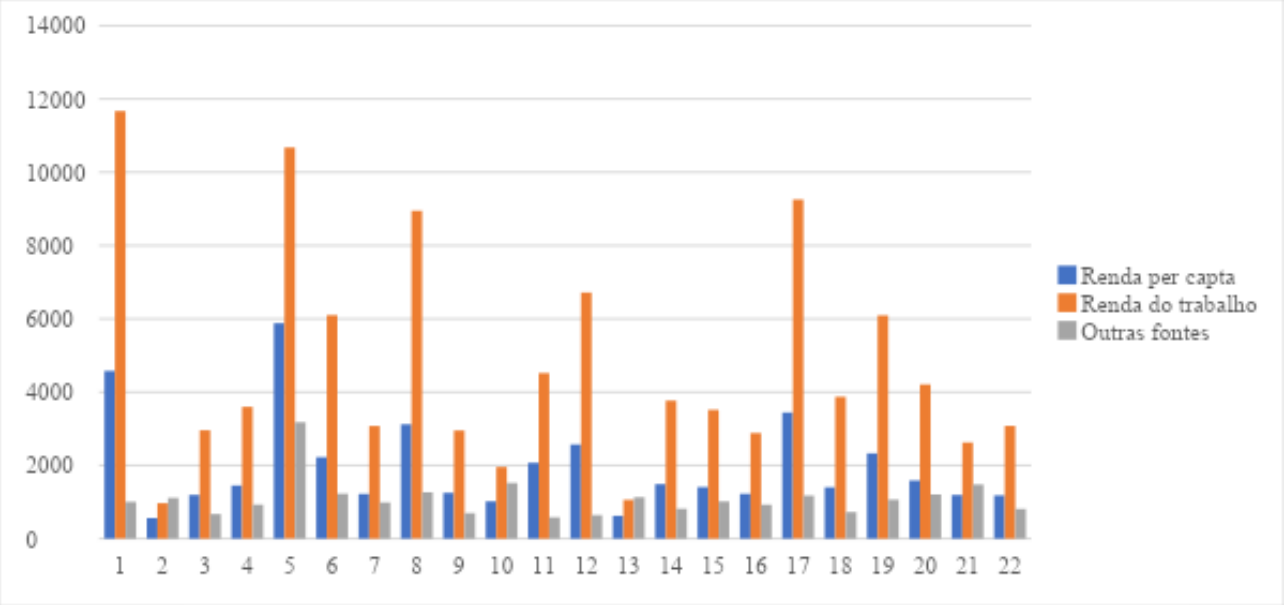
Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2020

atividade	Renda per capta	Renda do trabalho	Outras fontes
Agricultura	617,04	1.050,53	1.127,42
Indústria geral	1.325,72	3.541,68	832,91
Construção	1.339,25	3.076,75	981,94
Comércio	1.424,43	3.549,36	978,24
Transporte	1.207,23	3.121,32	803,20
Alojamento	1.340,05	3.362,97	742,20
Informática	2.583,90	7.016,25	1.128,61
Administração pública	3.295,74	8.509,53	771,79
Educação	2.552,81	6.954,98	1.211,16
Outros Serviços	1.405,04	3.531,45	930,77
Serviço doméstico	1.032,31	2.015,21	1.514,97

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2 aborda a renda por sexo entre os setores de atividade da economia para o Ceará. Como observado a renda do trabalho apresenta os maiores valores. No entanto o fator de destaque é maior renda feminina em setores como administração pública, informática, construção civil e transportes. Nesses setores as mulheres também tiverem maiores renda per capita. Cabe salientar serviço doméstico feminino ainda é menos remunerado que o serviço doméstico masculino.

Gráfico 2: Renda por Setor e Gênero, 2020



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. O Ceará registrou uma proporção de 47,29% de pobres em sua população, esse percentual foi praticamente o mesmo para homens e mulheres. A intensidade da pobreza (P1) foi de 20% e a severidade (P2) foi de 12%.

Quando se analisa a pobreza a penas na RMF o indicador de pobreza é significativamente menor, 34,7%, com a pobreza feminina levemente superior a masculina, um ponto percentual. A intensidade e a severidade da pobreza também são menores na RMF. Essa discrepância entre o Estado como um todo e a RMF indica que regiões distantes da capital possuem maiores indicadores de pobreza que a média estadual.

Tabela 5: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, por sexo, 2020.

	Ceará			**RMF**		
Indicador	**Total**	**masc**	**Fem**	**Total**	**masc**	**fem**
P0	47,29%	47,15%	47,42%	34,74%	34,37%	35,07%
P1	20,65%	20,61%	20,68%	14,23%	14,09%	14,36%
P2	12,58%	12,66%	12,51%	8,56%	8,56%	8,56%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A pobreza em áreas urbanas no Ceará foi de 41,4% em 2020, Tabela 6, com praticamente o mesmo percentual entre homens e mulheres. A intensidade e a severidade dessa pobreza foram de 17% e 10% respectivamente. Porém quando se analisa a pobreza no meio rural o percentual de pobres

é de 65% com uma taxa de severidade de 31%. No meio rural a pobreza incide principalmente sobre homens, proporção de 64% ante 41,5% das mulheres.

Tabela 6: Pobreza no Ceará em Áreas Urbanas e Rurais, por sexo, 2020

	Urbano			Rural		
Indicador	**Total**	**masc**	**Fem**	**Total**	**masc**	**fem**
P0	41,43%	41,34%	41,52%	65,95%	64,36%	41,52%
P1	17,17%	17,17%	17,18%	31,73%	30,81%	17,18%
P2	10,16%	10,26%	10,08%	20,29%	19,76%	10,08%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A indigência, quando se leva em consideração a pobreza extrema, apresentada na tabela 7 mostra que 9,87% dos cearenses vivem na pobreza extrema, praticamente mesmo percentual de homens e mulheres. Quando se observa a RMF esse percentual cai em mais de 3 pontos percentuais, para 6,51%. Também na RMF o percentual de indigentes é similar entre homens e mulheres.

Tabela 7: Indigência no Estado do Ceará e RMF, por sexo, 2020

	Ceará			RMF		
Indicador	**Total**	**masc**	**Fem**	**Total**	**masc**	**fem**
P0	9,67%	9,86%	9,86%	6,57%	6,51%	6,62%
P1	4,95%	5,11%	5,11%	3,73%	3,79%	3,66%
P2	3,51%	3,68%	3,68%	2,99%	3,12%	2,86%

A indigência no meio urbano é próxima da taxa na RMF, 7,21%, e menor que a taxa do Ceará. A extrema pobreza em áreas urbanas é levemente maior entre os homens. Mais uma vez a zona rural se destaca negativamente, com uma taxa de indigência de 17% e intensidade dessa indigência de 8,52%. Essa pobreza extrema no meio rural atinge em sua maioria os homens, que apresentam uma proporção de indigência de 17,13%.

Tabela 8: Indigência no Ceará em Áreas Urbanas e Rurais, por sexo, 2020

	Urbano			Rural		
Indicador	**Total**	**masc**	**Fem**	**Total**	**masc**	**fem**
P0	7,21%	7,40%	7,04%	17,50%	17,13%	7,04%
P1	3,79%	3,96%	3,64%	8,64%	8,52%	3,64%
P2	2,87%	3,07%	2,70%	5,53%	5,49%	2,70%

Quando se trata da pobreza entre raça no Ceará (tabela 9) os indígenas possuem a maior proporção com uma taxa de 73,03%. Esse percentual é o dobro da proporção de pobres dos brancos.

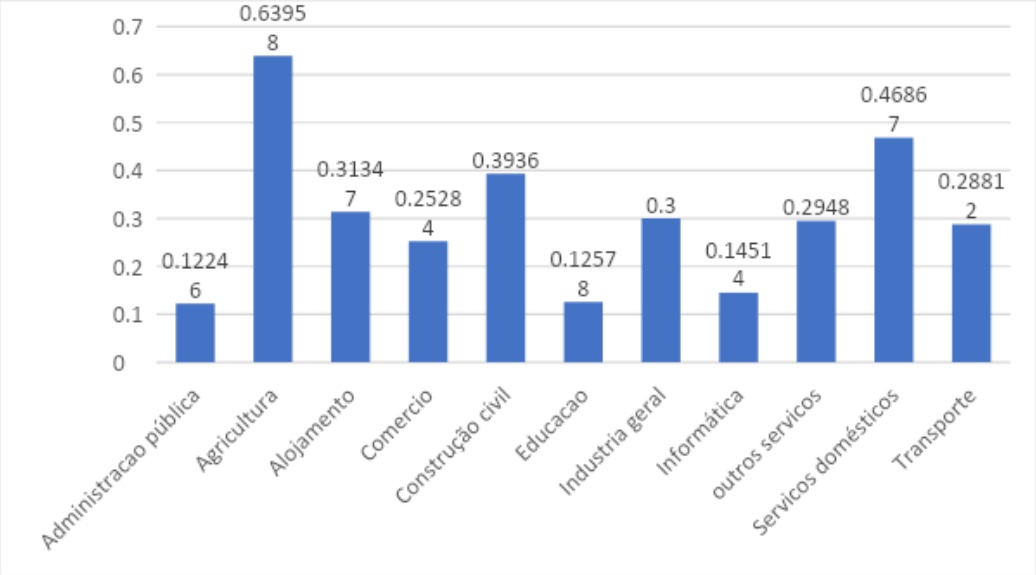
Pardos e pretos vem em seguida com maiores proporções de pobreza,51,59% e 44,1% respectivamente. O fato intrigante desses dados é a baixa proporção de indígenas abaixo da linha da miséria, apenas 2,1%. A raça mais assolada pela indigência no Ceará foi a amarela, com 22,42%.

Tabela 9: Pobreza e Indigência por raça no Ceará, 2020

	Amarela		Branca		Indígena		Parda		Preta	
Indicador	indigência	Pobreza	indigência	Pobreza	indigência	Pobreza	indigência	Pobreza	indigência	Pobreza
P0	22,42%	47,64%	7,02%	35,38%	2,10%	73,07%	10,81%	51,59%	7,93%	44,10%
P1	9,75%	28,35%	3,71%	14,69%	0,86%	27,72%	5,62%	22,94%	2,41%	17,65%
P2	5,84%	20,36%	2,67%	8,93%	0,60%	12,28%	4,00%	14,10%	1,32%	9,83%

No Gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade. Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviço doméstico com aproximadamente 58% e 66%, respectivamente, seguidos de longe pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 42,57%. Por outro lado, os setores de informática, educação e administração pública concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres no último ano.

Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2020

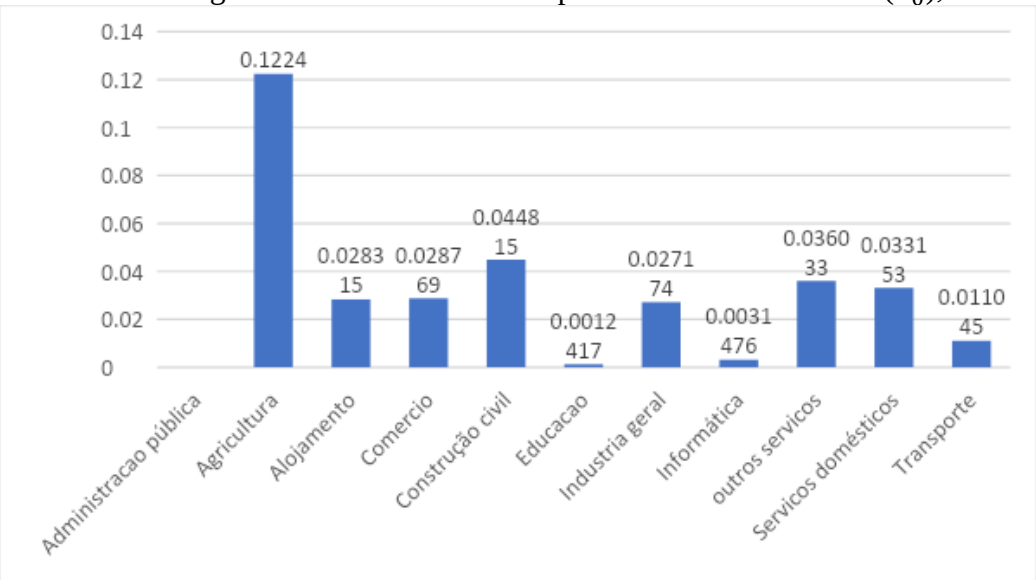


Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 4 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres. O setor de agricultura apresentou uma proporção de

indigentes de 12,2%. Setores como informática, educação e administração pública tiveram uma taxa de indigência próxima de zero.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2020



Fonte: Elaborado pelos autores.

A pobreza entre crianças no Ceará teve um índice preocupante de 61,9% e uma taxa de indigência de 15%. Isso significa que de cada 10 crianças cearenses, entre 0 e 6 anos, 6 vivem abaixo da linha da pobreza. Quando se observa as áreas rurais a situação é ainda mais calamitosa, 8 em cada 10 crianças vivem abaixo da linha da pobreza (a indigência foi de 26%). A Região Metropolitana de Fortaleza obteve a menor taxa de pobreza e de indigência entre as crianças (48% e 8%). Os centros Urbanos cearenses apresentaram uma taxa de pobreza e indigência infantil de 54,9% 11,46%, respectivamente.

Tabela 10: Pobreza e Indigência infantil no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2020

	Ceará		RMF		Urbano		Rural	
Indicador	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência
P0	61,99%	15,37%	48,21%	8,61%	54,91%	11,46%	81,79%	26,31%
P1	29,31%	7,09%	19,74%	3,78%	24,27%	5,00%	43,39%	12,96%
P2	18,26%	4,60%	11,28%	2,65%	14,56%	3,30%	28,60%	8,25%

Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 11 mostra que, em 2020, o Estado do Ceará teve um índice de gini de 0,5431, valor inferior ao reportado na RMF. Assim a maior concentração de renda se encontra próximo a capital. Para o Estado como um todo o

grau de concentração de renda entre homens e mulheres é praticamente similar. Observando os dados entre regiões urbanas e rurais constata-se que na zona rural existe menor desigualdade de renda que em centros urbanos.

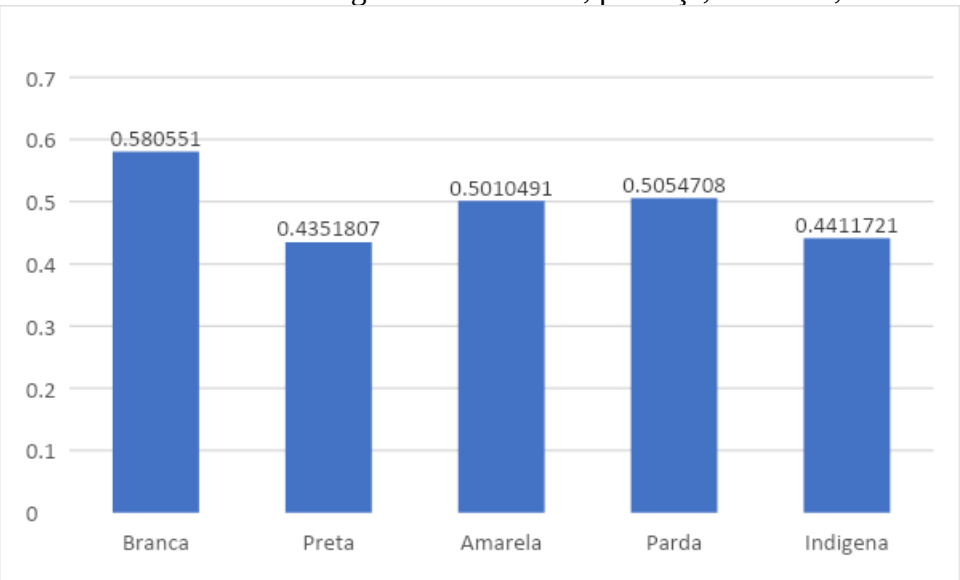
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará, por sexo, e RMF e Área Rural e Urbana, 2020

	Ceará			RMF	Urbano	Rural
Indicador	Geral	masc	Fem			
Gini	0,5431	0,5439	0,5426	0,5586	0,5431	0,4211

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 5 reporta os resultados do índice de Gini para o Ceará por raça, o que se destaca é uma maior concentração de renda entre os brancos, com gini de 0,58. As raças amarela e parda tiveram, ambas, um índice de gini no patamar de 0,50. O menor indicador de desigualdade foi par a população preta, seguida pelos indígenas.

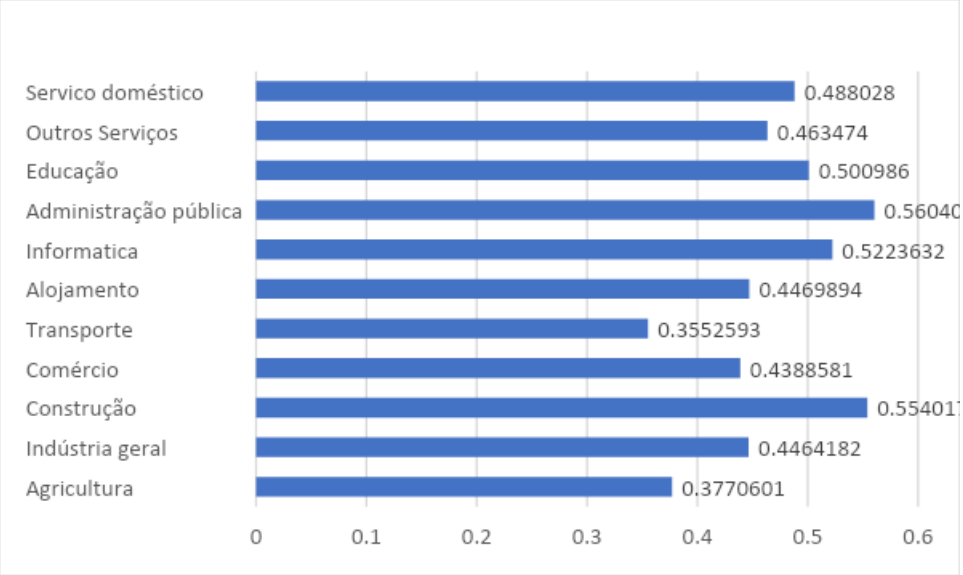
Gráfico 5: Desigualdade de renda, por raça, no Ceará, 2020



Fonte: Elaborado pelos autores.

A desigualdade de renda setorial no Ceará -Gráfico 6- aponta um alto grau de concentração nos de administração pública e construção civil. Por outro lado, o setor de transporte e a agricultura obtiveram os menores índice de desigualdade. Setores como os serviços domésticos também apresentaram um grau de desigualdade relativamente alto, 0,48.

Gráfico 6: Desigualdade de renda, por setor, no Ceará, 2020



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim os setores que apresentaram melhores indicadores de renda e baixa taxa de pobreza e indigência apresentaram um nível alto de desigualdade. Por outro lado, setores de baixa renda alto índices de pobreza tiveram relativamente menor desigualdade.

1.4.4. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2019

A partir de agora, serão apresentadas algumas estatísticas de pobreza e desigualdade extraídas da PNAD Contínua para o ano de 2019. Na Tabela 1, abaixo, têm-se os níveis médios de renda per capita, oriunda do trabalho e de outras fontes segmentadas por gênero.

Conforme resultados apresentados, a renda per capita do cearense foi de R$ 1.084,90, menos de 100 reais acima do salário mínimo da época. Quando se decompõem a renda de acordo com sua fonte, observa-se que a renda média do trabalho foi da ordem de 2.498,70 reais e foi superior a renda per capita em mais de mil reais e maior também do que a renda oriunda de outras fontes, que estava apenas 10 reais acima da renda per capita.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2019

Renda	Total	Masc	Fem
Renda per capita	1084,90	1082,41	1087,20
Renda do trabalho	2498,70	2546,82	2452,73
Outras fontes	1095,10	1036,86	1150,84

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se analisa essas variáveis a partir de uma perspectiva de gênero, conclui-se que as mulheres possuem maiores rendimentos advindos de outras fontes e de renda per capita, embora essa diferença seja de aproximadamente apenas 5 reais no caso da renda per capita. Em relação a renda do trabalho, a renda masculina é superior a feminina em aproximadamente 100 reais. Além disso, destaca-se também que o fato das mulheres possuírem maiores renda per capita e de outras fontes do que homens pode estar associado aos programas de transferências de renda, uma vez que as mulheres, em maioria, são as beneficiadas dos recursos.

Na Tabela 2, tem-se os resultados médios da renda per capita de acordo com os quartis de renda. Como pode-se observar, famílias no terceiro quartil de renda possuem mais de quatro vezes renda do trabalho em relação às famílias de renda média, sendo a renda média do trabalho do primeiro quartil de aproximadamente 310 reais, um pouco abaixo da renda per capita das famílias pertencentes ao mesmo quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2019

Quartil	Renda per capita	Renda do Trabalho	Outras fontes
0,25	318,75	310,04	0,00
0,50	621,90	1243,79	261,89
0,75	1210,76	2715,98	1249,51

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 3, realiza-se um recorte amostral que permite observar o comportamento da renda cearense no âmbito regional e por sexo. A renda per capita na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) está bem acima da renda para o Ceará como um todo. Esse maior volume de renda se deu nos três níveis e todos eles foram maiores que o Salário Mínimo de 2019. O destaque foi para o nível de renda do Trabalho, que foi mais de R$ 2 mil acima da renda per capita e da renda de outras fontes. Esse resultado é esperado visto que a maior parte do comércio e indústria se encontram na RMF. Quando visto sob a ótica do gênero, a renda per capita de homens e mulheres são bastante próximas são próximas, o que destoa são as rendas do trabalho e aquela oriunda de outras fontes, com as mulheres possuindo uma maior média no último caso.

Ainda no âmbito da RMF, pode-se dizer que os maiores níveis de renda se encontram próximo a capital, mas ainda não se observa grandes disparidades. Portanto, é necessário analisar os níveis de renda entre o meio urbano e rural para dimensionar a renda e a pobreza nessas áreas. Ainda na Tabela 3, é possível aferir a disparidade entre a renda urbana e a rural. A renda per capita em regiões urbanas cearenses teve média aproximadamente de R$ 1.256 ante R$ 540 nas áreas rurais e quando se leva em consideração a renda do trabalho essa diferença de renda se expande em mais de

mil reais. A renda de outras fontes é a renda que possui menor diferença de média, evidenciando que o setor rural precisa de políticas públicas para a geração de renda do trabalho.

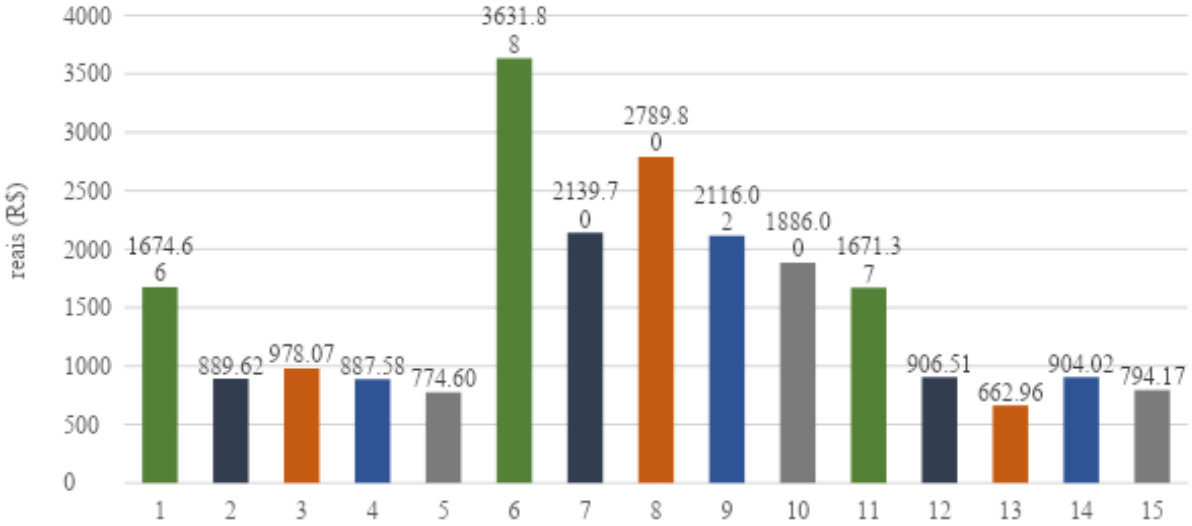
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2019

Renda	RMF			Urbano	Rural
	Total	Masc	Fem		
Renda per capita	1542,30	1555,32	1530,39	1256,29	539,91
Renda do trabalho	3774,80	3906,39	3654,05	2994,86	921,70
Outras fontes	1336,40	1234,08	1430,24	1158,72	892,86

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se observa a renda por raça no Ceará, no gráfico 1, tem-se que o branco ainda tem a maior renda em todos os níveis de renda em 2019. A média de renda por trabalho do branco é mais de R$ 1 mil maior que a renda do negro e quase R$ 2 mil maior que a do indígena. Quando se considera a renda de outras fontes somente, a renda de brancos possui uma média bem maior que a dos demais e essa renda é semelhante entre pretos e pardos.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2019



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 4, se leva em consideração os setores econômicos e pode-se observar que os setores com maior renda no Ceará em 2019 foram administração pública, informática e educação. Por outro lado, a agricultura possui o menor nível de renda, seguido pelo setor de serviços domésticos. Entre os níveis de renda, a renda do trabalho foi destacadamente superior aos outros dois níveis de renda, com destaque para Informática, Administração Pública e Educação. A renda oriunda de outras

fontes foram baixas para Agricultura, Industria geral e Administração. Na administração esse valor é esperado, visto que a renda alta da fonte do trabalho não motiva a busca de novas rendas. Por sua vez na agricultura esse baixo volume de renda de outras fontes expõe a dificuldade de conseguir renda nesse setor.

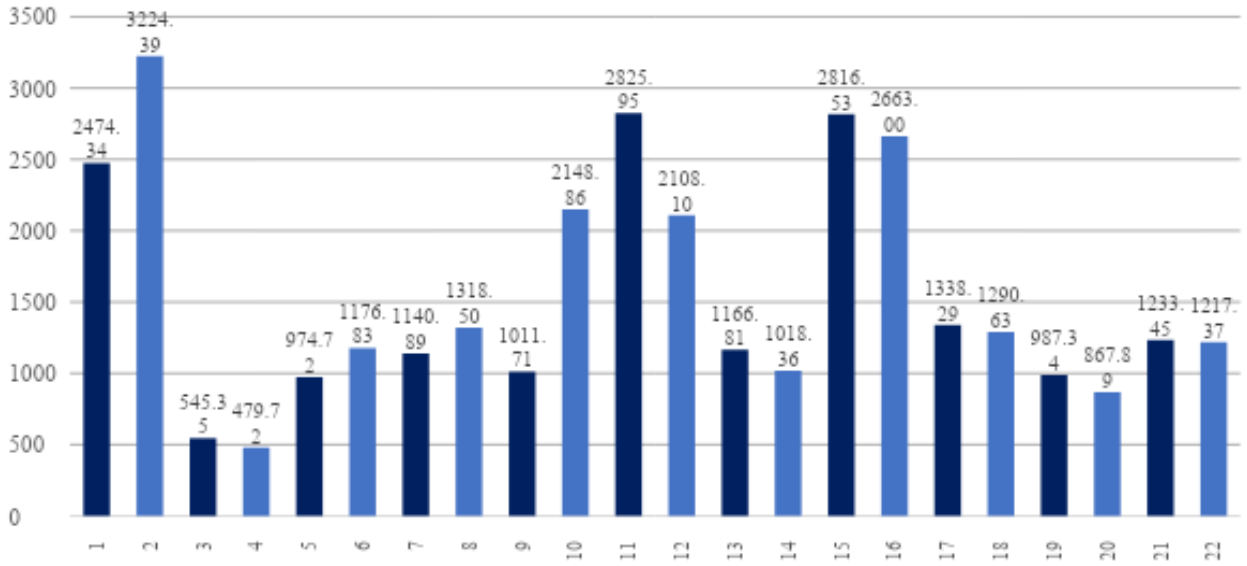
Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2019

Setores	Renda per capita	Renda Trabalho	Outras Fontes
Agricultura	537,62	922,12	824,88
Indústria geral	1097,05	2960,11	634,26
Construção	1044,42	2829,79	468,78
Comércio	1211,05	3121,39	658,44
Transporte	1232,61	3286,10	568,39
Alojamento	1072,98	2834,35	688,11
Informática	2763,49	7331,81	1390,37
Administração pública	2751,33	7343,03	1425,07
Educação	2332,02	6289,25	1245,10
Outros serviços	1311,27	3216,68	801,02
Serviço doméstico	878,49	2046,90	823,23

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2, igualmente, projeta a renda por setor, mas traz essa análise segmentada por gênero. Quando se trata de renda per capita e de renda do trabalho o setor de Administração se destaca, com a renda do trabalho a renda feminina supera a masculina destacadamente. Já na educação, a renda de homens supera a feminina, ao passo que na construção houve um predomínio de renda feminino. Isso pode ocorrer porque, na construção, a maioria dos postos de emprego são intensivos em trabalho, que remuneram pouco, ao passo que as mulheres ocupam postos administrativos.

Gráfico 2: Renda per capita por Setor e Gênero, 2019



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. A proporção de pobres em 2019 foi de aproximadamente 51,6%, como se observa a partir da Tabela 8. Além disso, o hiato médio e o hiato médio quadrático da pobreza mostram que a intensidade e a severidade da pobreza foram da ordem de aproximadamente 24,8% e 15,9%, respectivamente. Todos esses percentuais diminuem quando se considera apenas a RMF, indicando que a pobreza é um problema ainda mais grave nas demais regiões do estado.

Quando se utiliza a linha de extrema pobreza como referência, a proporção de pobres cai para aproximadamente 14,2%, com medidas de intensidade e severidade de aproximadamente 6,4% e 3,9%, respectivamente. Novamente, os percentuais de todos os indicadores são menores quando se observa apenas a RMF do Estado.

Com exceção dos indicadores de intensidade e severidades, tanto para a RMF como para o estado como um todo, observa-se um alívio da pobreza no último ano em relação a 2021 independente da linha de pobreza utilizada como referência.

Tabela 8: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, 2019

Índice	**Pobreza**		**Indigência**	
	Ceará	**RMF**	**Ceará**	**RMF**
P_0	51,65%	38,80%	14,16%	5,81%
P_1	24,83%	15,38%	6,40%	2,67%
P_2	15,87%	8,86%	3,93%	1,83%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9, abaixo, se estuda as áreas urbanas e rurais do estado separadamente. Observa-se que a proporção de pobres na zona urbana é da ordem de 45,81%, sendo aproximadamente 24 p.p. maior na região rural. As medidas de intensidade e severidade também se mostram maiores na zona rural. Observa-se também um quadro de pobreza mais grave nas zonas rurais quando a linha de indigência é adotada, com a proporção de indigentes concentrados nessa região sendo mais de três vezes maior. É possível dizer que a zona Rural sempre apresenta maiores percentuais de proporção, intensidade e severidade. Logo, pode-se dizer que, sob todas as perspectivas em consideração e independente da linha de pobreza escolhida, a pobreza é um problema mais grave em regiões rurais do estado.

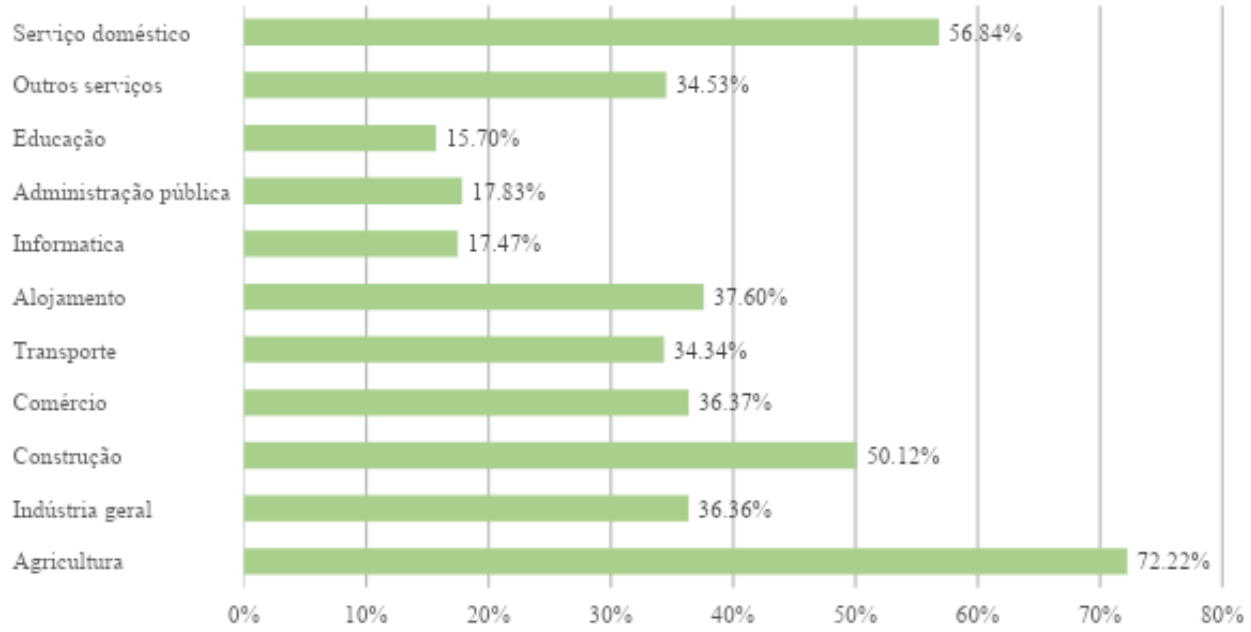
Tabela 9: Índices de Pobreza no Ceará, Área Urbana e Rural, 2019

Indicador	**Rural**		**Urbano**	
	Pobreza	**Indigência**	**Pobreza**	**Indigência**
P_0	70,21%	29,22%	45,81%	9,42%
P_1	39,89%	13,67%	20,09%	4,11%
P_2	27,99%	8,23%	12,06%	2,58%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade. Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviço doméstico com aproximadamente 72% e 57%, respectivamente, seguidos pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 50%. Por outro lado, os setores de educação, informática e administração pública concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres neste ano.

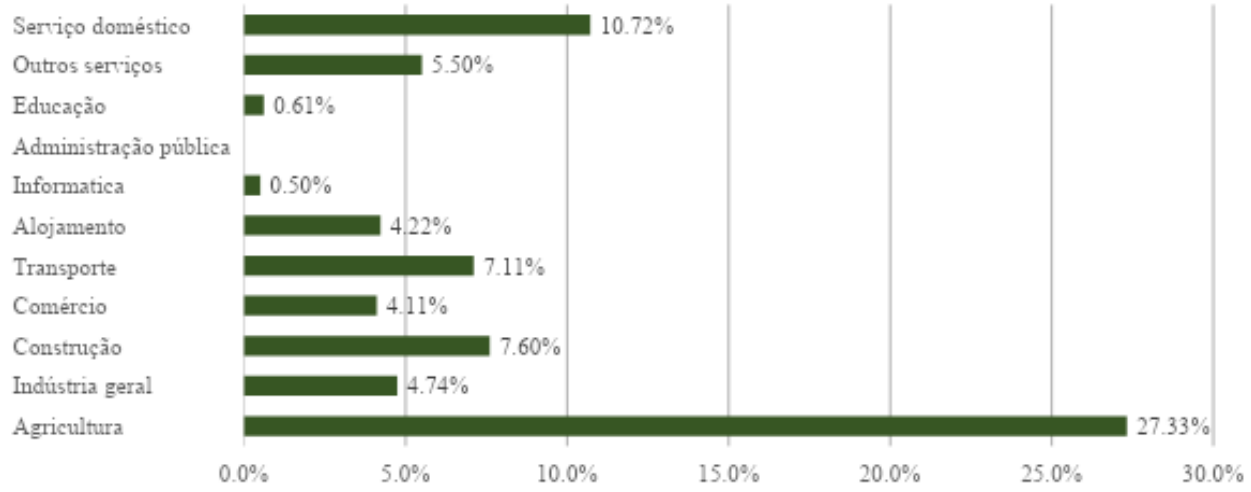
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2019



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 4 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres. Do mesmo modo, os setores com menor proporção de pobres permanecem os mesmos, apenas com administração pública tornando-se o setor com menor percentual. Esse resultado evidencia que, pelo menos em 2019, os quadros de pobreza e pobreza extrema reportaram distribuição semelhante entre os setores econômicos cearenses.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2019



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 10 revela que, em 2019, o Estado do Ceará reportou Gini de 0,5617, valor inferior ao observado para a RMF do estado, região com maior concentração de renda. A zona rural é a região com menor desigualdade de renda do estado no último ano.

Tabela 10: Índice de Gini no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2019

Região	**Gini**
Ceará	0,5617
RMF	0,5735
Urbano	0,5564
Rural	0,4798

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o recorte de gênero, na Tabela 11, observa-se que a desigualdade de renda foi de 0,5621 entre as mulheres, patamar levemente superior ao encontrado entre homens. Entretanto, é importante destacar que a diferença observada é pequena e não difere significativamente do índice de desigualdade do estado como um todo.

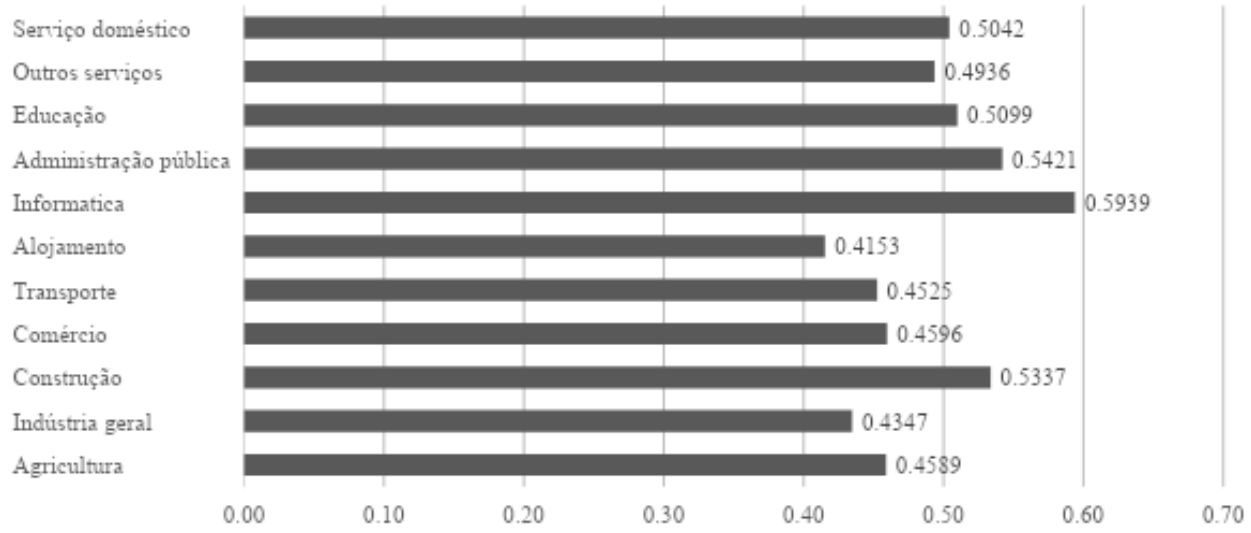
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará por sexo, 2019

Sexo	**Gini**
Homem	0,5614
Mulher	0,5621

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto a desigualdade setorial, a partir do gráfico 3 observa-se que informática é o setor com pior distribuição de renda, com Gini de aproximadamente 0,59, seguido pelos setores de administração pública e construção. Por outro lado, alojamento, indústria geral e transporte, foram os setores com menor concentração de renda no último ano, com índice de desigualdade da ordem de aproximadamente 0,41, 0,43 e 0,45, respectivamente, valor quase 20 p.p. inferior ao observado na informática.

Gráfico 3: Índice de Gini no Estado do Ceará por Setores de Atividade, 2019



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 12 e 13, a seguir, tem-se os indicadores P_0, P_1 e P_2 por região e gênero. Pode-se observar que a proporção de pobres do sexo feminino é levemente maior nas regiões urbanas, metropolitana e no estado do Ceará como um todo. Entretanto, essa tendência inverte quando se considera a zona rural, com a proporção de pobres sendo mais de 20 p.p. superior entre homens. No que se refere aos indicadores que medem intensidade e severidade, não se observa diferenças significantes no quadro geral, com exceção da zona rural, em que a intensidade e a severidade é aproximadamente 19 p.p. e 15 p.p. maior entre homens, respectivamente.

Tabela 12: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2019 (%)

Indicador	**Ceará**		**RMF**		**Rural**		**Urbano**	
	fem	**masc**	**Fem**	**masc**	**fem**	**masc**	**fem**	**masc**
P_0	51,70%	51,60%	39,41%	38,14%	46,19%	69,77%	46,19%	45,39%
P_1	24,86%	24,80%	16,01%	15,38%	20,28%	39,19%	20,28%	19,89%
P_2	15,92%	15,82%	9,08%	8,63%	12,20%	27,28%	12,20%	11,91%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os extremamente pobres, na Tabela 13, tem-se comportamento semelhante ao observado anteriormente para a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza. Novamente, destacam-se as diferenças observadas entre homens e mulheres na zona rural, com a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza sendo aproximadamente 20 p.p., 9 p.p. e 5 p.p. maior para homens, respectivamente. Diante desse quadro, pode-se dizer que, em 2019, a pobreza e a extrema pobreza foram um problema socioeconômico mais grave entre homens localizados na região rural da economia cearense.

Tabela 13: Proporção de indigentes, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2019 (%)

Indicador	Ceará		RMF		Rural		Urbano	
	fem	masc	Fem	masc	fem	masc	fem	masc
P_0	14,28%	14,03%	6,14%	5,45%	9,61%	28,15%	9,61%	9,21%
P_1	6,44%	6,35%	2,82%	2,50%	4,19%	13,15%	4,19%	4,03%
P_2	3,94%	3,92%	1,93%	1,73%	2,62%	7,97%	2,62%	2,54%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 14 e 15, abaixo, tem-se os índices de pobreza sob estudo construídos por raça para as linhas de pobreza e de extrema pobreza. Quando a linha de pobreza de 638 reais é adotada, percebe-se que a proporção de pobres é maior para as populações indígena, amarela e parda, respectivamente. Quanto a sua intensidade, pode-se dizer que a pobreza é mais intensa para os indígenas e pardos, com P_1 de aproximadamente 30% e 27%, respectivamente. Para o índice que mede a severidade da pobreza, como esperado, tem-se que a pobreza é mais severa para a população indígena e parda do estado.

Tabela 14: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por raça, 2019

Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	41,41%	50,51%	55,92%	55,32%	63,72%
P_1	19,76%	23,62%	25,30%	26,70%	30,25%
P_2	12,61%	14,97%	16,50%	17,09%	18,82%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a linha de extrema pobreza é tomada como referência, observa-se que a proporção de extremamente pobres é maior entre pardos, amarelos e indígenas, com percentuais que variam entre 13,82% e 15,32%. De modo semelhante, a intensidade e a severidade da extrema pobreza também são maiores entre esses grupos, com a população amarela liderando as estatísticas em ambos os casos, isto é, a intensidade e a severidade da pobreza é da ordem de 8,8% e 5,9%, respectivamente, para esse grupo.

Tabela 15: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência no Ceará por raça, 2019

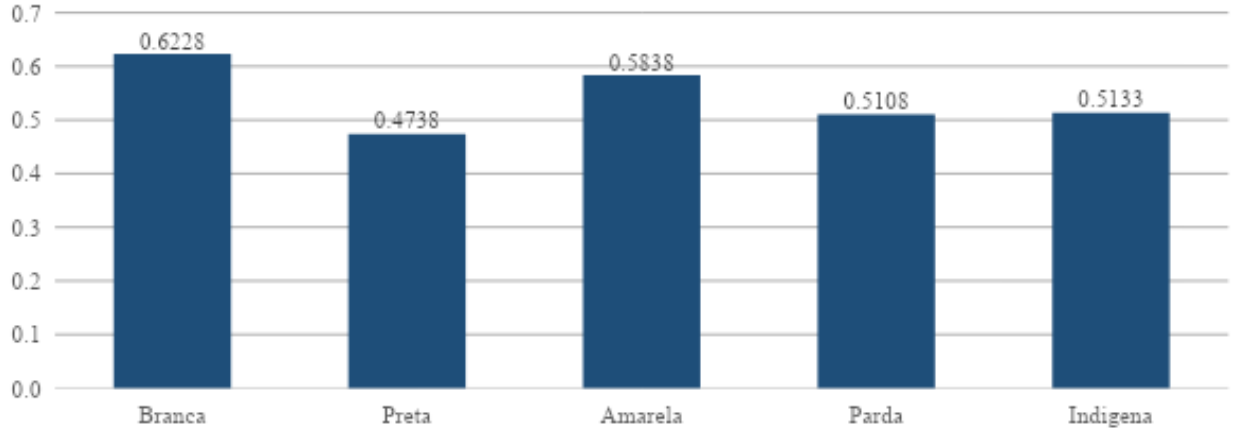
Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	11,21%	12,56%	14,96%	15,32%	13,82%
P_1	5,16%	5,81%	8,77%	6,87%	7,07%

P_2	3,14%	3,70%	5,88%	4,22%	4,34%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, foi elaborada um Gráfico com dados do índice de Gini para o Estado do Ceará por raça. O gráfico 4, abaixo, detalha os resultados. A maior desigualdade de renda ocorreu entre brancos, com Gini de 0,6228, ao passo que a menor desigualdade de renda observada foi entre pretos, com 0,4738. Além disso, o índice de Gini é semelhante entre a população parda e indígena.

Gráfico 4: Índice de Gini no Ceará por raça, 2019



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, nas Tabelas 16 e 17, têm-se os dados da pobreza e indigência para crianças entre 0 a 6 anos e por região. Os dados indicam um cenário preocupante com 70% de crianças na pobreza no Ceará. Na RMF, por outro lado, esse indicador é bem inferior, de aproximadamente 56,7%. Ainda mais preocupantes são os indicadores para a zona Rural, onde 89% das crianças de 0 a 6 anos estão abaixo da linha da pobreza. Na Zona Urbana, esse percentual foi de 64,2%.

Esses resultados indicam que longe da Capital existe um número alarmante de crianças pobres, ainda que, mesmo na capital e localidades próximas (RMF) esse número ainda seja preocupante. A zona Rural também possui maior severidade da pobreza, com P_1 de 38,6%.

Tabela 16: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza de crianças de 0 a 6 anos por região, 2019

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Rural**	**Urbana**
P_0	70,52%	56,74%	89,42%	64,15%
P_1	36,74%	25,23%	54,41%	30,79%
P_2	23,79%	14,51%	38,65%	18,78%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se leva em consideração a linha de Indigência, observa-se, novamente, que as localidades rurais são as mais afetadas pela falta de renda, com 40,4% de crianças entre 0 e 6 anos vivendo na miséria com uma intensidade de 18,4%. No Ceará como um todo esse índice alcançou o patamar de 21,4%.

Tabela 17: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência de crianças de 0 a 6 anos por região, 2019

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Rural**	**Urbana**
P_0	21,44%	9,67%	40,37%	15,07%
P_1	9,32%	4,11%	18,44%	6,25%
P_2	5,36%	2,45%	10,67%	3,58%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 18, são apresentados os índices de pobreza e indigência discriminados por setor econômico e sexo. Quando se considera a linha de pobreza, pode-se dizer que a proporção de pobres é maior entre mulheres que trabalham na agricultura, com proporção de pobres de aproximadamente 76,2%, seguido por mulheres nos serviços domésticos e homens na construção civil, com 58,01% e 51,05%, respectivamente. Essa tendência se mantém também para os índices que medem a intensidade e severidade da pobreza.

Tabela 18: Índices de Pobreza e Indigência por setor e gênero, 2019

Setor	**Índice**	*Pobreza*		*Indigência*	
		masc	**Fem**	**masc**	**fem**
Administração Pública	P_0	20,55%	13,17%	-	-
	P_1	6,89%	3,04%	-	-
	P_2	2,99%	1,12%	-	-
Agricultura	P_0	71,70%	76,17%	26,65%	32,38%
	P_1	38,50%	43,54%	8,43%	12,10%
	P_2	25,19%	29,36%	3,67%	6,08%
Alojamento	P_0	40,37%	34,67%	4,36%	4,08%
	P_1	15,58%	13,69%	1,22%	1,28%
	P_2	8,12%	7,28%	0,45%	0,67%
Comércio	P_0	38,44%	33,19%	3,37%	5,24%
	P_1	13,97%	12,82%	0,76%	1,64%

	P_2	6,92%	7,07%	0,25%	0,67%
Construção Civil	P_0	51,05%	18,51%	7,53%	10,06%
	P_1	21,81%	7,62%	2,08%	1,33%
	P_2	12,15%	5,34%	0,88%	0,17%
Educação	P_0	14,40%	16,29%	0,33%	0,74%
	P_1	3,55%	4,96%	0,07%	0,13%
	P_2	1,45%	2,25%	0,02%	0,03%
Industrial Geral	P_0	37,11%	35,51%	2,71%	7,03%
	P_1	14,18%	14,56%	0,71%	2,98%
	P_2	6,95%	8,49%	0,26%	1,77%
Informática	P_0	19,20%	14,20%	0,39%	0,72%
	P_1	5,84%	3,71%	0,04%	0,08%
	P_2	2,53%	1,72%	0,01%	0,01%
Outros Serviços	P_0	31,61%	36,76%	5,00%	5,89%
	P_1	12,00%	13,75%	1,28%	1,68%
	P_2	6,34%	7,45%	0,47%	0,74%
Serviços Domésticos	P_0	44,83%	58,01%	-	11,76%
	P_1	15,81%	25,18%	-	3,39%
	P_2	7,24%	14,43%	-	1,44%
Transporte	P_0	33,57%	48,31%	7,14%	6,59%
	P_1	13,38%	21,61%	1,15%	0,87%
	P_2	7,40%	10,48%	0,30%	0,11%

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: "-" refere-se a 0,00%.

Quando a linha de indigência é usada como referência, a agricultura continua sendo o setor que concentra a maior proporção de pobres entre homens e mulheres, novamente seguido por serviços domésticos e construção civil. A partir dos resultados encontrados, não se pode afirmar que a proporção de pobres é majoritariamente maior entre homens, uma vez que em setores como serviços domésticos, outros serviços, educação e a própria agricultura, a proporção de mulheres em situação vulnerável é maior independente da linha de pobreza escolhida. Por outro lado, pode-se dizer que a pobreza é um problema mais grave no setor agrícola independente do gênero e da linha de pobreza escolhida.

1.4.5. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2018

A partir de agora, serão apresentadas algumas estatísticas de pobreza e desigualdade extraídas da PNAD Contínua para o ano de 2018. Na Tabela 1, abaixo, têm-se os níveis médios de renda per capita, oriunda do trabalho e de outras fontes segmentadas por gênero.

Conforme resultados apresentados, a renda per capita do cearense foi de R$ 1.063,10, pouco mais de 100 reais acima do salário mínimo da época. Quando se decompõe a renda de acordo com sua fonte, observa-se que a renda média do trabalho foi da ordem de 2.495,00 reais e foi superior a renda per capita em mais de mil reais e maior também do que a renda oriunda de outras fontes, de R$ 989,43, inferior a renda per capita.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2018

Renda	Total	Masc	Fem
Renda per capita	1063,10	1090,79	1036,80
Renda do trabalho	2495,00	2616,52	2379,67
Outras fontes	989,43	959,11	1018,22

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se analisa essas variáveis a partir de uma perspectiva de gênero, conclui-se que as mulheres possuem maiores rendimentos advindos de outras fontes, mas renda per capita e do trabalho. Em relação a esta última, a renda masculina é superior a feminina em aproximadamente 237 reais.

Na Tabela 2, tem-se os resultados médios da renda per capita de acordo com os quartis de renda. Como pode-se observar, famílias no terceiro quartil de renda possuem mais de oito vezes renda do trabalho em relação às famílias de renda média, sendo a renda média do trabalho do primeiro quartil de aproximadamente 322 reais, um pouco abaixo da renda per capita das famílias pertencentes ao mesmo quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2018

Quartil	**Renda per capita**	**Renda do Trabalho**	**Outras fontes**
0,25	332,31	322,72	0,00
0,50	626,53	1290,89	258,09
0,75	1137,35	2710,87	1247,40

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 3, realiza-se um recorte amostral que permite observar o comportamento da renda cearense no âmbito regional e por sexo. A renda per capita na Região Metropolitana de Fortaleza

(RMF) está bem acima da renda para o Ceará como um todo. Esse maior volume de renda se deu nos três níveis e todos eles foram maiores que o Salário Mínimo de 2018. O destaque foi para o nível de renda do Trabalho, que foi mais de R$ 2 mil acima da renda per capita e da renda de outras fontes. Esse resultado é esperado visto que a maior parte do comércio e indústria se encontram na RMF. Quando visto sob a ótica do gênero, a renda per capita de homens e mulheres são relativamente próximas, com homens possuindo maior renda per capita e do trabalho, enquanto as mulheres possuem uma maior média oriunda de outras fontes.

Ainda no âmbito da RMF, pode-se dizer que os maiores níveis de renda se encontram próximo a capital, mas ainda não se observa grandes disparidades. Portanto, é necessário analisar os níveis de renda entre o meio urbano e rural para dimensionar a renda e a pobreza nessas áreas. Na Tabela 3, é possível observar a disparidade entre a renda urbana e a rural. A renda per capita em regiões urbanas cearenses teve média de aproximadamente de R$ 1.229 ante R$ 528 nas áreas rurais e quando se leva em consideração a renda do trabalho essa diferença de renda se expande em mais de dois mil reais. A renda de outras fontes é a renda que possui menor diferença de média, evidenciando que o setor rural precisa de políticas públicas para a geração de renda do trabalho.

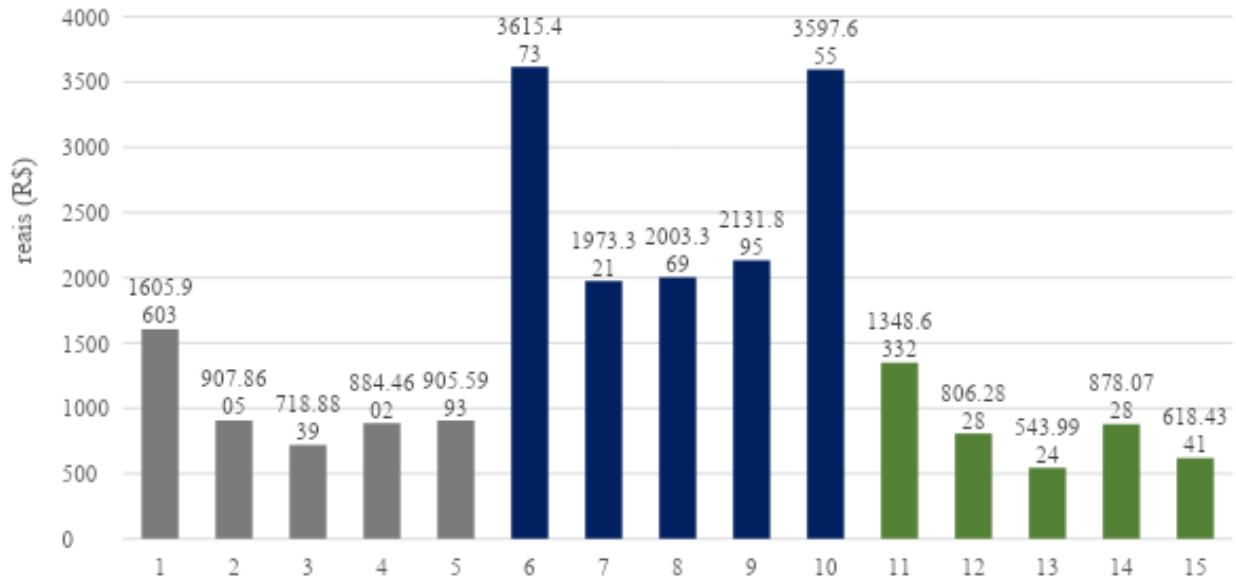
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2018

Renda	**RMF**			Urbano	Rural
	Total	Masc	Fem		
Renda per capita	1502,90	1561,75	1446,98	1229,32	528,17
Renda do trabalho	3803,30	4037,96	3580,49	2997,95	876,59
Outras fontes	1026,10	978,75	1071,17	995,36	970,35

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se observa a renda por raça no Ceará, no gráfico 1, tem-se que o branco ainda tem a maior renda em todos os níveis de renda em 2018. A média de renda do trabalho do branco é mais de R$ 1,5 mil maior que a renda do negro e semelhante a da população indígena. Quando se considera a renda de outras fontes somente, a renda de brancos possui uma média bem maior que a dos demais e essa renda é semelhante entre pretos e pardos.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 4, se leva em consideração os setores econômicos e pode-se observar que os setores com maior renda no Ceará em 2018 foram administração pública, informática e educação. Por outro lado, a agricultura possui o menor nível de renda, seguido pelo setor de serviços domésticos. Entre os níveis de renda, a renda do trabalho foi destacadamente superior aos outros dois níveis de renda, com destaque para Informática, Administração Pública e Educação. A renda oriunda de outras fontes foram baixas para Industria geral, Construção, Alojamento e Serviço Doméstico.

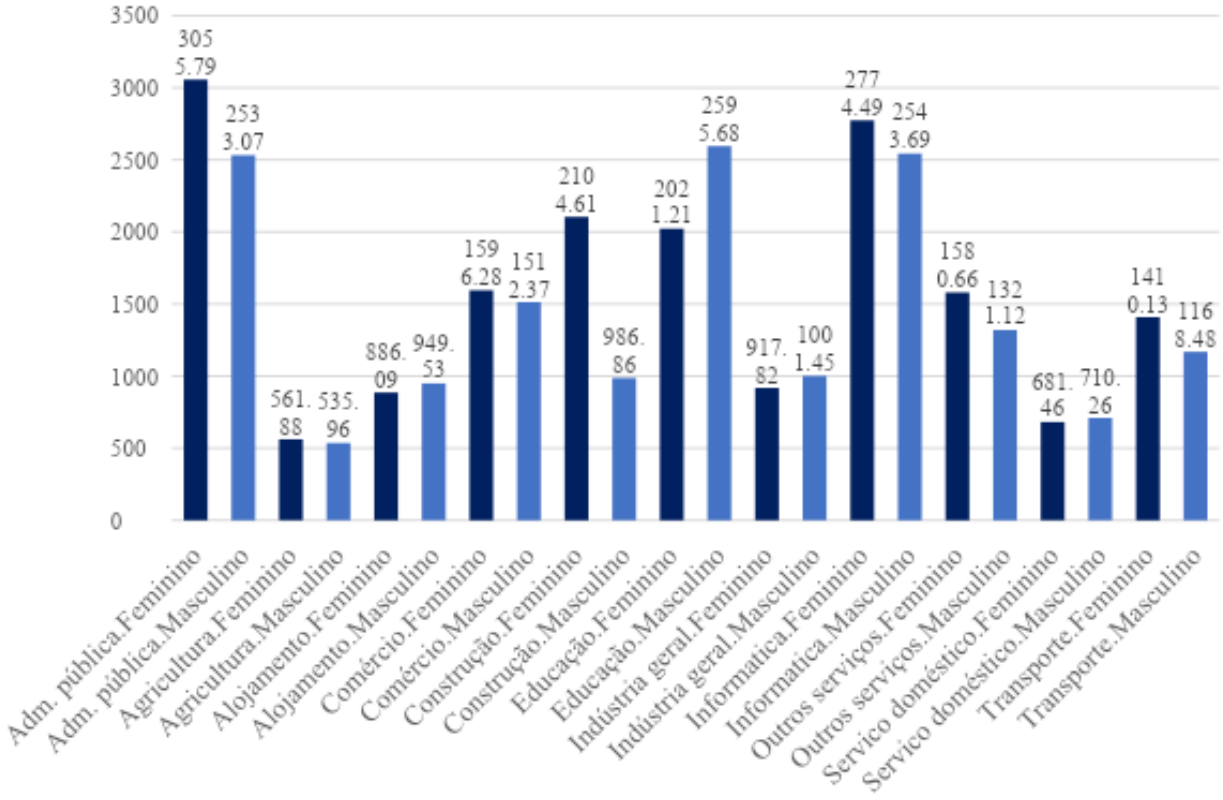
Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2018

Setores	Renda per capita	Renda Trabalho	Outras Fontes
Agricultura	538,79	967,42	774,78
Indústria geral	961,39	2556,22	502,94
Construção	1013,43	2778,93	566,78
Comércio	1546,80	3650,98	747,65
Transporte	1183,50	3255,43	639,74
Alojamento	917,81	2429,63	582,79
Informática	2629,84	6620,35	1421,96
Administração pública	2723,98	6980,82	1274,22
Educação	2214,60	5866,48	1026,73
Outros serviços	1444,89	3817,41	604,04
Serviço doméstico	684,29	1780,64	547,19

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2, igualmente, projeta a renda por setor, mas traz essa análise segmentada por gênero. A renda per capita do setor de Administração se destaca, com a renda feminina superando a masculina. Já na educação, a renda de homens supera a feminina, ao passo que na construção houve um predomínio de renda feminino. Isso pode ocorrer porque, na construção, a maioria dos postos de emprego são intensivos em trabalho, que remuneram pouco, ao passo que as mulheres ocupam postos administrativos.

Gráfico 2: Renda per capita por Setor e Gênero, 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. A proporção de pobres em 2018 foi de aproximadamente 51%, como se observa a partir da Tabela 8. Além disso, o hiato médio e o hiato médio quadrático da pobreza mostram que a intensidade e a severidade da pobreza foram da ordem de aproximadamente 24,3% e 15,4%, respectivamente. Todos esses percentuais diminuem quando se considera apenas a RMF, indicando que a pobreza é um problema ainda mais grave nas demais regiões do estado.

Quando se utiliza a linha de extrema pobreza como referência, a proporção de pobres cai para aproximadamente 14,1%, com medidas de intensidade e severidade de aproximadamente 6,2%

e 3,7%, respectivamente. Novamente, os percentuais de todos os indicadores são menores quando se observa apenas a RMF.

Tabela 8: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, 2018

Índice	Pobreza		Indigência	
	Ceará	RMF	Ceará	RMF
P_0	51,06%	38,31%	14,06%	5,93%
P_1	24,34%	15,50%	6,22%	2,86%
P_2	15,41%	8,73%	3,72%	1,98%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9, abaixo, se estuda as áreas urbanas e rurais do estado separadamente. Observa-se que a proporção de pobres na zona urbana é da ordem de 45,1%, sendo aproximadamente 25 p.p. maior na região rural. As medidas de intensidade e severidade também se mostram maiores na zona rural. Observa-se também um quadro de pobreza mais grave nas zonas rurais quando a linha de indigência é adotada, com a proporção de indigentes concentrados nessa região sendo mais de três vezes maior. É possível dizer que a zona Rural sempre apresenta maiores percentuais de proporção, intensidade e severidade. Logo, pode-se dizer que, sob todas as perspectivas em consideração e independente da linha de pobreza escolhida, a pobreza é um problema mais grave em regiões rurais do estado.

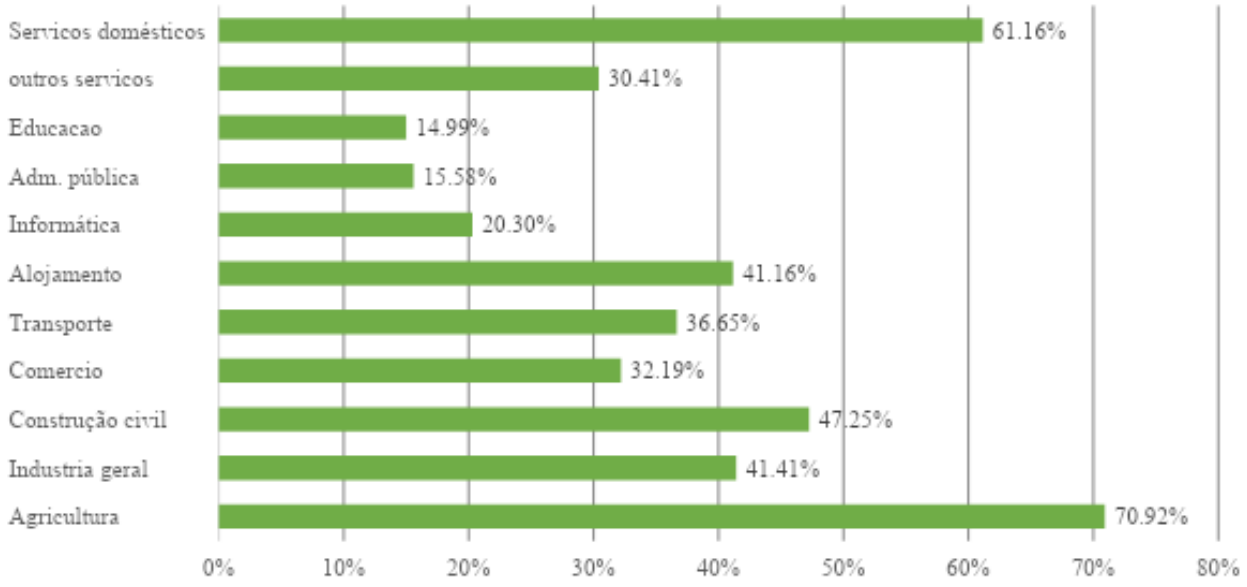
Tabela 9: Índices de Pobreza no Ceará, Área Urbana e Rural, 2018

Indicador	Rural		Urbano	
	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência
P_0	70,23%	28,68%	45,10%	9,52%
P_1	39,46%	13,06%	19,64%	4,10%
P_2	27,41%	7,53%	11,69%	2,54%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade. Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviços domésticos com aproximadamente 70,9% e 61,2%, respectivamente, seguidos pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 47,3%. Por outro lado, os setores de educação, administração pública e informática concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres neste ano.

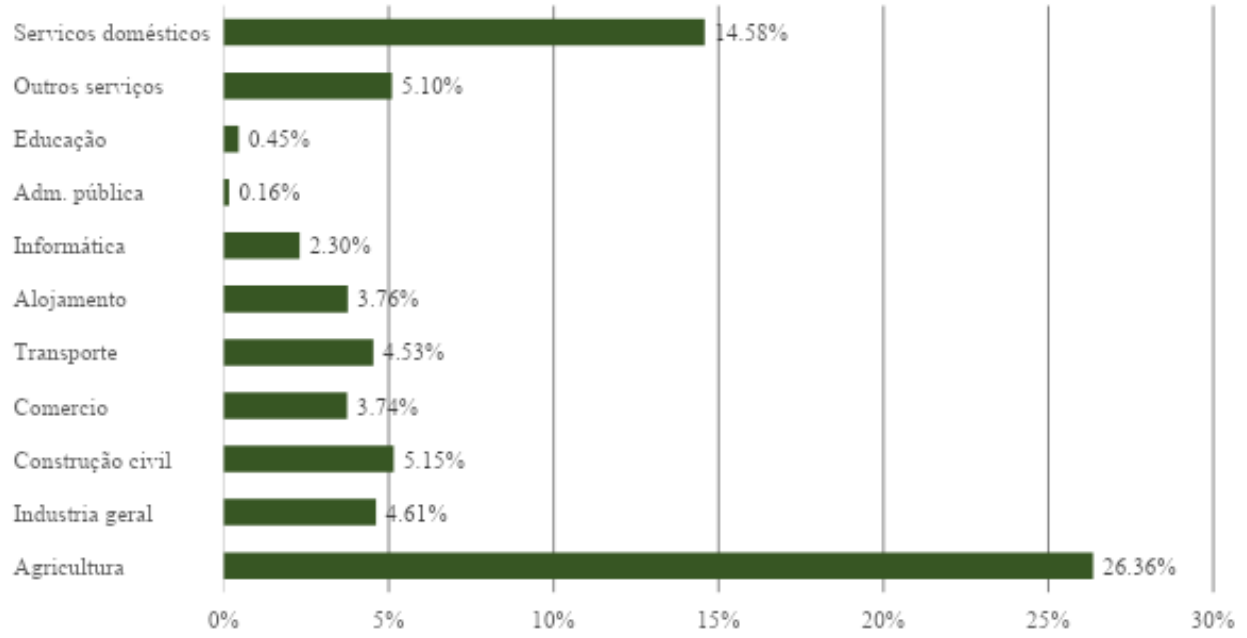
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 4 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres, com a agricultura ultrapassando o setor de serviços domésticos. Do mesmo modo, os setores com menor proporção de pobres permanecem os mesmos, apenas com administração pública tornando-se o setor com menor percentual. Esse resultado evidencia que, pelo menos em 2018, os quadros de pobreza e pobreza extrema reportaram distribuição semelhante entre os setores econômicos cearenses.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 10 revela que, em 2018, o Estado do Ceará reportou Gini de 0,5554, valor inferior ao observado para a RMF do estado, região com maior concentração de renda. A zona rural é a região com menor desigualdade de renda do estado neste ano.

Tabela 10: Índice de Gini no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2018

Região	**Gini**
Ceará	0,5554
RMF	0,5701
Urbano	0,5517
Rural	0,4642

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o recorte de gênero, na Tabela 11, observa-se que a desigualdade de renda foi de 0,5504 entre as mulheres, patamar levemente inferior ao encontrado entre homens. Entretanto, é importante destacar que a diferença observada é pequena e não difere significativamente do índice de desigualdade do estado como um todo.

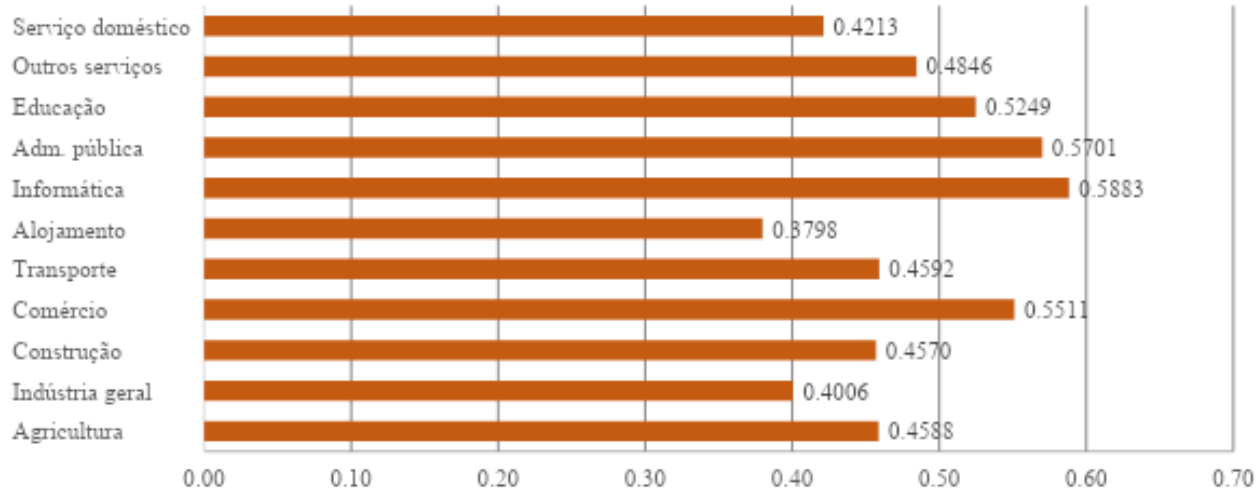
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará por sexo, 2018

Sexo	**Gini**
Homem	0,5605
Mulher	0,5504

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto a desigualdade setorial, a partir do gráfico 3 observa-se que informática é o setor com pior distribuição de renda, com Gini de aproximadamente 0,59, seguido pelos setores de administração pública e construção. Por outro lado, alojamento, indústria geral e construção, foram os setores com menor concentração de renda no último ano, com índice de desigualdade de aproximadamente 0,38, 0,40 e 0,46, respectivamente, valor quase 20 p.p. inferior ao observado na informática no caso do setor de alojamento.

Gráfico 3: Índice de Gini no Estado do Ceará por Setores de Atividade, 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 12 e 13, a seguir, tem-se os indicadores P_0, P_1 e P_2 por região e gênero. Pode-se observar que a proporção de pobres do sexo feminino é levemente maior nas regiões urbanas, metropolitana e no estado do Ceará como um todo. Entretanto, essa tendência inverte quando se considera a zona rural, com a proporção de pobres sendo mais de 20 p.p. superior entre homens. No que se refere aos indicadores que medem intensidade e severidade, não se observa diferenças significantes no quadro geral, com exceção da zona rural, em que a intensidade e a severidade é aproximadamente 18 p.p. e 14 p.p. maior entre homens, respectivamente.

Tabela 12: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2018 (%)

Indicador	Ceará		RMF		Urbano		Rural	
	masc	fem	Masc	fem	masc	fem	masc	fem
P_0	50,49	51,61	36,95	39,60	44,16	45,97	69,64	45,97
P_1	23,93	24,73	14,81	16,15	19,03	20,21	38,76	20,21
P_2	15,11	15,71	8,26	9,18	11,23	12,11	26,85	12,11

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os extremamente pobres, na Tabela 13, tem-se comportamento semelhante ao observado anteriormente para a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza. Novamente, destacam-se as diferenças observadas entre homens e mulheres na zona rural, com a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza sendo aproximadamente 18 p.p., 8 p.p. e 5 p.p. maior para homens, respectivamente. Diante desse quadro, pode-se dizer que, em 2018, a pobreza e a extrema pobreza foram um problema socioeconômico mais grave entre homens localizados na região rural da economia cearense.

Tabela 13: Proporção de indigentes, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2018 (%)

Indicador	Ceará		RMF		Urbano		Rural	
	masc	fem	Masc	fem	masc	fem	masc	fem
P_0	13,68	14,43	5,35	6,47	8,96	10,04	27,96	10,04
P_1	6,08	6,35	2,62	3,08	3,88	4,30	12,77	4,30
P_2	3,65	3,79	1,85	2,10	2,41	2,65	7,40	2,65

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 14 e 15, abaixo, tem-se os índices de pobreza sob estudo construídos por raça para as linhas de pobreza e de extrema pobreza. Quando a linha de pobreza de 638 reais é adotada, percebe-se que a proporção de pobres é maior para as populações amarela, preta e parda, respectivamente. Quanto a sua intensidade, pode-se dizer que a pobreza é mais intensa para os amarelos e pardos, com P_1 de aproximadamente 27% e 26%, respectivamente. Para o índice que mede a severidade da pobreza, como esperado, tem-se que a pobreza é mais severa para a população parda e amarela do estado.

Tabela 14: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por raça, 2018

Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	40,80%	55,93%	67,80%	54,32%	43,74%
P_1	18,40%	23,69%	27,22%	26,49%	14,33%
P_2	11,41%	13,93%	14,95%	16,94%	8,00%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a linha de extrema pobreza é tomada como referência, observa-se que a proporção de extremamente pobres é maior entre pardos, amarelos e brancos, com percentuais que variam entre 15,8% e 10,2%. De modo semelhante, a intensidade e a severidade da extrema pobreza também são maiores entre esses grupos, com a população amarela liderando as estatísticas em ambos os casos, isto é, a intensidade e a severidade da pobreza são da ordem de 7% e 4,2%, respectivamente, para esse grupo.

Tabela 15: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência no Ceará por raça, 2018

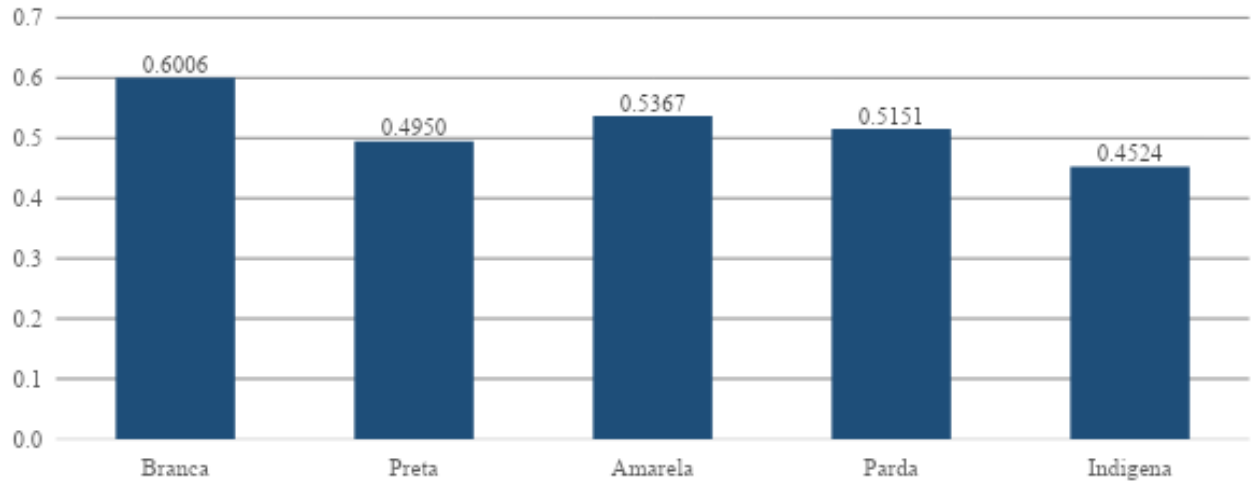
Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	10,21%	9,12%	14,81%	15,74%	5,68%
P_1	4,41%	4,03%	6,04%	7,00%	2,10%

P_2	2,69%	2,64%	4,03%	4,16%	1,17%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, foi elaborado um Gráfico com dados do índice de Gini para o Estado do Ceará por raça. A maior desigualdade de renda ocorreu entre brancos, com Gini de 0,6006, ao passo que a menor desigualdade de renda observada foi entre indígenas, com 0,4524. Além disso, o índice de Gini é semelhante entre a população parda e amarela.

Gráfico 4: Índice de Gini no Ceará por raça, 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, nas Tabelas 16 e 17, têm-se os dados da pobreza e indigência para crianças entre 0 a 6 anos e por região. Os dados indicam um cenário preocupante com aproximadamente 68% das crianças na pobreza no Ceará. Na RMF, por outro lado, esse indicador é bem inferior, de 52,5%. Ainda mais preocupantes são os indicadores para a zona Rural, onde 88% das crianças de 0 a 6 anos estão abaixo da linha da pobreza. Na Zona Urbana, esse percentual foi de 62%.

Esses resultados indicam que longe da Capital existe um número alarmante de crianças pobres, ainda que, mesmo na capital e localidades próximas (RMF) esse número ainda seja preocupante. A zona Rural também possui maior severidade da pobreza, com P_1 de 38,9%.

Tabela 16: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza de crianças de 0 a 6 anos por região, 2018

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Urbana**	**Rural**
P_0	68,37%	52,50%	62,02%	88,13%
P_1	35,39%	22,71%	29,17%	54,77%
P_2	22,77%	12,59%	17,58%	38,91%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se leva em consideração a linha de Indigência, observa-se, novamente, que as localidades rurais são as mais afetadas pela falta de renda, com 42,1% de crianças entre 0 e 6 anos vivendo na miséria com uma intensidade de 18,7%. No Ceará como um todo esse índice alcançou o patamar de 21,4%.

Tabela 17: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência de crianças de 0 a 6 anos por região, 2018

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Urbana**	**Rural**
P_0	21,40%	8,44%	14,76%	42,09%
P_1	8,98%	3,40%	5,87%	18,68%
P_2	5,00%	1,91%	3,29%	10,33%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 18, são apresentados os índices de pobreza e indigência discriminados por setor econômico e sexo. Quando se considera a linha de pobreza, pode-se dizer que a proporção de pobres é maior entre homens que trabalham na agricultura, com proporção de pobres de aproximadamente 71%, seguido por mulheres também na agricultura e mulheres nos serviços domésticos, com 69,1% e 62%, respectivamente. Essa tendência se mantém também para os índices que medem a intensidade e severidade da pobreza.

Tabela 18: Índices de Pobreza e Indigência por setor e gênero, 2018

Setor	**Índice**	*Pobreza*		*Indigência*	
		masc	**Fem**	**masc**	**fem**
Administração Pública	P_0	17,44%	12,35%	0,25%	-
	P_1	4,91%	2,24%	0,12%	-
	P_2	2,07%	0,69%	0,06%	-
Agricultura	P_0	71,10%	69,45%	25,55%	32,92%
	P_1	38,31%	42,41%	8,74%	12,42%
	P_2	25,03%	29,51%	4,03%	6,52%
Alojamento	P_0	35,12%	47,20%	3,22%	4,30%
	P_1	13,28%	17,04%	1,09%	1,38%
	P_2	6,97%	8,65%	0,46%	0,57%
Comércio	P_0	34,26%	29,21%	3,57%	3,97%

	P_1	13,14%	10,86%	1,01%	1,06%
	P_2	6,71%	5,71%	0,42%	0,38%
Construção Civil	P_0	48,29%	4,48%	5,17%	4,48%
	P_1	17,11%	3,48%	1,38%	1,30%
	P_2	8,33%	2,71%	0,55%	0,38%
Educação	P_0	14,59%	15,20%	0,43%	0,46%
	P_1	3,75%	4,45%	0,06%	0,06%
	P_2	1,64%	1,90%	0,01%	0,01%
Industrial Geral	P_0	40,20%	42,74%	2,74%	6,65%
	P_1	13,20%	17,63%	0,60%	2,24%
	P_2	6,00%	9,82%	0,18%	0,96%
Informática	P_0	22,31%	16,92%	3,14%	0,89%
	P_1	7,53%	4,73%	0,48%	0,22%
	P_2	3,64%	1,92%	0,13%	0,07%
Outros Serviços	P_0	28,94%	32,02%	4,36%	5,91%
	P_1	11,55%	13,23%	1,52%	1,58%
	P_2	6,27%	7,52%	0,69%	0,76%
Serviços Domésticos	P_0	53,72%	61,97%	7,17%	15,39%
	P_1	23,39%	27,82%	1,29%	3,94%
	P_2	12,67%	16,26%	0,27%	1,44%
Transporte	P_0	35,99%	46,63%	4,60%	3,46%
	P_1	14,07%	12,57%	1,20%	0,58%
	P_2	7,20%	4,56%	0,47%	0,10%

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: "-" refere-se a 0,00%.

Quando a linha de indigência é usada como referência, a agricultura continua sendo o setor que concentra a maior proporção de pobres entre homens e mulheres – mas com a proporção de mulheres pobres superior à dos homens –, novamente seguidos por serviços domésticos. A partir dos resultados encontrados, não se pode afirmar que a proporção de pobres é majoritariamente maior entre homens, uma vez que em setores como serviços domésticos, outros serviços, educação e alojamento, a proporção de mulheres em situação vulnerável é maior independente da linha de pobreza escolhida. Por outro lado, pode-se dizer que a pobreza é um problema mais grave no setor agrícola independente do gênero e da linha de pobreza escolhida.

1.4.6. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2017

A tabela 1 contém os dados de nível de renda para p Estado do Ceará como um todo e por sexo. A maior renda auferida pelos cearenses foi a renda oriunda do trabalho, que foi mais que o dobro das outras rendas. Todas as rendas ficaram acima do de R$ 937,00, salário mínimo da época. Quando se leva em consideração a questão de gênero a maior diferença de renda foi de renda oriunda de outras fontes, em que as mulheres ganham, R$ 176,00 a mais que os homens. A renda per capita feminina também foi maior que a dos homens, somente na renda do trabalho os homens obtiveram maior nível de renda.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2017

Renda	Total	Masculino	Feminino
Renda per capita	973,74	947,88	998,59
Renda do trabalho	2.250,20	2.284,92	2.216,86
Outras fontes	981,95	891,78	1.068,60

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 aborda os quartis para o estado do Ceará pelas características de renda. Em relação a renda per capita 25% dos cearenses vivem com renda de até R$ 313,77. Esse valor difere significativamente do 3° quartil que possui renda 3 vezes maior. Para esse caso o intrigante foi a renda do trabalho e de outras fontes para o primeiro quartil, muito inferior a mediana e ao terceiro quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2017

Quartil	Renda per capita	Renda do trabalho	Outras fontes
0,25	313,77	371,63	0,00
0,5	620,65	1.250,98	265,37
0,75	1.078,04	2.654,47	1.246,04

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a tabela 3 o recorte é em relação a região e ao sexo dos indivíduos. Conforme os dados, existe concentração da renda na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), assim como há concentração em áreas urbanas em detrimento da área rural. A maior renda auferida foi a renda do trabalho, em todas as circunstâncias sempre foi mais que o dobro das demais rendas. A RMF apresentou maior nível de renda que o Ceará como o um todo, em contrapartida obteve uma renda per capita 400 reais inferior ao salário mínimo da época. O meio urbano apresentou um renda maior que a estadual, mas inferior a renda da RMF.

A renda oriunda do trabalho foi a maior renda auferida, para a RMF ela foi 2,3 vezes a renda per capita e 2,6 vezes a renda de outras fontes.

No entanto as maiores disparidades estão entre o Urbano e o Rural, onde a renda per capita da zona rural é apenas 44% da renda urbana. Tal desigualdade se atenua quando se leva em conta a renda de outras fontes, em que as rendas se aproximam entre essas regiões. As fontes de outra rendam englobam as transferências de renda, por isso a importância desses programas para amenizar a desigualdade.

Para RMF a renda entre homens e mulheres diferem conforme a origem da renda. Para renda advinda de trabalho o maior nível de renda veio dos homens, 80 reais a mais. Porém a maior diferença vem da renda oriunda de outras fontes, onde as mulheres ganharam média R$ 358,00 a mais que os homens.

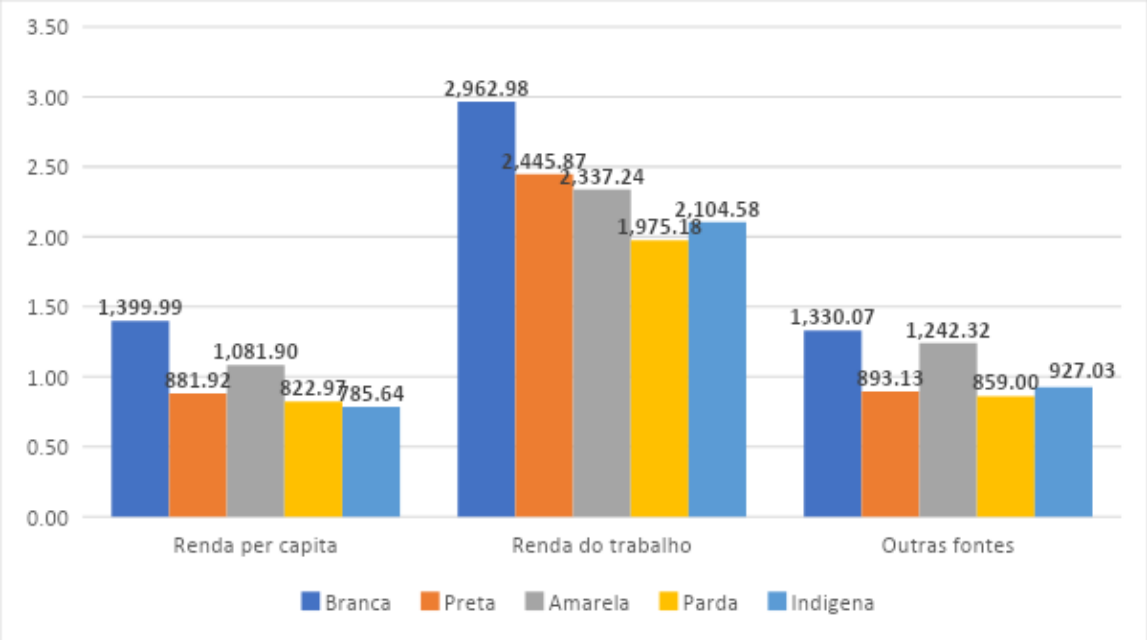
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2017

Renda	**RM**			**Urbano**	**Rural**
	Total	**Masc**	**fem**		
Renda per capita	1.338,90	1.296,76	1.377,84	1.120,41	503,83
Renda do trabalho	3.239,10	3.347,74	3.138,69	2.673,72	893,35
Outras fontes	1.097,80	911,36	1.270,22	1.011,59	886,97

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao observar a renda por raça para o Ceará, Gráfico 1, duas situações se destacam, a predominância da renda do trabalho e de indivíduos brancos. A renda do trabalho branco é no mínimo R$ 500 maior que qualquer renda do trabalho de outro grupo étnico. A renda per capita e de outras fontes dos brancos também é maior que todas raças. Indígenas possuem a menor renda per capita com R$ 790, apenas os brancos e amarelos tiveram renda per capita acima de mil reais.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2017 (R$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

As informações na Tabela 4 mostram o nível de renda por setor de atividade, com destaque para o setor de administração pública e informática com maiores rendas per capita. Por sua vez os serviços domésticos e a agricultura apresentaram os menores níveis de renda per capita. A renda per capita da agricultura e dos serviços domésticos em relação a renda da administração pública foi de foi 22% e 25%, respectivamente.

Quando observamos a renda do trabalho a relação é parecida, no entanto as disparidades aumentam, pois, a renda de setores como administração pública, Informática e educação é bastante elevada em relação aos demais setores. Somente quando se leva em conta outras fontes de renda é que se atenuam as diferenças de renda. A industrial geral não se destaca em relação as atividades de serviços.

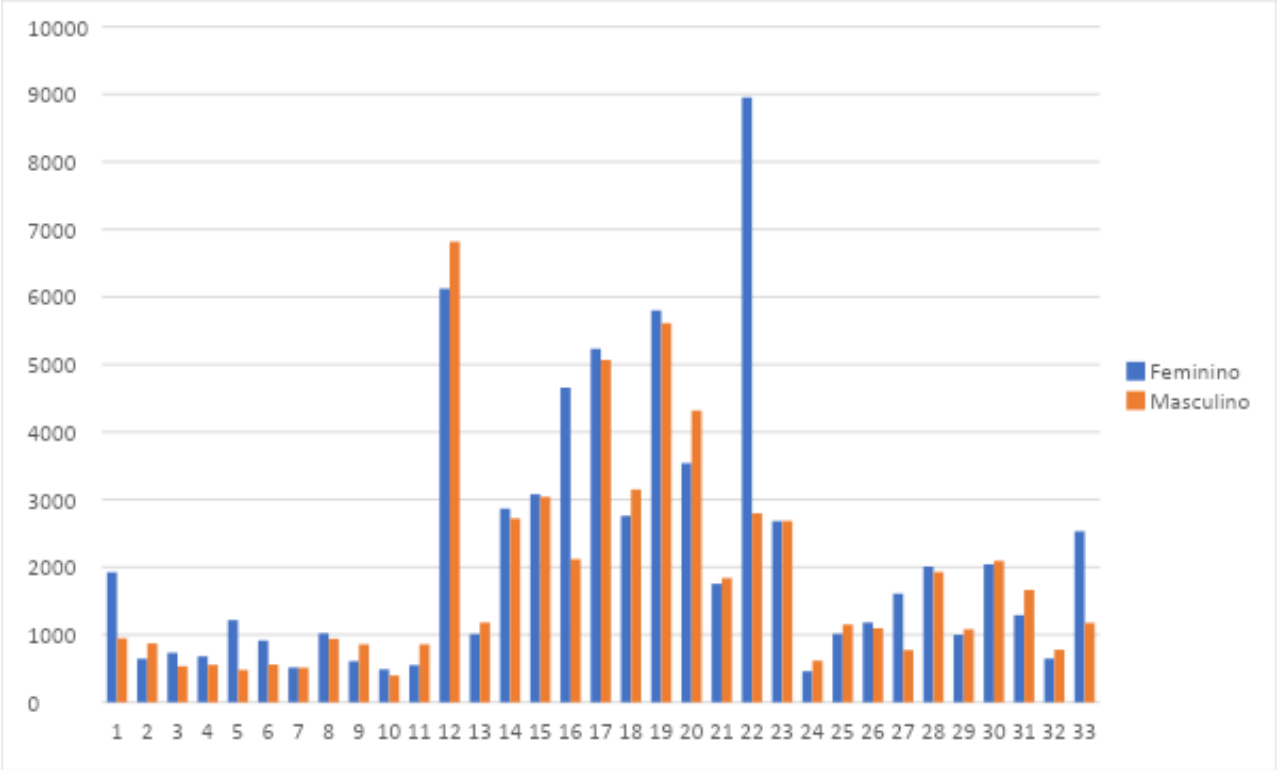
Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2017

Atividade	Renda per capita	Renda do trabalho	Outras fontes
Administração pública	2.684,13	6.570,39	1.293,12
Informática	2.076,19	5.676,96	967,17
Educação	1.987,31	5.188,49	816,26
Outros Serviços	1.477,35	3.929,47	733,29
Transporte	1.274,21	3.246,04	835,38
Comércio	1.130,72	3.055,80	605,47
Alojamento	1.086,19	2.790,31	627,58
Indústria geral	1.046,53	2.986,23	513,12
Construção	795,66	2.189,30	500,31
Serviço doméstico	659,38	1.762,19	478,76
Agricultura	591,64	1.154,32	836,56

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2 aborda a renda por sexo entre os setores de atividade da economia para o Ceará. Como observado a renda do trabalho apresenta os maiores valores. No entanto o fator de destaque é maior renda feminina em setores como administração pública, informática, construção civil e transportes para a renda per capita. Em relação a renda do trabalho essa relação é similar, com exceção da administração pública, onde os homens ganharam mais que as mulheres.

Gráfico 2: Renda por Setor e Gênero, 2017



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. O Ceará registrou uma proporção de 53,16% de pobres em sua população, esse percentual foi praticamente o mesmo para homens e mulheres. A intensidade da pobreza (P1) foi de 25% e a severidade (P2) foi de 16%.

Quando se analisa a pobreza a penas na RMF o indicador de pobreza é significativamente menor, 41,58%, com a pobreza feminina levemente superior a masculina, menos um ponto percentual. A intensidade e a severidade da pobreza também são menores na RMF. Essa discrepância entre o Estado como um todo e a RMF indica que regiões distantes da capital possuem maiores indicadores de pobreza que a média estadual.

Tabela 5: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, por sexo, 2017.

Indicador	Ceará			RMF		
	Total	masc	fem	Total	masc	fem
P0	53,16%	53,38%	52,96%	41,58%	41,15%	41,97%
P1	25,35%	25,62%	25,10%	17,02%	17,08%	16,97%
P2	16,02%	16,26%	15,79%	9,69%	9,83%	9,56%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A pobreza em áreas urbanas no Ceará foi de 46,88% em 2017, Tabela 6, com o mesmo percentual entre homens e mulheres. A intensidade e a severidade dessa pobreza foram de 20% e 12% respectivamente. Porém quando se analisa a pobreza no meio rural o percentual de pobres é de 73% com uma taxa de severidade de 39%. No meio rural a pobreza incide principalmente sobre homens, proporção de 72,6%, ante 46,9% das mulheres.

Tabela 6: Pobreza no Ceará em Áreas Urbanas e Rurais, por sexo, 2017

Indicador	Urbano			Rural		
	Total	masc	Fem	Total	masc	fem
P0	46,88%	46,88%	46,88%	73,30%	72,66%	46,88%
P1	20,78%	20,95%	20,63%	39,99%	39,45%	20,63%
P2	12,52%	12,68%	12,36%	27,24%	26,86%	12,36%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A indigência, quando se leva em consideração a pobreza extrema, apresentada na tabela 7 mostra que 14% dos cearenses viveram na pobreza extrema em 2017, praticamente mesmo percentual de homens e mulheres. Quando se observa a RMF esse percentual cai em mais de 7 pontos percentuais, para 6,3%. Também na RMF o percentual de indigentes é similar entre homens e mulheres.

Tabela 7: Indigência no Estado do Ceará e RMF, por sexo, 2017

Indicador	Ceará			RMF		
	Total	masc	Fem	Total	masc	fem
P0	14,13%	14,39%	13,88%	6,30%	6,64%	5,99%
P1	6,10%	6,35%	5,85%	2,86%	3,14%	2,60%
P2	3,72%	3,93%	3,52%	1,98%	2,21%	1,76%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A indigência no meio urbano foi três pontos percentuais acima da RMF e 4 pontos percentuais menor que a do Ceará como um todo, 9,8%. A indigência entre homens e mulheres nesse ambiente é bastante similar. No meio rural, por sua vez, a indigência é extremamente elevada de 28%, 3 vezes mais que a indigência estadual. Há também uma desigualdade de gênero nessa indigência, no meio rural o percentual de indigentes do sexo masculino é quase três vezes o percentual feminino.

Tabela 8: Indigência no Ceará em Áreas Urbanas e Rurais, por sexo, 2017

Indicador	Urbano			Rural		
	Total	masc	Fem	Total	masc	fem
P0	9,80%	9,99%	9,63%	27,98%	27,42%	9,63%
P1	4,32%	4,57%	4,08%	11,80%	11,62%	4,08%
P2	2,76%	2,98%	2,56%	6,80%	6,74%	2,56%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se trata da pobreza entre raça no Ceará (tabela 9) os indígenas possuem a maior proporção com uma taxa de 62,5%. Esse percentual é quase o triplo da taxa de pobreza da raça amarela, menor percentual entre as etnias. Pardos e pretos vêm em seguida com maiores proporções de pobreza, 56,64% e 48,24% respectivamente. O fato intrigante desses dados é a baixa proporção de indígenas abaixo da linha da miséria, apenas 2,7%. A raça mais assolada pela indigência no Ceará foi a parda, com 15%.

Tabela 9: Pobreza e Indigência por raça no Ceará, 20

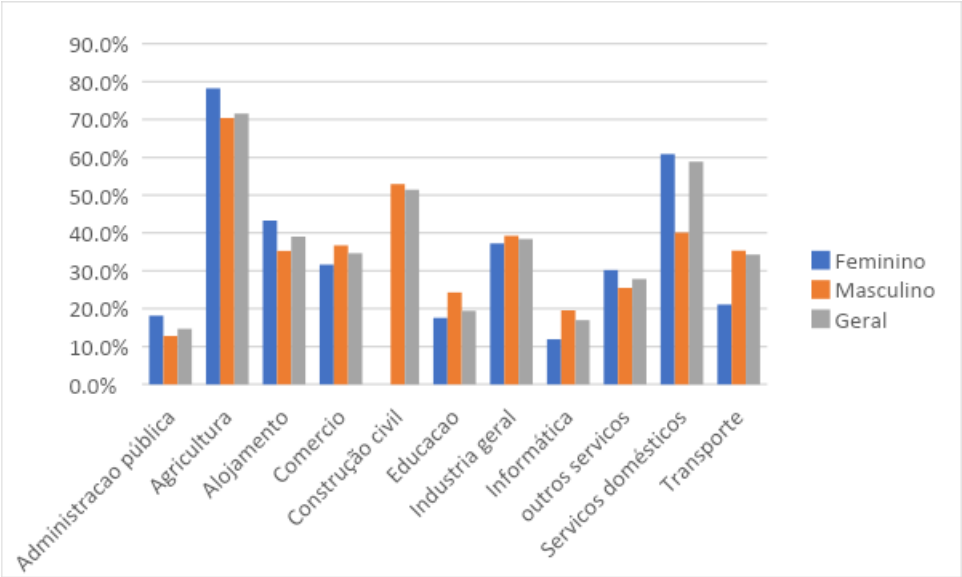
Indice	Branca			Preta			Amarela			Parda			Indígena		
	P0	P1	P2	P0	P1	P2	P0	P1	P2	P0	P1	P2	P0	P1	P2
Pobreza	44,62%	21,10%	13,44%	48,24%	22,06%	14,01%	28,77%	11,39%	5,50%	56,64%	27,17%	17,14%	62,55%	21,39%	10,56%
Indigência	12,25%	5,49%	3,56%	12,26%	5,41%	3,48%	1,80%	1,08%	0,65%	15,01%	6,39%	3,81%	2,69%	2,06%	1,77%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade e gênero. O setor de administração possui os menores percentuais de desigualdade. Em relação ao gênero, nesse setor há um maior percentual de pobreza entre as mulheres. Agricultura e serviços domésticos são os setores com maiores indicadores de pobreza, também nesses setores a maior incidência de pobreza estar entre as mulheres.

Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviço doméstico com aproximadamente 58% e 66%, respectivamente, seguidos de longe pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 42,57%. Por outro lado, os setores de informática, educação e administração pública concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres no último ano. Por fim para o setor de transportes e comércio houve uma maior prevalência de pobres entre os homens.

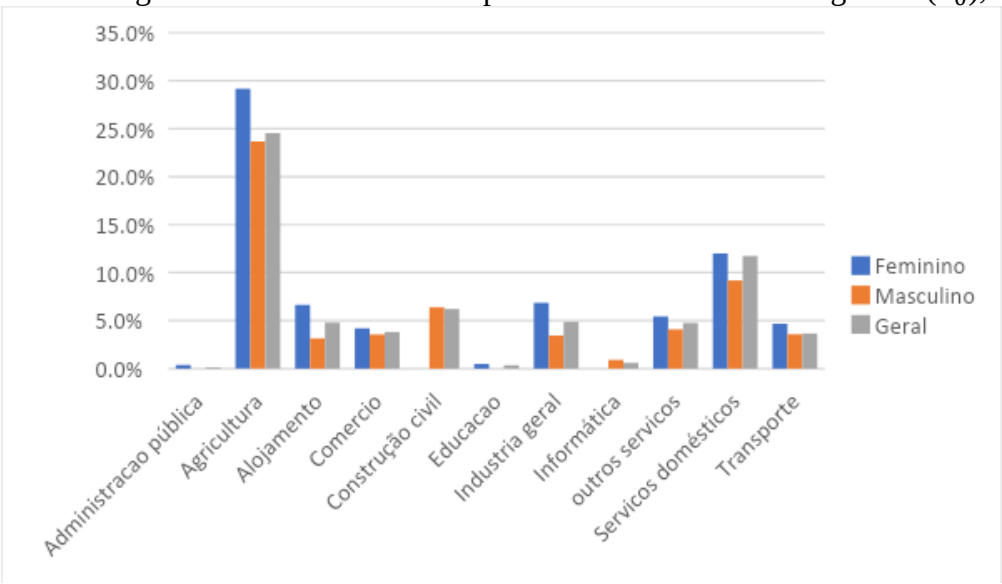
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade e gênero (P_0), 2017



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 4 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres. O setor de agricultura apresentou a maior proporção de indigentes entre os setores, ao passo que quase não houve indigentes no setor de administração pública. Na maior parte dos setores, quando se observa pelo gênero, a maior parte dos indigentes são do sexo feminino.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade e gênero (P_0), 2017



Fonte: Elaborado pelos autores.

A pobreza entre crianças no Ceará teve um índice preocupante de 72% e uma taxa de indigência de 21%. Isso significa que de cada 10 crianças cearenses, entre 0 e 6 anos, 7 vivem abaixo da linha da pobreza. Quando se observa as áreas rurais a situação é ainda mais calamitosa, 9 em cada 10 crianças vivem abaixo da linha da pobreza (a indigência foi de 37%). A Região Metropolitana de

Fortaleza obteve a menor taxa de pobreza e de indigência entre as crianças (61% e 10%). Os centros Urbanos cearenses apresentaram uma taxa de pobreza e indigência infantil de 64,2% 16%, respectivamente.

Tabela 10: Pobreza e Indigência infantil no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2017

	Ceará		RMF		Urbano		Rural	
Indicador	**pobreza**	**Indigência**	**pobreza**	**Indigência**	**pobreza**	**Indigência**	**pobreza**	**Indigência**
P0	72,05%	21,27%	61,78%	10,91%	66,24%	16,06%	89,95%	37,31%
P1	37,05%	9,11%	27,78%	4,87%	31,97%	7,18%	52,67%	15,05%
P2	23,80%	5,38%	16,36%	3,19%	19,79%	4,38%	36,14%	8,46%

Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 11 mostra que, em 2017, o Estado do Ceará teve um índice de Gini de 0,53, valor inferior ao reportado na RMF, que foi de 0,54. Assim a maior concentração de renda se encontra próximo a capital. Para o Estado como um todo o grau de concentração de renda entre mulheres é maior que a concentração entre homens. A zona Rural apresentou o menor grau de concentração de renda, um índice de Gini de 0,45.

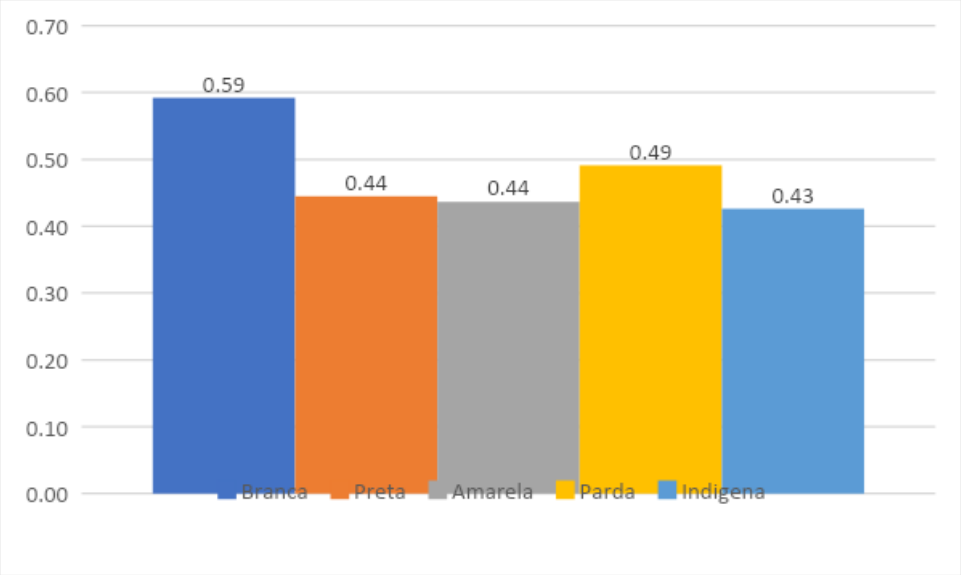
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará, por sexo, e RMF e Área Rural e Urbana, 2017

	Ceará			RMF	Urbano	Rural
Indicador	**Geral**	**masc**	**Fem**			
Gini	0,53	0,52	0,54	0,54	0,53	0,45

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 5 reporta os resultados do índice de Gini para o Ceará por raça, o que se destaca é uma maior concentração de renda entre os brancos, com Gini de 0,59, somente os brancos tiverem um índice acima de 0,50. Pardos e pretos tiverem um índice de Gini de 0,44 ao passo que os indígenas, o menor grau de concentração, tiveram um índice de 0,43.

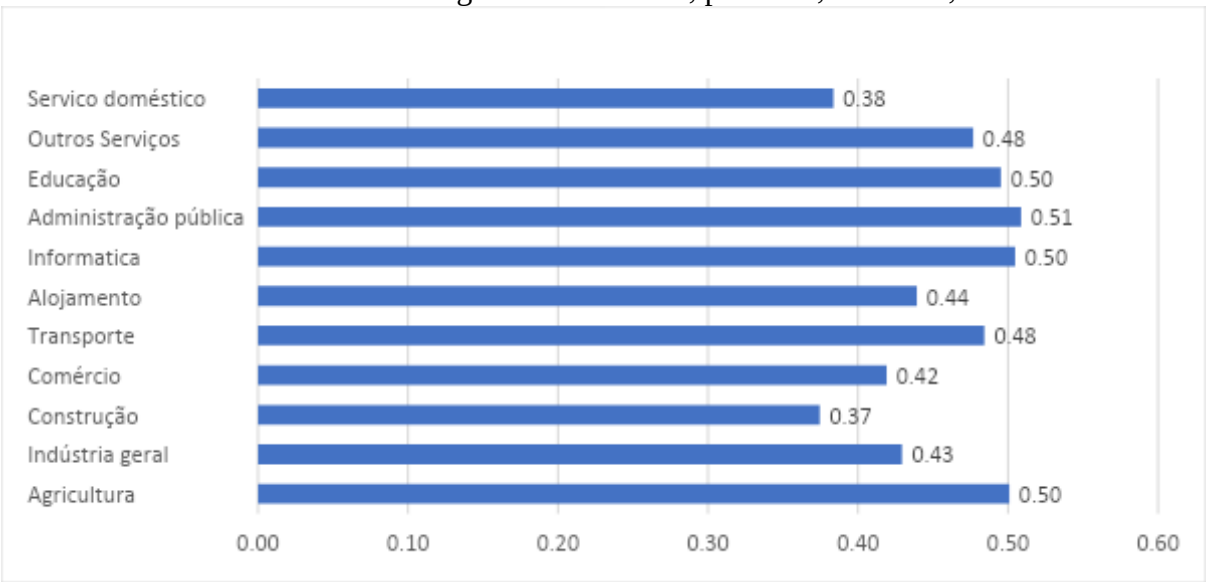
Gráfico 5: Desigualdade de renda, por raça, no Ceará, 2017



Fonte: Elaborado pelos autores.

A desigualdade de renda setorial no Ceará -Gráfico 6- aponta um alto grau de concentração nos de administração pública, Educação, Informática, e construção e Agricultura, todas com índice de 0,50. Por outro lado, o setor de Construção e Serviços domésticos obtiveram a menor concentração de renda entre os setores, 0,37 e 0,38 respectivamente.

Gráfico 6: Desigualdade de renda, por setor, no Ceará, 2017



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim os setores que apresentaram melhores indicadores de renda e baixa taxa de pobreza e indigência apresentaram um nível alto de desigualdade. A agricultura apresenta dados elevados de pobreza e indigência e apresentou um dos maiores níveis de desigualdade entre os setores.

1.4.7. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2016

A tabela 1 contém os dados de nível de renda para o Estado do Ceará como um todo e por sexo. A maior renda auferida pelos cearenses foi a renda oriunda do trabalho, que foi mais que o dobro das outras rendas. Todas as rendas ficaram acima do de R$ 880,00, salário mínimo da época. Quando se leva em consideração a questão de gênero a maior diferença de renda foi de renda oriunda de outras fontes, em que as mulheres ganham, aproximadamente R$ 64,00 a mais que os homens. A renda per capita feminina também foi maior que a dos homens, somente na renda do trabalho os homens obtiveram maior nível de renda.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2016

Renda	Total	Masculino	Feminino
Renda per capita	957,46	950,76	963,82
Renda do trabalho	2361,60	2376,90	2347,18
Outras fontes	930,56	897,47	961,94

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 aborda os quartis para o estado do Ceará pelas características de renda. Em relação a renda per capita 25% dos cearenses vivem com renda de até R$ 314,49. Esse valor difere significativamente do 3° quartil que possui renda 3 vezes maior. Para esse caso o intrigante foi a renda do trabalho e de outras fontes para o primeiro quartil, muito inferior a mediana e ao terceiro quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2016

Quartil	Renda per capita	Renda do trabalho	Outras fontes
0,25	314,49	285,90	0,00
0,50	598,43	1226,66	280,94
0,75	1088,58	2604,06	1251,60

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a tabela 3, o recorte é em relação a região e ao sexo dos indivíduos. Conforme os dados, existe concentração da renda na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), assim como há concentração em áreas urbanas em detrimento da área rural. A maior renda auferida foi a renda do trabalho e, com exceção da área rural, esta sempre foi mais que o dobro das demais rendas. A RMF apresentou maior nível de renda que o Ceará como o um todo. A zona urbana apresentou uma renda maior que a estadual, mas inferior a renda da RMF.

A renda oriunda do trabalho foi a maior renda auferida para a RMF, sendo 2,7 vezes a renda per capita e vezes a renda de outras fontes.

No entanto, as maiores disparidades concentram-se nas áreas Urbana e o Rural, onde a renda per capita da zona rural é apenas 45,2% da renda urbana. Tal desigualdade se atenua quando se leva

em conta a renda de outras fontes, em que as rendas se aproximam entre essas regiões. As fontes de outra renda englobam as transferências de renda, por isso a importância desses programas para amenizar a desigualdade.

Para RMF a renda entre homens e mulheres diferem conforme a origem da renda. Para renda advinda de trabalho o maior nível de renda se dá em favor dos homens. Porém, a maior diferença vem da renda oriunda de outras fontes, onde as mulheres ganham em média R$ 108,00 a mais que os homens.

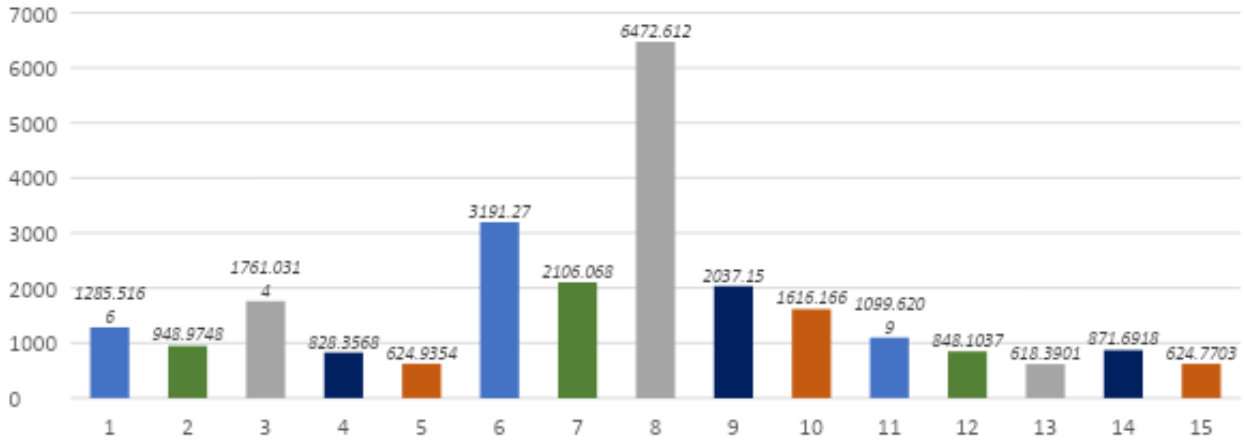
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2016

Renda	**RMF**			**Urbano**	**Rural**
	Total	**masc**	**fem**		
Renda per capita	1291,10	1287,05	1294,86	1101,01	497,89
Renda do trabalho	3524,20	3574,55	3478,37	2831,78	856,55
Outras fontes	939,15	882,55	990,66	934,55	917,80

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao se observar a renda por raça para o Ceará, no Gráfico 1, duas situações se destacam, a predominância da renda do trabalho e de indivíduos amarelos. A renda do trabalho neste grupo é mais de duas vezes maior que a renda do trabalho de indivíduos brancos, grupo com segunda maior renda do trabalho. A renda per capita dos amarelos é maior que todas raças. Indígenas possuem a menor renda per capita com R$ 624,90 e apenas os brancos e amarelos tiveram renda per capita acima de mil reais.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2016 (R$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

As informações na Tabela 4 mostram o nível de renda por setor de atividade, com destaque para o setor de administração pública, educação e informática com maiores rendas per capita. Por sua vez, os serviços domésticos e a agricultura apresentaram os menores níveis de renda per capita. A

participação da renda per capita da agricultura e dos serviços domésticos na renda da administração pública foi de foi 22,34% e 30,72%, respectivamente.

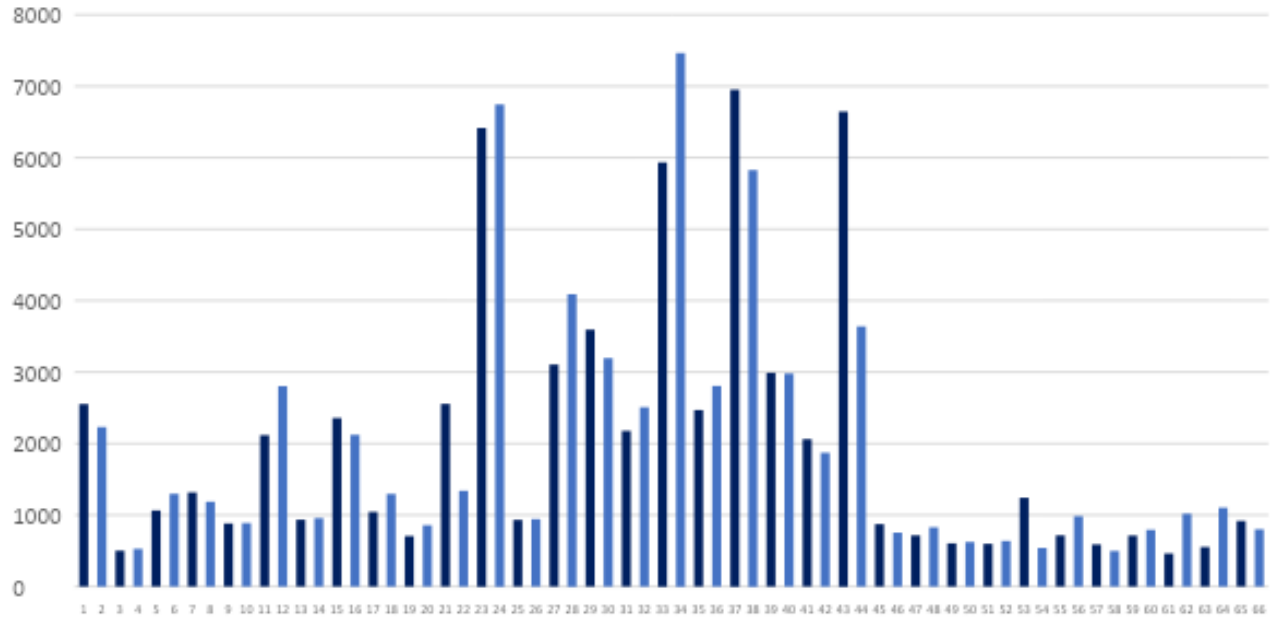
Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2016

Atividade	Renda per capita	Renda do trabalho	Outras fontes
Agricultura	523,66	941,91	814,11
Indústria	947,87	2667,47	534,90
Construção	887,41	2500,08	558,56
Comércio	1240,14	3359,93	620,87
Transporte	1419,48	3838,37	808,37
Alojamento	1188,65	3629,97	614,33
Informática	2199,05	6196,14	766,97
Administração pública	2344,20	6629,05	796,24
Educação	2311,16	6367,11	791,45
Outros serviços	1155,56	2985,61	708,96
Serviço doméstico	720,21	2044,48	603,78

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se observa a renda do trabalho, embora a relação seja semelhante, as disparidades aumentam, pois, a renda de setores como administração pública, informática e educação é bastante elevada em relação aos demais setores. Somente quando se leva em conta as outras fontes de renda é que essas diferenças se atenuam.

Gráfico 2: Renda por Setor e Gênero, 2016



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 2 aborda a renda por sexo entre os setores de atividade da economia para o Ceará. Como já observado anteriormente, renda do trabalho apresenta os maiores valores. No entanto, o fator

de destaque é maior renda feminina nos setores da administração pública e educação para a renda do trabalho. Em relação a renda per capita, essa relação se inverte em favor dos homens no setor de educação.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. O Ceará registrou uma proporção de 53,95% de pobres em sua população. A intensidade da pobreza (P1) foi de 25,8% e a severidade (P2) foi de 16,2%.

Quando se analisa a pobreza apenas na RMF o indicador de pobreza é significativamente menor, 42,7%. A intensidade e a severidade da pobreza também são menores na RMF. Essa discrepância entre o Estado como um todo e a RMF indica que regiões distantes da capital possuem maiores indicadores de pobreza do que a média estadual.

Tabela 8: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, 2016

Índice	**Pobreza**		**Indigência**	
	Ceará	**RMF**	**Ceará**	**RMF**
P_0	53,95%	42,74%	13,96%	7,62%
P_1	25,83%	18,15%	6,10%	3,66%
P_2	16,23%	10,63%	3,77%	2,63%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9, abaixo, se estuda as áreas urbanas e rurais do estado separadamente e considerando as duas linhas de pobreza definidas anteriormente. Observa-se que a proporção de pobres na zona urbana é da ordem de 47,87%, sendo aproximadamente 26 p.p. maior na região rural. As medidas de intensidade e severidade também se mostram maiores na zona rural. Observa-se também um quadro de pobreza mais grave nas zonas rurais quando a linha de indigência é adotada, com a proporção de indigentes concentrados nessa região sendo mais de três vezes maior. É possível dizer que a zona Rural sempre apresenta maiores percentuais de proporção, intensidade e severidade. Logo, pode-se dizer que, sob todas as perspectivas em consideração e independente da linha de pobreza escolhida, a pobreza é um problema mais grave em regiões rurais do estado.

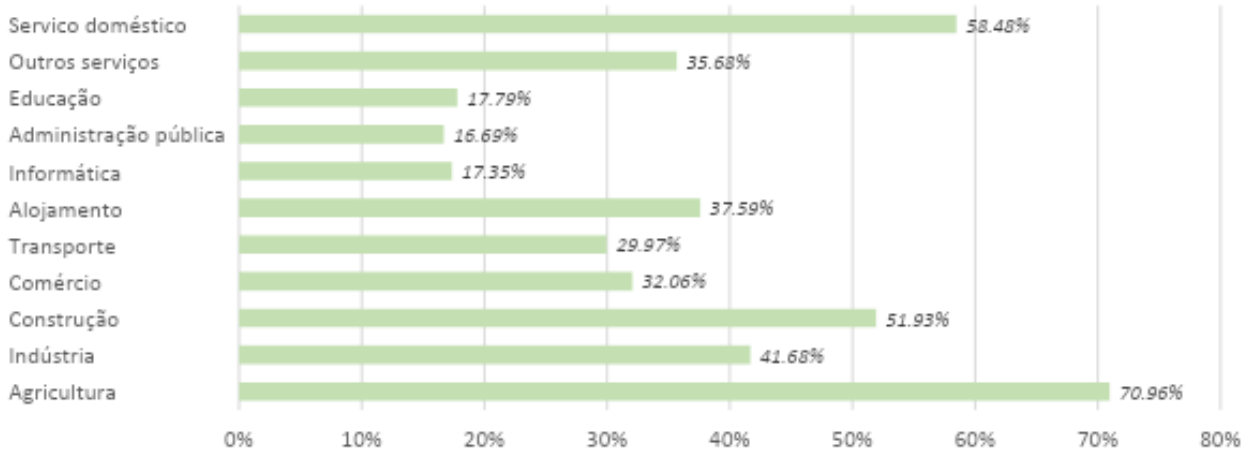
Tabela 9: Índices de Pobreza no Ceará, Área Urbana e Rural, 2016

Indicador	**Rural**		**Urbana**	
	Pobreza	**Indigência**	**Pobreza**	**Indigência**
P_0	73,42%	29,04%	47,87%	9,25%
P_1	41,36%	11,77%	20,97%	4,32%
P_2	28,17%	6,66%	12,50%	2,86%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade. Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviço doméstico com aproximadamente 71% e 58%, respectivamente, seguidos pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 52%. Por outro lado, os setores de administração pública, informática e educação concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres neste ano.

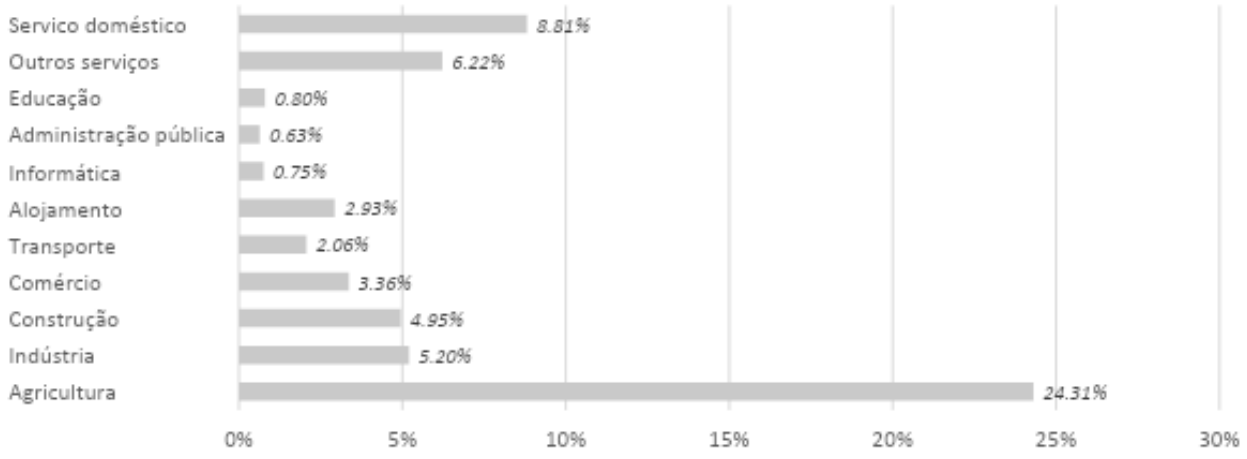
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2016



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no Gráfico 4 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres. Do mesmo modo, os setores com menor proporção de pobres permanecem os mesmos. Esse resultado evidencia que, pelo menos em 2016, os quadros de pobreza e pobreza extrema reportaram distribuição semelhante entre os setores econômicos cearenses.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2016



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 10 revela que, em 2016, o Estado do Ceará reportou Gini de 0,5315, valor inferior ao observado para a RMF do estado, região com maior concentração de renda. A zona rural é a região com menor desigualdade de renda do estado no último ano.

Tabela 10: Índice de Gini no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2016

Região	**Gini**
Ceará	0,5315
RMF	0,5404
Urbano	0,5247
Rural	0,4567

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o recorte de gênero, na Tabela 11, observa-se que a desigualdade de renda foi de 0,5621 entre as mulheres, patamar levemente superior ao encontrado entre homens. Entretanto, é importante destacar que a diferença observada é pequena e não difere significativamente do índice de desigualdade do estado como um todo.

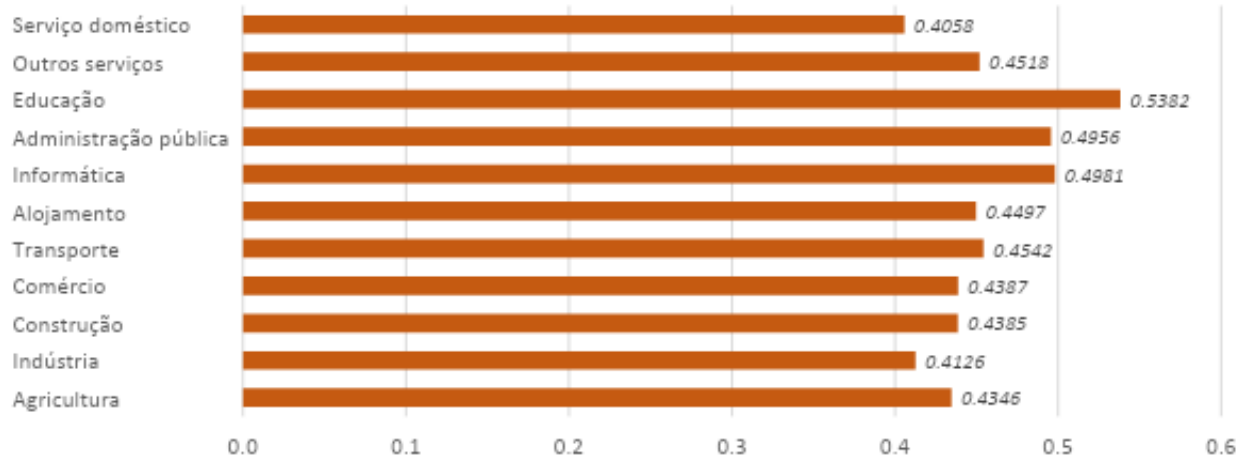
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará por sexo, 2016

Sexo	**Gini**
Homem	0,5319
Mulher	0,5313

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto a desigualdade setorial, a partir do gráfico 3 observa-se que educação é o setor com pior distribuição de renda, com Gini de aproximadamente 0,54, seguido pelos setores de administração pública e informática. Por outro lado, serviço doméstico, indústria geral e agricultura foram os setores com menor concentração de renda no último ano, com índice de desigualdade da ordem de aproximadamente 0,41, 0,41 e 0,43, respectivamente, valores aproximadamente 10 p.p. inferiores ao observado na educação.

Gráfico 3: Índice de Gini no Estado do Ceará por Setores de Atividade, 2016



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 12 e 13, a seguir, tem-se os indicadores P_0, P_1 e P_2 por região e gênero. Pode-se observar que a proporção de pobres do sexo masculino é maior entre todos os recortes regionais considerados. Entretanto, esse quadro apresenta diferenças mais marcantes quando se considera a zona rural, com a proporção de pobres sendo mais de 20 p.p. superior entre homens. No que se refere aos indicadores que medem intensidade e severidade, não se observa diferenças significantes no quadro geral, com exceção da zona rural, em que a intensidade e a severidade são aproximadamente 20 p.p. e 15 p.p. maior entre homens, respectivamente.

Tabela 12: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2016 (%)

Indicador	Ceará		RMF		Rural		Urbano	
	masc	fem	masc	fem	masc	fem	masc	fem
P_0	54,27	53,66	42,87	42,62	72,49	47,60	48,17	47,60
P_1	26,07	25,59	18,33	18,00	40,45	20,71	21,26	20,71
P_2	16,39	16,07	10,76	10,52	27,43	12,31	12,70	12,31

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os extremamente pobres, na Tabela 13, tem-se comportamento semelhante ao observado anteriormente para a proporção de indigentes, intensidade e severidade da indigência. Novamente, destacam-se as diferenças observadas entre homens e mulheres na zona rural, com a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza sendo aproximadamente 18 p.p., 7 p.p. e 4 p.p. maior para homens, respectivamente. Diante desse quadro, pode-se dizer que, em 2016, a pobreza e a extrema pobreza foram um problema socioeconômico mais grave entre homens localizados na região rural da economia cearense.

Tabela 13: Proporção de indigentes, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2016 (%)

Indicador	Ceará		RMF		Rural		Urbano	
	masc	fem	masc	fem	masc	fem	masc	fem
P_0	14,04	13,89	7,86	7,39	27,68	9,05	9,48	9,05
P_1	6,17	6,02	3,73	3,60	11,34	4,21	4,44	4,21
P_2	3,85	3,69	2,68	2,58	6,52	2,78	2,96	2,78

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 14 e 15, abaixo, tem-se os índices de pobreza sob estudo construídos por raça para as linhas de pobreza e de extrema pobreza. Quando a linha de pobreza de 638 reais é adotada, percebe-se que a proporção de pobres é maior para as populações indígena, parda e preta, respectivamente. Quanto a sua intensidade, pode-se dizer que a pobreza é mais intensa para os indígenas e pardos, com P_1 de aproximadamente 27% e 28%, respectivamente. Para o índice que mede a severidade da pobreza, como esperado, tem-se que a pobreza é mais severa para a população parda e preta do estado.

Tabela 14: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por raça, 2016 (%)

Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	44,22	55,05	38,39	57,69	68,62
P_1	19,89	25,09	10,30	28,23	27,12
P_2	12,14	16,07	4,69	17,88	13,54

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a linha de extrema pobreza é tomada como referência, observa-se que a proporção de extremamente pobres é maior entre pardos, pretos e brancos, com percentuais que variam entre 15,7% e 9,7%. De modo semelhante, a intensidade e a severidade da extrema pobreza também são maiores entre esses grupos, com a população preta liderando as estatísticas em ambos os casos, isto é, a intensidade e a severidade da indigência são da ordem de 7,2% e 4,8%, respectivamente, para esse grupo.

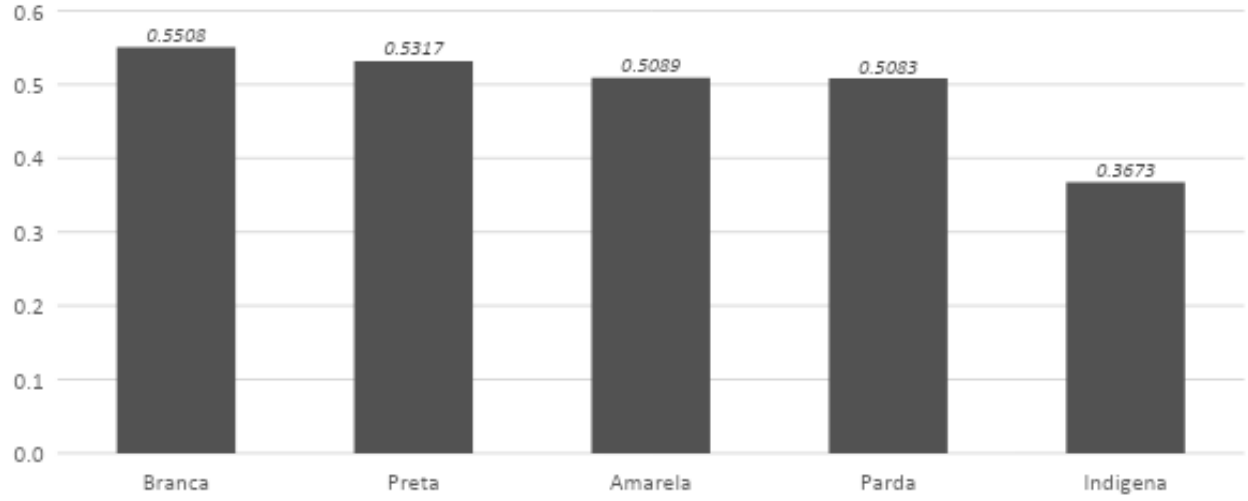
Tabela 15: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência no Ceará por raça, 2016 (%)

Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	9,77	13,58	3,62	15,69	3,51
P_1	4,67	7,18	0,89	6,63	1,30
P_2	3,10	4,78	0,30	4,00	0,78

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, têm-se dados do índice de Gini para o Estado do Ceará por raça. O gráfico 4, abaixo, detalha os resultados. A maior desigualdade de renda ocorreu entre brancos, com Gini de 0,5508, ao passo que a menor desigualdade de renda observada foi entre indígenas, com 0,3673. Além disso, o índice de Gini é bastante semelhante entre as populações parda e amarela.

Gráfico 4: Índice de Gini no Ceará por raça, 2016



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, nas Tabelas 16 e 17, têm-se os dados da pobreza e indigência para crianças entre 0 a 6 anos e por região. Os dados indicam um cenário preocupante com 72,4% de crianças na pobreza no Ceará. Na RMF, por outro lado, esse indicador é um pouco inferior, de aproximadamente 62,4%. Ainda mais preocupantes são os indicadores para a zona Rural, onde mais de 90% das crianças de 0 a 6 anos estão abaixo da linha da pobreza. Na Zona Urbana, esse percentual foi de 66,6%.

Esses resultados indicam que longe da Capital havia um número ainda mais alarmante de crianças pobres em 2016, ainda que, mesmo na capital e localidades próximas (RMF) esse número seja preocupante. A zona Rural também possui maior severidade da pobreza, com P_1 de 39,1%.

Tabela 16: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza de crianças de 0 a 6 anos por região, 2016

Índice	Ceará	RMF	Rural	Urbana
P_0	72,38%	62,40%	90,57%	66,62%
P_1	38,03%	30,07%	55,91%	32,37%
P_2	24,56%	18,45%	39,11%	19,95%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se leva em consideração a linha de Indigência, observa-se, novamente, que as localidades rurais são as mais afetadas pela falta de renda, com 41,8% de crianças entre 0 e 6 anos vivendo na miséria com uma intensidade de 7,2%. No Ceará como um todo esse índice alcançou o patamar de 22,1%.

Tabela 17: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência de crianças de 0 a 6 anos por região, 2016

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Rural**	**Urbana**
P_0	22,08%	14,26%	41,76%	15,85%
P_1	9,42%	7,07%	16,53%	7,16%
P_2	5,58%	4,91%	8,86%	4,54%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 18, são apresentados os índices de pobreza e indigência discriminados por setor econômico e sexo. Quando se considera a linha de pobreza, pode-se dizer que a proporção de pobres é maior entre homens e mulheres que trabalham na agricultura, com proporção de pobres de aproximadamente 70,8% e 71,8%, respectivamente, seguidos pelos setores de serviços domésticos e construção civil. Essa tendência se mantém também para os índices que medem a intensidade e severidade da pobreza.

Tabela 18: Índices de Pobreza e Indigência por setor e gênero, 2016 (%)

Setor	**Índice**	*Pobreza*		*Indigência*	
		masc	**fem**	**masc**	**fem**
Administração Pública	P_0	15,65	18,60	0,45	0,97
	P_1	4,73	5,44	0,15	0,03
	P_2	2,05	2,56	0,05	-
Agricultura	P_0	70,84	71,82	23,99	26,43
	P_1	38,29	39,89	7,52	6,66
	P_2	24,71	25,86	3,38	2,81
Alojamento	P_0	34,52	41,12	1,52	4,55
	P_1	12,26	15,12	0,24	1,62
	P_2	5,95	7,70	0,08	0,97
Comércio	P_0	34,97	27,92	3,42	3,28
	P_1	12,07	10,68	0,75	1,18

	P_2	5,89	5,80	0,28	0,53
Construção Civil	P_0	51,68	61,26	4,88	7,56
	P_1	19,76	19,51	1,44	2,68
	P_2	10,07	8,20	0,72	1,00
Educação	P_0	19,19	17,24	0,26	1,01
	P_1	6,29	5,08	0,04	0,22
	P_2	2,65	2,24	0,01	0,09
Industrial Geral	P_0	44,05	38,30	3,10	8,20
	P_1	15,72	16,65	0,81	2,96
	P_2	7,32	9,80	0,34	1,45
Informática	P_0	20,78	10,30	0,85	0,56
	P_1	6,72	2,85	0,38	0,17
	P_2	3,00	1,24	0,22	0,05
Outros Serviços	P_0	35,85	35,55	7,74	5,01
	P_1	14,78	13,39	2,11	0,98
	P_2	8,47	6,83	0,77	0,21
Serviços Domésticos	P_0	59,94	58,33	0,33	9,68
	P_1	19,23	24,61	0,16	2,18
	P_2	8,25	13,71	0,08	0,79
Transporte	P_0	31,16	13,15	2,21	-
	P_1	10,48	4,87	0,89	-
	P_2	5,02	2,04	0,45	-

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: "-" refere-se a 0,00%.

Quando a linha de indigência é usada como referência, a agricultura continua sendo o setor que concentra a maior proporção de pobres com as mulheres, novamente, liderando as estatísticas, seguidos pelas mulheres que trabalham nos serviços domésticos e indústria geral. A partir dos resultados encontrados, não se pode afirmar que a proporção de pobres é majoritariamente maior entre homens, uma vez que em setores como agricultura e construção civil, a proporção de mulheres em situação vulnerável é maior independente da linha de pobreza escolhida. Por outro lado, pode-se dizer que a pobreza é um problema mais grave no setor agrícola independente do gênero e da linha de pobreza escolhida.

1.4.8. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2015

Os dados de renda no Ceará, geral e por sexo, são apresentados abaixo na tabela 1. A maior renda auferida pelos cearenses foi a renda oriunda do trabalho, que foi mais que o dobro das outras rendas. Em 2015 o salário mínimo era de R$ 788 e, dessa forma, para as três origens de renda o rendimento do cearense ficou acima desse salário. As mulheres cearenses tiveram em média maior renda que os homens entre as três rendas.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2015

Renda	Total	Masculino	Feminino
Renda per capta	916,23	902,85	929,10
Renda do trabalho	2.163,30	2.148,62	2.177,51
Outras fontes	946,14	912,91	978,13

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 aborda os quartis para o estado do Ceará pelas características de renda. Em relação a renda per capita 25% dos cearenses viveram com renda de até R$ 302,87. Esse valor difere significativamente do 3° quartil que possui mais de 3 vezes o valor de primeiro quartil, quando se analisa a renda do trabalho essa disparidade é ainda maior. Para esse caso o intrigante foi a renda do trabalho e de outras fontes para o primeiro quartil, muito inferior a mediana e ao terceiro quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2015

Quartil	Renda per capta	Renda do trabalho	Outras fontes
0,25	302,8612	259,2995	0,00
0,5	590,5266	1217,9667	332,73
0,75	1066,0498	2945,6421	1.303,95

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a tabela 3 o recorte é em relação a região e ao sexo dos indivíduos. Conforme os dados, existe concentração da renda na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), assim como há concentração em áreas urbanas em detrimento da área rural. A maior renda auferida foi a renda do trabalho, em todas as circunstâncias sempre foi mais que o dobro das demais rendas, exceto para área rural. A RMF apresentou maior nível de renda que o Ceará como o um todo, com destaque para renda oriunda do trabalho que alcançou mais de 3 mil reais.

No entanto as maiores disparidades estão entre o Urbano e o Rural, onde a renda do trabalho da zona rural é apenas 36% da renda urbana, em relação a renda per capita esse percentual é de 58%. Tal desigualdade se atenua quando se leva em conta a renda de outras fontes, em que a renda na zona

rural é superior. As fontes de outra rendam englobam as transferências de renda, por isso a importância desses programas para amenizar a desigualdade.

Para RMF a renda entre homens e mulheres diferem conforme a origem da renda. A renda per capita é praticamente igual, ao passo que os homens ganham mais quando se leva em consideração a renda do trabalho. O papel se inverte quando analisamos a renda de outras fontes, onde as mulheres ganham mais que homens.

Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2015

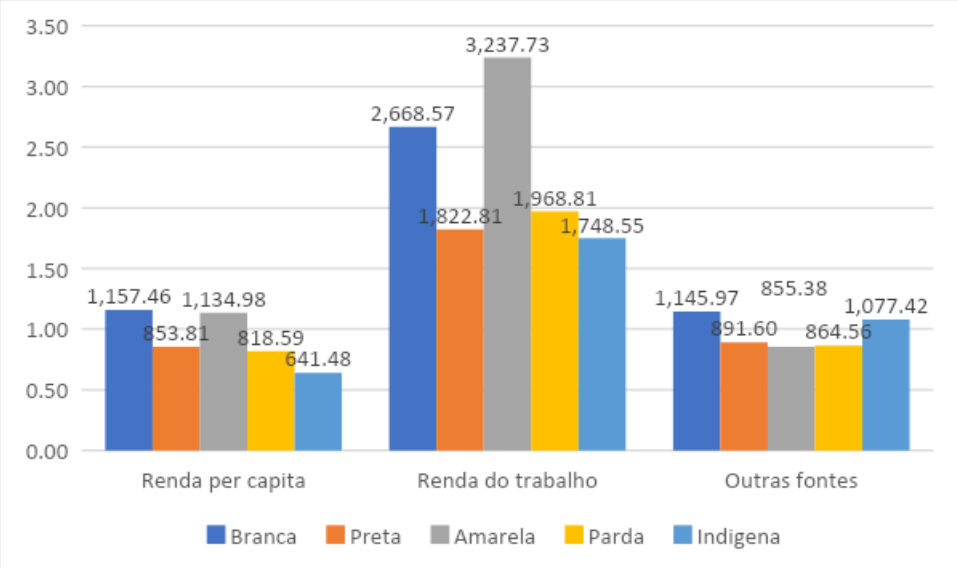
Renda	RM			Urbano	Rural
	Total	masc	fem		
Renda per capita	1.175,70	1.172,18	1.179,03	882,26	514,95
Renda do trabalho	3.182,70	3.213,96	3.153,79	1.931,35	709,20
Outras fontes	884,57	843,23	922,72	938,60	1.060,66

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao observar a renda por raça para o Ceará, Gráfico 1, uma situação se destaca, a predominância da renda do trabalho e de indivíduos brancos e amarelos. A renda do trabalho de amarelos foi de R$3.240, nenhuma outra raça teve renda do trabalho que alcançasse R$ 3.000. Pretos, pardos e indígenas tiveram a menor renda oriunda de salários.

Sobre a renda per capita os brancos cearenses obtiveram maior nível de renda entre as raças, R$ 1.160, ao passo que a menor renda foi entre indígenas, R$ 640, valor abaixo do salário mínimo da época. Os brancos também apresentaram a maior renda advinda de outras fontes que não o trabalho, R$ 1.150, e os pardos e pretos obtiveram as menores rendas, R$ 860 e R$ 890, respectivamente.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2015 (R$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

As informações na Tabela 4 mostram o nível de renda por setor de atividade, com destaque para o setor de administração pública com maior renda per capita e do trabalho. Para essas mesmas renda o setor de agricultura foi o de menor renda, seguido pelos serviços domésticos. O fator negativo é que a renda per capita e do trabalho da agricultura foi inferior ao salário mínimo da época.

Porém ao atentarmos para a renda oriunda de outras fontes pode-se observar que a agricultura aufere a maior renda, a única superior a R$ 1.000. Isso decorre que esse setor é dependente de programas sociais recebe maior transferência de renda.

Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2015

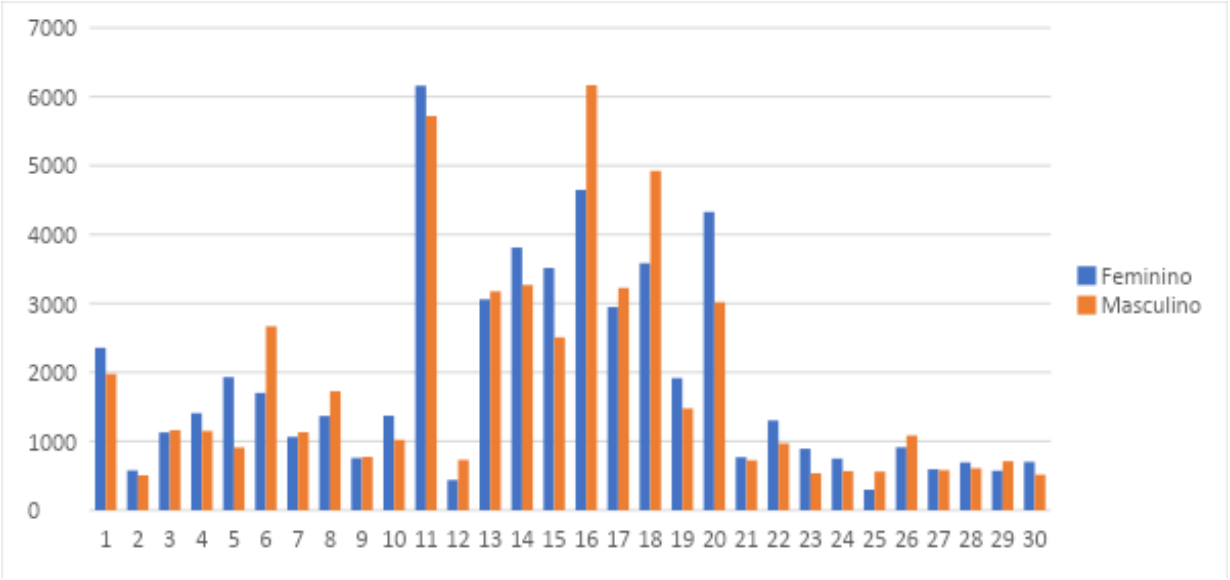
Atividade	**Renda per capita**	**Renda do trabalho**	**Outras fontes**
Administração pública	2.121,09	5.885,12	740,92
Educação	1.948,33	5.032,35	956,30
Outros serviços	1.516,83	4.142,92	658,21
Comércio	1.254,27	3.488,15	641,24
Alojamento	1.143,75	3.115,29	720,47
Indústria geral	1.096,21	3.083,26	587,51
Transporte	1.056,11	3.151,37	534,77
Construção	923,70	2.522,16	556,33
Serviço doméstico	758,97	1.878,37	584,29
Agricultura	524,00	656,58	1.052,90

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2 aborda a renda por sexo entre os setores de atividade da economia para o Ceará. Como observado a renda do trabalho apresenta os maiores valores. Os setores de administração pública e educação obtiveram as maiores rendas. No setor de administração a renda do trabalho feminino é superior a masculina, ao passo que no setor de educação a maior renda é de homens. Esses dois setores também obtiveram maiores renda quando se trata de renda per capita.

A agricultura possui os piores níveis de renda quando se trata de renda do trabalho e renda per capita. Em relação a renda per capita homens e mulheres ganham próximos nesse setor, no entanto na renda do trabalho a maior renda vem dos homens.

Gráfico 2: Renda por Setor e Gênero, 2015



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. O Ceará registrou uma proporção de 51,96% de pobres em sua população, a pobreza masculina foi maior que a feminina em 1 ponto percentual. A intensidade da pobreza (P1) foi de 24,6% e a severidade (P2) foi de 15,5%.

Na Região Metropolitana esse indicador é bem inferior ao do Estado, de 41% e a pobreza entre homens e mulheres é praticamente similar. A intensidade a severidade da pobreza é, também, menor que no Ceará como um todo.

Tabela 5: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, por sexo, 2015.

Indicador	**Ceará**			**RMF**		
	Total	**masc**	**fem**	**Total**	**masc**	**fem**
P0	51,96%	52,50%	51,44%	40,99%	40,97%	41,01%
P1	24,61%	24,85%	24,37%	16,48%	16,45%	16,51%
P2	15,50%	15,61%	15,40%	9,26%	9,18%	9,33%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A pobreza em áreas urbanas atingiu 52,4% das pessoas de modo geral, quando se observa essa proporção entre os homens o percentual é de 53,47% e entre mulheres é de 51,54%. No entanto é em áreas rurais que se encontram a maior proporção de pobres no Ceará, 70% dos cearenses moradores de áreas rurais são pobres.

Tabela 6: Pobreza no Ceará em Áreas Urbanas e Rurais, por sexo, 2015

Indicador	Urbano			Rural		
	Total	masc	fem	Total	masc	fem
P0	52,46%	53,47%	51,54%	70,07%	69,50%	70,69%
P1	23,91%	24,48%	23,39%	39,35%	38,47%	40,32%
P2	14,58%	14,86%	14,32%	27,31%	26,55%	28,14%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A indigência, quando se leva em consideração a pobreza extrema, apresentada na tabela 7 mostra que 14% dos cearenses viveram na pobreza extrema em 2015, mesmo percentual de homens e mulheres. Quando se observa a RMF esse percentual cai em 7 pontos percentuais, para 6,07%. Na RMF o percentual de indigentes é maior entre mulheres.

Tabela 7: Indigência no Estado do Ceará e RMF, por sexo, 2015

Indicador	Ceará			RMF		
	Total	masc	fem	Total	masc	fem
P0	14,05%	14,05%	14,05%	6,07%	5,80%	6,32%
P1	6,01%	6,02%	6,00%	2,94%	2,84%	3,04%
P2	3,53%	3,56%	3,50%	1,98%	1,96%	2,01%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No meio urbano a indigência foi próximo a do Ceará e foi 6 pontos percentuais maior que na RMF, 12,76, com predomínio da indigência entre homens frente as mulheres. No entanto a proporção de indigentes em áreas rurais foi mais que o dobro da urbana, 29,28%. Na zona rural a proporção de mulheres indigentes foi maior que a proporção de homens.

Tabela 8: Indigência no Ceará em Áreas Urbanas e Rurais, por sexo, 2015

Indicador	Urbano			Rural		
	Total	masc	fem	Total	masc	fem
P0	12,76%	13,11%	12,43%	29,28%	28,08%	30,60%
P1	4,93%	4,94%	4,92%	12,59%	12,25%	12,96%
P2	2,64%	2,63%	2,66%	7,27%	7,14%	7,41%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se trata da pobreza entre raça no Ceará, tabela 9, os brancos possuem o menor indicador de pobreza, 44,6%. Por sua vez os indígenas possuem um elevado índice de pobreza, 82%. Os indígenas também possuem a maior proporção de indigentes entre as raças, ao passo que os brancos possuem a menor proporção de indigentes.

Tabela 9: Pobreza e Indigência por raça no Ceará, (P_0), 2015

Indice		Pobreza	Indigência
P0	Branca	44,6%	11,8%
	Preta	51,1%	13,8%

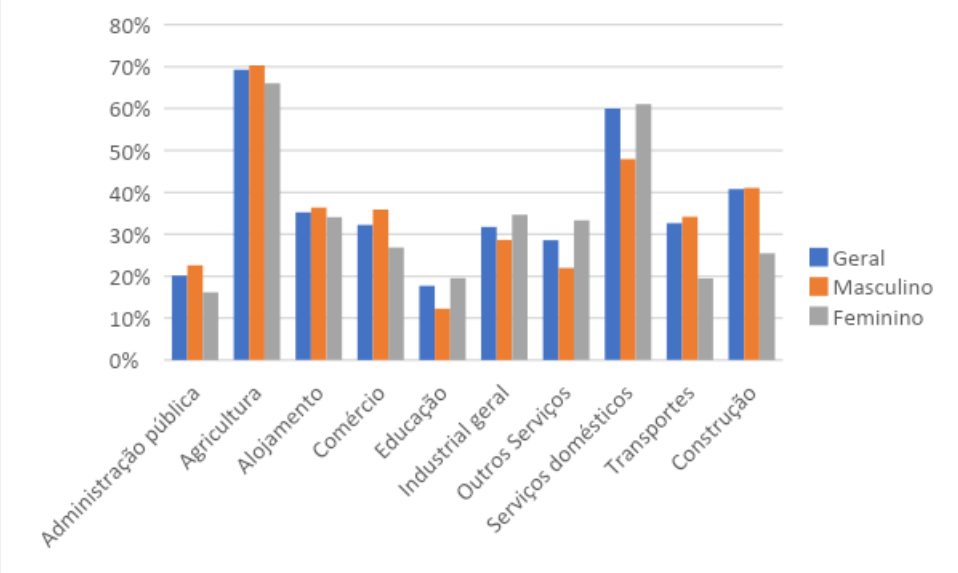
	Amarela	52,7%	12,6%
	Parda	55,0%	15,0%
	Índigena	82,1%	17,3%
P1	**Branca**	20,6%	5,0%
	Preta	23,8%	5,8%
	Amarela	21,9%	6,5%
	Parda	26,3%	6,4%
	Índigena	40,5%	7,8%
P2	**Branca**	12,9%	2,9%
	Preta	15,0%	3,0%
	Amarela	14,0%	3,9%
	Parda	16,6%	3,8%
	Índigena	24,6%	3,7%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade e gênero. O setor de administração e educação possuem os menores índices de pobreza. Quando se observa o gênero no setor de administração os homens possuem maior proporção de pobres do que as mulheres. Na educação esse papel se inverte e a maior proporção de pobres é feminina.

Em relação ao gênero praticamente todos os setores apresentam proporções diferentes entre homens e mulheres. Administração pública, construção e transportes todos possuem maior proporção de homens pobres. Agricultura e alojamento possuem a menor disparidade entre a proporção de pobres de homens e mulheres. Os serviços domésticos ainda possuem maior proporção de pobres do sexo feminino.

Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade e gênero (P_0), 2015

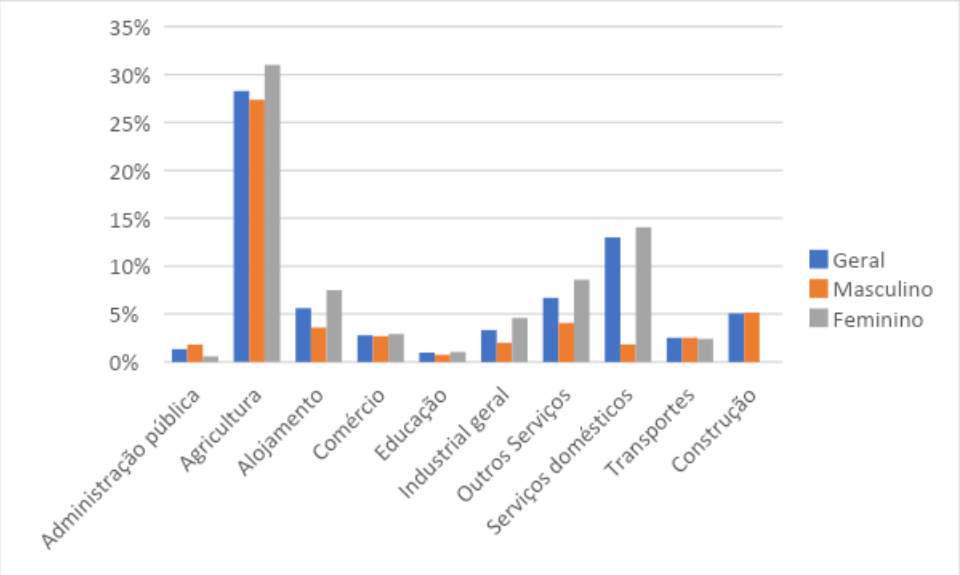


Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 4 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos

setores com maior proporção de pobres. O que se destaca no gráfico é o alto índice de indigência da agricultura e a disparidade entre homens e mulheres no setor de serviços domésticos, a proporção de homens indigentes é 2% e a de mulheres 14%.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade e gênero (P_0), 2015



Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela 10 contêm dados sobre a proporção de crianças pobres e indigentes para o Ceará e para suas áreas urbanas e rurais bem como a Região Metropolitana de Fortaleza. O Ceará apresentou, em 2015, 73% de crianças pobres em seu território. A indigência no estado de 22,89% torna essa situação preocupante para os gestores de políticas públicas. Quando observado a partir de áreas especificas pode-se ver onde se concentra essa pobreza e miséria. A RMF apresentou, no mesmo ano, uma proporção de 62% de crianças abaixo da linha da pobreza e de 10,7% de crianças vivendo com menos renda que a linha de indigência.

Em relação ao meio urbano ¾ das crianças desse ambiente viviam abaixo da linha da pobreza em 2015, e 24,7% dessas crianças viviam abaixo da linha de miséria. No entanto os piores dados sobre pobreza e indigência se encontram no meio rural cearense. 9 em cada crianças vivem abaixo da linha da pobreza, ao passo que 42% das crianças entre 0 e 6 anos da área rural cearense se ver obrigada a conviver com rendimento abaixo da linha de indigência.

Tabela 10: Pobreza e Indigência infantil no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2015

Indicador	Ceará		RMF		Urbano		Rural	
	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência
P0	73,07%	22,89%	61,97%	10,73%	75,29%	24,71%	89,86%	42,03%
P1	37,76%	9,32%	27,57%	4,70%	38,53%	8,71%	54,74%	18,21%
P2	24,36%	5,34%	15,89%	2,91%	24,59%	4,18%	38,99%	11,07%

Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 11 mostra que, em 2015, o Ceará apresentou um índice de Gini de 0,50 e que, no estado, a desigualdade entre mulheres é maior que a desigualdade entre homens. A RMF apresentou uma desigualdade de 0,49, ante 0,47 do meio rural. Porém a menor desigualdade de renda aconteceu no meio rural, onde o índice de Gini foi de 0,45.

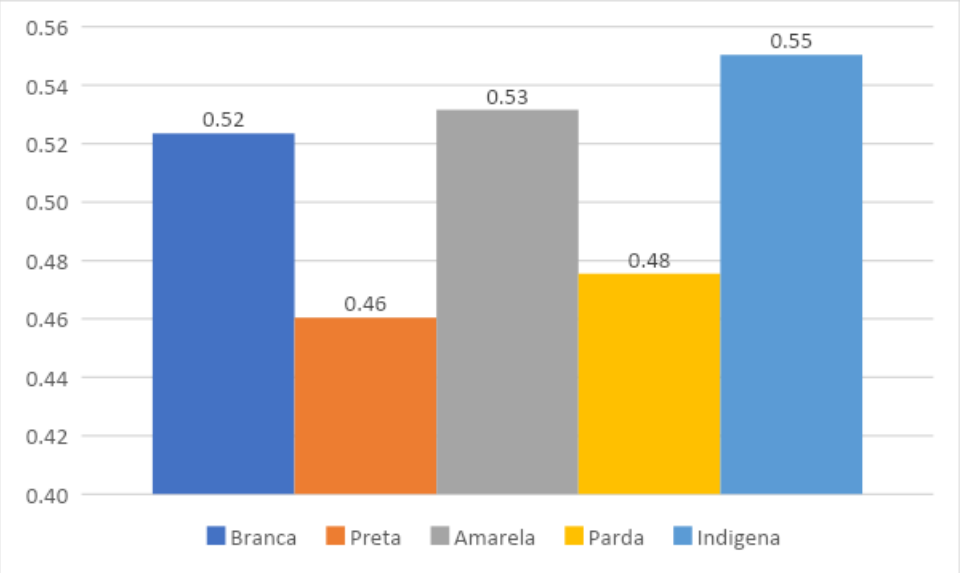
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará, por sexo, e RMF e Área Rural e Urbana, 2015

	Ceará			RMF	Urbano	Rural
Indicador	**Geral**	**masc**	**fem**			
Gini	0,50	0,49	0,50	0,49	0,47	0,45

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 5 reporta os resultados do índice de Gini para o Ceará por raça e destaca uma maior desigualdade entre os indígenas, Gini 0,55, seguida pela raça amarela com Gini de 0,53. A menor desigualdade de renda, por raça, foi entre os negros e pardos, Gini de 0,46 e 0,48, respectivamente.

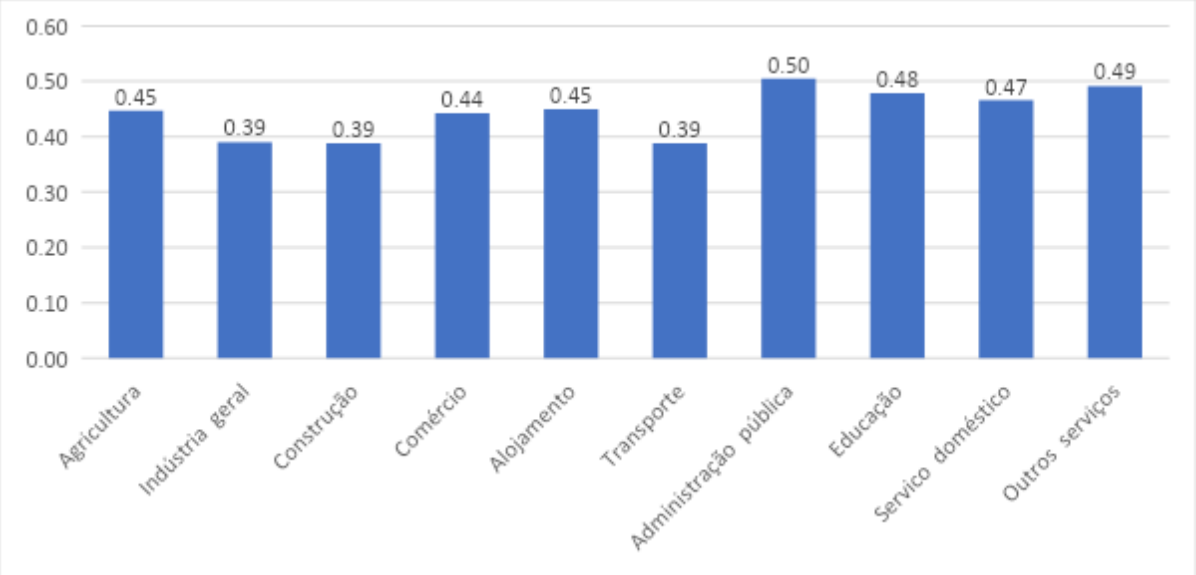
Gráfico 5: Desigualdade de renda, por raça, no Ceará, 2015



Fonte: Elaborado pelos autores.

A desigualdade de renda setorial no Ceará, apresentada no gráfico 6, indica uma maior desigualdade na distribuição de renda no setor da administração pública. Setores como “outros serviços”, “serviços domésticos” e “educação” também tiveram índices de desigualdade próximos ao setor de “administração”.

Gráfico 6: Desigualdade de renda, por setor, no Ceará, 2015



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim os setores que apresentaram melhores indicadores de renda e baixa taxa de pobreza e indigência apresentaram um nível alto de "desigualdade, "administração pública" e "educação". O setor de "transporte", a "indústria geral" e a "construção" foram os setores com menor desigualdade.

1.4.9. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2014

A partir de agora, serão apresentadas algumas estatísticas de pobreza e desigualdade extraídas da PNAD Contínua para o ano de 2014. Na Tabela 1, abaixo, têm-se os níveis médios de renda per capita, oriunda do trabalho e de outras fontes segmentadas por gênero.

Conforme resultados apresentados, a renda per capita do cearense foi de R$ 1.015,10, aproximadamente 300 reais acima do salário mínimo da época. Quando se decompõe a renda de acordo com sua fonte, observa-se que a renda média do trabalho foi da ordem de 2.455,00 reais e foi superior a renda per capita em mais de mil reais e maior também do que a renda oriunda de outras fontes, de R$ 1023,40, a qual é inferior a renda per capita.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2014

Renda	Total	Masc	Fem
Renda per capita	1015,80	998,41	1032,29
Renda do trabalho	2455,10	2459,38	2451,01
Outras fontes	1023,40	958,79	1084,66

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se analisa essas variáveis a partir de uma perspectiva de gênero, conclui-se que as mulheres possuem maiores rendimentos advindos de outras fontes e renda per capita, mas menor

renda do trabalho. Em relação a esta última, a renda masculina é superior a feminina em pouco mais de 8 reais.

Na Tabela 2, tem-se os resultados médios da renda per capita de acordo com os quartis de renda. Como pode-se observar, famílias no terceiro quartil de renda possuem mais de seis vezes renda do trabalho em relação às famílias de renda média, sendo a renda média do trabalho do primeiro quartil de aproximadamente 410 reais, um pouco acima da renda per capita das famílias pertencentes ao mesmo quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2014

Quartil	Renda per capita	Renda do Trabalho	Outras fontes
0,25	364,96	409,92	0,00
0,50	648,83	1311,76	362,92
0,75	1189,35	2866,19	1296,63

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 3, realiza-se um recorte amostral que permite observar o comportamento da renda cearense no âmbito regional e por sexo. A renda per capita na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), embora em um montante pequeno, está abaixo da renda para o Ceará como um todo. Esse menor volume de renda se também repete para as rendas oriundas de outras fontes. Com exceção da zona Rural, todas as medidas de renda foram maiores que o Salário Mínimo de 2014, mesmo quando desagregadas segundo o gênero. Para o estado, destaca-se o nível de renda do Trabalho, que foi mais de R$ 2 mil acima da renda per capita e da renda de outras fontes.

Esse resultado observado para o estado se repete quando se considera apenas a RMF, o que é esperado, visto que a maior parte do comércio e indústria se concentram nela. Quando visto sob a ótica do gênero, a renda per capita de homens e mulheres são relativamente próximas, com homens possuindo maior renda do trabalho, enquanto as mulheres possuem maiores renda média e oriunda de outras fontes.

Ainda no âmbito da RMF, pode-se dizer que os maiores níveis de renda se encontram próximo a capital, mas ainda não se observa grandes disparidades. Portanto, é necessário analisar os níveis de renda entre o meio urbano e rural para dimensionar a renda e a pobreza nessas áreas. Na Tabela 3, é possível observar a disparidade entre a renda urbana e a rural. A renda per capita em regiões urbanas cearenses teve média de aproximadamente de R$ 1.022 ante R$ 534 nas áreas rurais e, quando se leva em consideração a renda do trabalho, essa diferença de renda se expande em mais de dois mil reais. A renda de outras fontes é a renda que possui menor diferença de média, evidenciando que o setor rural precisa de políticas públicas para a geração de renda do trabalho.

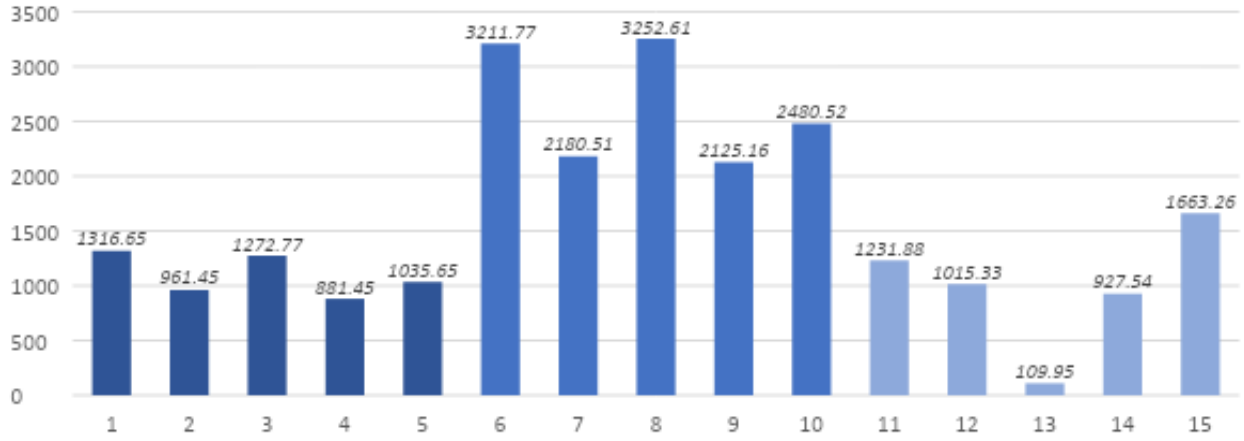
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2014

Renda	RMF			Urbano	Rural
	Total	Masc	Fem		
Renda per capita	1281,60	1262,90	1298,83	1022,32	533,91
Renda do trabalho	3498,80	3545,14	3456,14	2274,76	838,50
Outras fontes	1021,50	920,24	1114,91	1027,95	1020,83

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se observa a renda por raça no Ceará, no gráfico 1, tem-se que brancos possuem maior renda em per capita em 2014. A média de renda do trabalho do amarelo é mais de R$ 1 mil maior que a renda dos pardos, grupo com menor patamar de renda per capita, e semelhante à da população branca. Quando se considera a renda de outras fontes somente, a população indígena possui maior média e população amarela ocupa a última posição nesse quesito.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará (R$), 2014



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 4, se leva em consideração os setores econômicos e pode-se observar que os setores com maior renda per capita no Ceará em 2014 foram administração pública, educação e outros serviços. Por outro lado, a agricultura possui o menor nível de renda, seguido pelo setor de serviços domésticos. Entre os níveis de renda, a renda do trabalho foi destacadamente superior aos outros dois níveis de renda, com destaque para a Administração Pública, Educação e Outros Serviços. A renda oriunda de outras fontes foram baixas para Transporte, Serviço Doméstico e Construção.

Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2014

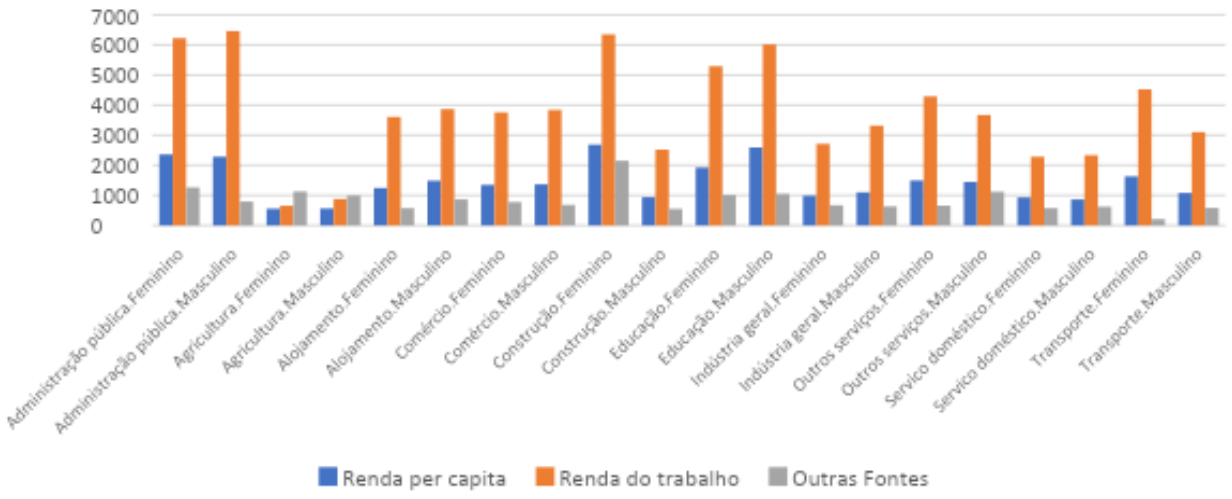
Setores	Renda per capita	Renda Trabalho	Outras Fontes
Administração pública	2314,83	6366,74	981,21

Agricultura	561,26	811,06	1036,70
Alojamento	1357,95	3730,22	712,38
Comércio	1359,25	3809,88	717,44
Construção	988,11	2631,17	595,16
Educação	2112,71	5498,04	1021,60
Indústria geral	1042,87	3009,32	651,42
Informática	-	-	-
Outros serviços	1473,11	4018,59	860,73
Serviço doméstico	926,70	2287,38	576,86
Transporte	1122,41	3211,30	553,63

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: Não havia informações para o setor de informática neste ano.

O gráfico 2, igualmente, projeta a renda por setor, mas traz essa análise segmentada por gênero. A renda per capita do setor de Administração pública se destaca, com a renda feminina superando a masculina. Já na educação, a renda de homens supera a feminina, ao passo que na construção houve um predomínio de renda feminino. Isso pode ocorrer porque, na construção, a maioria dos postos de emprego são intensivos em trabalho, que remuneram pouco, ao passo que as mulheres ocupam postos administrativos.

Gráfico 2: Renda por Setor e Gênero (R$), 2014



Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: Não havia informações para o setor de informática neste ano.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. A proporção de pobres em 2014 foi de aproximadamente 49,2%,

como se observa a partir da Tabela 8. Além disso, o hiato médio e o hiato médio quadrático da pobreza mostram que a intensidade e a severidade da pobreza foram da ordem de aproximadamente 22,1% e 13,2%, respectivamente. Todos esses percentuais diminuem quando se considera apenas a RMF, indicando que a pobreza é um problema ainda mais grave nas demais regiões do estado.

Tabela 8: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, 2014

Índice	**Pobreza**		**Indigência**	
	Ceará	**RMF**	**Ceará**	**RMF**
P_0	49,24%	36,04%	10,94%	3,57%
P_1	22,09%	12,72%	4,29%	1,51%
P_2	13,19%	6,47%	2,46%	1,01%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se utiliza a linha de extrema pobreza como referência, a proporção de indigentes cai para aproximadamente 10,9%, com medidas de intensidade e severidade de aproximadamente 4,3% e 2,5%, respectivamente. Novamente, os percentuais de todos os indicadores são menores quando se observa apenas a RMF.

Na Tabela 9, abaixo, se estuda as áreas urbanas e rurais do estado separadamente. Observa-se que a proporção de pobres na zona urbana é da ordem de 50,95%, sendo aproximadamente 20 p.p. maior na região rural. As medidas de intensidade e severidade também se mostram maiores na zona rural. Observa-se também um quadro de pobreza mais grave nas zonas rurais quando a linha de indigência é adotada, com a proporção de indigentes concentrados nessa região sendo mais de duas vezes maior. É possível dizer que a zona Rural sempre apresenta maiores percentuais de proporção, intensidade e severidade. Logo, pode-se dizer que, sob todas as perspectivas em consideração e independente da linha de pobreza escolhida, a pobreza é um problema mais grave em regiões rurais do estado.

Tabela 9: Índices de Pobreza no Ceará, Área Urbana e Rural, 2014

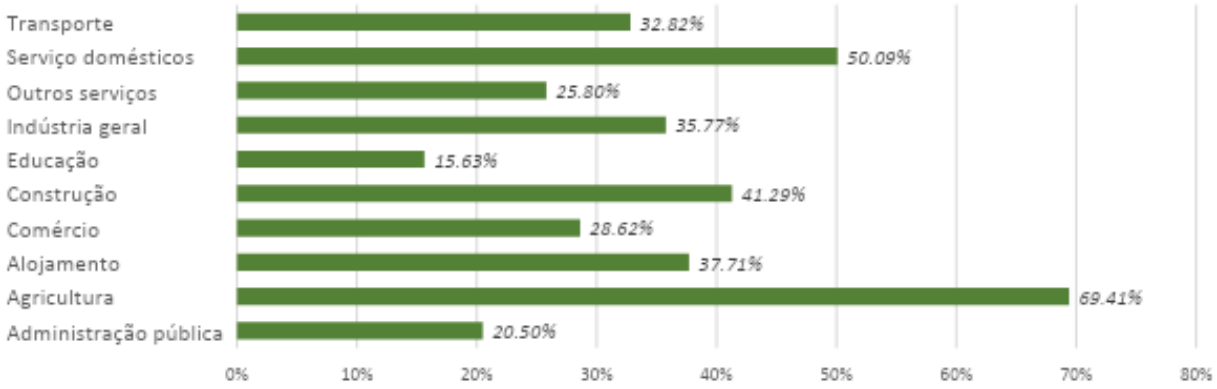
Indicador	**Rural**		**Urbano**	
	Pobreza	**Indigência**	**Pobreza**	**Indigência**
P_0	70,47%	24,20%	50,95%	10,85%
P_1	37,35%	9,45%	23,15%	4,15%
P_2	24,33%	5,25%	13,82%	2,30%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade. Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviços domésticos com

aproximadamente 69,4% e 50,1%, respectivamente, seguidos pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 41,3%. Por outro lado, os setores de educação e administração pública concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres neste ano.

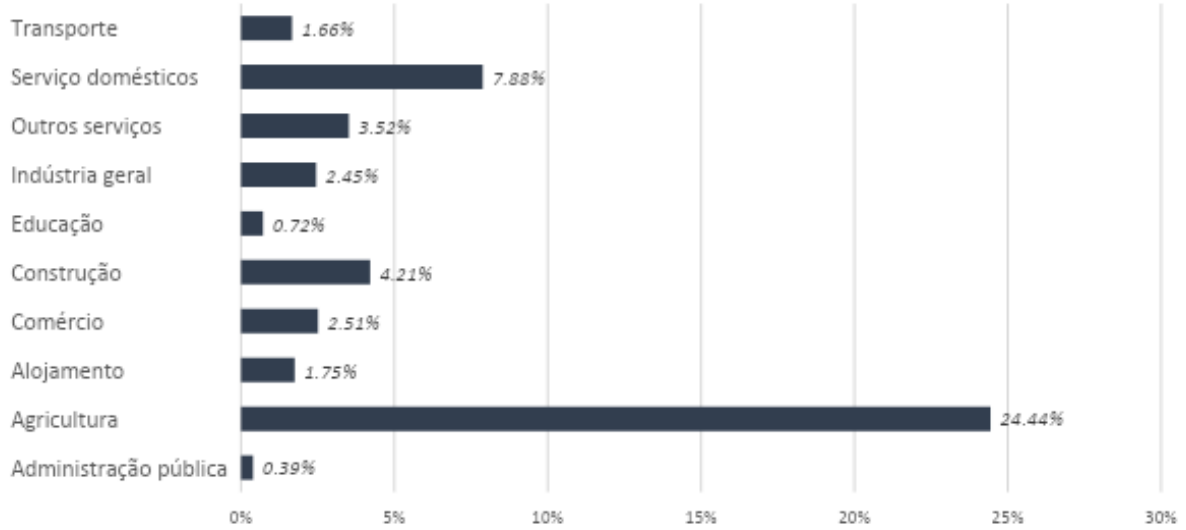
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2014



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 4, têm-se que os resultados observados anteriormente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres, com a agricultura ultrapassando o setor de serviços domésticos. Do mesmo modo, os setores com menor proporção de pobres permanecem os mesmos, apenas com administração pública tornando-se o setor com menor percentual. Esse resultado evidencia que, pelo menos em 2014, os quadros de pobreza e pobreza extrema reportaram distribuição semelhante entre os setores econômicos cearenses.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2014



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 10 revela que, em 2014, o Estado do Ceará reportou Gini de 0,5078, valor superior ao observado para a RMF do estado. A zona rural é a região com menor desigualdade de renda do estado neste ano.

Tabela 10: Índice de Gini no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2014

Região	**Gini**
Ceará	0,5078
RMF	0,4744
Urbano	0,5299
Rural	0,4299

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o recorte de gênero, na Tabela 11, observa-se que a desigualdade de renda foi de 0,5103 entre as mulheres, patamar levemente inferior ao encontrado entre homens. Entretanto, é importante destacar que a diferença observada é pequena e não difere significativamente do índice de desigualdade do estado como um todo.

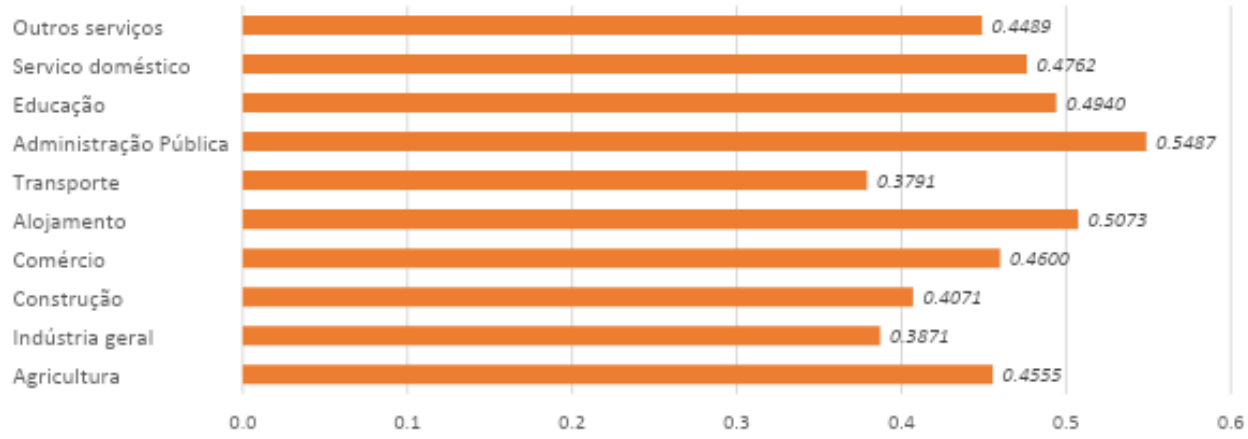
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará por sexo, 2014

Sexo	**Gini**
Homem	0,5052
Mulher	0,5103

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto a desigualdade setorial, a partir do gráfico 3 observa-se que a administração pública é o setor com pior distribuição de renda, com Gini de aproximadamente 0,55, seguido pelos setores de alojamento e educação. Por outro lado, transporte e indústria geral foram os setores com menor concentração de renda neste ano, com índice de desigualdade de aproximadamente 0,38 e 0,39, respectivamente, valor aproximadamente 17 p.p. inferior ao observado na administração pública no caso do setor de transporte.

Gráfico 3: Índice de Gini no Estado do Ceará por Setores de Atividade, 2014



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 12 e 13, a seguir, tem-se os indicadores P_0, P_1 e P_2 por região e gênero. Pode-se observar que a proporção de pobres do sexo feminino é levemente maior apenas na região rural. A proporção de pobres na zona rural é sempre maior independente do sexo considerado. No que se refere aos indicadores que medem intensidade e severidade, não se observa diferenças significantes no quadro geral entre homens e mulheres. Mais uma vez, esses indicadores são bem maiores para homens e mulheres localizados na zona rural. Observa-se também que os indicadores de pobreza são semelhantes no Ceará como um todo a na zona urbana, sendo esses indicadores maiores que os observados para a RMF.

Tabela 12: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2014 (%)

Indicador	**Ceará**		**RMF**		**Urbano**		**Rural**	
	masc	**fem**	**masc**	**fem**	**masc**	**fem**	**masc**	**Fem**
P_0	49,34%	49,15%	36,06%	36,01%	51,36%	50,58%	68,90%	72,12%
P_1	22,36%	21,83%	12,65%	12,78%	23,63%	22,72%	36,94%	37,78%
P_2	13,47%	12,92%	6,42%	6,51%	14,13%	13,53%	24,39%	24,26%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os extremamente pobres, na Tabela 13, tem-se a indigência a maior para mulheres localizadas na RMF em pouco mais de 0,30 p.p. Novamente, destacam-se os valores observados na zona rural, com a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza sendo aproximadamente 24,7%, 10% e 5,7% para homens, respectivamente. Diante desse quadro, pode-se dizer que, em 2014, a pobreza e a extrema pobreza foram um problema socioeconômico mais grave entre homens e mulheres localizados na região rural da economia cearense.

Tabela 13: Proporção de indigentes, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2014 (%)

Indicador	Ceará		RMF		Urbano		Rural	
	masc	fem	masc	fem	masc	fem	masc	Fem
P_0	11,32%	10,58%	3,38%	3,74%	11,22%	10,51%	24,67%	23,70%
P_1	4,53%	4,07%	1,52%	1,49%	4,16%	4,13%	9,97%	8,90%
P_2	2,63%	2,30%	1,03%	0,99%	2,28%	2,32%	5,70%	4,77%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 14 e 15, abaixo, tem-se os índices de pobreza sob estudo construídos por raça para as linhas de pobreza e de extrema pobreza. Quando a linha de pobreza de 638 reais é adotada, percebe-se que a proporção de pobres é maior para as populações parda, amarela e preta, respectivamente. Quanto a sua intensidade, pode-se dizer que a pobreza é mais intensa para os amarelos e pardos, com P_1 de aproximadamente 24,6% e 24,3%, respectivamente. Para o índice que mede a severidade da pobreza, como esperado, tem-se que a pobreza é mais severa para a população parda e amarela do estado.

Tabela 14: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por raça, 2014

Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	40,87%	44,54%	50,55%	53,42%	25,63%
P_1	17,97%	17,78%	24,65%	24,27%	6,29%
P_2	10,62%	9,81%	12,80%	14,60%	3,39%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a linha de extrema pobreza é tomada como referência, observa-se que a proporção de extremamente pobres é maior entre pardos e brancos, com percentuais de 12,3% e 8,6%, respectivamente. De modo semelhante, a intensidade e a severidade da extrema pobreza também são maiores entre esses grupos, com a população parda liderando as estatísticas em ambos os casos, isto é, a intensidade e a severidade da pobreza são da ordem de 4,8% e 2,7%, respectivamente, para esse grupo.

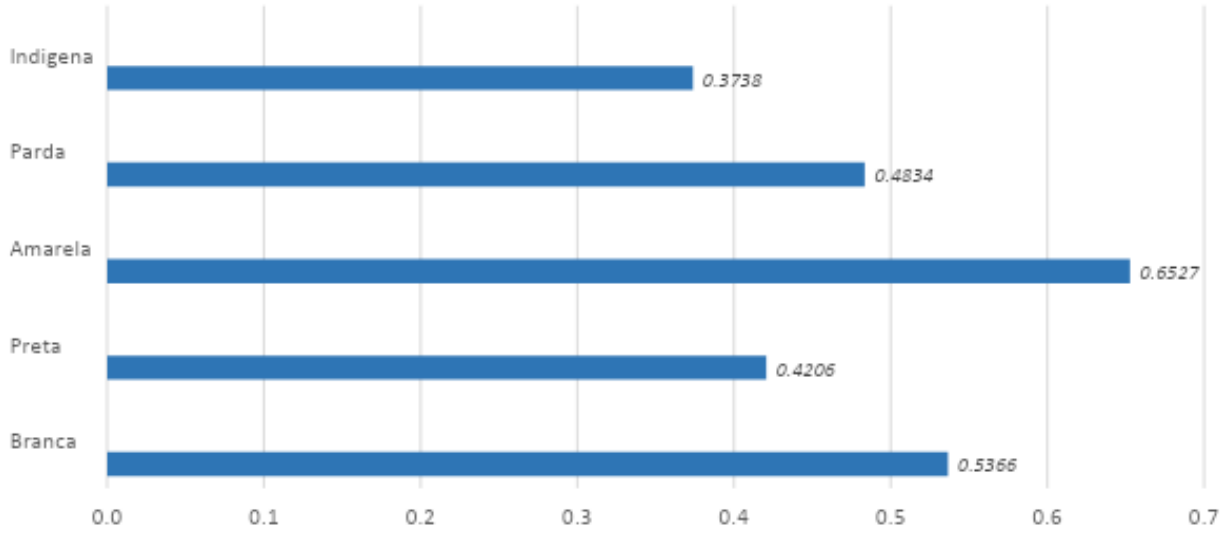
Tabela 15: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência no Ceará por raça, 2014

Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	8,56%	7,47%	0,00%	12,26%	5,49%
P_1	3,31%	2,67%	0,00%	4,85%	0,59%
P_2	1,96%	1,63%	0,00%	2,75%	0,11%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, foi elaborado gráfico com dados do índice de Gini para o Estado do Ceará por raça. A maior desigualdade de renda ocorreu entre amarelos, com Gini de 0,6527, ao passo que a menor desigualdade de renda observada foi entre indígenas, com 0,3738.

Gráfico 4: Índice de Gini no Ceará por raça, 2014



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, nas Tabelas 16 e 17, têm-se os dados da pobreza e indigência para crianças entre 0 a 6 anos e por região. Os dados indicam um cenário preocupante com aproximadamente 70,9% das crianças na pobreza no Ceará. Na RMF, apesar de apresentar valor também preocupante, esse indicador é bem inferior, de 56,3%. Ainda mais preocupantes são os indicadores para a zona Rural, onde 90,3% das crianças de 0 a 6 anos estão abaixo da linha da pobreza. Na Zona Urbana, esse percentual foi de 73,8%.

Esses resultados indicam que longe da Capital existe um número alarmante de crianças pobres, ainda que, mesmo na capital e localidades próximas (RMF) esse número ainda seja preocupante. A zona Rural também possui maior severidade da pobreza, com P_2 de 33,9%.

Tabela 16: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza de crianças de 0 a 6 anos por região, 2014

Índice	Ceará	RMF	Urbana	Rural
P_0	70,88%	56,30%	73,82%	90,29%
P_1	34,69%	22,57%	36,76%	51,30%
P_2	20,92%	11,86%	22,06%	33,87%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se leva em consideração a linha de Indigência, observa-se, novamente, que as localidades rurais são as mais afetadas pela falta de renda, com 35,3% de crianças entre 0 e 6 anos vivendo na miséria com uma intensidade de 12,5%. No Ceará como um todo esse índice alcançou o patamar de 17,3%.

Tabela 17: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência de crianças de 0 a 6 anos por região, 2014

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Urbana**	**Rural**
P_0	17,33%	6,35%	16,96%	35,28%
P_1	6,11%	2,59%	5,47%	12,55%
P_2	3,13%	1,65%	2,51%	6,27%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 18, são apresentados os índices de pobreza e indigência discriminados por setor econômico e sexo. Quando se considera a linha de pobreza, pode-se dizer que a proporção de pobres é maior entre mulheres e homens que trabalham na agricultura, com proporções de pobres de aproximadamente 71,2% e 68,6%, seguidos por mulheres nos serviços domésticos, com 51,3%. Essa tendência se mantém também para os índices que medem a intensidade e severidade da pobreza. Vale destacar que mulheres na construção civil apresentaram menor proporção de pobres.

Quando a linha de indigência é usada como referência, a agricultura continua sendo o setor que concentra a maior proporção de pobres entre homens e mulheres – mas com a proporção de homens pobres superior à das mulheres em 0,30 p.p. –, novamente seguidos pelas mulheres nos serviços domésticos. A partir dos resultados encontrados, não se pode afirmar que a proporção de pobres é majoritariamente maior entre homens, uma vez que em setores como serviços domésticos, a proporção de mulheres em situação vulnerável é maior independente da linha de pobreza escolhida. Por outro lado, pode-se dizer que a pobreza é um problema mais grave no setor agrícola independente do gênero e da linha de pobreza escolhida.

Tabela 18: Índices de Pobreza e Indigência por setor e gênero, 2014

Setor	**Índice**	*Pobreza*		*Indigência*	
		Masc	**Fem**	**masc**	**fem**
Administração Pública	P_0	18,23%	23,89%	0,00%	0,98%
	P_1	6,47%	5,77%	0,00%	0,10%
	P_2	2,74%	2,33%	0,00%	0,01%
Agricultura	P_0	68,63%	71,18%	24,53%	24,23%

	P_1	37,15%	38,33%	9,96%	9,14%
	P_2	24,71%	25,09%	5,85%	5,11%
Alojamento	P_0	35,11%	40,04%	3,30%	0,36%
	P_1	11,22%	11,01%	0,64%	0,02%
	P_2	5,42%	4,41%	0,22%	0,00%
Comércio	P_0	30,46%	25,57%	2,71%	2,18%
	P_1	10,73%	9,35%	0,74%	0,80%
	P_2	5,30%	4,80%	0,37%	0,48%
Construção Civil	P_0	42,39%	3,98%	4,33%	0,00%
	P_1	15,04%	1,12%	0,78%	0,00%
	P_2	7,29%	0,32%	0,27%	0,00%
Educação	P_0	13,95%	16,30%	1,26%	0,51%
	P_1	5,73%	4,30%	0,64%	0,06%
	P_2	3,07%	1,62%	0,62%	0,01%
Industrial Geral	P_0	36,01%	35,54%	0,56%	4,28%
	P_1	10,20%	13,11%	0,20%	1,57%
	P_2	4,00%	6,93%	0,08%	0,85%
Informática	P_0	-	-	-	-
	P_1	-	-	-	-
	P_2	-	-	-	-
Outros Serviços	P_0	25,46%	26,07%	1,08%	5,43%
	P_1	7,73%	10,47%	0,27%	1,57%
	P_2	3,38%	5,94%	0,07%	0,64%
Serviços Domésticos	P_0	35,83%	51,26%	1,76%	8,38%
	P_1	11,21%	21,57%	0,31%	2,29%
	P_2	4,82%	11,86%	0,05%	0,94%
Transporte	P_0	33,36%	26,36%	1,35%	5,44%
	P_1	11,44%	9,33%	0,33%	0,94%
	P_2	5,24%	4,64%	0,14%	0,16%

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: Não havia informações para o setor de informática neste ano.

1.4.10. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2013

A partir de agora, serão apresentadas algumas estatísticas de pobreza e desigualdade extraídas da PNAD Contínua para o ano de 2013. Na Tabela 1, abaixo, têm-se os níveis médios de renda per capita, oriunda do trabalho e de outras fontes segmentadas por gênero.

Conforme resultados apresentados, a renda per capita do cearense foi de R$ 959,30, aproximadamente 280 reais acima do salário mínimo da época, de R$ 678,00. Quando se decompõe a renda de acordo com sua fonte, observa-se que a renda média do trabalho foi da ordem de 2.339,00 reais e foi superior a renda per capita em mais de 1.500 reais e maior também do que a renda oriunda de outras fontes, que estava um pouco acima da renda per capita.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2013

Renda	Total	Masc	Fem
Renda per capita	959,30	945,45	972,32
Renda do trabalho	2339,00	2344,55	2333,81
Outras fontes	1061,80	1007,87	1112,54

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se analisa essas variáveis a partir de uma perspectiva de gênero, conclui-se que as mulheres possuem maiores rendimentos advindos de outras fontes e per capita, embora essa diferença seja de aproximadamente apenas 105 e 27 reais, respectivamente. Em relação a renda do trabalho, a renda masculina é superior a feminina em pouco mais de 100 reais. Além disso, destaca-se também que o fato das mulheres possuírem maiores renda per capita e de outras fontes do que homens pode estar associado aos programas de transferências de renda, uma vez que as mulheres, em maioria, são as beneficiadas por estes recursos.

Na Tabela 2, têm-se os resultados médios da renda per capita de acordo com os quartis de renda. Como pode-se observar, famílias no terceiro quartil de renda possuem mais de 10 vezes a renda do trabalho das famílias do primeiro quartil, sendo a renda média do trabalho do primeiro quartil de aproximadamente 261 reais, menos de 100 reais abaixo da renda per capita das famílias pertencentes ao mesmo quartil.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2013

Quartil	**Renda per capita**	**Renda do Trabalho**	**Outras fontes**
0,25	339,38	261,15	0,00
0,50	601,93	1218,69	392,82

0,75	1112,49	2747,29	1311,75

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 3, realiza-se um recorte amostral que permite observar o comportamento da renda cearense no âmbito regional e por sexo. A renda per capita na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) está acima da renda para o Ceará como um todo. Esse maior volume de renda se deu nos três níveis e todos eles foram maiores que o Salário Mínimo de 2013. O destaque foi o nível de renda do Trabalho, que foi mais de R$ 2 mil acima da renda per capita e da renda de outras fontes. Esse resultado é esperado visto que a maior parte do comércio e indústria se encontram na RMF. Quando visto sob a ótica do gênero, as renda per capita e do trabalho de homens e mulheres são próximas, com diferença positiva em favor dos homens, o que destoa é a renda oriunda de outras fontes, com as mulheres possuindo uma maior média.

Ainda no âmbito da RMF, pode-se dizer que os maiores níveis de renda se encontram próximo a capital, mas ainda não se observa grandes disparidades. Portanto, é necessário analisar os níveis de renda entre o meio urbano e rural para dimensionar a renda e a pobreza nessas áreas. Ainda na Tabela 3, é possível aferir a disparidade entre a renda urbana e a rural. A renda per capita em regiões urbanas cearenses teve média aproximadamente de R$ 900 ante R$ 538 nas áreas rurais e, quando se leva em consideração a renda do trabalho essa diferença de renda se expande em mais de mil reais. A renda de outras fontes é a renda que possui menor diferença de média, em favor da área rural, evidenciando que o setor rural precisa de políticas públicas para a geração de renda do trabalho.

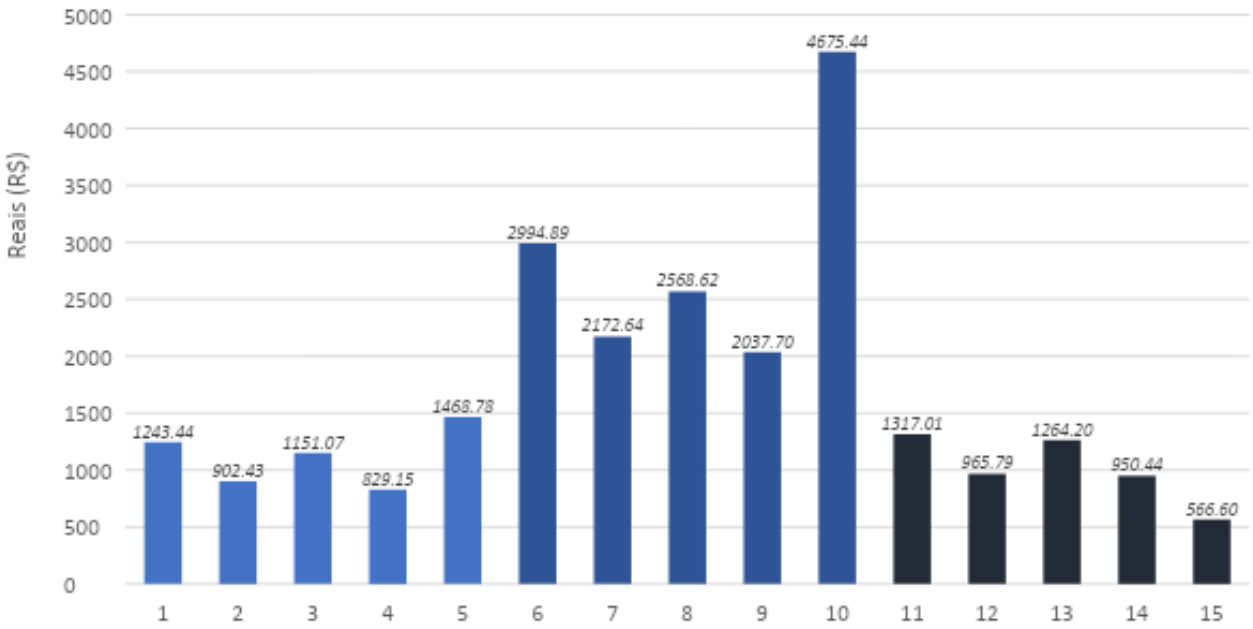
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2013

Renda	**RMF**			Urbano	Rural
	Total	Masc	Fem		
Renda per capita	1248,50	1228,01	1267,28	900,56	538,53
Renda do trabalho	3322,90	3331,08	3315,48	2153,18	890,10
Outras fontes	1065,60	970,06	1152,91	987,84	1148,29

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se observa a renda por raça no Ceará, no gráfico 1, tem-se que a população indígena do estado tinha a maior renda per capita e do trabalho em 2013. Este grupo é seguido pela população branca, que possui também a maior renda advinda de outras fontes. A população parda é o grupo com menor renda per capita e do trabalho.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2013



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 4, se leva em consideração os setores econômicos e pode-se observar que os setores com maior renda per capita no Ceará em 2013 foram educação, administração pública e outros serviços. Por outro lado, a agricultura possui o menor nível de renda, seguido pelo setor de serviços domésticos e construção civil. Entre todos os níveis de renda, a renda do trabalho foi destacadamente superior aos outros dois níveis de renda, com destaque para Administração Pública e Educação. A renda oriunda de outras fontes foram baixas para Alojamento, Industria geral e Construção Civil.

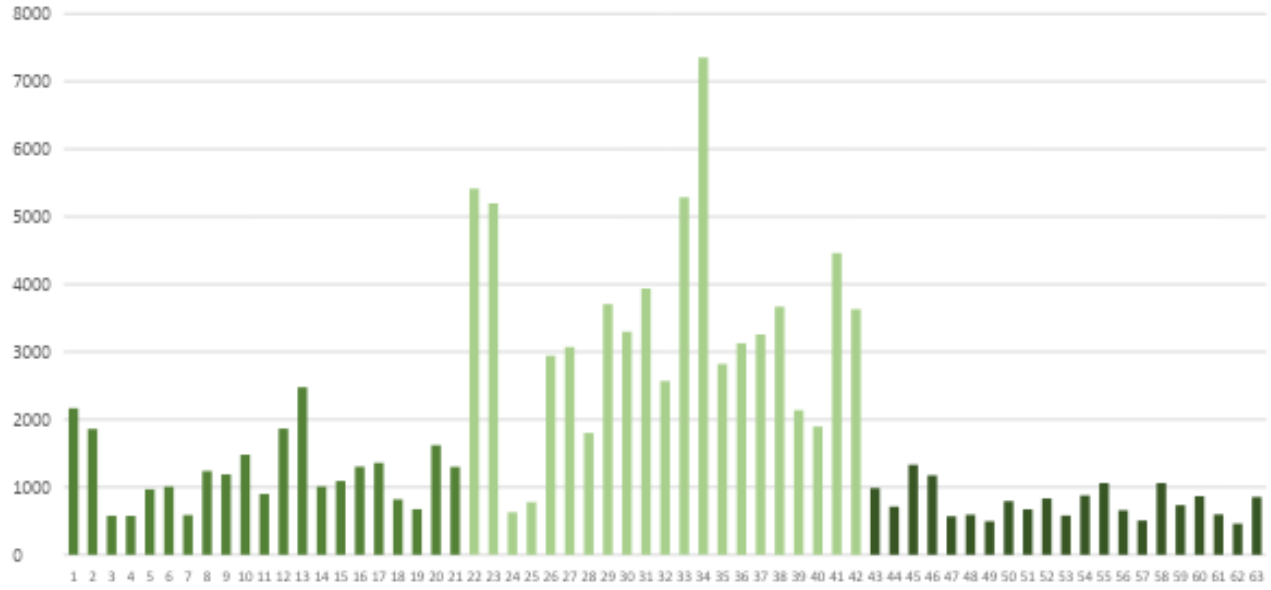
Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2013

Setores	Renda per capita	Renda Trabalho	Outras Fontes
Agricultura	575,70	732,68	1222,52
Indústria geral	1049,51	2970,27	583,92
Construção	916,55	2608,29	587,24
Comércio	1207,52	3455,35	718,27
Alojamento	988,40	3009,84	581,09
Transporte	1328,30	3704,83	819,34
Informática	-	-	-
Administração pública	1977,16	5278,13	816,61
Educação	2010,83	5775,70	920,91
Serviço doméstico	807,61	2118,66	845,85
Outros serviços	1329,06	3443,78	912,10

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2, igualmente, projeta a renda por setor, mas traz essa análise segmentada por gênero. Quando se trata de renda per capita e de renda do trabalho os setores de Educação e Administração Pública se destacam, com a renda do trabalho masculina liderando as estatísticas com folga. Por outro lado, tem-se o desempenho ruim da agricultura para ambos os sexos, sempre com rendimento per capita e do trabalho abaixo dos mil reais. As rendas de outras fontes oscilam sempre na vizinhança dos mil reais para todos os setores e gêneros.

Gráfico 2: Renda per capita por Setor e Gênero, 2013



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. A proporção de pobres em 2013 foi de aproximadamente 52,6%, como se observa a partir da Tabela 8. Além disso, o hiato médio e o hiato médio quadrático da pobreza mostram que a intensidade e a severidade da pobreza foram da ordem de aproximadamente 24,7% e 15,5%, respectivamente. Todos esses percentuais diminuem quando se considera apenas a RMF, indicando que a pobreza é um problema ainda mais grave nas demais regiões do estado.

Quando se utiliza a linha de extrema pobreza como referência, a proporção de pobres cai para aproximadamente 13%, com medidas de intensidade e severidade de aproximadamente 6,2% e 4,2%, respectivamente. Novamente, os percentuais de todos os indicadores são menores quando se observa apenas a RMF do Estado.

Tabela 8: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, 2013

Índice	Pobreza		Indigência	
	Ceará	RMF	Ceará	RMF
P_0	52,59%	40,23%	12,97%	6,76%
P_1	24,71%	16,66%	6,23%	4,49%
P_2	15,52%	10,04%	4,23%	3,76%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9, abaixo, se estuda as áreas urbanas e rurais do estado separadamente. Observa-se que a proporção de pobres na zona urbana é da ordem de 54,84%, sendo aproximadamente 16 p.p. maior na região rural. As medidas de intensidade e severidade também se mostram maiores na zona rural. Observa-se também um quadro de pobreza mais grave nas zonas rurais quando a linha de indigência é adotada, com a proporção de indigentes concentrados nessa região sendo aproximadamente duas vezes maior. É possível dizer que a zona Rural sempre apresenta maiores percentuais de proporção, intensidade e severidade. Logo, pode-se dizer que, sob todas as perspectivas em consideração e independente da linha de pobreza escolhida, a pobreza é um problema mais grave em regiões rurais do estado.

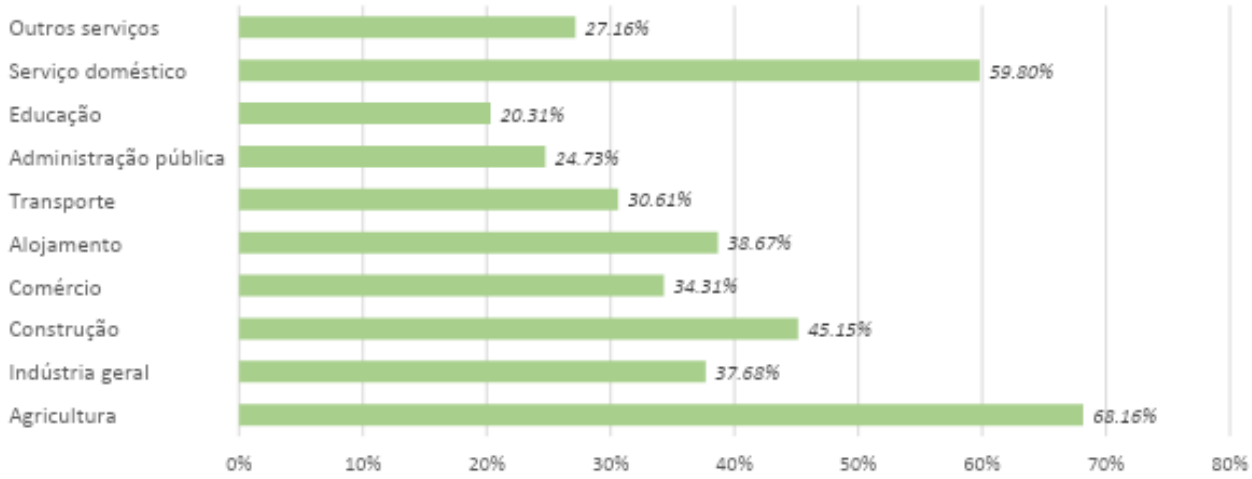
Tabela 9: Índices de Pobreza no Ceará, Área Urbana e Rural, 2013

Indicador	Rural		Urbano	
	Pobreza	Indigência	Pobreza	Indigência
P_0	70,91%	24,34%	54,84%	12,37%
P_1	37,96%	9,28%	25,14%	6,16%
P_2	24,99%	5,18%	15,45%	4,11%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade. Pode-se observar que a pobreza se concentra majoritariamente nos setores da agricultura e de serviço doméstico com aproximadamente 68% e 60%, respectivamente, seguidos pelo setor de construção, o qual reportou uma proporção de pobres de 45,1%. Por outro lado, os setores de educação e administração pública concentram, nessa ordem, a menor proporção de pobres neste ano.

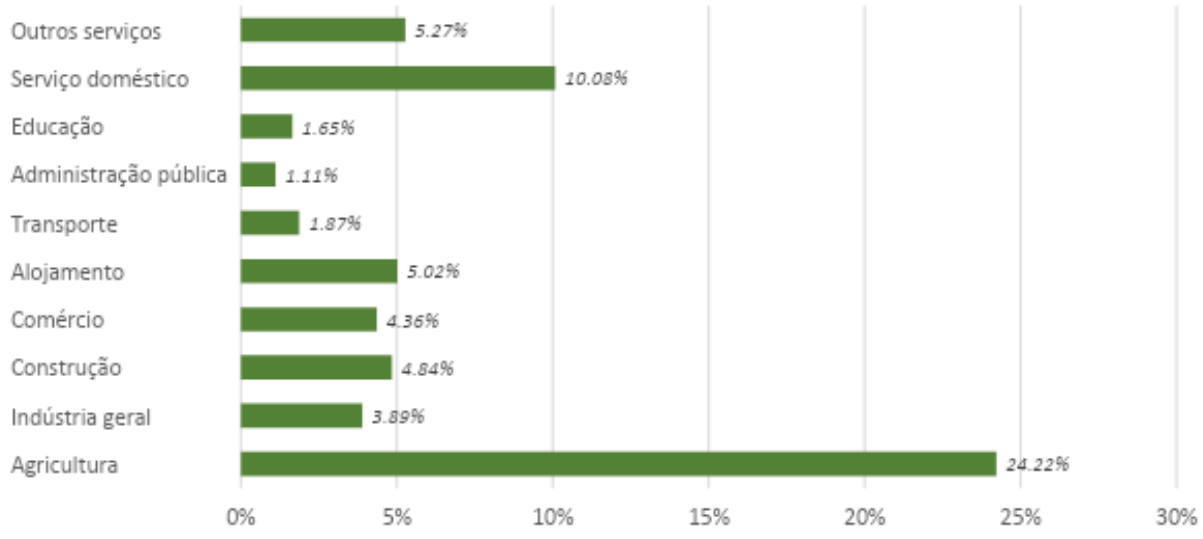
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2013



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, mas com a linha de extrema pobreza sendo tomada como referência, no gráfico 4 têm-se que os resultados observados anteriormente praticamente se mantêm quanto aos setores com maior proporção de pobres. Do mesmo modo, os setores com menor proporção de pobres permanecem os mesmos, apenas com administração pública tornando-se o setor com menor percentual. Esse resultado evidencia que, pelo menos em 2013, os quadros de pobreza e pobreza extrema reportaram distribuição semelhante entre os setores econômicos cearenses.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade (P_0), 2013



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 10 revela que,

em 2013, o Estado do Ceará reportou Gini de 0,5209, valor superior ao observado para a RMF do estado. A zona rural é a região com menor desigualdade de renda do estado neste ano.

Tabela 10: Índice de Gini no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2013

Região	Gini
Ceará	0,5209
RMF	0,5192
Urbano	0,5015
Rural	0,4451

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o recorte de gênero, na Tabela 11, observa-se que a desigualdade de renda foi de 0,5230 entre as mulheres, patamar levemente superior ao encontrado entre homens. Entretanto, é importante destacar que a diferença observada é pequena e não difere significativamente do índice de desigualdade do estado como um todo.

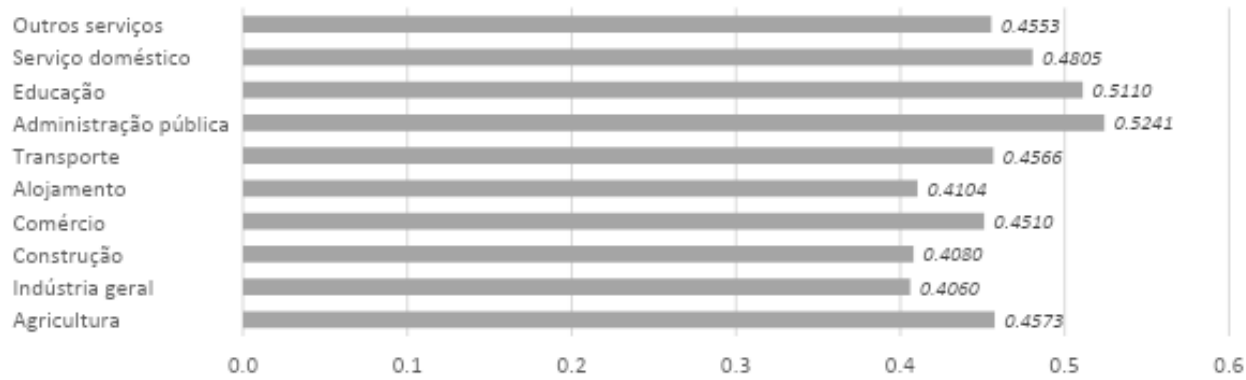
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará por sexo, 2013

Sexo	Gini
Homem	0,5187
Mulher	0,5230

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto a desigualdade setorial, a partir do gráfico 3 observa-se que administração pública é o setor com pior distribuição de renda, com Gini de aproximadamente 0,52, seguido pelos setores de educação e serviços domésticos. Por outro lado, alojamento, indústria geral e construção foram os setores com menor concentração de renda no último ano, com índice de desigualdade da ordem de 0,4104, 0,4060 e 0,4080, respectivamente, valor mais de 10 p.p. inferior ao observado na administração pública.

Gráfico 3: Índice de Gini no Estado do Ceará por Setores de Atividade, 2013



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 12 e 13, a seguir, tem-se os indicadores P_0, P_1 e P_2 por região e gênero. Pode-se observar que a proporção de pobres do sexo feminino é levemente maior nas regiões rural e metropolitana. Entretanto, essa tendência inverte quando se considera a zona urbana e o estado como um todo. Para ambos os sexos, a pobreza é um problema mais grave na região rural. No que se refere aos indicadores que medem intensidade e severidade, não se observa diferenças significantes.

Tabela 12: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2013 (%)

Indicador	Ceará		RMF		Rural		Urbano	
	masc	fem	masc	fem	masc	fem	masc	fem
P_0	53,00%	52,21%	40,16%	40,29%	70,46%	71,38%	55,41%	54,34%
P_1	25,01%	24,44%	16,38%	16,91%	37,85%	38,08%	25,66%	24,68%
P_2	15,73%	15,33%	9,71%	10,34%	25,03%	24,95%	15,86%	15,08%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os extremamente pobres, na Tabela 13, tem-se comportamento semelhante ao observado anteriormente para a proporção de indigentes, intensidade e severidade da pobreza. Novamente, destacam-se os indicadores de extrema pobreza encontrados na zona rural, independente do gênero, sempre maiores que nos demais recortes geográficos. Diante desse quadro, pode-se dizer que, em 2013, a pobreza e a extrema pobreza foram um problema socioeconômico mais grave entre homens e mulheres localizados na região rural da economia cearense.

Tabela 13: Proporção de indigentes, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por região e sexo, 2013 (%)

Indicador	Ceará		RMF		Rural		Urbano	
	masc	fem	masc	fem	masc	fem	masc	fem
P_0	13,13%	12,82%	6,22%	7,26%	24,33%	24,35%	12,83%	11,97%
P_1	6,33%	6,13%	4,16%	4,80%	9,60%	8,94%	6,46%	5,89%
P_2	4,29%	4,17%	3,49%	4,02%	5,49%	4,84%	4,34%	3,90%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas Tabelas 14 e 15, abaixo, tem-se os índices de pobreza sob estudo construídos por raça para as linhas de pobreza e de extrema pobreza. Quando a linha de pobreza de 638 reais é adotada, percebe-se que a proporção de pobres é maior para as populações parda, preta e amarela, respectivamente. Quanto a sua intensidade, pode-se dizer que a pobreza é mais intensa para pardos e pretos, com P_1 de aproximadamente 26% em ambos os casos. Para o índice que mede a severidade da pobreza, como esperado, tem-se que a pobreza é mais severa para a população indígena e preta do estado, respectivamente.

Tabela 14: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza no Ceará por raça, 2013

Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	45,01%	53,82%	53,58%	56,08%	34,54%
P_1	20,98%	26,33%	22,23%	26,35%	25,76%
P_2	13,17%	16,85%	11,56%	16,52%	22,39%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a linha de extrema pobreza é tomada como referência, observa-se que a proporção de extremamente pobres é maior entre indígenas, pretos e pardos com percentuais que variam entre 14,01% e 23,63%. De modo semelhante, a intensidade e a severidade da extrema pobreza também são maiores entre esses grupos, com a população indígena liderando as estatísticas em ambos os casos, isto é, a intensidade e a severidade da pobreza é da ordem de 18,53% e 16,71%, respectivamente, para esse grupo.

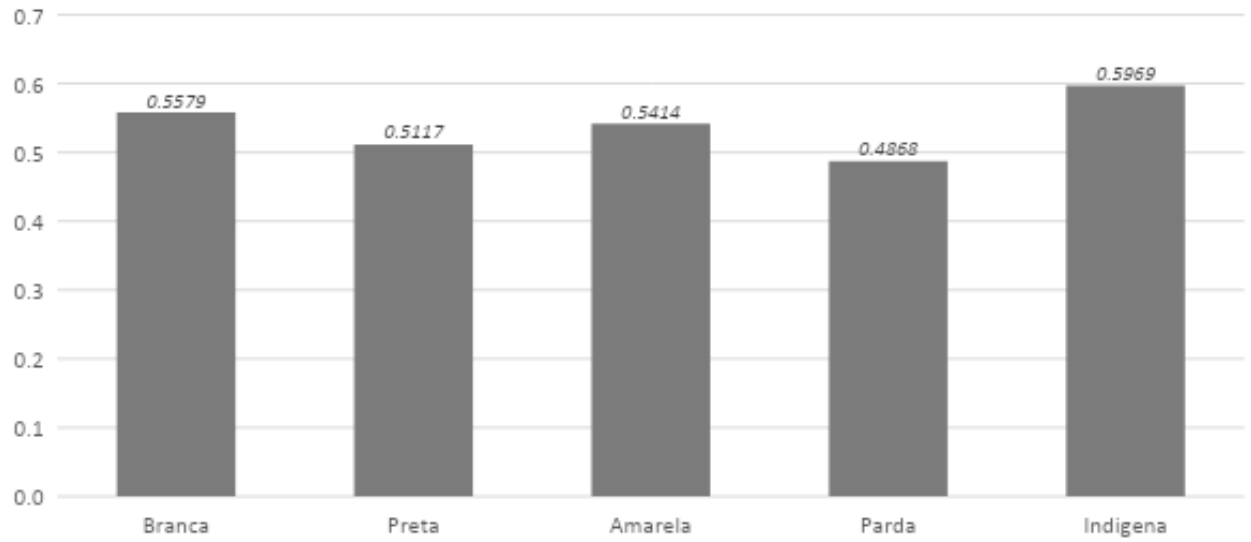
Tabela 15: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência no Ceará por raça, 2013

Indicador	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
P_0	10,56%	14,02%	4,13%	14,01%	23,63%
P_1	5,39%	6,77%	3,69%	6,55%	18,53%
P_2	3,76%	4,80%	3,35%	4,38%	16,71%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, tem-se um Gráfico com dados do índice de Gini para o Estado do Ceará por raça. O gráfico 4, abaixo, detalha os resultados. A maior desigualdade de renda ocorreu entre indígenas, com Gini de 0,5969, ao passo que a menor desigualdade de renda observada foi entre pardos, com 0,4868. Além disso, pode-se dizer que o índice de Gini é semelhante entre a população parda e preta.

Gráfico 4: Índice de Gini no Ceará por raça, 2013



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, nas Tabelas 16 e 17, têm-se os dados da pobreza e indigência para crianças entre 0 a 6 anos e por região. Os dados indicam um cenário preocupante com aproximadamente 72% de crianças na pobreza no Ceará. Na RMF, por outro lado, esse indicador é inferior, de aproximadamente 58%. Ainda mais preocupantes são os indicadores para a zona Rural, onde 89% das crianças de 0 a 6 anos estão abaixo da linha da pobreza. Na Zona Urbana, esse percentual foi de 76%.

Esses resultados indicam que longe da Capital existe um número alarmante de crianças pobres, ainda que, mesmo na capital e localidades próximas (RMF) esse número ainda seja preocupante. A zona Rural também possui maior severidade da pobreza, com P_1 de 51,87%.

Tabela 16: Proporção de pobres, hiato médio da pobreza e hiato médio quadrático da pobreza de crianças de 0 a 6 anos por região, 2013

Índice	**Ceará**	**RMF**	**Rural**	**Urbana**
P_0	71,91%	57,91%	89,00%	76,10%
P_1	36,62%	25,24%	50,87%	39,73%
P_2	23,49%	14,85%	33,78%	26,26%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se leva em consideração a linha de Indigência, observa-se, novamente, que as localidades rurais são as mais afetadas pela falta de renda, com 33% de crianças entre 0 e 6 anos vivendo na miséria com uma intensidade de aproximadamente 12%. No Ceará como um todo esse índice alcançou o patamar de 9,4%.

Tabela 17: Proporção de indigentes, hiato médio da indigência e hiato médio quadrático da indigência de crianças de 0 a 6 anos por região, 2013

Índice	Ceará	RMF	Rural	Urbana
P_0	20,24%	9,56%	33,02%	23,65%
P_1	9,40%	5,85%	11,94%	11,94%
P_2	6,12%	4,60%	6,27%	7,99%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 18, são apresentados os índices de pobreza e indigência discriminados por setor econômico e sexo. Quando se considera a linha de pobreza, pode-se dizer que a proporção de pobres é maior entre homens e mulheres que trabalham na agricultura, com proporção de pobres de aproximadamente 69% e 65%, respectivamente, seguidos por homens e mulheres nos serviços domésticos com 62% e 59,6%, respectivamente. Essa tendência se mantém também para os índices que medem a intensidade e severidade da pobreza.

Tabela 18: Índices de Pobreza e Indigência por setor e gênero, 2013

Setor	Índice	*Pobreza*		*Indigência*	
		masc	fem	masc	fem
Administração Pública	P_0	23,49%	26,75%	1,03%	1,25%
	P_1	7,96%	8,49%	0,91%	1,25%
	P_2	3,81%	4,01%	0,85%	1,25%
Agricultura	P_0	69,60%	64,96%	24,00%	24,70%
	P_1	36,85%	35,40%	9,35%	9,37%
	P_2	24,29%	23,71%	5,35%	5,25%
Alojamento	P_0	35,64%	41,86%	6,44%	3,52%
	P_1	14,45%	16,84%	1,84%	1,89%
	P_2	7,84%	9,06%	1,04%	1,43%
Comércio	P_0	36,13%	31,40%	4,22%	4,58%
	P_1	14,03%	12,26%	1,86%	1,58%
	P_2	7,55%	6,81%	1,31%	1,02%
Construção Civil	P_0	45,58%	30,43%	4,98%	0,00%
	P_1	17,49%	5,10%	2,68%	0,00%
	P_2	9,28%	1,33%	1,88%	0,00%
Educação	P_0	17,92%	21,06%	1,40%	1,73%
	P_1	5,92%	6,70%	1,12%	1,43%

	P_2	3,02%	3,58%	1,07%	1,31%
Industrial Geral	P_0	37,66%	37,71%	2,22%	5,49%
	P_1	11,78%	12,76%	1,08%	2,70%
	P_2	5,48%	7,18%	0,91%	1,85%
Informática	P_0	-	-	-	-
	P_1	-	-	-	-
	P_2	-	-	-	-
Outros Serviços	P_0	23,86%	29,92%	3,92%	6,40%
	P_1	8,34%	13,00%	2,56%	3,21%
	P_2	4,73%	8,19%	1,76%	2,10%
Serviços Domésticos	P_0	62,44%	59,58%	3,63%	10,61%
	P_1	24,65%	25,73%	0,47%	3,54%
	P_2	12,18%	14,66%	0,06%	1,90%
Transporte	P_0	31,36%	22,93%	1,83%	2,26%
	P_1	10,60%	8,66%	1,09%	2,26%
	P_2	5,33%	4,92%	0,81%	2,26%

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: "-" refere-se a 0,00%.

Quando a linha de indigência é usada como referência, a agricultura continua sendo o setor que concentra a maior proporção de pobres entre homens e mulheres, seguidos pelos setores de alojamento e serviços domésticos. A partir dos resultados encontrados, não se pode afirmar que a proporção de pobres é majoritariamente maior entre homens, uma vez que em setores como alojamento, outros serviços e educação, a proporção de mulheres em situação vulnerável é maior independente da linha de pobreza escolhida. Por outro lado, pode-se dizer que a pobreza é um problema mais grave no setor agrícola independente do gênero e da linha de pobreza escolhida.

1.4.11. A Caracterização da Pobreza e Desigualdade de Renda no Ceará: Evidências e Proposições - 2012

Na tabela 1 estão contidos os dados de renda para o Estado do Ceará, por sexo. A maior fonte de renda do cearense advém do trabalho, em média a renda dessa atividade foi de 2.446 reais. Por sua vez a renda de outras fontes foi de apenas 1.076 reais, menos da metade da renda do trabalho. A renda per capita do estado, porém, ficou abaixo dessas rendas, R$ 986, mas acima do salário mínimo da época que era de R$ 622. Dessa forma em 2012 a renda per capita no Ceará foi 1,5 salário

mínimo. Concernente a questão de gênero a renda per capita feminina foi superior a masculina, assim como a renda oriunda de outras fontes, apenas a renda do trabalho masculina foi superior a feminina.

Tabela 1: Nível de Renda Média no Ceará por gênero (R$), 2012

Renda	Total	Masculino	Feminino
Renda per capta	986,88	969,38	1.003,17
Renda do trabalho	2.446,80	2.457,81	2.436,51
Outras fontes	1.076,90	1.018,14	1.131,63

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 aborda os quartis para o estado do Ceará pelas características de renda. Em relação a renda per capita 25% dos cearenses viveram com renda de até R$ 336. Esse valor é menos de um terço da renda do terceiro quartil. Em relação a renda do trabalho essa disparidade é ainda maior, sendo a renda do terceiro quartil mais que seis vezes a renda do primeiro. A renda de outras fontes foi zero para o primeiro quartil e uma mediana de R$ 384, bem inferior as outras rendas.

Tabela 2: Quartis de Renda no Ceará (R$), 2012

Quartil	Renda per capta	Renda do trabalho	Outras fontes
0,25	336,26	371,34	0,00
0,5	596,12	1.284,85	384,24
0,75	1.120,84	2.738,66	1.409,52

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os níveis de renda, por sexo, para a Região Metropolitana e para áreas urbanas e rurais do Ceará se encontram na tabela 3. Os maiores níveis de renda se encontram na RM, a renda per capita e a renda do trabalho foram maiores que em áreas urbanas e rurais. No entanto, em relação a renda de outras fontes, a RM apresentou a menor renda. O destaque desses resultados é o baixo nível de renda de regiões rurais cearenses, bem inferior as regiões urbanas e a RM. Quanto ao nível de renda por sexo a RM possui resultados próximos entre a renda masculina e a feminina. No que se refere a renda per capita e a renda do trabalho a renda masculina foi superior, mas foi menor em relação a renda de outras fontes.

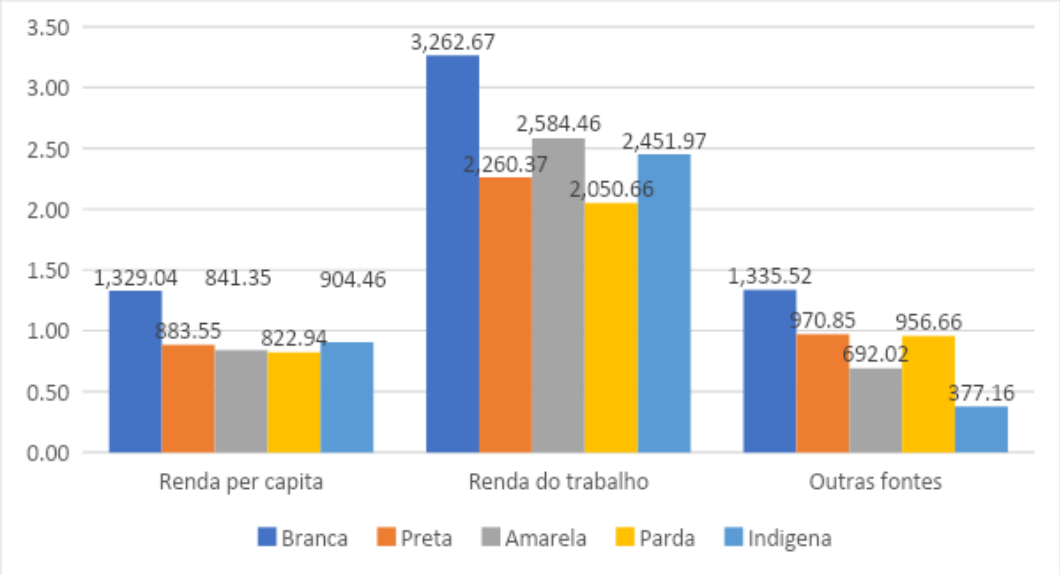
Tabela 3: Nível de Renda, por sexo, na RMF e Nível de Renda por Área (R$), 2012

Renda	RM			Urbano	Rural
	Total	masc	fem		
Renda per capita	1.266,90	1.246,77	1.285,02	976,14	511,29
Renda do trabalho	3.440,50	3.446,71	3.434,96	2.375,97	801,62
Outras fontes	996,75	906,13	1.078,25	1.150,20	1.121,77

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre a renda por raça o que se destaca do gráfico 1 é o maior nível de renda entre brancos, para todas as rendas esse grupo obteve o maior ganho. Em relação a renda per capita e renda de outras fontes somente os brancos tiveram renda acima de R$ 1.000, e para a renda do trabalho somente eles tiveram renda acima de R$ 3.000. Pretos e pardos possuíam as menores renda per capita e do trabalho. A renda de outras fontes obtidas por indígenas chamam a atenção pelo baixo nível, apenas R$ 380, para se ter uma ideia desse valor a raça com o segundo menor valor de renda de outras fontes (amarela) foi de R$ 690.

Gráfico 1: Renda por raça no Ceará, 2012 (R$)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Pela tabela 4 pode-se observar que o maior nível de renda per capita foi do setor de educação, seguido pelo setor de administração pública. Por sua vez os setores com menor nível de renda per capita foram serviços domésticos e agricultura. Para se ter uma noção de comparação o nível de renda per capita da educação foi 3,75 vezes o da agricultura e 2,4 vezes o de serviços domésticos. Em relação a renda do trabalho os resultados e as disparidades entre os setores são similares. O papel muda um pouco quando se analisa a renda de outras fontes, onde a agricultura possui maior nível de renda, seguido por outros serviços e educação.

Tabela 4: Nível de Renda no Ceará por Setores de Atividade (R$), 2012

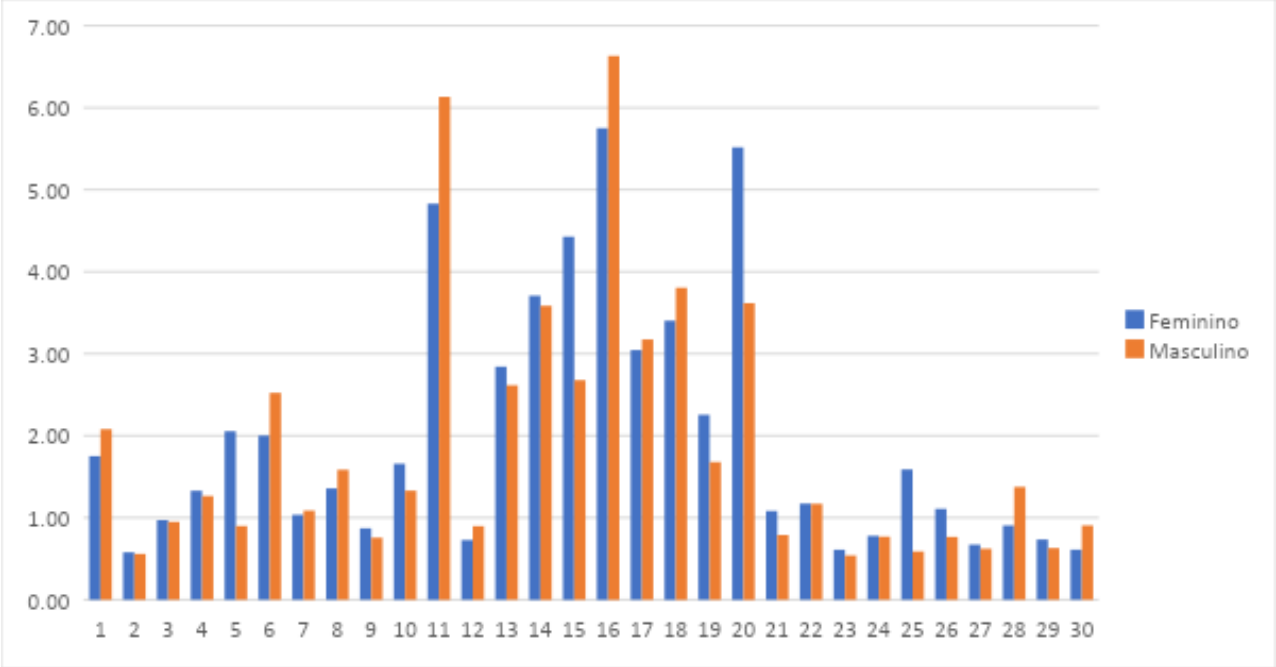
Setor	Renda per capita	Renda do Trabalho	Outras Fontes
Educação	2.117,27	5.947,23	1.032,55
Administração pública	1.938,10	5.570,81	916,08
Outros serviços	1.451,61	3.569,07	1.100,03
Transporte	1.368,14	3.834,48	871,67
Comércio	1.290,55	3.633,27	773,08
Indústria geral	1.063,21	3.114,14	644,78
Alojamento	960,72	2.733,94	576,23
Construção	914,78	2.701,11	601,97
Serviços doméstico	860,18	2.199,98	724,28

Agricultura	563,78	853,25	1.170,54

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2 mostra as informações de renda para os setores, por sexo. Entre as rendas o que se destaca é a preponderância da renda do trabalho frente as outras duas. Em relação aos setores os maiores níveis de renda estão na educação, administração pública e transportes. Em relação ao gênero, os setores de administração pública e educação, para renda per capita e do trabalho, possuem uma desigualdade de renda entre homens e mulheres, com maior renda para homens. No setor de construção, para todos as rendas, as mulheres ganham mais que homens.

Gráfico 2: Renda por Setor e Gênero, 2012



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora, serão apresentados indicadores de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) para diferentes recortes geográficos, populacionais e por setores de atividade do estado cearense. Os dados indicam que em 2012 a proporção de cearenses pobres era de 52,8%, com intensidade de 24,6%. A RMF de fortaleza tem uma situação melhor que o estado como um todo, o percentual pobreza foi de 41,8%, com intensidade de 16,4%. Para o Ceará, apesar de próximos, o maior índice de pobreza foi entre homens, com 53,3% ante 52,4% das mulheres. Algo similar ocorre na RMF, onde a proporção de homens pobres foi de 42,2% e das mulheres de 41,5%.

Tabela 5: Índices de Pobreza no Estado do Ceará e RMF, por sexo, 2012

Indicador	**Ceará**			**RMF**		
	Total	**Masc**	**fem**	**Total**	**masc**	**fem**

P0	52,86%	53,36%	52,40%	41,82%	42,20%	41,48%
P1	24,64%	24,92%	24,38%	16,37%	16,46%	16,29%
P2	15,31%	15,49%	15,15%	9,31%	9,28%	9,34%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados referentes a pobreza em regiões urbanas e rurais se encontram na tabela 6. A disparidade entre regiões urbanas é explicita e pode ser observada de imediato na comparação da proporção de pobreza. Enquanto em regiões urbanas esse percentual é 52,4%, ao passo que em regiões rurais essa proporção é de 73%. Entre homens e mulheres não grandes diferenças entre a pobreza masculina e a feminina.

Tabela 6: Pobreza no Ceará em Áreas Urbanas e Rurais, por sexo, 2012

Indicador	**Urbano**			**Rural**		
	Total	**masc**	**fem**	**Total**	**masc**	**fem**
P0	52,43%	52,27%	52,57%	72,73%	72,97%	72,48%
P1	23,89%	23,58%	24,18%	40,08%	40,43%	39,71%
P2	14,55%	14,29%	14,78%	26,81%	27,12%	26,49%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a tabela 7 a pobreza extrema, ou indigência, no território cearense alcança 13,7% da população do estado, enquanto que na RMF esse percentual é de 5,71%. No Ceará a indigência masculina é levemente inferior a feminina, 13,32% ante 13,41%. As mulheres da RMF também possuem maior percentual que indigentes que os homens.

Tabela 7: Indigência no Estado do Ceará e RMF, por sexo, 2012

Indicador	**Ceará**			**RMF**		
	Total	**masc**	**fem**	**Total**	**masc**	**fem**
P0	13,37%	13,32%	13,41%	5,94%	5,71%	6,15%
P1	5,82%	5,92%	5,73%	3,58%	3,52%	3,64%
P2	3,63%	3,72%	3,54%	2,85%	2,79%	2,91%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No meio urbano, como pode ser observado na tabela 8, a proporção de indigentes foi de 12%. A zona urbana possui um maior percentual de indigentes do sexo feminino, 12,55% de mulheres vivem abaixo da linha da miséria. O caso fica ainda mais crítico quando se olha para o lado rural. 28,15% de pessoas em áreas rurais vivem abaixo da linha de extrema pobreza. A proporção de indigentes foi praticamente a mesma entre homens e mulheres.

Tabela 8: Indigência no Ceará em Áreas Urbanas e Rurais, por sexo, 2012

Indicador	Urbano			Rural		
	Total	masc	fem	Total	masc	fem
P0	12,00%	11,38%	12,55%	28,13%	28,15%	28,10%
P1	5,13%	5,01%	5,24%	10,63%	10,97%	10,29%
P2	3,18%	3,13%	3,22%	5,56%	5,97%	5,15%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação a pobreza e a indigência por raça os dados estão na tabela 9. Os brancos no Ceará possuem os menores indicadores de indigência e pobreza, 10,6% e 43%, respectivamente. Pardos e pretos possuem os maiores índices de pobreza, 57,9% e 52%, respectivamente.

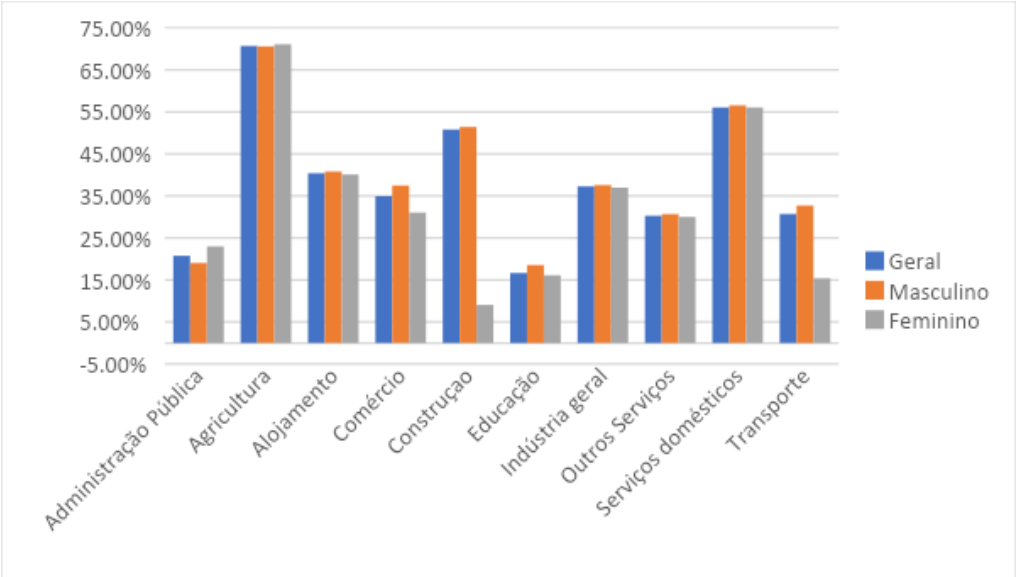
Tabela 9: Pobreza e Indigência por raça no Ceará, (P_0), 2012

Indice	raça	Indigência	Pobreza
P0	branca	10,60%	42,97%
P0	preta	11,75%	51,99%
P0	amarela	21,93%	48,75%
P0	parda	14,81%	57,90%
P0	indígena	17,76%	35,36%
P1	branca	4,67%	19,82%
P1	preta	6,13%	24,16%
P1	amarela	19,79%	30,68%
P1	parda	6,32%	27,07%
P1	indígena	14,78%	20,89%
P2	branca	2,98%	12,20%
P2	preta	4,05%	14,95%
P2	amarela	18,73%	24,98%
P2	parda	3,86%	16,86%
P2	indígena	14,41%	17,58%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 3, se considera a proporção de pobres por setor de atividade e gênero. Os setores com maiores disparidades entre homens e mulheres foram o setor de transportes, com maior proporção de pobres entre homens; setor de administração pública, com maior percentual de pobres entre as mulheres e a maior disparidade foi no setor da construção civil, com muito mais homens pobres que mulheres.

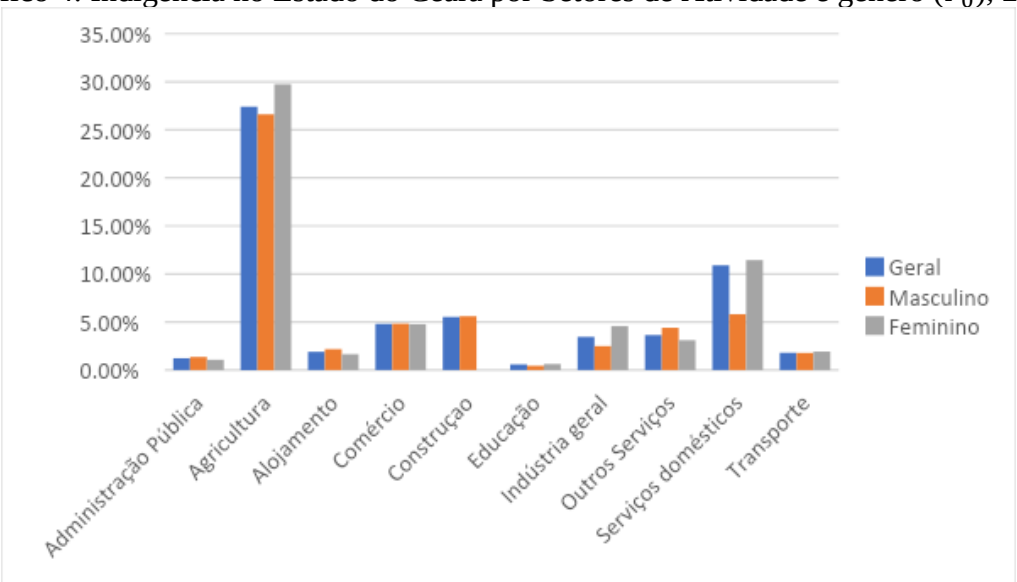
Gráfico 3: Pobreza no Estado do Ceará por Setores de Atividade e gênero (P_0), 2012



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação a indigência os serviços domésticos possui uma elevada disparidade entre a indigência por sexo, com um levado percentual de indigentes entre as mulheres. Por sua vez o setor de construção civil não possui indigência entre o sexo feminino. Na agricultura existe uma predominância de pobres entre as mulheres.

Gráfico 4: Indigência no Estado do Ceará por Setores de Atividade e gênero (P_0), 2012



Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela 10 contêm dados sobre a proporção de crianças pobres e indigentes para o Ceará e para suas áreas urbanas e rurais bem como a Região Metropolitana de Fortaleza. O Ceará possui aproximadamente ¾ de crianças entre 0 e 6 anos vivendo abaixo da linha da pobreza em seu território, esse percentual de indigência é de 20,7%. Na RMF esses dados são menores, 62,5 % de crianças pobres e 10% de indigentes. A zona urbana cearense possui dados similares ao do Estado, porém em áreas rurais esses índices são alarmantes. 9 em cada 10 crianças, de áreas rurais cearense, se

encontram em situação de pobreza. A indigência entre crianças rurais também é crítica, 4 em cada 10 crianças vivem em situação de miséria.

Tabela 10: Pobreza e Indigência infantil no Ceará, RMF e Área Rural e Urbana, 2012

Indicador	Ceará		RMF		Urbano		Rural	
	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência	pobreza	Indigência
P0	73,41%	20,76%	62,46%	10,09%	73,73%	18,43%	90,15%	40,62%
P1	37,24%	8,90%	26,78%	5,64%	36,15%	7,87%	55,09%	15,38%
P2	23,80%	5,42%	15,51%	4,17%	22,74%	4,95%	38,20%	8,00%

Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante aos indicadores de pobreza, o Índice de Gini foi calculado para diferentes regiões geográficas, grupos populacionais e setores de atividade. A Tabela 11 mostra que, em 2015, o Ceará apresentou um índice de Gini de 0,53 e que, no estado, a desigualdade entre mulheres é maior que a desigualdade entre homens. A RMF apresentou uma desigualdade de 0,52. O meio rural apresentou uma menor desigualdade que áreas urbanas, teve um gini de 0,452.

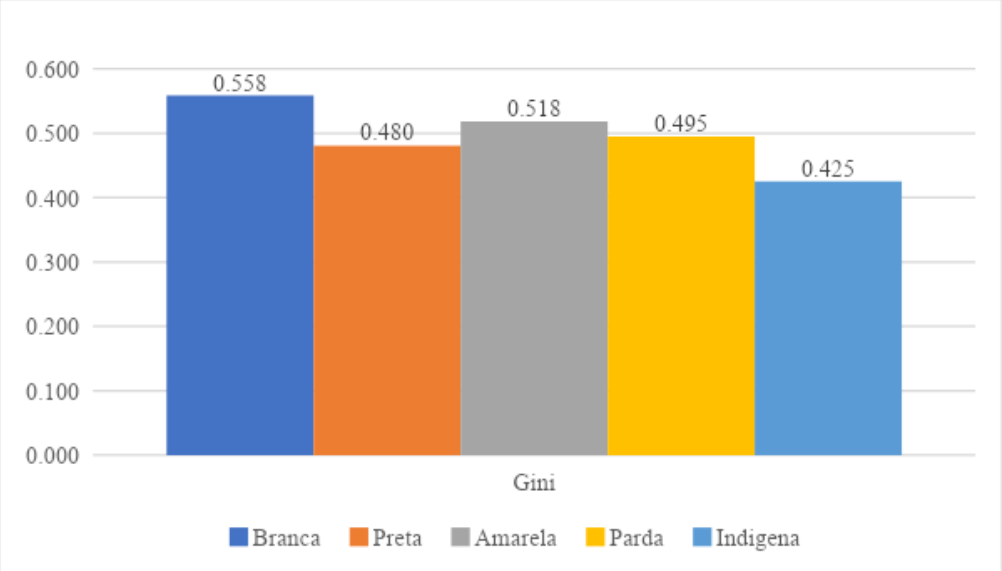
Tabela 11: Índice de Gini no Ceará, por sexo, e RMF e Área Rural e Urbana, 2012

Indicador	Ceará			RMF	Urbano	Rural
	Geral	masc	fem			
Gini	0,530	0,528	0,532	0,520	0,517	0,452

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 5 reporta os resultados do índice de Gini para o Ceará por raça e indica que os brancos possuíam a maior desigualdade de renda no estado. Indígena e pretos apresentaram os menores índices de desigualdade.

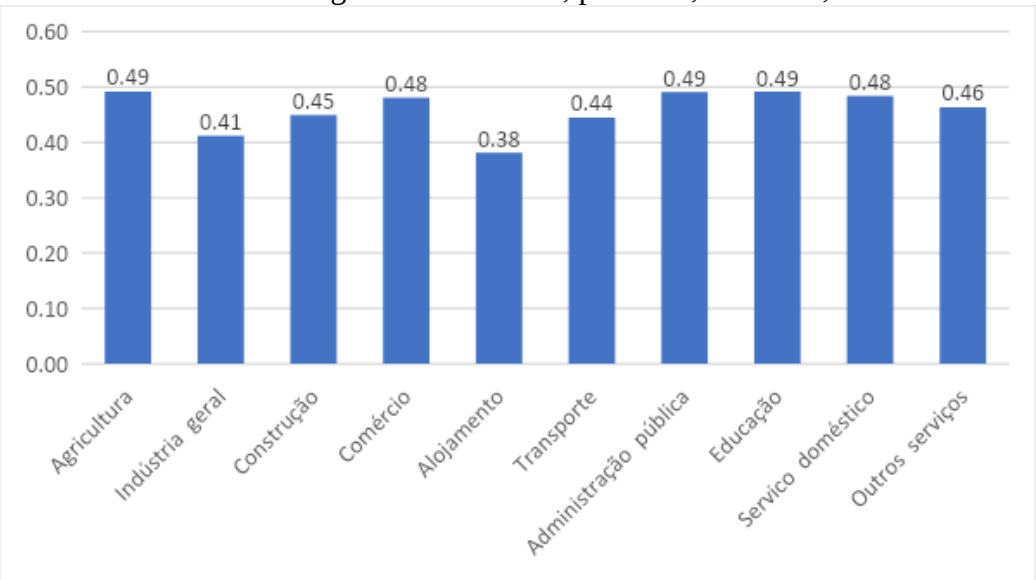
Gráfico 5: Desigualdade de renda, por raça, no Ceará, 2012



Fonte: Elaborado pelos autores.

A desigualdade de renda setorial no Ceará, apresentada no gráfico 6, indica uma maior desigualdade na distribuição de renda no setor da administração pública, educação e agricultura. O setor de alojamento e indústria tiveram os menores índices de desigualdades.

Gráfico 6: Desigualdade de renda, por setor, no Ceará, 2012



Fonte: Elaborado pelos autores.

1.5. Considerações Finais

A partir dos resultados apresentados neste relatório, é possível compreender o quadro de pobreza e desigualdade em que a economia cearense se encontra em cada um dos anos analisados. No ano de 2022, levando em conta os dados de renda e a localidade, pôde-se observar que pessoas da RMF e de localidades urbanas apresentaram maiores níveis de renda e, consequentemente, menores índices de pobreza e de indigência. Em relação ao gênero, os homens apresentaram maiores níveis de renda per capita e renda do trabalho do que as mulheres, porém, a média de renda de outras fontes foi maior entre as mulheres. A diferença entre indicadores de pobreza entre homens e mulheres não foi grande, com exceção de áreas rurais onde a pobreza e a indigência masculina foi muito dispare desses indicadores para as mulheres.

A área rural é uma região em que se observa uma situação ainda mais preocupante, o que torna clara a necessidade de desenvolvimento/aprimoramento de políticas públicas específicas para essa região com o intuito de aumentar a renda e reduzir a pobreza. Essa área teve os menores níveis de renda e os maiores indicadores de pobreza e indigência. Esses resultados podem ser vistos, também, a partir do desempenho do setor de agricultura, predominantemente rural, com baixo nível

de renda e alto índices de pobreza e indigência observados. Também na área Rural, observou-se a maior taxa de pobreza para crianças de 0 a 6 anos.

Em 2021, levando em conta os dados de renda e a localidade, pôde-se observar que pessoas da RMF e de localidades urbanas apresentaram maiores níveis de renda e, consequentemente, menores índices de pobreza e de indigência. Em relação ao gênero, os homens apresentaram maiores níveis de renda per capita e renda do trabalho do que as mulheres, porém, a média de renda de outras fontes foi maior entre as mulheres. A diferença entre indicadores de pobreza entre homens e mulheres não foi grande, com exceção de áreas rurais onde a pobreza e a indigência masculina foi muito dispare desses indicadores para as mulheres.

A área rural é uma região em que se observa uma situação ainda mais preocupante, o que torna clara a necessidade de desenvolvimento/aprimoramento de políticas públicas específicas para essa região com o intuito de aumentar a renda e reduzir a pobreza. Essa área teve os menores níveis de renda e os maiores indicadores de pobreza e indigência. Esses resultados podem ser vistos, também, a partir do desempenho do setor de agricultura, predominantemente rural, com baixo nível de renda e alto índices de pobreza e indigência observados. Também na área Rural, observou-se a maior taxa de pobreza para crianças de 0 a 6 anos.

Em relação a 2020, antes de qualquer conclusão sobre os resultados da pesquisa é necessário contextualizar que este foi o primeiro ano da pandemia do Covid-19. Foi um momento limiar em que a atividade econômica foi interrompida abruptamente e milhares de famílias se viram sem renda da noite para o dia. Feito essa consideração podemos focar nos resultados.

Os indicadores socioeconômicos apresentados indicam que há cada vez menos disparidades entre homens e mulheres. As principais diferenças entre gênero se referem a rendas ou atividades que predominantemente são de mulheres, como renda de outras fontes que são, muitas vezes, advindas de programas sociais.

Do ponto de vista locacional o que se observa é que regiões próximas a capital apresentam melhores indicadores de renda e de pobreza. A Região metropolitana apresentou melhores indicadores em relação as demais. Por sua vez a zona rural merece uma atenção especial por parte das políticas públicas. No meio Rural estão os mais pobres e indigentes, assim como na atividade de agricultura. Outa questão importante é que mesmo em locais e setores com bons indicadores de renda, ainda persiste uma alta desigualdade de renda. Em relação aos setores da economia um ponto importante a frisar é a indústria cearense, nesse setor não houve indicadores que se destacassem dos demais. Isso indica que a nossa indústria ainda é intensiva em mão de obra e não possui tanto impacto na renda como os setores de serviços e administração pública.

A observação mais preocupante se refere a pobreza infantil, principalmente no meio rural. Os indicadores de pobreza e indigência para esse grupo especifico foram bem acima da população geral e de outros grupos específicos. Além de serem números alarmantes de pobreza para esse grupo deve-se levar em consideração a vulnerabilidade desse grupo, pois se tratam de crianças que são totalmente dependentes.

A partir dos resultados apresentados, é possível compreender o quadro de pobreza e desigualdade em que a economia cearense se encontrava no ano de 2019. Levando em conta os dados de renda e a localidade, pôde-se observar que pessoas da RMF e de localidades urbanas apresentaram maiores níveis de renda e, consequentemente, menores índices de pobreza e de indigência. Em relação ao gênero, os homens apresentaram maiores níveis de renda per capita e renda do trabalho do que as mulheres, porém, a média de renda de outras fontes foi maior entre as mulheres. A diferença entre indicadores de pobreza entre homens e mulheres não foi grande, com exceção de áreas rurais onde a pobreza e a indigência masculina foi muito dispare desses indicadores para as mulheres.

A área rural é uma região em que se observa uma situação ainda mais preocupante, o que torna clara a necessidade de desenvolvimento/aprimoramento de políticas públicas específicas para essa região com o intuito de aumentar a renda e reduzir a pobreza. Essa área teve os menores níveis de renda e os maiores indicadores de pobreza e indigência. Esses resultados podem ser vistos, também, a partir do desempenho do setor de agricultura, predominantemente rural, com baixo nível de renda e alto índices de pobreza e indigência observados. Também na área Rural, observou-se a maior taxa de pobreza para crianças de 0 a 6 anos.

Já em 2018, levando em conta os dados de renda e a localidade, pôde-se observar que pessoas da RMF e de localidades urbanas apresentaram maiores níveis de renda e, consequentemente, menores índices de pobreza e de indigência. Em relação ao gênero, os homens apresentaram maiores níveis de renda per capita e renda do trabalho do que as mulheres, porém, a média de renda de outras fontes foi maior entre as mulheres. A diferença entre indicadores de pobreza entre homens e mulheres não foi grande, com exceção de áreas rurais onde a pobreza e a indigência masculina foi muito dispare desses indicadores para as mulheres.

A área rural é uma região em que se observa uma situação ainda mais preocupante, o que torna clara a necessidade de desenvolvimento/aprimoramento de políticas públicas específicas para essa região com o intuito de aumentar a renda e reduzir a pobreza. Essa área teve os menores níveis de renda e os maiores indicadores de pobreza e indigência. Esses resultados podem ser vistos, também, a partir do desempenho do setor de agricultura, predominantemente rural, com baixo nível

de renda e alto índices de pobreza e indigência observados. Também na área Rural, observou-se a maior taxa de pobreza para crianças de 0 a 6 anos.

O ano de 2017 foi marcado por um ano de ajuste nas contas públicas e redução de gastos para enfrentar a recessão pela qual o país passou no biênio 2015-2016. Foi um cenário de desemprego e reformas estruturais que tiverem forte impacto na renda das pessoas.

Os indicadores de renda apontam para uma maior renda feminina na Região metropolitana de fortaleza em relação ao Estado como um todo. A maior renda das famílias é oriunda do trabalho, mas há uma participação significativa de outras fontes, principalmente das mulheres. A região próxima a capital também apresentou os melhores índices de pobreza e indigência, bem como as regiões urbanas. Por sua vez a zona rural possui os piores indicadores d renda, pobreza e indigência. Sobre a questão da desigualdade os indicadores apontam um elevado grau de concentração de renda, principalmente em setores e regiões de maiores rendas.

A observação mais preocupante se refere a pobreza infantil, principalmente no meio rural. Os indicadores de pobreza e indigência para esse grupo especifico foram bem acima da população geral e de outros grupos específicos. Além de serem números alarmantes de pobreza para esse grupo deve-se levar em consideração a vulnerabilidade desse grupo, pois se tratam de crianças que são totalmente dependentes.

A partir da investigação dos dados apresentados para o ano d 2016, pode-se dizer que os indicadores de renda apontam para uma maior renda per capita feminina na RMF em relação ao Estado como um todo. A maior renda das famílias é oriunda do trabalho, mas há uma participação significativa de outras fontes, principalmente para as mulheres. A região próxima a capital também apresentou os melhores índices de pobreza e indigência, bem como as regiões urbanas. Por sua vez a zona rural possui os piores indicadores de renda, pobreza e indigência, sobretudo para pessoas do sexo masculino. Sobre a questão da desigualdade, os indicadores apontam um elevado grau de concentração de renda, principalmente em setores e regiões de maiores rendas.

A observação mais preocupante se refere a pobreza infantil, principalmente no meio rural. Os indicadores de pobreza e indigência para esse grupo especifico foram bem acima da população geral e de outros grupos específicos. Além de serem números alarmantes de pobreza para esse grupo deve-se levar em consideração a vulnerabilidade desse grupo, pois se tratam de crianças que são totalmente dependentes.

O ano de 2015 foi período turbulento tanto para a questão política como para o ajuste das contas públicas. Foi o início de uma crise política e econômica que teve sérias consequências na renda dos brasileiros e na aplicação de políticas públicas.

Nesse ano os indicadores de renda e pobreza apresentaram dados negativos para o meio urbano. O meio urbano apresentou média de renda menor que o estado como um todo, assim como apresentou indicadores de pobreza e indigência maiores que o estado. A RMF foi a localidade no estado com menor grau de pobreza e indigência e maior nível de renda.

A maior renda dos cearenses é advinda de atividades de trabalho, dessa maneira a renda do trabalho tem grande impacto na renda per capita. Assim setores como agricultura que possuem uma renda do trabalho baixa acabam por ter uma menor renda per capita que outros setores. Isso equivale para o meio rural que possuem os indicadores mais preocupantes. No meio rural estão os mais baixos níveis de renda e os maiores índices de pobreza e indigência. Por fim outro dado que chama atenção negativamente é a pobreza e indigência entre crianças. Entre todas as características usada para medir a pobreza nenhuma alcançou níveis tão elevados como os relativos as crianças entre 0 e 6 anos.

Em 2014, levando em conta os dados de renda e a localidade, pôde-se observar que pessoas da RMF e de localidades urbanas apresentaram maiores níveis de renda e, consequentemente, menores índices de pobreza e de indigência. Em relação ao gênero, os homens apresentaram maiores níveis de renda do trabalho do que as mulheres, porém, a média de renda de outras fontes e de renda per capita foi maior entre as mulheres. A diferença entre indicadores de pobreza entre homens e mulheres não foi grande, nem mesmo em áreas rurais.

A área rural é uma região em que se observa uma situação preocupante, o que torna clara a necessidade de desenvolvimento/aprimoramento de políticas públicas específicas para essa região com o intuito de aumentar a renda e reduzir a pobreza. Essa área teve os menores níveis de renda e os maiores indicadores de pobreza e indigência. Esses resultados podem ser vistos, também, a partir do desempenho do setor de agricultura, predominantemente rural, com baixo nível de renda e alto índices de pobreza e indigência observados. Também na área Rural, observou-se a maior taxa de pobreza para crianças de 0 a 6 anos.

Em 2013, levando em conta os dados de renda e a localidade, pôde-se observar que pessoas da RMF e de localidades urbanas apresentaram maiores níveis de renda e, consequentemente, menores índices de pobreza e de indigência. Em relação ao gênero, os homens apresentaram maiores níveis de renda per capita e renda do trabalho do que as mulheres, porém, a média de renda de outras fontes foi maior entre as mulheres. A diferença entre indicadores de pobreza entre homens e mulheres não foi grande nem mesmo na zona rural, mas nessa região a pobreza e a indigência foi muito dispare em relação aos demais recortes geográficos.

A área rural é uma região em que se observou uma situação mais preocupante, o que torna clara a necessidade de desenvolvimento/aprimoramento de políticas públicas específicas para essa

região com o intuito de aumentar a renda e reduzir a pobreza. Essa área teve os menores níveis de renda e os maiores indicadores de pobreza e indigência. Esses resultados podem ser vistos, também, a partir do desempenho do setor de agricultura, predominantemente rural, com baixo nível de renda e alto índices de pobreza e indigência observados. Também na área Rural, observou-se a maior taxa de pobreza para crianças de 0 a 6 anos.

O ano de 2012 foi o período em que o Governo federal lançou o projeto "Brasil Carinhoso", projeto de transferência de renda para combater a miséria. O Governo diagnosticou que era o momento de combater os alarmantes índices de indigência. Os dados de pobreza e indigência do Ceará em 2012 confirmam essa preocupação.

O Ceará apresentou elevado índice de pobreza, principalmente em seu meio rural e entre crianças de 0 a 6 anos. O setor de agricultura apresentou alarmantes indicadores de renda e pobreza. Os melhores indicadores de renda e pobreza foram para os setores de educação e administração pública. Em relação a raça e gênero o Ceará em 2012 tinha como maiores castigados pela pobreza pretos, pardos e indígenas. A diferença de renda pobreza e indigência entre homens e mulheres não foi tão dispare quanto para raça.

O quadro geral observado permite concluir que não houve mudanças estruturais importantes no status de pobreza, renda e desigualdade do estado no que diz respeito a a localização geográfica, gênero e setores.

Referências Bibliográficas

ADELMAN, I.; MORRIS, C. T. Economic growth and social equity in developing countries. Stanford: Stanford University Press, 1973.

AMARAL, R. F. DO; CAMPOS, K. C.; LIMA, P. V. P. S. Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional. INTERAÇÕES, v. 16, n. 2, p. 327-337, 2015.

ALENCAR, R. V.; SIMPLÍCIO, K. F. A Efetivação Constitucional da Erradicação da Pobreza a Partir da Destinação Geográfica do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). Revista Themis, Fortaleza, v. 18, n. 2, p.195-226, 2020.

ARAUJO, J. A.; MORAIS, G. A. DE S.; CRUZ, M. S. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. Revista Ciências Administrativas, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 85-120, 2013.

ARAUJO, J. A.; VASCONCELOS, J. C. Decomposição da desigualdade de renda salarial no estado do Ceará. Revista de Economia, v. 40, n. 1, p. 115-136, 2014.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. Texto para Discussão 528, IPEA, Rio de Janeiro. 1997.

BRANDÃO, G. S. Pobreza Multidimensional no Nordeste: Uma Análise a partir dos Dados da PNAD Contínua (2016-2019). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia – PPECO, 2021.

BRAMBILLA, MARCOS AURÉLIO E CUNHA, MARINA SILVA DA. Pobreza multidimensional no Brasil, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. **Nova Economia [online].** p. v. 31, n. 3, 869-898, 2021. [Acessado 30 novembro 2022]

BRASIL. Ministério da Cidadania e Assistência Social. **Governo Federal reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias.** Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias#:~:text=Fam%C3%ADlias%20com%20renda%20per%20capita,e%20R%24%20178%20por%20pessoa. . Acesso em novembro de 2022.

CHENERY, H.; AHLUWALIA, M. S.; DULOY, J. H.; BELL, C. L. G.; JOLLY, R. Redistribution with growth: Policies to improve income distribution in developing countries in the context of economic growth. Oxford: Oxford University Press, 1974.

DA SILVA, Maria Ozanira et al. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2015.

DE SOUZA, Lorraine Saldanha Freitas Xavier. Os indicadores da pobreza no Brasil e a formulação de políticas públicas para o seu enfrentamento. *Revista Simetria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo*, v. 1, n. 9, p. 180-192, 2022.

FERREIRA, F. H. G.; LANJOUW, P.; NERI, M. A Robust Poverty Profile for Brazil Using Multiple Data Sources. *Revista Brasileira de Economia*, v.57, n.1, p.59-92, 2003.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. Econometrica, Vol. 52, Nº. 3, p. 761-766, 1984.

FERREIRA FILHO, J. B. S.; HORRIDGE, M. J. Economic Integration, Poverty and Regional Inequality in Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, v.60, n.4, 2006.

MANSO, C. A.; BARRETO, F. A.; FRANÇA, J. M. S. Retornos da Educação e o Desequilíbrio Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, p.115-133, v. 64 n. 2, 2010.

MARINHO, E.; ARAÚJO, J. Pobreza e o Sistema de Seguridade Social Rural no Brasil. Revista Brasileira de Economia, v.64, n.2, p.161-174, 2010.

NOGUEIRA, C. A. G. F.; CAVALCANTE, S. H. A. Efeitos intersetoriais e transversais e seus impactos sobre a efetividade das políticas públicas nos municípios do Ceará**. Revista de Administração Pública [online]**, v. 53, n. 1, 2019.

PAULO, E. M.; SILVA, D. L. DA. Desigualdade Locacional e sua Decomposição por Setores Industriais para o Ceará no Período de 2002 a 2018. Revista Econômica do Nordeste, v. 53, n. 2, p. 109-123, 2022.

PONTES, D. O.; ARRAES, R. DE A.; MARIANO, F. Z. PENNA, C. M. Crescimento econômico e desigualdade de renda no Ceará. ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, Fortaleza: IPECE, 2009.

ROWNTREE, B. S.: Poverty. **A Study of Town Life**. London: Macmillan, 1901.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Divisões de classe e pobreza relativa no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 14, n. 27, p. 191-211, 2017.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das letras, 2018.

SILVA, JOSÉ JAIME DA et al. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 138-160, 2020.

SILVA, VITOR HUGO MIRO C. ET AL. Avaliação de políticas de combate à pobreza no Brasil: aplicação do método de Controle Sintético Generalizado para o Fecop no Ceará. **Nova Economia [online],** v. 31, n. 1, p. 273-302. [Acessado 30 Novembro 2022], 2021.

SILVA, Vitor Hugo Miro Couto; DE FRANÇA, João Mário Santos**. Modelos de machine learning na classificação de pobreza: uma aplicação para o estado do ceará**.2022.

STRUMINSKI, Carlos EC; RAIHER, Augusta Pelinski. Pobreza e seus determinantes nos municípios brasileiros: Abordagem monetária, de privações e multidimensional. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

SILVA, V. H. M. C.; MARIANO, F. Z.; CAMPÊLO, G. L.; FRANÇA, N. C.; FRANÇA, J. M. S.; FIRMIANO, M. R. Avaliação de políticas de combate à pobreza no Brasil: aplicação do método de Controle Sintético Generalizado para o Fecop no Ceará. Nova Economia, v.31, n.1, p.273-302, 2021.

SILVA, Vitor Hugo Miro C. et al. Avaliação de políticas de combate à pobreza no Brasil: aplicação do método de Controle Sintético Generalizado para o Fecop no Ceará. *Nova Economia*, v. 31, p. 273-302, 2021.

TRONCO, G.B., RAMOS, M.P., LINHAS, M.P. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. *Revista de Administração Pública* [online], v. 51, n. 2, 2017.

VASCONCELOS, A. M.; GRIEBELER, M. C. Muito jovem ou pobre para casar? Efeito do Programa Bolsa Família sobre o casamento infantil feminino. *Revista Brasileira de Economia*. p.1-28, v.77, n.1, 2023.

World Bank. 2022. Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course. Washington, DC: World Bank. © World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37739 License: CC BY 3.0 IGO

PRODUTO/META: Análise dos Determinantes da pobreza no Estado do Ceará

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 100%

Período: Setembro a Outubro de 2023

DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO:

RELATÓRIO 2: DETERMINANTES DA POBREZA E DECOMPOSIÇÃO DA DESIGUALDADE

2.1. Introdução

A redução da pobreza e da desigualdade deve ser prioridade entre as preocupações de qualquer formulador de política pública. Esses indicadores são tão importantes quanto o crescimento econômico enquanto medidas de bem-estar, pois fornecem um retrato de como a renda é apropriada pelos diversos grupos que compõem a sociedade e, portanto, fornecem informações necessárias para o desenho de políticas públicas que visem mitigá-las.

Além disso, a redução da pobreza/desigualdade permite que grupos menos abastados da sociedade se beneficiem mais dos ganhos proporcionados pelo crescimento econômico, pois existem evidências que mostram que os indivíduos mais pobres pouco se beneficiam durante o período de crescimento da renda em economias menos desenvolvidas (Adelman e Morris, 1973; Chenery *et al*., 1974).

A Pobreza e a desigualdade são variáveis que estão intrinsecamente relacionadas, com a queda da segunda contribuindo de forma significante para a redução da primeira. A literatura sobre essa temática documenta ainda que a desigualdade tem como principais determinantes as mudanças demográficas, melhoras nos indicadores de emprego e de rendimentos, além do efeito do Programa Bolsa Família (PBF) (Silva *et al*., 2021).

Com uso de modelos dinâmicos de dados em painel, Marinho, Linhares e Campelo (2011) estudam os determinantes da pobreza brasileira. Seus resultados apontam que a concentração de renda e a proporção de chefes da família do sexo feminino são agravantes da pobreza e que, por outro lado, variáveis como anos médios de estudo e taxa de desemprego estão associadas a queda nas suas medidas de pobreza.

Apesar da queda observada nos indicadores de desigualdade e pobreza desde a implantação do Plano Real, não só a desigualdade brasileira, mas também a cearense ainda é persistentemente alta. Por ser motivo constante de preocupação, há uma ampla discussão sobre como mensurá-las e,

portanto, existem várias formas de se conceituar e medir a pobreza e a desigualdade. Há também uma vasta literatura que estuda os muitos determinantes da disparidade de renda. Dentre esses fatores apontados como relevantes para explicar o elevado grau de concentração de renda, pode-se mencionar também gênero, raça, região de moradia, idade e escolaridade. Além disso, muitos autores projetam que os benefícios do investimento em capital humano, especialmente através da educação, podem levar o desenvolvimento a novos estágios, pois, além de aumentar a produtividade, a educação promove uma maior igualdade na medida em que é bem distribuída, proporcionando maior mobilidade social (Pontes *et al.*, 2009).

Em um contexto multidimensional, Araujo, Moraes e Cruz (2013) comparam medidas de pobreza unidimensional com medidas multidimensionais na economia cearense e encontram que a pobreza multidimensional corresponde a 44,5 p.p. da população da região em 2009 e que a área rural possui elevada proporção de indivíduos pobres, com pobreza multidimensional mais intensa. Os autores salientam a necessidade de considerar a pobreza sobre os aspectos multidimensionais para auxiliar na formulação as políticas públicas de combate à pobreza.

No mesmo contexto, Amaral *et al.* (2015) observam que o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para o Estado do Ceará reduziu entre os anos de 2000 e 2010 em 1,49 p.p., uma evidência de que o nível de pobreza diminuiu no período sob análise. A partir de seus resultados encontrados, os autores destacam também que a escassez de chuva continua sendo um agravante da pobreza no estado e que, apesar das políticas de convivência com a seca, as políticas de cunho assistencialista são ainda dominantes no Estado.

Pontes *et al* (2009) testam se há convergência de renda entre os municípios cearenses e também a sustentabilidade do U-invertido da curva de Kuznets. Além disso, os autores identificam os determinantes da desigualdade de renda com base em decomposição do índice de Theil nos fatores educação, gênero, raça, idade e áreas urbanas. Seus resultados mostram que os municípios cearenses se encontram em uma posição ascendente na Curva de Kuznets. A partir de sua decomposição, tem-se que a desigualdade cearense é majoritariamente explicada por sua medida de educação.

Pontes (2013) estuda o diferencial de rendimento entre a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e o restante do estado no período 1992-2009. A partir do uso da decomposição de Oaxaca, o autor identifica que houve queda nesse diferencial de salário-hora da população ocupada no período em questão e que a queda está associada às políticas de incentivos educacionais. O autor também destaca que é possível dizer que as condições de educação contribuíram mais para a redução das desigualdades do que o indivíduo trabalhar no setor industrial, e, portanto, políticas educacionais podem ser mais efetivas do que as de incentivos ao setor secundário na mitigação da desigualdade.

Também para a economia cearense, Araujo e Vasconcelos (2014) tentam entender a relação existente entre mercado de trabalho, educação e desigualdade de renda. Com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 2001-2012, os autores encontram que houve discriminação por raça e gênero, mas que está vem se reduzindo ao longo do tempo. Além disso, a decomposição realizada mostra que as variáveis de emprego formal e educação são importantes na determinação da desigualdade de renda salarial, sendo a última o principal determinante, resultado que corrobora os achados de Pontes (2013).

Silva *et al.* (2021) estimam o impacto do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) sobre indicadores de pobreza cearense. Com o uso do Controle Sintético Generalizado para o período de 1981 a 2014, seus resultados indicam um impacto estatisticamente significativo do FECOP sobre a redução da pobreza e extrema pobreza no Ceará a partir de 2008.

Visando identificar quais setores mais contribuíram para a espacialização industrial no estado, Paulo e Silva (2022) estudam os efeitos de subsetores industriais na variação do Gini Locacional. Com dados de 13 subsetores presentes na Relação Anual de Informações Socais (RAIS) no período 2002-2018, os autores encontram que a desigualdade locacional se reduziu em 7,6% e que o setor de calçados foi o que mais contribuiu para essa redução. Por fim, os autores acrescentam que os subsetores trabalho-intensivos tendem a tirar melhor proveito de políticas de atração de investimento do que aqueles capital-intensivos, desconcentrando-se mais.

Portanto, o objetivo deste relatório é estudar, com um painel de dados setoriais construído a partir do levantamento de variáveis na literatura, quais os principais determinantes da pobreza cearense a partir de um painel que tem o.

Além desta introdução, este relatório tem na sequência apresentação de conceitos de pobreza, da revisão da literatura relacionada ao tema bem como apresentação dos aspectos metodológicos, dos resultados estimados e, por fim, das considerações finais.

2.2. Pobreza: Conceito e Literatura Empírica

O combate à pobreza tem sido a meta de gestores públicos nas últimas décadas, principalmente na Região Nordeste onde os índices de pobreza são maiores que as demais regiões brasileiras. A pobreza é um fenômeno social amplo o que torna necessário sua definição precisa para entender o fenômeno que se pretende erradicar.

A *priori*, a noção de pobreza parece intuitiva, no entanto há um grande debate sobre o seu conceito e sua forma de mensuração. Grosso modo, a pobreza é entendida com um estado de recursos insuficientes que ocasiona um padrão de vida baixo. Entretanto, a questão que tem gerado grandes

debates é quais termos devem ser considerados para estabelecer esse padrão mínimo. Assim, o nível de insuficiência de um padrão de vida pode ser considerado em termos de um mínimo de necessidades humanas para a simples sobrevivência ou pode ser levado em conta por meio de padrões relativos de bem-estar (SANTOS, 2017).

Conforme Da Silva *et al.* (2015), na literatura que trata sobre a pobreza, esse termo é comumente associado a palavras como "exclusão", "desigualdade" e "miséria" e está implicitamente ligado à ideia de carência de recursos para subsistência ou desvantagem em relação a um padrão de vida. No entanto, cada um desses termos indicam uma particularidade do processo de pobreza ou de sua dimensão.

A desigualdade, por exemplo, não necessariamente significa pobreza, esse termo se refere a deficiências em termos relativos e pode não significar privações como ocorre com a pobreza. Entretanto, alguns autores como Barro *et al.* (2001) argumentam que, para o caso brasileiro, a desigualdade de renda alta tem forte impacto na pobreza.

Quanto ao termo exclusão social, esse é concebido como um fenômeno tanto econômico como social que, semelhante a pobreza, possui características multiformes podendo se referir a idade, raça, cultura etc. Mas deve-se compreender que a exclusão é uma relação, e não um estado como a pobreza (DA SILVA *et al.*, 2015).

Ainda segundo Da Silva *et al.* (2015), a concepção do termo pobreza possui grande relação com outros termos e a literatura que trata da pobreza, desde os anos 1960, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, mostra uma ambiguidade em sua definição. Porém, um traço comum nessa literatura é tratar a pobreza como um fenômeno relativo, dependendo, sua definição, do modo de vida de cada país e de interferências quantitativas ou qualitativas que acumulem certas deficiências sociais e econômicas.

Dessa maneira a pobreza pode ser observada por dois prismas diferentes, um advindo da concepção teórica preocupada em uma explicação global desse fenômeno e o outro que procura compreender a pobreza analisando determinadas tipologias e expressões do fenômeno temporal e geograficamente. Todavia, qualquer análise de magnitude da pobreza deve reconhecer limitações conceituais e metodológicas. No passado, o fenômeno da pobreza era definido, essencialmente, em termos de orçamento, medido por renda familiar, ou em sentido fisiológico, analisado pela necessidade de sobrevivência.

A noção de subsistência, de início, foi aplicada por Booth e Rowntree na Inglaterra do final do Século XIX. Rowntree se tornou conhecido por seus estudos sobre a pobreza e definiu um padrão absoluto de pobreza em que leva em consideração a despesa mínima necessária para a manutenção da saúde física. Assim, Rowntree considerava que, famílias que tivessem rendimentos insuficientes para a simples manutenção física se encontravam em pobreza primária (SANTOS,2017).

Ilustrando as condições austeras em que vivem esses tipos de famílias, Rowntree (1901) descreve como deve ser o padrão de vida dessas famílias. Para o autor as famílias em situação de pobreza primária não podem gastar com viagens ou com o mais simples gasto com diversão. Também estão fora do alcance dessas famílias despesas com bebidas e roupas de qualidade. Assim é o quadro genérico de uma família em situação primária de pobreza: possuem renda apenas o suficiente para a compra de alimentos para suas necessidades físicas,

Rowntree (1901) também caracteriza um outro conceito de pobreza que denomina de pobreza secundária, porém, o autor não é tão claro em suas definições. Famílias em situação de pobreza secundária seriam as que possuem renda acima das famílias em pobreza primária, mas que, por questões de má distribuição, ainda continuam em situação de carência.

Dadas as considerações anteriores, pode-se dizer que a base conceitual da visão de pobreza absoluta é relacionada com as necessidades elementares, começando pelas necessidades físicas. A vantagem desse conceito se encontra no fato de que é possível aplicar-lhe um caráter objetivo, possível de ser representado em bases científicas. Tal objetividade pode ser obtida na identificação das necessidades ou na definição do que seja suficiente para que essas necessidades sejam satisfeitas. Os estudos que analisam a pobreza do ponto de visa nutricional são exemplos dessa objetividade no que se refere as necessidades alimentares. O conceito de pobreza absoluta possibilita formulações operacionais tanto para a caracterização e mensuração da pobreza, quanto para a elaboração de políticas que permitam combatê-la.

Dentro desse conceito de pobreza os países e organismos internacionais se debruçam na criação de índices que possam mensurar a pobreza. Nessa perspectiva é difícil que haja uma padronização, pois os países podem definir limites de renda ou de necessidades calóricas que alavanquem resultados políticos, por isso a importância de indicadores mais abrangentes ou de organizações internacionais como o Banco Mundial (TRONCO e RAMOS, 2017; DE SOUZA,2022).

O Banco mundial atualmente define a pobreza e a extrema pobreza com base da renda *per capta* diária em dólares. Em 2022 o Relatório do banco mundial definiu como extremamente pobre os indivíduos que possuem menos de US$ 2,15 por dia e como pobres as pessoas que vivem com renda diária inferior a US$3,65[2]. Dessa forma essa métrica busca mensurar a pobreza, no sentido da privação de recursos, de forma a comparar a pobreza entre países. Apesar de essa medida absoluta de medir a pobreza possibilitar a identificação de pessoas em privação ela não consegue captar as idiossincrasias de cada país ou região.

[2] Esse valor é referente a países de baixa renda, para países de renda alta o valor é de US$6,85

Para o caso Brasileiro o Governo não adota uma medida oficial para os níveis de pobreza, mas define essa regra para a decisão de participação em programas sociais. Atualmente o índice de privação para a participação no Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a renda *per capta* de ¼ de salário mínimo por mês. Em relação ao Programa Bolsa Família os valores para caracterizar a extrema pobreza era de R$89 por mês e para pobreza de R$178, esses valores mudaram em 2021 para R$100 e R$200 (BRASIL,2021). Dado essa variação dos indicadores absolutos de pobreza é sempre importante complementar uma análise sobre a pobreza com informações mais ampla sobre as privações para ampliar as dimensões dessas privações.

A noção de pobreza relativa ganhou notoriedade com o crescimento da percepção de pobreza nos países industrializados. A crise econômica da metade dos anos 1970, além de ocasionar o fenômeno dos "novos pobres", pôs fim ao otimismo, que se criou desde a época do pós-guerra, de que o crescimento econômico e a expansão das políticas de cunho social resolveriam a questão da pobreza no longo prazo. Essas circunstâncias fizeram com que os cientistas sociais buscassem novas ferramentas metodológicas para investigar a pobreza (SILVA, 2020).

Nessa época, a norma do rendimento mínimo, baseada em necessidades elementares de alimentação, passou a ser questionada juntamente com o conceito de subsistência como único padrão para mensurar a pobreza. Foi reconhecido que a pobreza era persistente, inclusive, em países ricos. No entanto, debater a fome em países desenvolvidos e em países onde esse fenômeno atinge níveis alarmantes exigia uma mudança de perspectiva, uma alteração de padrões absolutos para relativos.

A peculiaridade relativa desse conceito de pobreza consiste no fato de que são as características específicas de cada sociedade que definem as bases para uma definição de pobreza. Assim, a proporção dos mais desfavorecidos de uma sociedade serão classificados como pobres ou pode-se estipular uma linha de pobreza monetária com base no percentual do rendimento médio familiar.

No Brasil é vasto o número de trabalhos e artigos que tratam sobre os determinantes e causas da pobreza. A temática dessa literatura empírica vai desde a questão espacial da pobreza até os condicionantes que reduzem os indicadores de pobreza, sentido da pobreza absoluta. A questão multidimensional da pobreza também e abordada com frequência em estudos, podendo ser a nível nacional ou para estados específicos.

A nível nacional, a pesquisa de Struminski e Raiher (2017) mensura a pobreza para os municípios brasileiros, seus determinantes e a concentração espacial dessa pobreza. A pesquisa elaborou três indicadores de pobreza sendo um indicador de pobreza multidimensional, os outros foram sobre renda e privação. As estimativas indicam uma concentração espacial da pobreza nas

Regiões Norte e Nordeste e aponta como fatores que impactam na pobreza questões de gênero, mercado de trabalho e a questão espacial da dicotomia urbano /rural.

Também analisando a questão espacial e a pobreza multidimensional, Brambilla e Cunha (2021) criaram um índice de pobreza multidimensional com dados dos Censos 1990, 2000 e 2010. Com esse índice, os autores utilizaram técnicas de econometria espacial para averiguar a concentração espacial e a convergência da pobreza. A conclusão foi que a pobreza no Brasil está convergindo e concentrada em áreas do Norte e Nordeste. A situação habitacional degradante e a questão espacial contribuíram para o aumento da pobreza, ao passo que fatores como melhoria de indicadores de saúde e saneamento ajudaram na redução da pobreza.

Para o caso cearense, foi analisado o impacto de um programa de combate à pobreza, pois o Ceará possui um Fecop, criado em 2003, que destina uma gama de recursos para redução da pobreza no Estado. A eficiência da criação do Fecop sobre os indicadores de pobreza foi averiguada por Silva *et al.* (2021). Os autores por meio de um modelo de controle sintético, usando dados entre 1981 e 2014 e separando o Ceará, que possui um fundo de combate à pobreza, como tratado e os que não possuíam como grupo controle. Os resultados encontrados indicam que a partir de 2008 o Fecop ajudou a reduzir os indicadores de pobreza e de extrema pobreza no Ceará. Esse estudo é positivo como uma avaliação da política de combate à pobreza adotada pelo Estado do Ceará.

Por sua vez, usando técnicas de *machine learning* e testes de elegibilidade como o *proxy means test* (PMT), Silva e França (2022) criam um mecanismo de seleção de beneficiários de programas de combate que possibilita a focalização desse público. Com esse aumento de eficiência para identificar os beneficiários, o Governo pode implementar as políticas adequadas para esse público.

Nogueira e Forte (2019) analisam a pobreza nos municípios cearenses associada a questões de atratividade de investimentos. As conclusões foram de que os investimentos que levam ao crescimento econômico possuem um papel importante na redução da pobreza. Também a requalificação e investimentos de urbanização possuem impacto na redução da pobreza. Assim os investimentos municipais de atratividade são benéficos tanto para o crescimento econômico quanto para redução dos índices de pobreza.

2.3. Aspectos Metodológicos

2.3.1. Estimações Cross-section

Para estudar a pobreza de renda no estado do Ceará e avaliar o impacto dos diferentes determinantes ou condicionantes, especificam-se dois conjuntos de dados em corte transversal

setoriais[3] para os anos de 2018 e 2022. A ideia é verificar se houve mudanças significativas no efeito de variáveis importantes na explicação da pobreza de renda.

Para tanto, informações de renda das famílias cearenses (*X*) que estão abaixo da linha da pobreza foram usadas. Especificamente, utilizam-se a diferença entre logs naturais da renda per capita e da linha de pobreza (*DL*) – uma medida da distância entre a renda per capita e a linha de pobreza – , a renda per capita deflacionada (*Rpc*) e a renda domiciliar per capita líquida de transferências de renda (*RDpc*). Foi adotada uma especificação logarítmica para as equações estimadas[4]. O seguinte modelo econométrico:

$$ln(X_i) = \alpha_0 + \alpha_1 \ln(Idade_i) + \alpha_3 ln(Escol_i) + \alpha_4 Urb_i + \alpha_5 Hom_i + \alpha_6 Branc_i + \sum_{i=1}^{k-1} \mathbb{m}_i D_{ij} + v_i \quad (2.1)$$

onde, a variável *idade* refere-se a idade do chefe da família, *Escol* mede os anos de estudo, enquanto *Urb*, *Hom* e *Branc* são variáveis binárias que assumem valor 1 caso a família resida na zona urbana, seja chefiada por um homem e este homem seja branco, respectivamente. D_{ij} são dummies que assumem valor 1 caso o chefe da família i trabalhe no setor j, sendo a agricultura é usada como categoria de referência. Por fim, u_i são os distúrbios aleatórios, i denota o chefe ou a família a que ele pertence.

A equação (1) será estimada utilizando-se o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários com correção de White. Todas as variáveis foram extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua).

2.3.2. Decomposição do Indicador de Desigualdade de Renda – Coeficiente de Gini

O método segue os passos definidos em Hoffmann (2007) e Soares (2006) com base no artigo sobre decomposição definido em Shorrocks (1982). Para o procedimento de decomposição do índice de Gini (G), inicialmente admite-se que a renda de um indivíduo y_i seja constituída por *k* parcelas, ou seja, $y_i = \sum_{h=1}^{k} y_{hi}$ em que $y_i > 0$. Desde que β é a área entre a curva de Lorenz e o eixo das abscissas p_i, o índice de Gini pode alternativamente a definição (2.2) ser expresso como :

$$G = 1 - 2\beta. \quad (2.2)$$

Mantendo a ordenação das rendas, ou seja, $y_1 \leq y_2 \leq \cdots \leq y_n$, a curva de concentração da parcela y_{hi} mostra como a proporção acumulada de y_{hi} varia de acordo com a proporção acumulada da população. Definindo-se β_h como a área entre essa curva e o eixo das abscissas, a razão

[3] Os setores considerados são Administração Pública, Agricultura, Alojamento, Comércio, Indústria, Educação, Construção Civil, Transporte, Informática, Serviços Domésticos e Outros Serviços.

[4] Na verdade, no caso da variável de distância, no primeiro caso, trata-se de uma estimação log-linear.

de concentração da parcela y_{hi} será dada por $C_h = 1 - 2\beta_h$, onde $-1 < C_h < 1$. Sendo $\varphi_h = \frac{y_{hi}}{\sum_{h=1}^{k} y_{hi}}$ a participação da *h-ésima* parcela total, o índice de Gini (G) pode ser determinado por:

$$G = \sum_{h=1}^{k} \varphi_h C_h \, . \tag{2.3}$$

Portanto, o índice de Gini (G) pode ser dividido em *k* componentes, correspondentes à *k* parcelas do rendimento domiciliar *per capita.* Hoffmann (2007) apresenta também a decomposição do indicador de desigualdade considerando dois anos distintos, indicados respectivamente pelos índices 1 e 2:

$$G_1 = \sum_{h=1}^{k} \varphi_{1h} C_{1h} \tag{2.4}$$

$$G_2 = \sum_{h=1}^{k} \varphi_{2h} C_{2h} \tag{2.5}$$

Assim, a variação do índice de Gini entre esses dois anos será:

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^{k} (\varphi_{2h} C_{2h} - \varphi_{1h} C_{1h}) \tag{2.6}$$

Somando e subtraindo $\varphi_{1h} C_{2h}$ na expressão (2.6) encontra-se:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k} (C_{2h} \Delta \varphi_h + \varphi_{1h} \Delta C_h) \tag{2.7}$$

tal que $\Delta \varphi_h = \varphi_{2h} - \varphi_{1h}$ e $\Delta C_h = C_{2h} - C_{1h}$.

Note que, somando e subtraindo $\varphi_{2h} C_{1h}$ na expressão (2.7), obtém-se:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k} (C_{1h} \Delta \varphi_h + \varphi_{2h} \Delta C_h) \tag{2.8}$$

As expressões definidas em (2.7) e (2.8) são duas maneiras possíveis de decompor ΔG. No entanto, Hoffmann (2007) sugere utilizar a média aritmética das duas expressões para evitar a escolha arbitrária de uma delas. Nestes termos:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k} (C_h^* \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h) \tag{2.9}$$

de maneira que $C_h^* = 1/2(C_{1h} + C_{2h})$ e $\varphi_h^* = 1/2\,(\varphi_{1h} + \varphi_{2h})$.

Já a média dos índices de Gini (G) para os dois anos considerados será:

$$G^* = 1/2(G_1 + G_2) \tag{2.10}$$

Como $\sum \varphi_{2h} = \sum \varphi_{1h} = 1$, verifica-se que:

$$\sum_{h=1}^{k} G^* \Delta \varphi_h = G^* \sum_{h=1}^{k} (\varphi_{2h} - \varphi_{1h}) = 0 \tag{2.11}$$

Dessa forma, a expressão (2.11) pode ainda ser reescrita subtraindo do lado direito de sua igualdade a parcela $\sum_{h=1}^{k} G^* \Delta \varphi_h$. Logo,

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k}[(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h] \quad (2.12)$$

Assim, a decomposição do índice de Gini será realizada utilizando a expressão (2.12). Nessa expressão, o termo ΔG representa variação no índice de Gini (G). Note que, o aumento da participação, $\Delta\varphi_h$, contribui para o aumento ou diminuição do índice de Gini, G^*, conforme a razão de concentração, C_h^*, seja maior ou menor do que o índice de Gini, G^*, respectivamente. conclui-se que variações no índice de Gini (G) é explicada pela soma de dois termos. Isto posto, a contribuição total da h-ésima parcela do rendimento, $(\Delta G)_h$, para a variação ΔG é:

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta \mathrm{C_h} \quad (2.13)$$

Já a contribuição percentual será:

$$S_h = \frac{100}{\Delta G}[(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta \mathrm{C_h}] \quad (2.14)$$

Note que nas expressões (12) e (13) pode-se distinguir um efeito associado à mudança na composição do rendimento (*efeito-composição),* e um outro efeito associado à mudança na razão de concentração (*efeito concentração).* Esses dois efeitos como porcentagem da mudança no índice de Gini (G) serão $S_{\varphi h} = \frac{100}{\Delta G}[(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h]$ e $S_{ch} = \frac{100}{\Delta G}[\varphi_h^* \Delta \mathrm{C_h}]$, respectivamente.

2.4. Resultados

2.4.1. Determinantes da Renda e Pobreza Cearense em 2018 e 2022

Na tabela 1, abaixo, reportam-se os resultados dos modelos estimados. Nas colunas (1) a (3) têm-se os resultados para ano de 2018, enquanto nas colunas (4) a (6) estão as estimações para o ano de 2022. Os coeficientes estimados serão discutidos sempre a partir da comparação dos modelos com mesma variável dependente em seus respectivos anos, isto é, serão comparados os resultados dos pares de colunas (1) e (4), (2) e (5) e (3) e (6), as quais têm as variáveis *DL*, *Rpc* e *RDpc* como variáveis dependentes, respectivamente.

Em relação as estimações em que a renda per capita é tomada como variável dependente, têm-se que o aumento da idade em 1% provoca o seu aumento em aproximadamente 0.06% em 2018 e em 0.04% em 2022. Além disso, o aumento de 1% na escolaridade é responsável por um aumento de aproximadamente 0.12% e 0.09% na renda per capita nos anos de 2018 e 2022, respectivamente. Quanto as variáveis dicotômicas, é possível dizer que ser do gênero masculino e morar na zona urbana está associado a uma maior renda per capita, enquanto ser branco gera um diferencia negativo de renda em relação as demais raças no ano de 2019. Entretanto, este resultado não se mantém no ano

de 2022, em que apenas o coeficiente da dummy de zona urbana é positivo e estatisticamente significante. Vale destacar que os coeficientes estimados para as variáveis mencionadas anteriormente foram maiores no ano de 2018. As dummies setoriais reportaram sinal positivo e significante em ambos os anos o que evidencia que os setores em estudo têm um diferencial positivo de renda em relação a agricultura, a categoria de referência. As exceções são os setores de serviços domésticos, transporte e outros serviços no ano de 2022.

Por fim, serão analisados os coeficientes estimados para as equações que têm a renda domiciliar per capita como variável dependente. Assim como o observado para a renda per capita, aumentos de 1% na idade e na escolaridade provocam aumentos de 0.09% e 0.18% na renda domiciliar em 2018. Resultados semelhantes são observados em 2022, com aumentos de 1% nestas variáveis sendo responsáveis por aumentos de renda de 0.14% e 0.17%. Em ambos os anos, morar nas regiões urbanas e ser homem são fatores que geram diferenciais positivos na renda. É importante destacar que, diferentemente do observado para a renda per capita em 2018, neste caso não se observa-se um diferencial de renda negativo associado a raça em nenhum dos anos. Em relação as dummies setoriais, observa-se que há um diferencial positivo e estatisticamente significante associado a todos os setores em relação a agricultura.

Tabela 1: Estimação dos Determinantes da Renda Cearense (log-log)

Variáveis	*2018*			*2022*		
	DL	*Rpc*	*RDpc*	*DL*	*Rpc*	*RDpc*
	(1)	*(2)*	*(3)*	*(4)*	*(5)*	*(6)*
$ln(idade)$	-0.0486	0.0611**	0.0934**	-0.00355	0.037	0.144***
	(0.0507)	(0.0307)	(0.0439)	(0.0580)	(0.0306)	(0.0481)
$ln(escolaridade)$	0.197***	0.121***	0.180***	0.136***	0.0868***	0.168***
	(0.0298)	(0.0185)	(0.0276)	(0.0386)	(0.0210)	(0.0349)
Urbano	0.264***	0.123***	0.217***	0.248***	0.0993***	0.210***
	(0.0356)	(0.0225)	(0.0318)	(0.0424)	(0.0210)	(0.0357)
Homem	0.179***	0.0469**	0.0970***	0.176***	0.00509	0.0987***
	(0.0360)	(0.0215)	(0.0308)	(0.0458)	(0.0211)	(0.0377)
Branco	-0.0664*	-0.00443	0.0063	-0.0383	0.0111	0.0352
	(0.0361)	(0.0235)	(0.0327)	(0.0392)	(0.0214)	(0.0345)
Serv. Doméstico	0.400***	0.138***	0.257***	0.141*	0.0375	0.102
	(0.0656)	(0.0415)	(0.0597)	(0.0850)	(0.0441)	(0.0739)
Indústria	0.539***	0.270***	0.414***	0.464***	0.183***	0.359***
	(0.0615)	(0.0371)	(0.0560)	(0.0800)	(0.0391)	(0.0698)
Construção	0.590***	0.290***	0.429***	0.425***	0.141***	0.312***
	(0.0651)	(0.0398)	(0.0568)	(0.0737)	(0.0422)	(0.0697)
Comércio	0.640***	0.268***	0.441***	0.438***	0.145***	0.367***
	(0.0534)	(0.0347)	(0.0488)	(0.0680)	(0.0383)	(0.0630)
Transporte	0.561***	0.188***	0.346***	0.401***	0.0768	0.209**
	(0.0916)	(0.0596)	(0.0735)	(0.1140)	(0.0651)	(0.0989)

Aloj. e alimentação	0.647***	0.259***	0.445***	0.431***	0.172***	0.395***
	(0.0704)	(0.0450)	(0.0614)	(0.0880)	(0.0435)	(0.0736)
Inform. e Comunic.	0.827***	0.372***	0.589***	0.776***	0.257***	0.584***
	(0.0746)	(0.0494)	(0.0660)	(0.0854)	(0.0485)	(0.0749)
Adm. Pública	0.951***	0.454***	0.698***	0.866***	0.268***	0.639***
	(0.0722)	(0.0509)	(0.0637)	(0.0795)	(0.0475)	(0.0741)
Educação	0.941***	0.427***	0.684***	0.876***	0.271***	0.661***
	(0.0636)	(0.0404)	(0.0561)	(0.0758)	(0.0419)	(0.0679)
Outros Serviços	0.367***	0.139**	0.235***	0.212**	0.0508	0.205**
	(0.0935)	(0.0557)	(0.0805)	(0.1030)	(0.0557)	(0.0873)
Intercepto	-0.668***	5.042***	4.398***	-0.598**	5.450***	4.274***
	(0.2120)	(0.1290)	(0.1850)	(0.2530)	(0.1330)	(0.2150)
N	3,027	3,027	3,027	2,093	2,093	2,093
R^2	0.198	0.129	0.153	0.164	0.095	0.155

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: 1. Erros padrão robustos em parênteses. 2. *** p < 0.01, ** p < 0.05, * p < 0.10 denotam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Os resultados apresentados na tabela 1 para a população que vive abaixo da linha da pobreza reforçam os achados do relatório 1, obtidos a partir da análise descritiva anual dos dados da PNAD-Contínua em relação a região em que a família vive e o gênero do chefe da família. O mesmo pode ser dito relação aos setores da economia cearense. Este diferencial positivo dos demais setores em relação a agricultura é esperado na medida em que as estatísticas descritivas mostram a agricultura entre os setores com maior proporção de pobres e menor renda média em todos os anos estudados.

Por fim, a partir da comparação entre os resultados encontrados para os anos de 2018 e 2022, é possível dizer que não há diferenças importantes nos coeficientes estimados, uma vez que não se observam grandes diferenças de magnitude entre os coeficientes estimados. Este resultado pode ser um sinal de que, a pandemia não provocou mudanças estruturais importantes no quadro de pobreza do Ceará.

2.4.2. Decomposição do Gini no Ceará, por setores de atividades

O estado do Ceará, entre 2012 e 2022, teve uma mudança em seu índice de Gini de 52,8% para 51,8%. Por meio de uma decomposição é possível observar quais fontes de renda foram as principais responsáveis por essas mudanças. Essas mudanças podem ser observadas na tabela 1.

Tabela 1 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no estado do Ceará, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	15,27	-2,01	13,26

Renda da Aposentadoria e Pensões	-10,32	56,36	46,04
Renda do Aluguel	-6,98	1,38	-5,61
Renda de Doações	8,17	0,63	8,80
Outros Rendimentos	29,99	7,51	37,51
Total	**36,13**	**63,87**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

Os dados indicam que a redução da desigualdade no Ceará se deve principalmente à influência da renda proveniente de Aposentadorias e Outros Rendimentos. Isso fica evidente ao analisar o efeito total, no qual a Renda com Aposentadorias e Pensões contribuiu com 46,8% para essa redução, enquanto o percentual referente aos Outros Rendimentos foi de 37,51. No estado como um todo, a diminuição do índice de Gini foi resultado de fatores relacionados a aposentadorias e outros rendimentos, sugerindo que essa redução decorreu de programas de transferência de renda e pensões. A participação da renda proveniente do trabalho na diminuição da desigualdade foi de 13,26%.

Por outro lado, o efeito composição destaca as mudanças resultantes da participação na renda, enquanto o efeito concentração evidencia variações no índice de concentração. No contexto do Ceará, a alteração na categoria de Aposentadorias e Pensões foi principalmente devido a mudanças no índice de concentração. Já as mudanças nos Outros Rendimentos foram atribuídas ao aumento dessa categoria na participação da renda total, corroborando a hipótese do papel das transferências de renda direta.

2.4.2.1. Setores com redução da desigualdade entre 2012 e 2022

Além dos indicadores para o estado, a pesquisa também desmembrou o índice de Gini por setores de atividade. Conforme demonstrado na Tabela 2, foi observado esse percentual para o setor da Agricultura. É importante ressaltar que em 2012 esse setor apresentava um índice de Gini de 49,13%. Dez anos depois, essa área registrou uma redução significativa em sua desigualdade, atingindo 39,29%, representando uma queda de quase dez pontos percentuais.

Tabela 2 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade de Agricultura, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	-0,75	21,18	20,43
Renda da Aposentadoria e Pensões	36,74	13,40	50,14
Renda do Aluguel	9,27	1,91	11,18
Renda de Doações	0,14	-1,62	-1,48
Outros Rendimentos	0,76	18,97	19,73
Total	**46,16**	**53,84**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

A agricultura e o meio rural como um todo possuem em aposentadorias e pensões uma importante fonte de renda. A decomposição do Gini parece confirmar essa tendencia, uma vez que 50,14% da redução da desigualdade foi oriunda dessa renda, ao passo que a renda do Trabalho contribuiu com 20,43%. Por fim a renda de outros rendimentos participou com 19,73%.

O efeito de outros rendimentos foi em sua maioria do efeito composição, ao passo que trabalho e outros rendimentos foram do efeito concentração. Assim houve uma maior participação da renda de aposentadorias na renda total e houve uma menor concentração na renda do trabalho e de outros rendimentos.

A renda da indústria no Ceará também teve redução em sua distribuição, O Gini saiu de 41,18% em 2012 para 38,56 em 2022. A tabela 3 apresenta essa redução em detalhes por meio da decomposição de índice.

Tabela 3 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade de Indústria, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	1,66	49,21	50,88
Renda da Aposentadoria e Pensões	-6,98	16,09	9,12
Renda do Aluguel	5,13	1,65	6,78
Renda de Doações	2,38	-3,79	-1,41
Outros Rendimentos	27,41	7,22	34,63
Total	**29,61**	**70,39**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

O rendimento do Trabalho foi o principal componente para a redução da desigualdade no setor da Industria, participou com 50,88%. Em seguida outros rendimentos teve uma contribuição de 34,63% e a renda de aposentadoria e pensões contribuiu com 9,12%. As mudanças na renda do trabalho e de aposentadorias e Pensões foram em relação aos índices de concentração, ao passo que a variação em outros rendimentos foi em função de seu aumento na participação da renda total.

O setor de comércio é marcadamente influenciado pela renda do trabalho, assim como a indústria. A atividade de comércio teve uma redução do índice de Gini de quase 6 pontos percentuais em 10 anos, passou de 48,03% em 2012 para 42,56% em 2022.

Tabela 4 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade de Comércio, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	0,56	86,61	87,17

Renda da Aposentadoria e Pensões	-1,52	2,02	0,50
Renda do Aluguel	-1,13	1,40	0,27
Renda de Doações	0,91	0,94	1,85
Outros Rendimentos	12,62	-2,40	10,22
Total	**11,44**	**88,56**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

Conforme a tabela 4 o rendimento do trabalho foi disparado o maior responsável por essa redução da desigualdade do comércio, com 87,17 da participação nessa queda. Outro componente relevante foi outros rendimentos que contribuiu com 10,22%. O rendimento do trabalho melhorou a distribuição de renda no setor por redução em sua concentração (86,61%), enquanto a renda de outros rendimentos teve um aumento de participação na renda (12,62%).

A atividade de transportes foi outra que teve uma redução do Gini entre os anos de 2012 e 2022. No primeiro ano o indicador foi de 44,2% e no ano final foi de 39,03%. Na tabela 5 se encontra, com detalhes, a decomposição dessa variação.

Tabela 5 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade de Transportes, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	0,36	67,29	67,65
Renda da Aposentadoria e Pensões	-0,28	-6,48	-6,76
Renda do Aluguel	13,26	13,98	27,25
Renda de Doações	-1,36	0,08	-1,28
Outros Rendimentos	35,45	-22,30	13,15
Total	**47,43**	**52,57**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

Os principais componentes responsáveis por essa variação foram o rendimento do trabalho e a renda de aluguel, com 67,65% e 27,25% respectivamente. Esse é um dos poucos setores que a renda de aluguel contribui na composição de forma significativa. Para a renda de aluguel a contribuição foi tanto no efeito composição quanto concentração. Por sua vez a renda do trabalho contribuiu quase totalmente por seu efeito concentração (67,29%).

Outro setor que também apresentou queda na desigualdade entre os anos de 2012 e 2022 foi a atividade de serviços domésticos, setor marcado por elevados índices de pobreza. Em 2012 a desigualdade desse setor era de 48,4% e caiu para 42,83% em 2022. Os resultados da decomposição dessa queda no índice de Gini desse setor se encontra na tabela 6.

Tabela 6 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade de Serviços domésticos, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	-0,52	33,07	32,56
Renda da Aposentadoria e Pensões	1,30	13,15	14,44
Renda do Aluguel	6,42	1,91	8,33
Renda de Doações	-2,58	0,27	-2,31
Outros Rendimentos	47,98	-1,00	46,98
Total	**52,61**	**47,39**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

De forma geral a maior contribuição para redução do Gini veio do efeito composição, 52,61%, ao passo que o efeito concentração foi de 47,39%. Analisando o efeito tal a maior contribuição veio de outros rendimentos (46,98%) e da renda do Trabalho (32,56%. Analisando as parcelas pelos efeitos observa-se que outros rendimentos foi o maior responsável pela mudança de composição, do ponto de vista da concentração o rendimento se mostrou concentrado na parcela da renda do trabalho (33,07%).

2.4.2.2. Setores com aumento da desigualdade entre 2012 e 2022

Nos parágrafos acima foram analisados alguns setores que reduziram a desigualdade de renda entre 2012 e 2022. Porém houve setores de atividades que ampliaram a desigualdade, como é o caso da administração pública que saltou de um Gini de 49,0% para 61%. Esse aumento de 12 pontos percentuais indica a característica concentradora desse setor de atividade. Para compreender essa mudança, na tabela 7, tem-se a decomposição dessa variação.

Tabela 7 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade de Administração Pública, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	1,01	101,25	102,27
Renda da Aposentadoria e Pensões	6,52	-15,79	-9,28
Renda do Aluguel	0,04	0,15	0,19
Renda de Doações	-0,13	0,02	-0,11
Outros Rendimentos	6,96	-0,03	6,93
Total	**14,40**	**85,60**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

Esse setor é marcadamente caracterizado alta participação do rendimento do trabalho, em 2022 essa renda correspondia a 92% da renda total do setor. Porém essa renda do trabalho possui altos índices de concentração. O que podemos ver, pela tabela 6, que mais que a totalidade da mudança no índice de Gini para esse setor veio do efeito concentração da renda do trabalho. A renda

de aposentadoria e pensões foi o que atenuou o aumento do Gini, contribuiu negativamente como 9,28%, devido a reduções nos seus índices de concentração (-15,79%).

O setor de educação foi outro com aumento da desigualdade durante o decênio 2012-2022. No ano de 2012 o índice de Gini para esse setor foi de 49,01% e em 2022 aumentou para 52,66%. A decomposição dessa variação pode ser vista na tabela 8.

Tabela 8 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade de Educação, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	0,19	-3,81	-3,62
Renda da Aposentadoria e Pensões	2,08	64,94	67,02
Renda do Aluguel	4,29	6,63	10,92
Renda de Doações	-0,09	-0,53	-0,62
Outros Rendimentos	-10,22	36,53	26,31
Total	**-3,76**	**103,76**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

A renda de aposentadoria e pensões foi a principal responsável pelo aumento do Gini (67,02%). Essa participação veio quase inteiramente do efeito concentração (64,94%). Outros rendimentos contribuíram com 26,31% para essa variação do Gini, o destaque é para o efeito composição que possibilitou que esse aumento não fosse maior ainda, contribuiu negativamente com 10,22%. A renda de aluguel participou com 10,92% para a variação do Gini. Para esse setor houve uma questão curiosa, o efeito composição foi negativa, nesse cenário ele ajudou que o aumento do Gini fosse maior ainda.

A atividade outros serviços foi, também, um setor que teve aumento no seu índice de Gini. Em 2012 a desigualdade nesse setor de atividade era 46,38% e passou para 49,37%. Para compreender essa variação no índice de Gini apresentamos a decomposição desse índice na tabela 9.

Tabela 9 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade Outros Serviços, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	0,99	199,19	200,18
Renda da Aposentadoria e Pensões	-35,11	-28,15	-63,26
Renda do Aluguel	1,22	8,58	9,81
Renda de Doações	-5,33	-2,60	-7,93
Outros Rendimentos	-49,36	10,57	-38,79

Total	**-87,59**	**187,59**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

De forma Geral a principal parcela responsável pelo aumento do Gini foi o rendimento do trabalho (200%). O que atenuou para que o aumento não fosse tão grande foi renda de aposentadorias e outros rendimentos, como um movimento contrário de 63,26% e 38,79% respectivamente. O efeito composição atuou para redução do Gini (-87,59%), mas o efeito concentração foi muito elevado e superou em muito esse efeito (187,59%).

Por fim o último o setor de Alojamento foi mais um que teve aumento de desigualdade. Passando de 40% para 45% entre 2012 e 2022. A decomposição do índice de Gini para esse setor se encontra na tabela 10. Nela pode-se observar que esse aumento foi quase todo propiciado pelo efeito concentração, que foi 95,95%.

Tabela 10 - Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* na atividade Alojamento, entre 2012 e 2022

parcela	efeito-composição	efeito-concentração	efeito total
Rendimento do Trabalho	-1,26	45,06	43,80
Renda da Aposentadoria e Pensões	10,72	50,98	61,70
Renda do Aluguel	4,92	3,61	8,54
Renda de Doações	-2,64	1,00	-1,64
Outros Rendimentos	-7,70	-4,70	-12,40
Total	**4,05**	**95,95**	**100,00**

Fonte: PNAD (2022)

Olhando pelas parcelas de renda as principais fatias de renda responsáveis pelo aumento foram a renda do trabalho e a renda de aposentadoria, como 43,18% e 61,7% respectivamente.

Como observado nos dados setores com baixos índices de pobreza como Administração pública e educação aumentaram a desigualdade. Isso indica que mesmo com um menor percentual de pobres esses setores possuem alta concentração de renda. A agricultura e serviços domésticos, por sua vez, reduziram a desigualdade. Esses setores apresentam elevados índices de pobreza e reduziram seu índice de Gini devido a parcela outros rendimentos, onde se encontram os programas de transferência de renda.

Por fim o Estado como um todo reduziu pouco seu indicador de desigualdade, apenas 1 ponto percentual. As principais parcela de renda que colaboraram para esse pequeno recuo foram renda de aposentadoria e outros rendimentos. Assim, no Ceará, a questão da distribuição de renda para salários ainda é muito desigual, deixando o papel redistribuidor para políticas de transferência de renda.

2.5. Considerações Finais

Nesta seção, buscou-se estudar os determinantes da proporção de pobres e indigentes no estado do Ceará a partir de uma perspectiva setorial usando dados cross-section nos períodos 2018 e 2022.

Usando estimadores de MQO com correção de White, os principais resultados desta pesquisa mostram que anos médios de estudo e idade tem impacto positivo e estatisticamente significante sobre renda, um resultado já observado anteriormente na literatura da área. Além disso, observou-se morar na zona urbana e ser do gênero masculino gera diferenciais positivos de renda. Do ponto de vista setorial, é possível dizer que todos os setores considerados apresentaram diferencial positivo e estatisticamente significante em relação a agricultura. Além disso, não se observaram diferenças importantes em termos da magnitude dos coeficientes estimados entre os anos de 2018 e 2022.

Quando se analisa a variação do índice de Gini cearense por setores não há um comportamento padrão. Setores como Agricultura, Indústria Geral, Transporte, Comércio e Serviços Domésticos reduziram a desigualdade. No entanto setores com Administração Pública, Educação, Outros Serviços e Alojamento ampliaram a desigualdade.

Como se observa, a renda salarial não foi importante para a redução da desigualdade no Estado. Porém, para setores como Industria, Transportes e Comércio a renda salarial foi responsável por mais de 50% da variação negativa no índice de Gini. Esse fator indica que, para esses setores, a renda dos salários foi melhor distribuída ao longo do período em questão. No entanto setores como Administração pública, Alojamento e Outros Serviços pioraram a redistribuição de renda oriunda dos salários e ampliaram seus indicadores de Gini.

Os resultados encontrados em geral reforçam as evidências encontradas nas análises descritivas individuais realizadas no relatório 1. Essas informações são importantes para o desenho de políticas públicas que visem mitigar a pobreza de renda, sobretudo, no que diz respeito ao grupo que deve ser definido como alvo da política, uma vez que o conjunto de resultados encontrados nos relatórios encontrados evidenciam que mulheres, moradores da zona rural e trabalhadores alocados no setor agrícola são mais vulneráveis.

Referências Bibliográficas

ADELMAN, I.; MORRIS, C. T. Economic growth and social equity in developing countries. Stanford: Stanford University Press, 1973.

AMARAL, R. F. DO; CAMPOS, K. C.; LIMA, P. V. P. S. Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional. INTERAÇÕES, v. 16, n. 2, p. 327-337, 2015.

ARAUJO, J. A.; MORAIS, G. A. DE S.; CRUZ, M. S. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. Revista Ciências Administrativas, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 85-120, 2013.

ARAUJO, J. A.; VASCONCELOS, J. C. Decomposição da desigualdade de renda salarial no estado do Ceará. Revista de Economia, v. 40, n. 1, p. 115-136, 2014.

Brambilla, Marcos Aurélio e Cunha, Marina Silva da. Pobreza multidimensional no Brasil, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. **Nova Economia [online].** p. v. 31, n. 3, 869-898, 2021. [Acessado 30 novembro 2022]

BRASIL. Ministério da Cidadania e Assistência Social. **Governo Federal reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias.** Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias#:~:text=Fam%C3%ADlias%20com%20renda%20per%20capita,e%20R%24%20178%20por%20pessoa. . Acesso em novembro de 2022.

CHENERY, H.; AHLUWALIA, M. S.; DULOY, J. H.; BELL, C. L. G.; JOLLY, R. Redistribution with growth: Policies to improve income distribution in developing countries in the context of economic growth. Oxford: Oxford University Press, 1974.

DA SILVA, Maria Ozanira et al. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2015.

DE SOUZA, Lorraine Saldanha Freitas Xavier. Os indicadores da pobreza no Brasil e a formulação de políticas públicas para o seu enfrentamento. **Revista Simetria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo**, v. 1, n. 9, p. 180-192, 2022.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. Econometrica, Vol. 52, Nº. 3, p. 761-766, 1984.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005. In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Org). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília, DF: Ipea, 2007, v.2, p.17-40.

MARINHO, E; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil? Revista Brasileira de Economia, v. 65, n. 3, p. 267-288, 2011.

NOGUEIRA, C. A. G. F.; CAVALCANTE, S. H. A. Efeitos intersetoriais e transversais e seus impactos sobre a efetividade das políticas públicas nos municípios do Ceará**. Revista de Administração Pública [online]**, v. 53, n. 1, 2019.

PAULO, E. M.; SILVA, D. L. DA. Desigualdade Locacional e sua Decomposição por Setores Industriais para o Ceará no Período de 2002 a 2018. Revista Econômica do Nordeste, v. 53, n. 2, p. 109-123, 2022.

PONTES, P. A. Os Determinantes da Redução da Desigualdade Espacial no Ceará nas Últimas Décadas. Revista Econômica do Nordeste, v. 44, n. 2, p. 543-556, 2013.

PONTES, D. O.; ARRAES, R. DE A.; MARIANO, F. Z. PENNA, C. M. Crescimento econômico e desigualdade de renda no Ceará. ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, Fortaleza: IPECE, 2009.

ROWNTREE, B. S.: Poverty. **A Study of Town Life**. London: Macmillan, 1901.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Divisões de classe e pobreza relativa no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 14, n. 27, p. 191-211, 2017.

SOARES, S.S.D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. **Texto para Discussão**. n. 1.166. Brasília: IPEA, 2006.

SHORROCKS, A. Inequality decomposition by factor components. **Econometrica.** v. 20, n. 1, p. 193-211, 1982.

SILVA, JOSÉ JAIME DA et al. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 138-160, 2020.

SILVA, VITOR HUGO MIRO C. ET AL. Avaliação de políticas de combate à pobreza no Brasil: aplicação do método de Controle Sintético Generalizado para o Fecop no Ceará. **Nova Economia [online],** v. 31, n. 1, p. 273-302. [Acessado 30 Novembro 2022], 2021.

SILVA, Vitor Hugo Miro Couto; DE FRANÇA, João Mário Santos**. Modelos de machine learning na classificação de pobreza: uma aplicação para o estado do ceará**.2022.

SILVA, V. H. M. C.; MARIANO, F. Z.; CAMPÊLO, G. L.; FRANÇA, N. C.; FRANÇA, J. M. S.; FIRMIANO, M. R. Avaliação de políticas de combate à pobreza no Brasil: aplicação do método de Controle Sintético Generalizado para o Fecop no Ceará. Nova Economia, v.31, n.1, p.273-302, 2021.

STRUMINSKI, Carlos EC; RAIHER, Augusta Pelinski. Pobreza e seus determinantes nos municípios brasileiros: Abordagem monetária, de privações e multidimensional. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

TRONCO, GIORDANO BENITES E RAMOS, MARÍLIA PATTA. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. **Revista de Administração Pública [online]**, v. 51, n. 2, 2017.

World Bank. 2022. Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course. Washington, DC: World Bank. © World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37739 License: CC BY 3.0 IGO.

PRODUTO/META: Evolução dos Indicadores de Pobreza, Renda e Dessigualdade

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 100%

Período: setembro a outubro de 2023

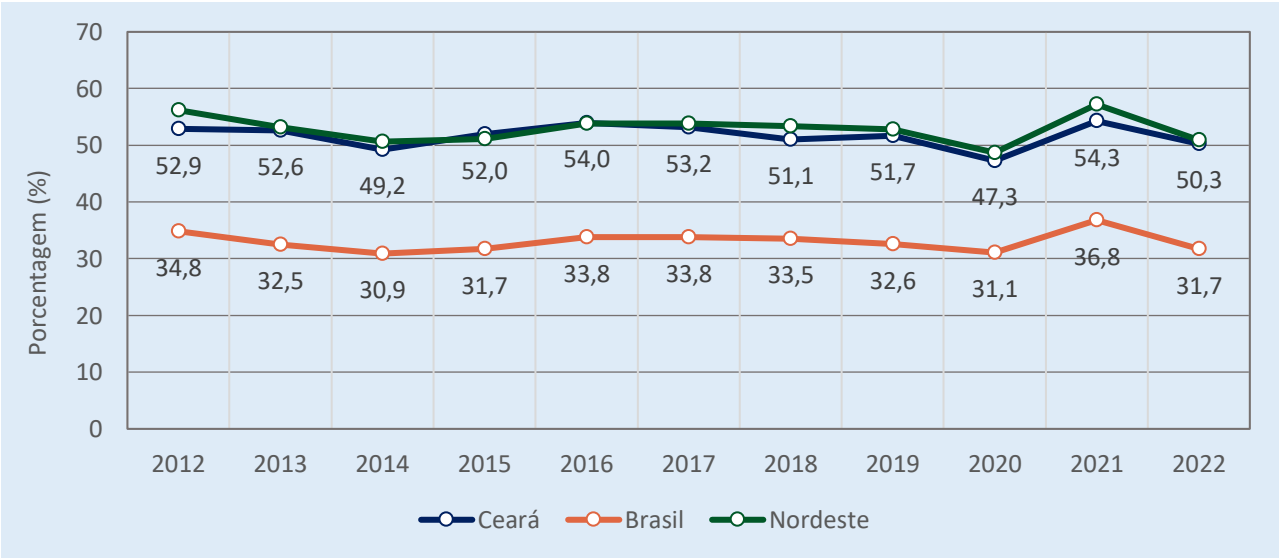
DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO:

RELATÓRIO 3: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE POBREZA, RENDA E DESIGUALDADE POR SETOR, GÊNERO E RAÇA

Evolução dos Indicadores de Pobreza, Renda e Desigualdade

A partir de agora, serão exibidas a evolução de indicadores socioeconômicos selecionados da economia cearense no período 2012-2022. No geral, para cada ano, os indicadores foram construídos para o agregado do estado e também levando-se em consideração recortes de gênero, raça, idade, região e setores econômicos. Além disso, será realizada a comparação com os resultados da região Nordeste e do Brasil sempre que possível.

Gráfico 1: Evolução da Proporção de Pobres no Ceará, Nordeste e Brasil (2012-2022)



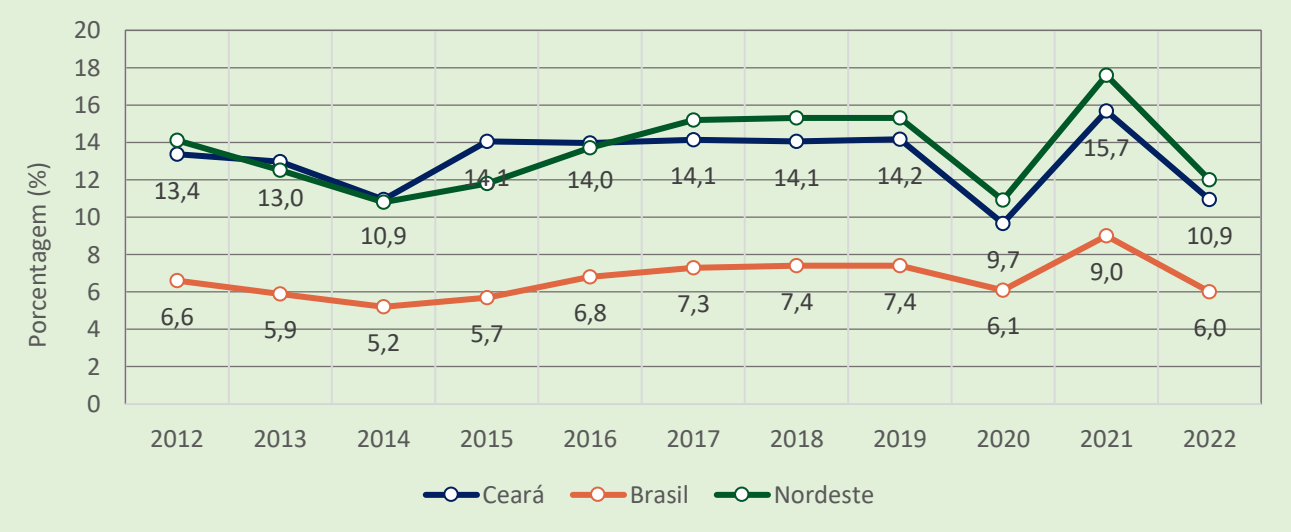
Fonte: Elaborado pelos autores.
Nota: linha de pobreza de US$6,85/dia (PPC2017). Aproximadamente R$638/mês.

No gráfico 1, acima, tem-se a evolução da proporção de pobres no Ceará, Nordeste e Brasil. A proporção de pobres no Ceará esteve sempre em um patamar abaixo da região NE, com exceção dos anos de 2015 e 2016, anos de crise econômica. Porém, o estado tem registrado proporção de pobres

mais de 10 p.p. acima do Brasil. Além disso, a proporção de pobres média foi de 51.7%, com decrescimento médio de 0.5% a.a.

No gráfico 2 é realizado um exercício semelhante, mas nele utiliza-se a linha de indigência como referência. É possível observar que a proporção de indigentes no Ceará é superior à do Nordeste no período 2013-2016 e praticamente o dobro da proporção de indigentes do Brasil no período 2012-2019. Houve forte queda no ano de 2020 para todas as regiões consideradas no contexto dos programas de transferência de renda durante o primeiro ano da pandemia. Além disso, a proporção média de indigentes no Ceará foi de 13.1% com decrescimento médio anual de -2%.

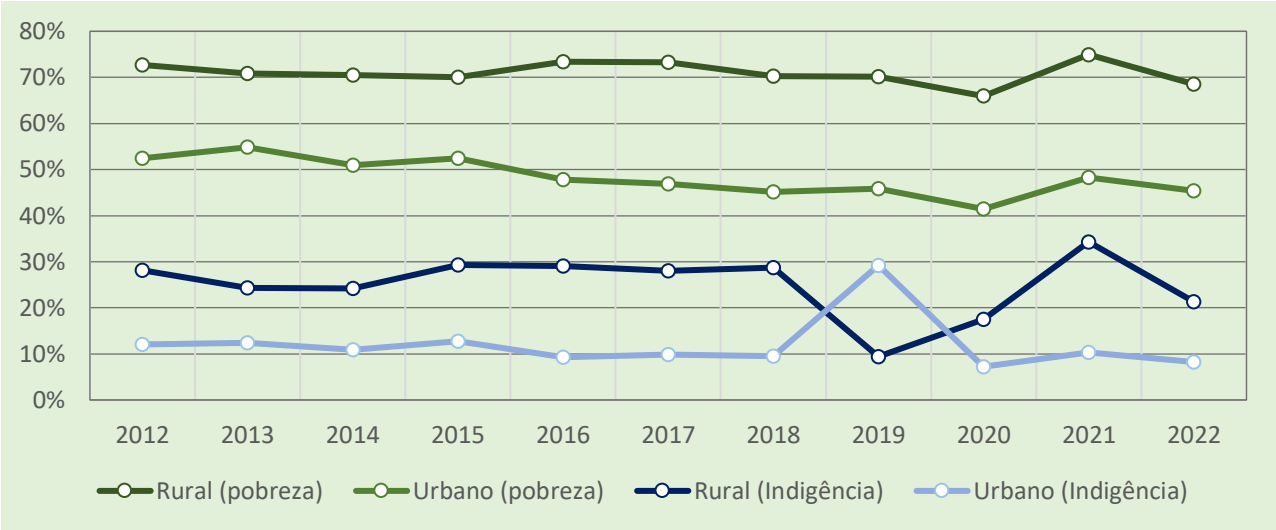
Gráfico 2: Evolução da proporção de indigentes no Ceará, Nordeste e Brasil (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.
Nota: linha de indigência de US$2,15/dia (PPC2017). Aproximadamente R$200/mês.

No gráfico 3, tem-se a evolução de pobres e indigentes no estado considerando-se as regiões urbana e rural. Observa-se que, independentemente da linha adotada, o problema da pobreza é sempre um problema mais grave na zona rural. Ao longo de todo o período estudado, a pobreza na zona rural chega a estar 26.4 p.p. acima do mesmo indicador na região urbana. Além disso, as proporções médias são de 71% e 25% para as linhas de pobreza e indigência rurais, respectivamente. Por fim, a queda média anual na proporção de pobres e indigentes é mais lenta nesta região, de -0.60% e -2.74%, respectivamente.

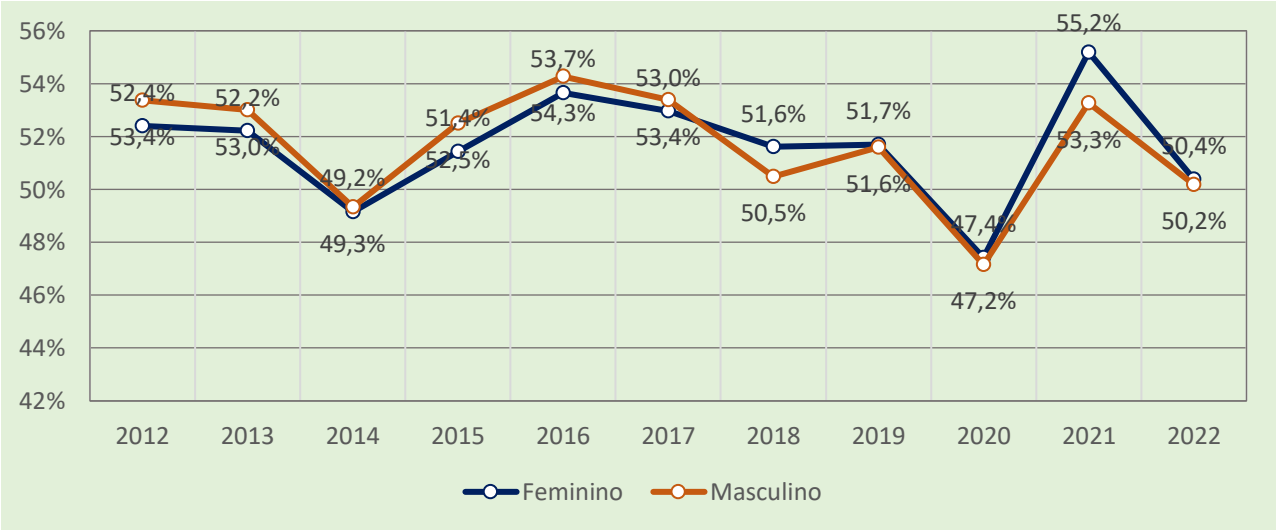
Gráfico 3: Evolução da proporção de pobres e indigentes nas zonas urbana e rural cearense (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando o recorte de gênero, tem-se a evolução da proporção de pobres no Ceará para os gêneros masculino e feminino. É possível ver que a proporção de pobres é maior entre pessoas do sexo masculino até o ano de 2017. A partir daí, a proporção de pobres do sexo feminino torna-se maior. Entretanto, apenas no ano de 2021 a diferença entre essas proporções é superior a 1.1 p.p. Em ambos os casos, a proporção média de pobres foi de aproximadamente 51.7%, com taxas de crescimento médio anual de -0.61% e -0.39% para os sexos masculino e feminino.

Gráfico 4: Evolução da proporção de pobres no Ceará por gênero (2012-2022)

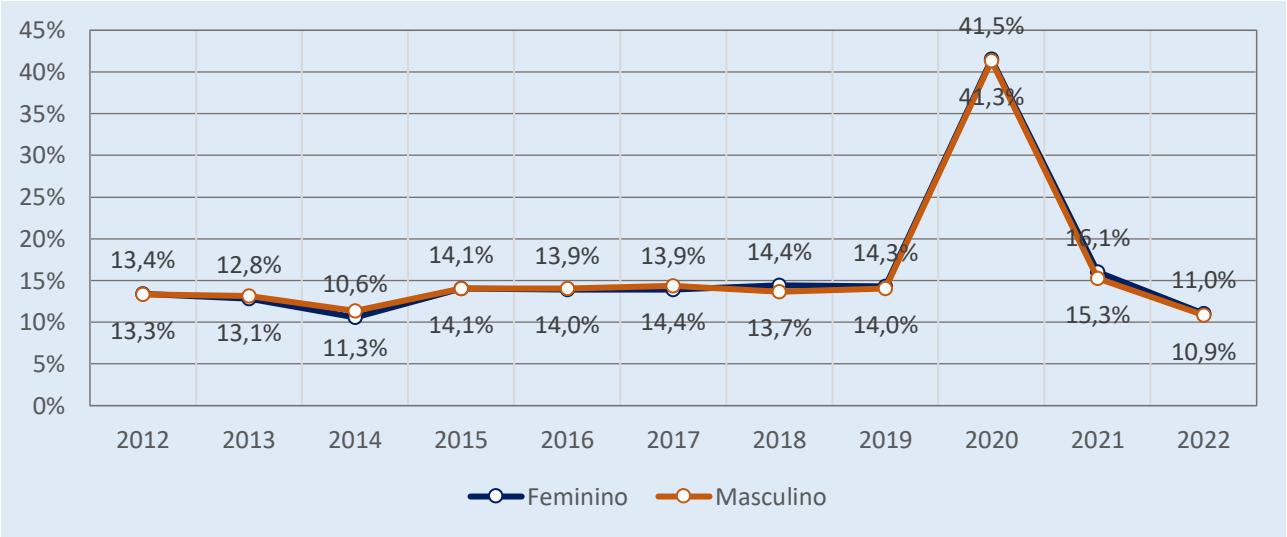


Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência, o gráfico 5 traz evolução semelhante, mas agora usando a linha de indigência como referência. Observa-se que não há diferenças importantes entre a proporção de indigentes do

sexo feminino e masculino. Ambos apresentaram proporção média de aproximadamente 16%, com taxas de crescimento médio anual de -2.03% e -1.94% para os sexos masculino e feminino.

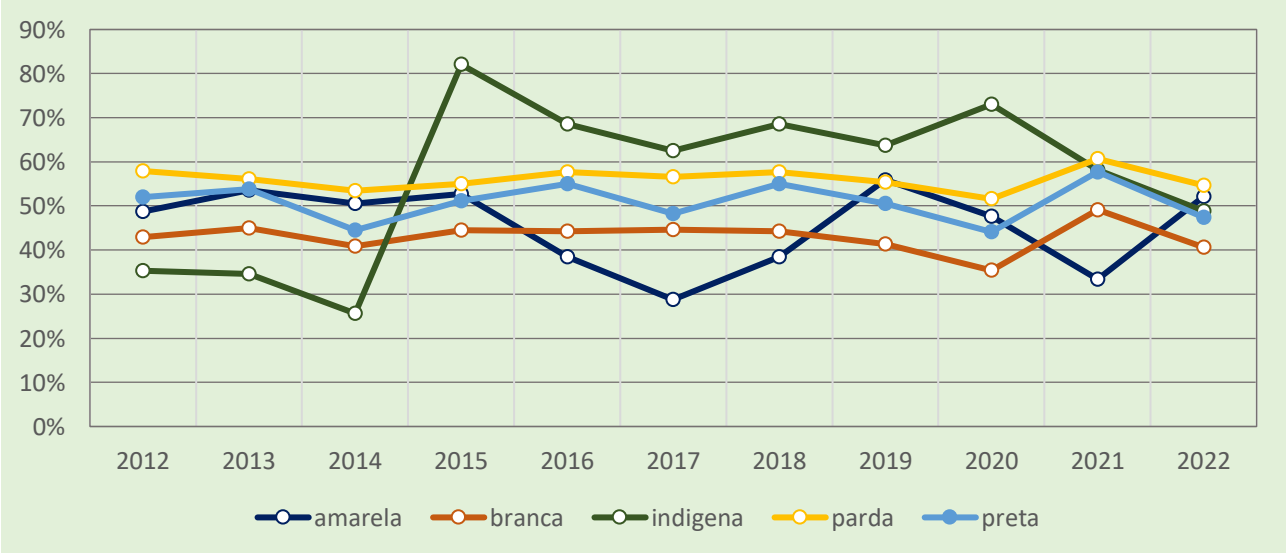
Gráfico 5: Evolução da proporção de indigentes no Ceará por gênero (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando a raça é levada em consideração, observa-se que entre os anos de 2015 e 2020, a população indígena respondeu pela maior proporção de pobres no estado. A população parda tinha a maior proporção de pobres nos demais períodos. Além disso, o gráfico 6 também mostra que a população indígena possui a maior proporção média de pobres no período, de 56.5%. Além disso, este grupo étnico apresentou também a maior taxa de crescimento médio anual, de 3.29%.

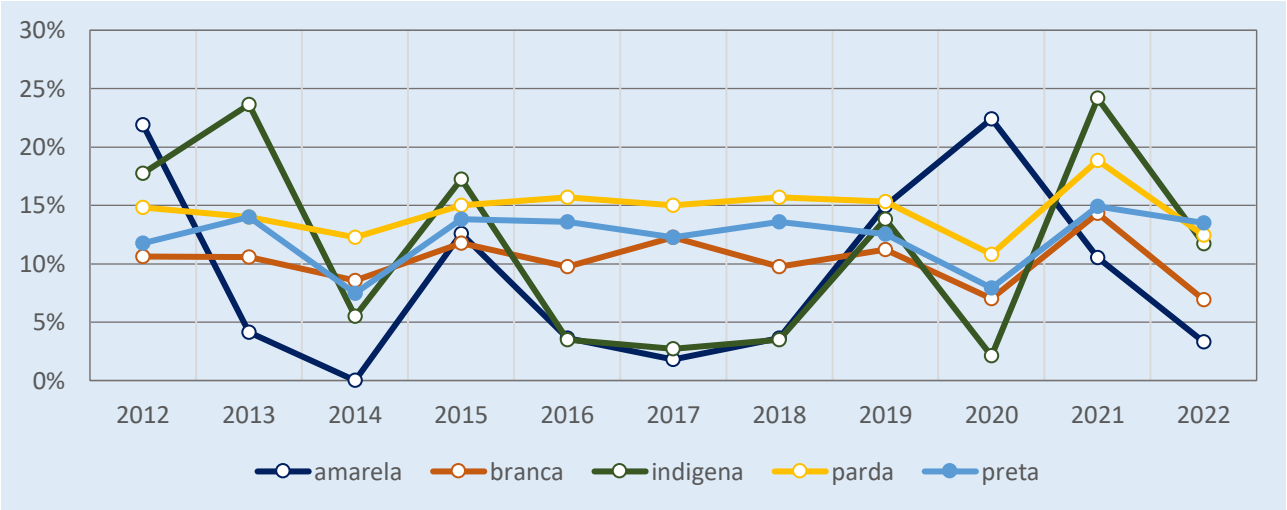
Gráfico 6: Evolução da proporção de pobres no Ceará por raça (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Já quando o mesmo exercício é realizado, mas a linha de indigência é adotada, como pode-se ver no gráfico 7, a liderança das estatísticas é ocupada por amarelos, indígenas e pardos. A proporção de indigentes é, em média, maior entre a população parda, de 14.4%. Apesar de não estar entre os grupos étnicos com maior proporção de indigentes, a população negra apresentou a maior taxa de crescimento médio anual neste indicador, de 1.41%. Todos os demais grupos apresentaram decrescimento na proporção de indigentes.

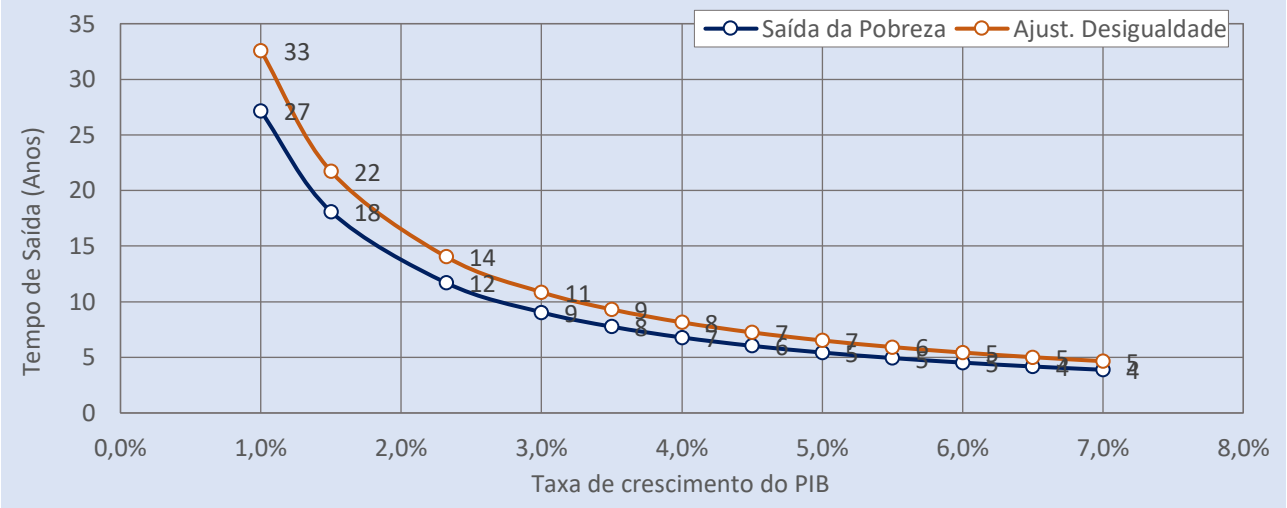
Gráfico 7: Evolução da proporção de indigentes no Ceará por raça (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A fim de se verificar o tempo necessário para mitigar a pobreza no estado, no gráfico 8 realiza-se um exercício para calcular o tempo de saída da pobreza. Observa-se que, como o Ceará cresceu, em média, aproximadamente 2.3% a.a. nas duas últimas décadas, seriam necessários 12 anos para eliminar a pobreza, sem levar em consideração a desigualdade de renda. Quando esta é levada em consideração, seriam necessários 14 anos. Além disso, estima-se que o custo de saída da pobreza seria da ordem de 1.3 bilhões de reais por mês o que, em termos anuais seria, portanto, de 15.6 bilhões de reais, o que corresponde a 9,3% do PIB cearense de 2020.

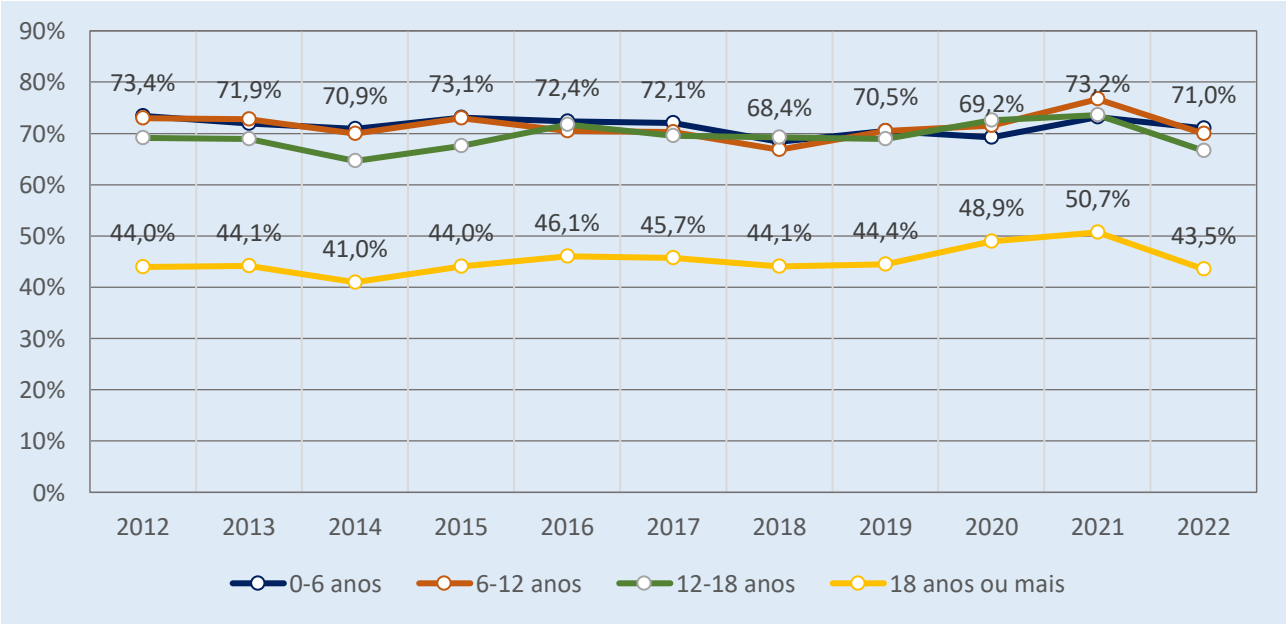
Gráfico 8: Tempo de Saída da Pobreza, Ceará (2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 9 tem-se a evolução da proporção de pobres no Ceará por faixa de idade. A evolução da proporção de pobres no estado revela que o quadro de pobreza é mais grave principalmente entre crianças de 0 a 6 e de 6 a 12 anos, ambas com proporção de pobres média de aproximadamente 71.4%. Apesar de não apresentar clara tendência de queda, houve decrescimento em média na proporção de pobres para esses dois grupos de idade, de -0.33% a.a. e -0.42% a.a., respectivamente.

Gráfico 9: Evolução da Proporção de pobres de acordo com a idade, Ceará (2012-2022)

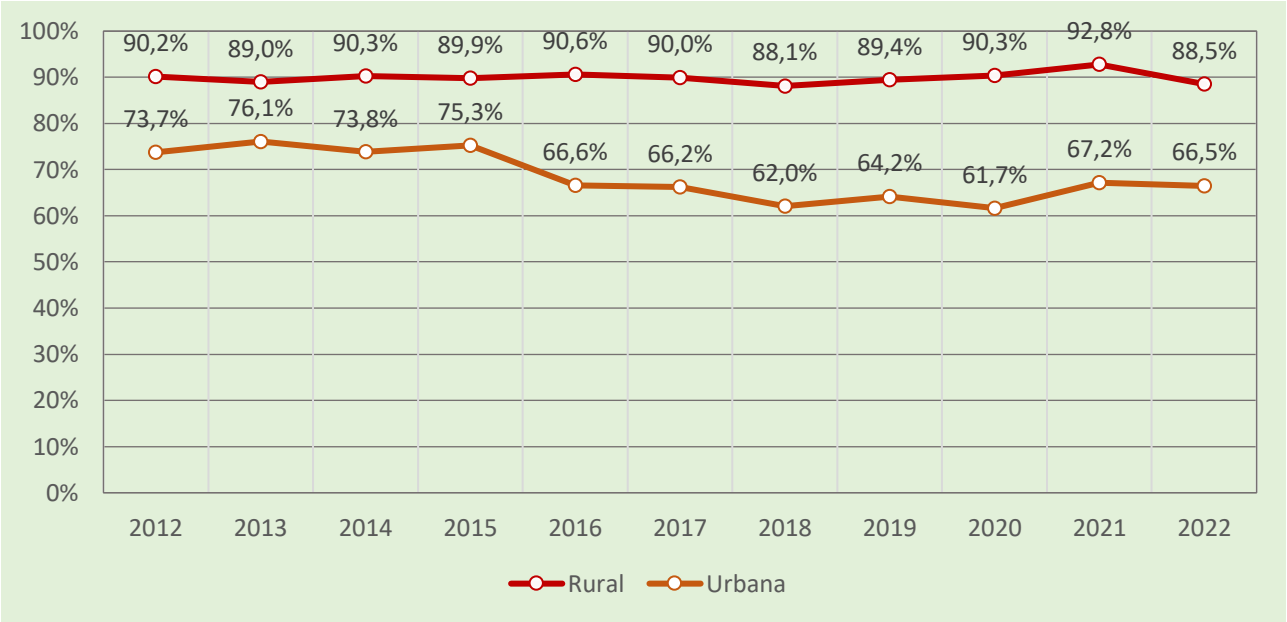


Fonte: Elaborado pelos autores.

Por se tratar do grupo com maior proporção de pobres entre as faixas de idade estudadas, analisa-se agora evolução da proporção de crianças pobres entre 0-6 anos entre as regiões urbana e

rural do estado. A proporção de crianças pobres na região rural sempre esteve próxima ao patamar alarmante de 89.9%, a média do período. Este fato revela que a pobreza infantil é um problema ainda mais grave na região rural, chegando a estar quase 29 p.p. acima do mesmo indicador para região urbana no ano de 2020. Por outro lado, houve um decrescimento médio anual na proporção de crianças na pobreza infantil rural de 0.18% a.a.

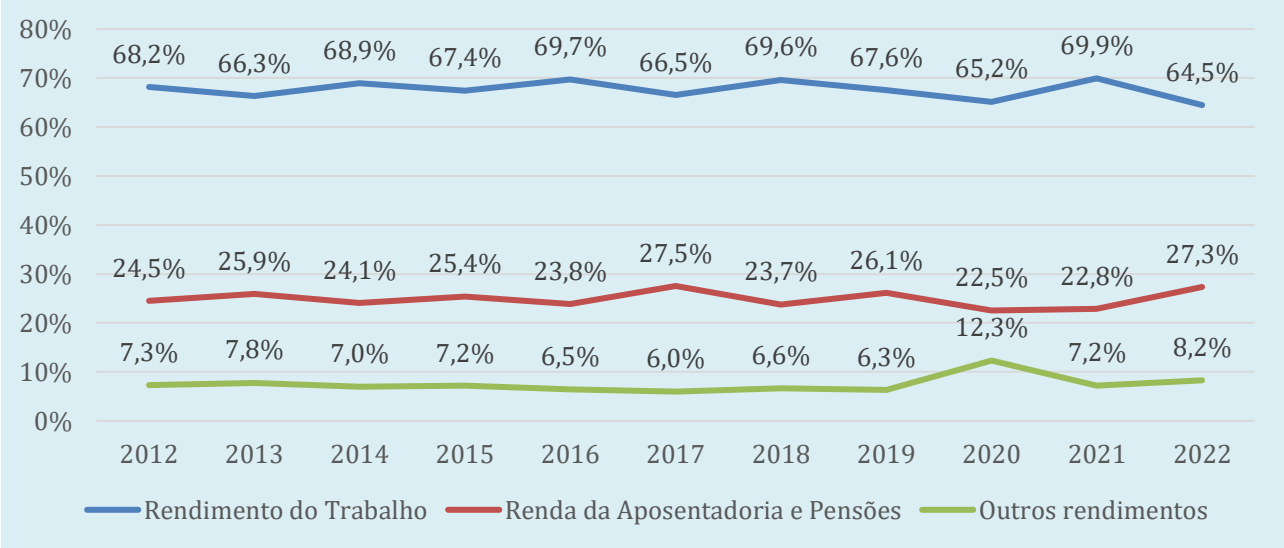
Gráfico 10: Evolução da Proporção de crianças pobres de 0 a 6 anos, zonas urbana e rural do Ceará (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, tem-se a evolução da participação das rendas do trabalho, da aposentadoria e pensões e de outros rendimentos na renda total no gráfico 11. A participação das rendas na renda total se manteve estável ao longo do período analisado. A participação média das rendas do trabalho, de aposentadoria e pensões e de outras rendimentos foi de 67.9%, 27.3% e 7.3%, respectivamente. As taxas de crescimento da participação da renda do trabalho, de aposentadoria e pensões e de outras rendimentos foram de -0.56%, 1.08% e 1.19%, respectivamente.

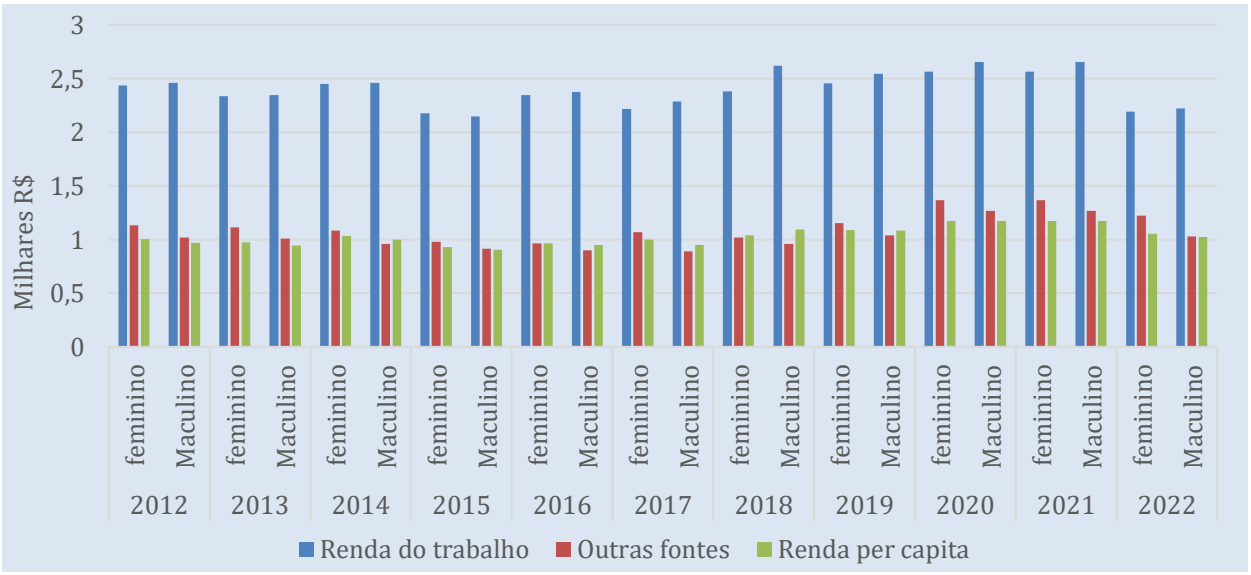
Gráfico 11: Evolução da Participação das Rendas na Renda Total, Ceará (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 12 tem-se a evolução das rendas do trabalho, per capita e de outras fontes por gênero. Para ambos os gêneros, observa-se que a renda do trabalho é a principal fonte de renda. Além disso, é possível ver que não há superioridade da renda masculina em relação a renda do trabalho feminina no período estudado, com ambas as rendas oscilando no intervalo entre 2 mil e 2,5 mil reais.

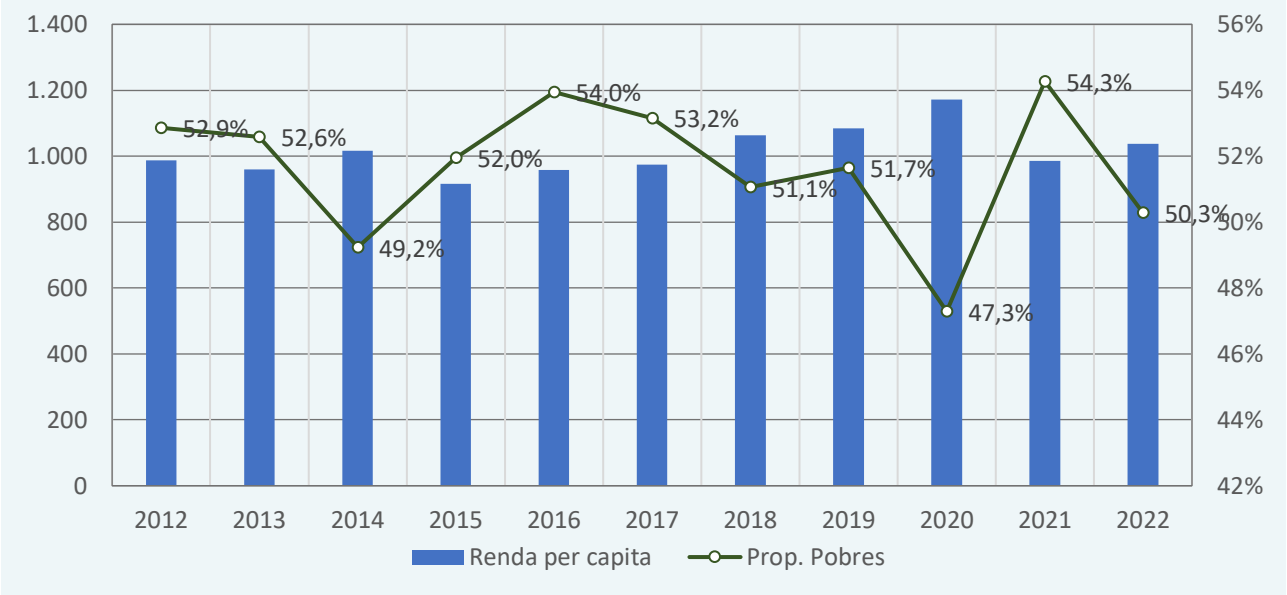
Gráfico 12: Evolução da das Rendas no Ceará, por gênero (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 13, estuda-se a relação entre a renda média per capita e a proporção de pobres no estado. Observa-se que a renda *per capita* manteve-se relativamente estável ao longo do período, oscilando próximo de 1 mil reais. Além disso, a proporção de pobres diminui sempre que a renda média aumenta, mas essa tendência se reverte a partir de 2021.

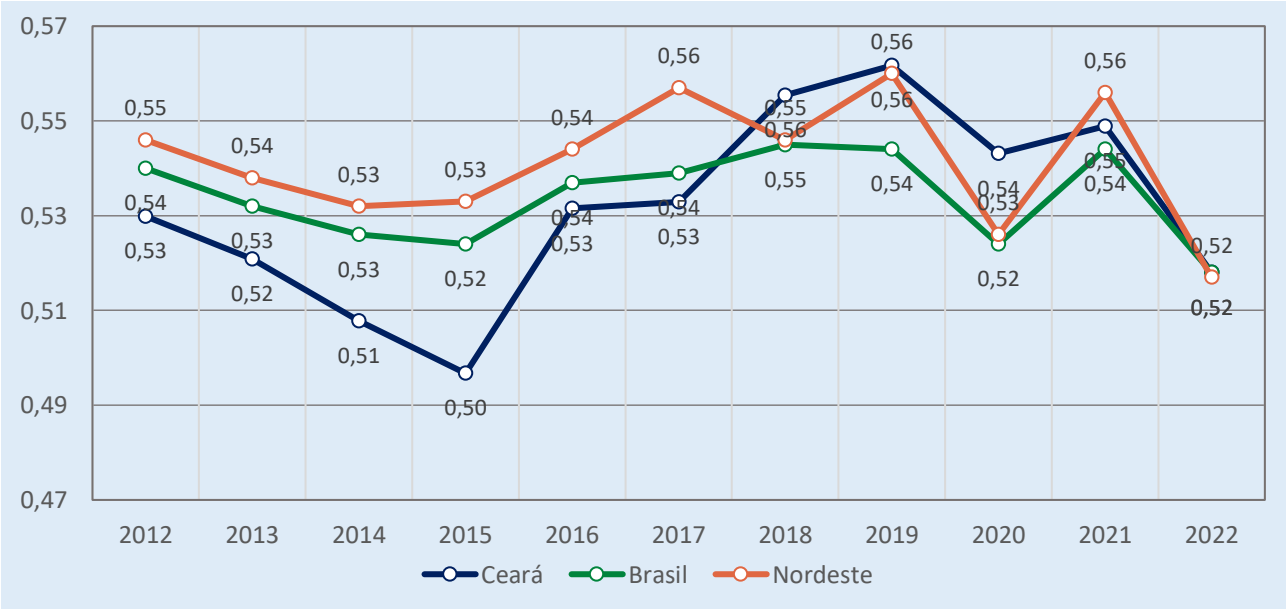
Gráfico 13: Evolução da renda per capita média e proporção de pobres, Ceará (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, no gráfico 14, tem-se a evolução do índice de Gini cearense, nordestino e brasileiro. Observa-se que, a partir do ano de 2016, há uma reversão na tendência de queda na concentração de renda do Estado, mas o índice volta a cair após 2020. Além disso, é possível perceber também que a desigualdade estadual foi inferior à do Nordeste e do Brasil no período 2012-2017. Desde de então, a concentração de renda tem sido quase sempre maior ou igual a da região Nordeste e do Brasil. Por fim, calcula-se que a desigualdade média no estado foi de 0,53, com taxa de crescimento média de -0.23% a.a.

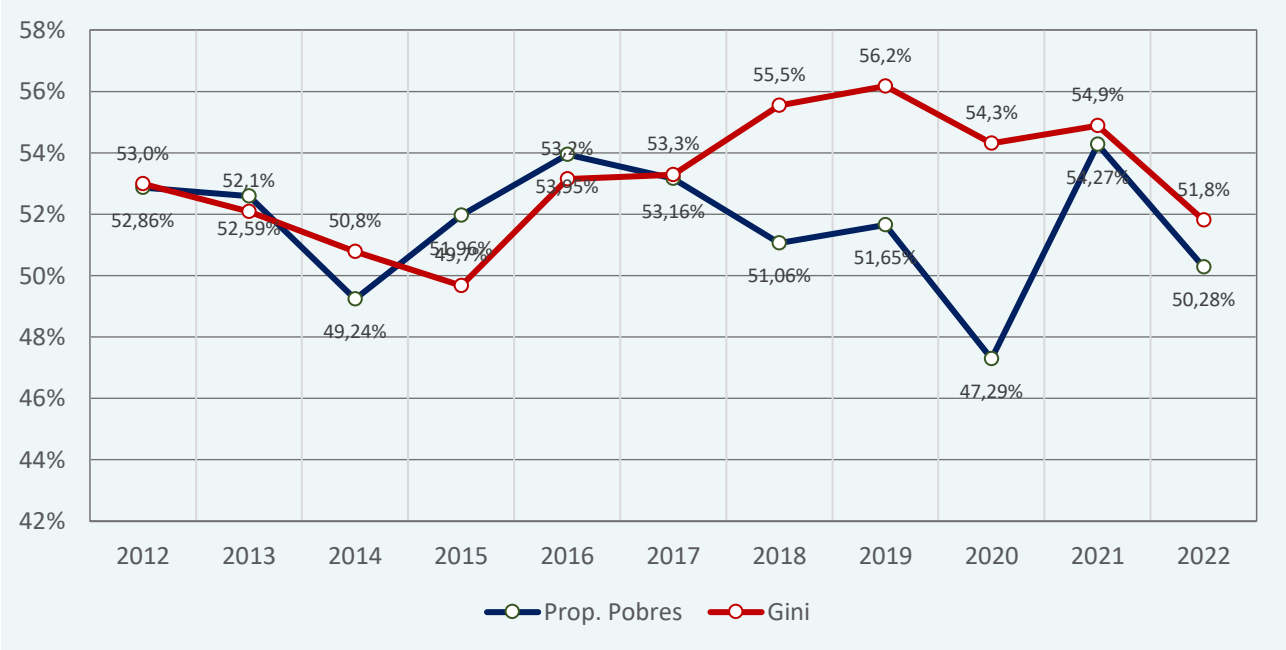
Gráfico 14: Evolução do Índice de Gini no Ceará, Nordeste e Brasil (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Abaixo, no gráfico 15, foram plotadas as trajetórias do índice de Gini e da proporção de pobres no Ceará com o intuito de verificar se existe um padrão de comportamento semelhante entre as duas séries ao longo do período em estudo. O gráfico mostra que, com exceção do ano de 2015, a desigualdade de renda cearense manteve-se sempre acima de 50% e, conforme é esperado, a proporção de pobres tende a caminhar na mesma direção. As exceções são os anos de 2015, 2017 e 2018.

Gráfico 15: Evolução do Índice de Gini e proporção de pobres, Ceará (2012-2022)



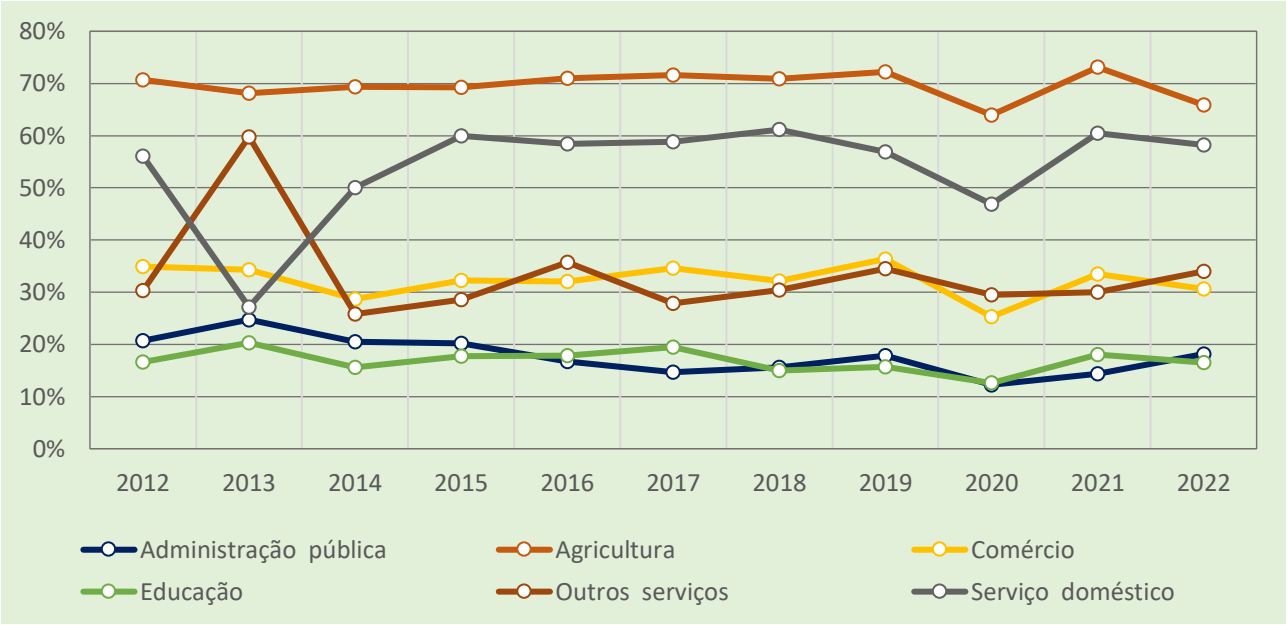
Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de agora será analisada a evolução de alguns indicadores socioeconômicos segundo o setor de atividade. Foram selecionados para o acompanhamento de sua evolução os 4 setores com maior renda per capita e os 2 setores com menor renda per capita[5].

No gráfico 16, que mostra a evolução da proporção de pobres por setor, percebe-se que a proporção de pobres é maior na agricultura durante todo o período estudado. Sua proporção de pobres foi sempre 50 p.p. maior do que aquela da educação, setor com menor proporção média de pobres, de 16,8%. Além disso, a vê-se que a administração pública apresentou a maior taxa de decrescimento médio deste indicador entre os setores estudos, 1.33% a.a.

Gráfico 16: Evolução da proporção de pobres no Ceará por setor de atividade (2012-2022)

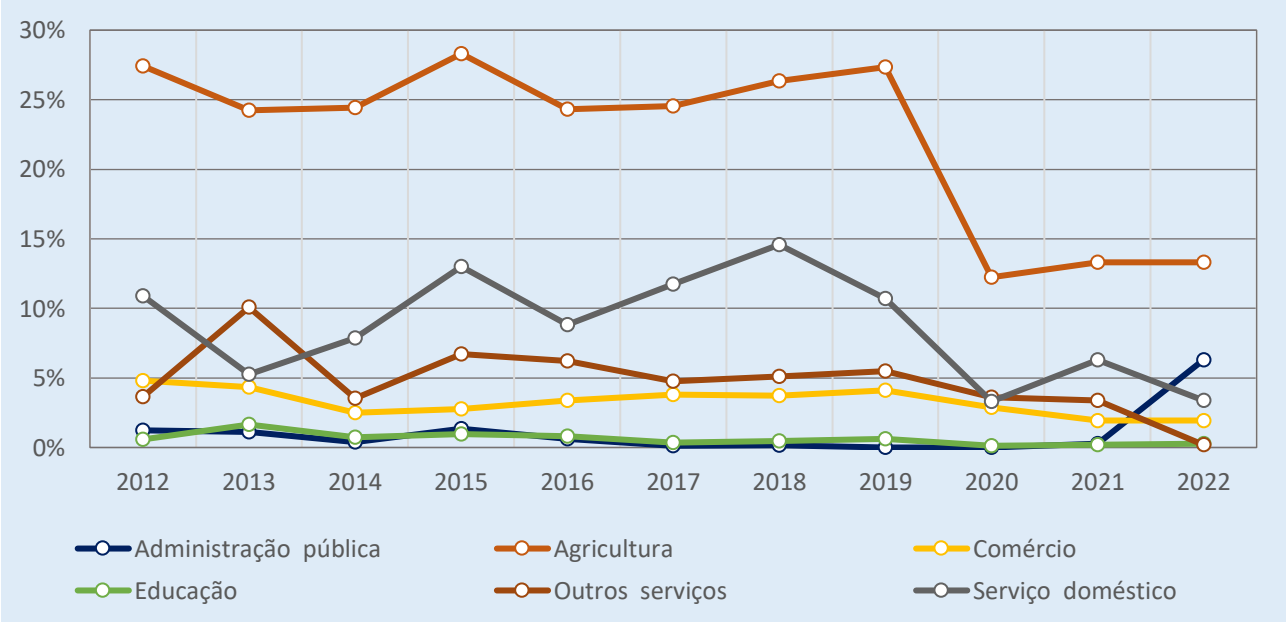
[5] Maiores renda per capita: administração pública, educação, outros setores e serviços. Menores renda per capita: agricultura e serviços domésticos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

De modo semelhante, a proporção de indigentes também é maior no setor agrícola, como se observa no gráfico 17, abaixo. Entretanto, a distância entre este setor e a educação cai de 26.8 p.p. para 13 p.p. entre os anos de 2012 e 2022. Com exceção da administração pública, que apresentou crescimento da proporção de indigentes, todos os demais setores reportaram decrescimento médio, sendo a maior queda observada no setor de outros serviços, de -25.7% a.a.

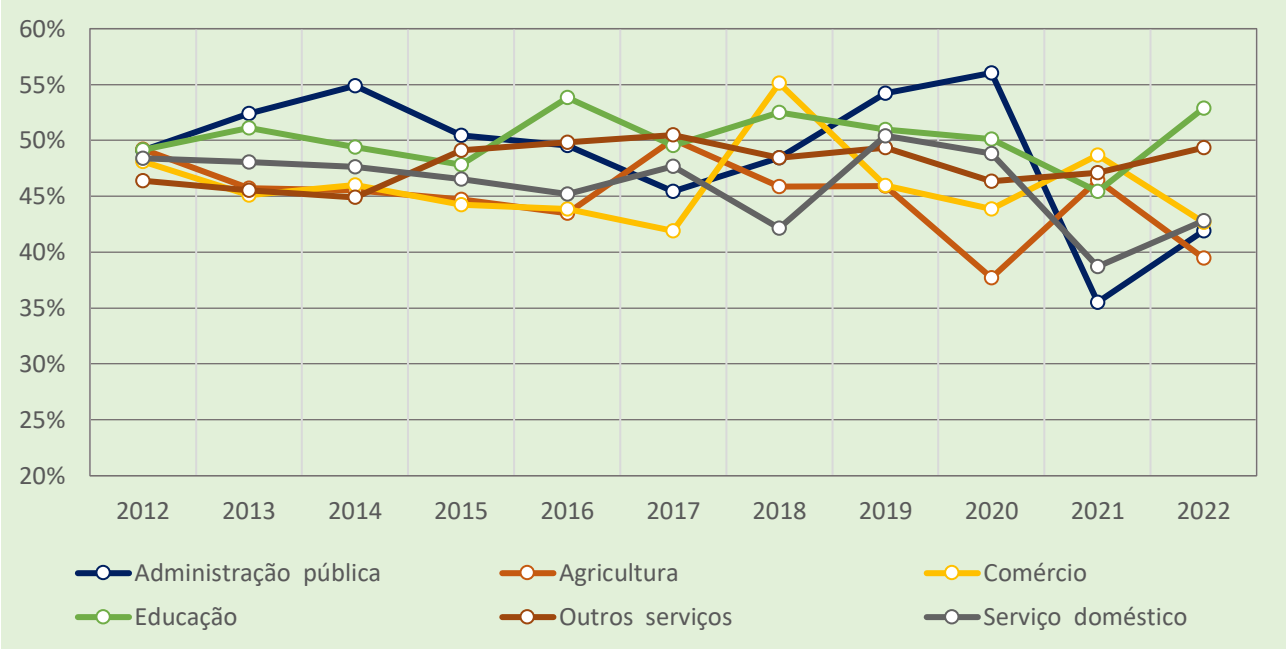
Gráfico 17: Evolução da proporção de indigentes no Ceará por setor de atividade (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, tem-se a evolução do índice de Gini cearense por setores de atividade econômica. A partir do gráfico 18 observa-se que a Administração Pública e a Educação apresentaram maior concentração média de renda no período, enquanto a agricultura foi o setor com menor desigualdade. A taxa de crescimento médio anual mostra que todos os setores observaram queda na concentração de renda, com exceção de educação e outros serviços. Além disso, a Agricultura apresentou a maior queda na desigualdade, de 2.18% a.a.

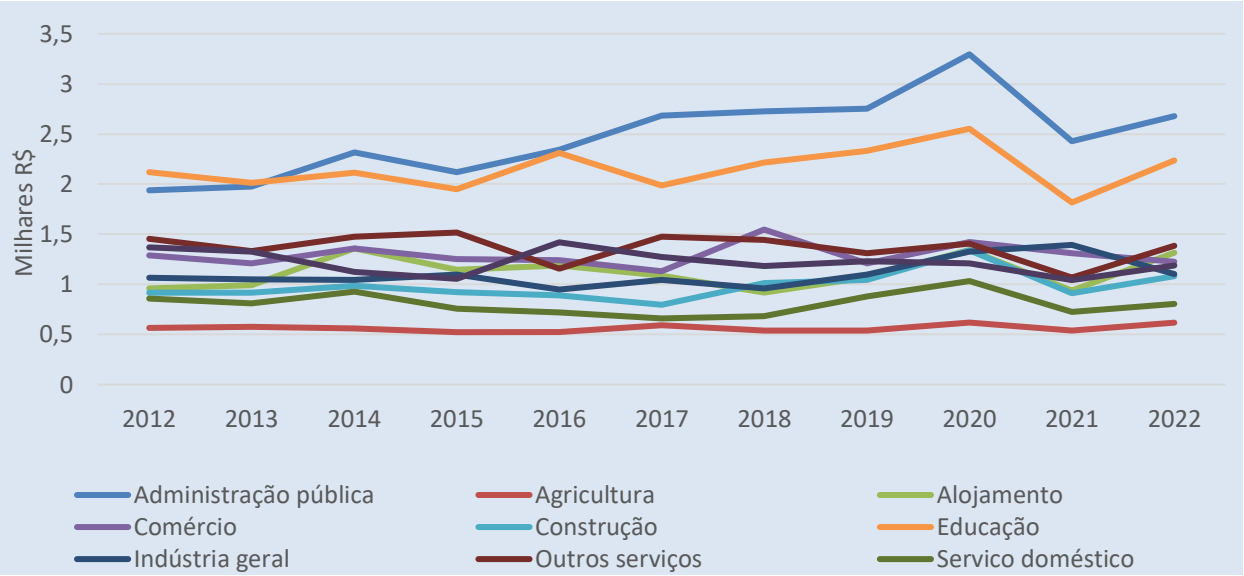
Gráfico 18: Evolução da Desigualdade por setores de atividade, Ceará (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por último, tem-se a evolução da renda per capita cearense por setor de atividade. A partir do gráfico 19 observa-se que o setor da educação é aquele com maior renda per capita no ano de 2012, mas é ultrapassado pela administração pública em 2013, setor com maior renda per capita em todos os períodos subsequentes. Além disso, é possível apontar a agricultura como o setor de menor renda per capita em todo o período analisado.

Gráfico 19: Evolução da Renda per capita no Ceará por setor de atividade (2012-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores.

PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista o quadro apresentado para a pobreza cearense nos relatórios anteriores, na sequência serão sugeridas políticas públicas que tenham como foco mulheres, moradores da zona rural, trabalhadores ligados a agricultura e crianças na primeira infância.

Uma política que pode ajudar a reduzir a pobreza em famílias que residem na zona rural e estão ligadas a agricultura é o incentivo a poupança. Este tipo de incentivo pode ser dado com a oferta de serviços financeiros formais para famílias residentes das zonas rurais. Os serviços financeiros poderiam ajudar os agricultores a acumular fundos para adquirir ferramentas como fertilizantes, que são úteis para aumentar a produção e a suavizar seu consumo ao longo do tempo.

Para incentivar o empreendedorismo entre mulheres, uma possibilidade seria o governo do estado replicar o programa Nossas Guerreiras, da prefeitura municipal de Fortaleza. Neste programa, mulheres moradoras de bairros com baixo índice de desenvolvimento humano participam de um curso de treinamento relacionado a como montar o próprio negócio, recebem consultoria e recursos financeiros para empreender. O acesso a esse tipo de serviço pode ser facilitado com a abertura de bancos postais nas zonas rurais cearenses ou com o fornecimento de serviços de internet, que facilitariam o acesso aos chamados “novos bancos”, as Fintechs. Em estudo para o Malawi, Brune et al (2015) mostram que a oferta de acesso a contas de poupança individuais aumenta as transações bancárias e também tem efeitos estatisticamente significantes em medidas de bem-estar das famílias, tais como investimentos em fatores de produção e subsequentes rendimentos agrícolas, lucros e despesas familiares.

A fim de mitigar a pobreza na primeira infância, seria importante expandir ainda mais o programa Mais Infância, que já atendia 150 mil crianças em 2022, existente no governo do estado. A possibilidade de aumento no recurso transferido pelo Cartão Mais Infância Ceará (CMIC) também merece ser estudada. Troller-Renfree et al (2022) conduziram um experimento aleatorizado em um programa de transferência de renda para famílias com crianças na primeira infância nos EUA. Seus resultados mostram que as crianças pertencentes a famílias que receberam o recurso apresentavam melhor atividade cerebral no primeiro ano de vida do que crianças em famílias que não tiveram acesso ao recurso. Tais mudanças refletem a neuroplasticidade e a adaptação ambiental e apresentam um padrão que tem sido associado ao desenvolvimento de habilidades cognitivas subsequentes. Além disso, Marinho et al (2023) mostram que o CMIC está associado a um melhor desempenho escolar de alunos fora da faixa de 0-5 anos.

Como mencionado anteriormente, a pobreza no estado do Ceará tem um impacto mais significativo nas áreas rurais e nas crianças com idades entre 0 e 6 anos. Em vista dessa realidade, é crucial que medidas de políticas públicas sejam adotadas com urgência, especialmente a criação e expansão de creches em regiões rurais. O próprio "Mais Infância", direcionado para crianças na primeira infância pode ser utilizado como base para a implementação de creches estruturadas para cuidar e educar crianças em áreas rurais.

Entretanto, a oferta dessas creches precisa ser integrada e demanda cooperação entre as diferentes secretarias. Para garantir o acesso das crianças a essas creches em ambientes rurais, é fundamental fornecer transporte e infraestrutura adequados para que elas possam frequentar esses locais. Além disso, é imprescindível estabelecer parcerias entre o poder público e as comunidades locais para garantir uma abordagem inclusiva e colaborativa.

Também se faz necessária a capacitação e contratação de profissionais qualificados para atender às necessidades específicas dessas crianças. Este passo é crucial para garantir um ambiente de aprendizado e cuidado adequado às peculiaridades das comunidades rurais e das crianças em questão.

Um dos pontos de desigualdade entre áreas urbanas e rurais reside no acesso aos serviços de Internet. Em um mundo cada vez mais digitalizado, a falta de acesso a esses serviços se torna um obstáculo significativo para a superação da pobreza. Por essa razão, é crucial também que um governo comprometido com a integração entre os ambientes urbano e rural assuma o compromisso de garantir uma conectividade acessível.

Para alcançar esse objetivo, é importante estabelecer uma infraestrutura de rede capaz de suportar essa conectividade. Portanto, o governo deve investir na melhoria e expansão da

infraestrutura de rede, visando proporcionar cobertura abrangente em todo o estado, inclusive nas áreas rurais e de baixa renda.

Além do acesso à Internet, a inclusão digital abrange também o treinamento em habilidades digitais para a população. Assim, uma política de inclusão digital eficaz deve desenvolver programas de capacitação em habilidades digitais, incluindo noções básicas de alfabetização digital, com o objetivo de capacitar as pessoas a aproveitarem as oportunidades oferecidas pela tecnologia. É fundamental ressaltar que essa capacitação deve ser direcionada principalmente para a população de baixa renda e residente em áreas rurais.

Referências Bibliográficas

BRUNE, L.; GINÉ, X.; GOLDBERG, J.; YANG, D. Facilitating Savings for Agriculture: Field Experimental Evidence from Malawi. Economic Development and Cultural Change, 2015.

MARINHO, E.; BASTOS, F. S.; ARAUJO, J.; OLIVEIRA, F. Evaluating the Impact of the Cartão Mais Infância Ceará Program on School Performance. Working Paper, não publicado.

TROLLER-RENFREEA, S. V.; COSTANZOB, M. A.; DUNCANC, G. J.; MAGNUSONB, K.; GENNETIANE, L. A.; YOSHIKAWAF, H.; HALPERN-MEEKING, S.; FOXH, N. A.; NOBLE, K. G. The impact of a poverty reduction intervention on infant brain activity. PNAS, v. 116, n. 5, 2022.

_____

Prof. Emerson Luís Lemos Marinho
COORDENADOR